


**unesp**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP

Yssyssay D. Rodrigues

**A Vale em Moçambique:** Uma etnografia das relações  
entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos  
*megaprojetos.*



ARARAQUARA – S.P.

2015



Yssyssay D. Rodrigues

**A Vale em Moçambique:** Uma etnografia das relações  
entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos  
*megaprojetos*.

Dissertação de Mestrado, apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Faculdade de Ciências e Letras –  
Unesp/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Ciências  
Sociais.

**Linha de pesquisa:** Diversidade, Identidade e  
Direitos

**Orientador:** Dagoberto José Fonseca

**Bolsa:** Discente não-bolsista

ARARAQUARA – S.P.  
2015

Rodrigues, Yssyssay

A Vale em Moçambique: Uma etnografia das relações  
entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos  
*megaprojetos*. / Yssyssay Rodrigues -- 2015  
209 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) --  
Universidade Estadual Paullista "Júlio de Mesquita  
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus  
Araraquara)

Orientador: Dagoberto José Fonseca

1. Moçambique. 2. Racismo. 3. Colonialismo. 4.  
*Megaprojetos*. 5. Vale

**Yssyssay D. Rodrigues**

**A VALE EM MOÇAMBIQUE: UMA ETNOGRAFIA DAS RELAÇÕES ENTRE  
BRASILEIROS E MOÇAMBICANOS NO COTIDIANO DOS MEGAPROJETOS.**

**Dissertação de Mestrado, apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Faculdade de Ciências e Letras –  
Unesp/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Ciências  
Sociais.**

**Linha de pesquisa: Diversidade, Identidade e  
Direitos**

**Orientador: Dagoberto José Fonseca**

**Bolsa: Discente não-bolsista**

**Data da defesa: 02/07/2015**

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca**

Unesp/Campus de Araraquara - FCL

**Membro Titular: Dra. Sabrina Rodrigues Garcia Balsalore**

Unesp/Campus de Araraquara - FCL

**Membro Titular: Dra. Márcia Cristina Américo**

Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

**Local: Universidade Estadual Paulista**

Faculdade de Ciências e Letras

**UNESP – Campus de Araraquara**



“O que faz andar a estrada? É o sonho.

Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva.

É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.”

COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Àqueles que perseveram nos caminhos para encontrar as melhores formas de melhorar o mundo frente às limitações.





## AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre esteve na minha retaguarda e que foi o meu porto seguro nessa caminhada e em todo o meu caminho. À minha mãe Marta, minha avó Pety, e meus irmãos Leandro e Vagner, meu muito obrigada.

A William Kenji Bellete, meu parceiro e minha família durante toda a gestação da ideia desse mestrado, que esteve ao meu lado ao longo dos períodos de loucura e depressão que caracterizam este processo, representando segurança e tranquilidade, me apoiando na tomada de decisões e me encorajando a abrir mão da minha zona de conforto em nome dos meus objetivos maiores.

A todas as pessoas que fizeram e fazem parte da minha história em Moçambique, de todas as nacionalidades, que contribuíram com os resultados dessa pesquisa, me proporcionaram o amor que eu sinto por esse país e assim me ofereceram um tema de pesquisa pelo qual eu me sentisse apaixonada. Aos moçambicanos, especialmente, que me acolheram em seu país, me fizeram sentir em casa e adotar Moçambique como minha segunda pátria.

À minha amiga Carmen Zimba, pela irmandade incondicional, pela amizade próxima mesmo distante durante os últimos anos, por me receber em sua família e com isso me proporcionar a mais intensa experiência de campo possível. Ao meu amigo Inocencio Banze, pelo incentivo, pelo apoio e disponibilidade presenciais e remotos, e por me fazer querer me superar sempre. À Diagonal e à minha amiga Maria Alice Henne, por me proporcionarem a chance de conhecer e vivenciar Moçambique e por compartilharem dessa paixão comigo.

Aos meus amigos de todos os cantos que se encontraram em Barão Geraldo, dentro e fora da Unicamp, e àqueles que foram se juntando a esse grupo ao longo do tempo, agradeço pela paciência nos momentos difíceis, pela companhia nos muitos e necessários momentos de lazer que possibilitaram a sanidade necessária para os outros muitos e necessários momentos de produção. Agradeço por termos formado essa família “reivo” e pela identificação que vocês representam. Cada um de vocês teve uma participação imensa nessa conquista.

Agradeço especialmente aos meus amigos Lucas Baptista, Esther Majerowicz, Ana Maria Raietparvar, Débora Lima (Mineira), Pilar Guimarães, Débora Gonzalez, Cassiana Rodrigues e Luciana Ramirez, que também trilham esse caminho acadêmico, pelos conselhos, pelo incentivo, e por terem comigo compartilhado momentos de descrença.

À minha amiga Amanda Pelegrini, que me recebeu em sua casa em São Carlos com lençóis limpinhos e cheirosos desde o processo seletivo até os últimos passos desse caminho, pela

força e pelo companheirismo. À minha amiga Priscila Altivo, pelas sacodidas e por me ajudar a cessar o drama e acreditar mais em mim mesma.

À Biblioteca Mário de Andrade, palco de muitas e muitas horas de trabalho árduo, e à minha amiga Kena Chaves, companheira em parte dessa jornada.

Aos meus amigos de Porto Ferreira, de infância ou de longa data, desses que se encaixam no clichê de tanto te conhecerem e ainda assim te aceitarem, mesmo sendo tão diferentes de você. Agradeço por serem o meu refúgio, o recarregador de baterias para seguir em frente.

Agradeço especialmente às minhas amigas Flávia Palage e Lenira Cozar, pelas horas de lamentação que ouviram ao longo de todo esse processo e por serem parte tão importante de mim há tanto tempo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FCL e à Unesp, por me proporcionarem o reingresso na vida acadêmica e pelo acolhimento dado a uma então “estrangeira”. Ao meu orientador Dagoberto José Fonseca, que desde antes do meu ingresso no Programa acreditou em mim, me encorajou e me apoiou.

Aos professores inspiradores que tive em minha vida acadêmica, desde o início da graduação, que me possibilitaram o amor pelas Ciências Sociais, meu muito obrigada.

Agradeço, por fim, à força e à perseverança que me possibilitaram chegar ao fim deste trabalho apesar de toda a dificuldade, com a qual acredito que grande parte dos pesquisadores brasileiros se identifique, especialmente nas ciências humanas.

## **GRITO NEGRO**

Eu sou carvão!

E tu arrancas-me brutalmente do chão  
e fazes-me tua mina, patrão.

Eu sou carvão!

E tu acendes-me, patrão,  
para te servir eternamente como força motriz  
mas eternamente não, patrão.

Eu sou carvão

e tenho que arder sim;  
queimar tudo com a força da minha combustão.

Eu sou carvão;

tenho que arder na exploração  
arder até às cinzas da maldição  
arder vivo como alcatrão, meu irmão,  
até não ser mais a tua mina, patrão.

Eu sou carvão.

Tenho que arder

Queimar tudo com o fogo da minha combustão.

Sim!

Eu sou o teu carvão, patrão.

CRAVEIRINHA, José. Grito Negro. In: *Xigubo*. Maputo: INLD, 1980.



## RESUMO

Esta dissertação consiste em uma etnografia das relações entre brasileiros e moçambicanos no contexto dos megaprojetos desenvolvidos pela mineradora Vale em Moçambique, especificamente o projeto Carvão Moatize e o projeto Corredor Nacala, desenvolvidos nas províncias de Tete, Niassa e Nampula, regiões centro e norte do país. Foram investigados e analisados os impactos subjetivos do contato entre os dois grupos no contexto delimitado, aprofundando a compreensão de suas práticas e representações cotidianas, tendo como eixos de análise os debates sobre noções de desenvolvimento, dominação, racismo e colonialismo. A partir das incursões a campo e da pesquisa bibliográfica, procurou-se compreender o papel do Brasil no projeto de desenvolvimento moçambicano, analisando as relações de cooperação internacional entre os dois países e observando a maneira como tais relações podem se efetivar sob a forma de dominação de tipo (neo)colonial em diversos aspectos, especialmente no que concerne aos projetos brasileiros de caráter privado desenvolvidos em Moçambique. Observou-se ainda a construção das ideologias raciais nos dois países, a maneira como o racismo brasileiro se exerce em Moçambique, e a relação intrínseca entre racismo, projeto civilizador e colonialismo no âmbito das relações de dominação colocadas. Procurando analisar tais relações como processos complexos, desconstruindo a dicotomia dominado/dominador, e primando por uma abordagem interseccional de articulação dos marcadores da diferença, pretende-se com os resultados da pesquisa problematizar as relações analisadas e, com isso, contribuir para superar as questões identificadas, não só na esfera dos projetos em questão, mas no âmbito mais amplo das relações entre Brasil e Moçambique e com os PALOP de maneira geral.

**Palavras – chave:** Moçambique, Racismo, Colonialismo, Desenvolvimento, *Megaprojetos*, Vale.

## ABSTRACT

This dissertation consists of an ethnographic focusing the relationship between Brazilian and Mozambican people in a context of the megaprojects developed by the mining company *Vale* in Mozambique, specifically *The Moatize Coal Mine Project* and *The Nacala Corridor Project* developed in Tete, Niassa and Nampula provinces, in the central and northern regions of the country. The research analysed the subjective impacts of the contact between the two groups of people within a delimited context, deepening the understanding of their practices and quotidian representations, using as analysis tools the debates about development, domination, racism and colonisation. Based on fieldwork and bibliographical research, the study aimed to understand the role of Brazil on Mozambican development project, analysing the relation of international cooperation between the two countries and observing the way the mentioned relationship can be effectuated under domination of neocolonialism in multiple aspects, especially what concerns private Brazilian projects developed in Mozambique. It was also observed the construction of racial ideologies in both countries, the way that Brazilian racism is practiced in Mozambique and the intrinsic connection between racism, the civilising project and colonialism in the scope of the already pointed relationships based in domination. The purpose being to analyse such relationships as complex processes, deconstructing the dichotomy dominated/dominator, giving priority to an intersectional approach to social differences borders; the research intends to problematize the analysed relations and, hence, contribute to overcome the identified questions, not only at a project level, but in a broader realm of relations between Brazil and Mozambique, and the PALOP in general.

**Key-Words:** Mozambique, Racism, Colonisation, Development, *Megaprojects*, Vale.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Mapa da África Austral	35
<b>Figura 2</b>	Mapa de Moçambique	36
<b>Figura 3</b>	Territórios abrangidos pelos megaprojetos analisados	40
<b>Figura 4</b>	Estrutura organizativa do estado moçambicano	47

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b>	Ponte Samora Machel, que liga a cidade de Tete ao distrito de Moatize	41
<b>Foto 2</b>	Rotatória da EN07, que liga a cidade de Tete ao distrito de Moatize	41
<b>Foto 3</b>	Distrito de Moatize, visto da cidade de Tete.	41
<b>Foto 4</b>	Biblioteca da Escola Secundária do Distrito de Moatize	41
<b>Foto 5</b>	Cidade de Lichinga	42
<b>Foto 6</b>	Estradas da região do distrito de Nampula	43
<b>Foto 7</b>	Vendedores ambulantes nas estradas da província de Nampula	43
<b>Foto 8</b>	Reassentamento de Cateme	58
<b>Foto 9</b>	Reassentamento de 25 de setembro	58
<b>Foto 10</b>	Obras de abertura de estradas do PCM	60
<b>Foto 11</b>	Escritório do PCM no período de implantação	60
<b>Foto 12</b>	Movimento do redor da Linha Férrea do Norte	64
<b>Foto 13</b>	Região onde será construído o porto de Nacala-a-Velha	70
<b>Foto 14</b>	Escola primária de Cateme	70
<b>Foto 15</b>	Posto policial de Cateme	70
<b>Foto 16</b>	Moradia para funcionários dos projetos	75
<b>Foto 16</b>	Padrão médio das moradias em Moçambique	75
<b>Foto 17</b>	Ilha de Moçambique	76
<b>Foto 18</b>	Ilha de Moçambique	76
<b>Foto 19</b>	Local de realização do Ritual de Iniciação Macua	77
<b>Foto 20</b>	Restaurante Villa Sands	77
<b>Foto 21</b>	Restaurante Villa Sands	77
<b>Foto 22</b>	Ritual de iniciação Macua	77
<b>Foto 23</b>	Ritual realizado no escritório do PCM junto a autoridades locais para pedido de proteção contra acidentes	85
<b>Foto 24</b>	Evento cultural realizado anualmente pela Vale em Moatize	85
<b>Foto 25</b>	Registro de eventos sociais que exemplificam a convivência segregada de moçambicanos negros e brasileiros brancos	87
<b>Foto 26</b>	Registro de eventos sociais que exemplificam a convivência segregada de moçambicanos negros e brasileiros brancos	87



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Entrevistados	30
<b>Quadro 2</b>	Projetos de Cooperação Brasil-Moçambique	111

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Disposição do Projeto Corredor Nacala	61
-----------------	---------------------------------------	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABC** – Agência Brasileira de Cooperação

**ANA** – Agência Nacional de Águas

**ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

**CREDE** – Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial

**BACEN** – Banco Central do Brasil

**BRICs** – Brasil, Rússia, Índia e China

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**DATAPREV** – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

**CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce

**DEPEN** – Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça

**DN** – Departamento Nacional

**EBC** – Empresa Brasil de Comunicação

**ENAP** – Escola Nacional de Administração Pública

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**ESAF** – Escola de Administração Fazendária

**ESMPU** – Escola Superior do Ministério Público da União

**EUA** – Estados Unidos da América

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique

**HIV** – Human Immunodeficiency Virus

**IDH** –Índice de Desenvolvimento Humano

**IBASE** – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

**IFF** – Instituto Fernandes Figueira

**INCA** – Instituto Nacional do Câncer

**INGÁ** – Instituto de Gestão das Águas e Clima

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**IRBr** – Instituto Rio Branco

**INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social

**MC** – Ministério das Cidades

**MD** – Ministério da Defesa do Brasil.

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ME** – Ministério do Esporte  
**MINED** – Ministério da Educação  
**MPLA** - Movimento Popular de Libertação de Angola  
**MRE** – Ministério Das Relações Exteriores  
**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego  
**OMC** – Organização Mundial do Comércio  
**ONGs** – Organizações Não Governamentais  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**ORAM** – Associação Nacional de Ajuda Mútua  
**PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
**PC** - Pastoral da Criança  
**PCM** – Projeto Carvão Moatize  
**PEC-G** - Programa de Estudante-Convênio de Graduação  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**RDMZ** – Rio Doce Moçambique  
**SEAP** – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca  
**SECIRM** – Marinha do Brasil  
**SEED/MEC** – Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação  
**SES/DF** – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal  
**SIDA** – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  
**UAB** – Universidade Aberta do Brasil  
**UFF** – Universidade Federal Fluminense  
**UFPR** – Universidade Federal do Paraná  
**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
**UNAC** – União Nacional dos Camponeses  
**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas  
**Unicef** – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
**UNILAB** – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
**UP** – Universidade Pedagógica  
**USD** – United States Dollar  
**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
**USP** – Universidade de São Paulo

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<i>1.1.1. Justificativa.....</i>	<i>25</i>
<i>1.1.2. Objetivos.....</i>	<i>26</i>
<i>1.1.3. Resumo dos capítulos.....</i>	<i>27</i>
<i>1.1.4. Metodologia.....</i>	<i>28</i>
<b>2. DELIMITANDO O CAMPO.....</b>	<b>33</b>
<i>2.1.1. Contextualização geral.....</i>	<i>34</i>
<i>2.1.2. A Vale em Moçambique.....</i>	<i>52</i>
<i>2.1.3. O Projeto Carvão Moatize.....</i>	<i>55</i>
<i>2.1.4. O Projeto Corredor Nacala.....</i>	<i>61</i>
<i>2.1.5. Percepções de campo.....</i>	<i>65</i>
<b>3. DESENVOLVIMENTOS E CONTEMPORANEIDADES – O PAPEL DO BRASIL EM ÁFRICA.....</b>	<b>99</b>
<i>3.1.1. Breve histórico das relações entre Brasil e África.....</i>	<i>100</i>
<i>3.1.2. Desenvolvimentos e dominação.....</i>	<i>122</i>
<i>3.1.3. Globalização e novas formas de dominação.....</i>	<i>136</i>
<i>3.1.4. Desenvolvimento endógeno: uma proposta possível no capitalismo contemporâneo?.....</i>	<i>144</i>
<b>4. RACISMO, DOMINAÇÃO E (NEO)COLONIALISMO.....</b>	<b>151</b>
<i>4.1.1. Retrato dos racismos no Brasil e em Moçambique.....</i>	<i>151</i>
<i>4.1.2. Racismo e Projeto Civilizador.....</i>	<i>160</i>
<i>4.1.3. Racismo e colonialismo.....</i>	<i>167</i>
<i>4.1.4. Neocolonialismo.....</i>	<i>176</i>
<i>4.1.5. A questão do estrangeiro.....</i>	<i>182</i>
<i>4.1.6. Dominação e resistência.....</i>	<i>188</i>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>199</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>205</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado, integrante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara, consiste em uma etnografia das relações entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos megaprojetos desenvolvidos pela mineradora brasileira Vale em Moçambique, especificamente o Projeto Carvão Moatize e o Projeto Corredor Nacala.

O Projeto Carvão Moatize (PCM) é um projeto de exploração de carvão mineral por meio de minas a céu aberto localizadas no distrito de Moatize, província de Tete, região central de Moçambique, África Austral. Trata-se de uma das maiores bacias carboníferas do mundo, cuja exploração efetiva teve início em 2011 e estima-se que terá duração de cerca de trinta e cinco anos.

O Projeto Corredor Nacala (PCN), por sua vez, consiste no braço logístico do PCM, abrangendo a reabilitação e construção de novos trechos da ferrovia de mais de 900Km, que ligam as minas de Moatize ao novo terminal portuário que será construído em Nacala-a-Velha, passando ainda pelo Malawi. Em Moçambique, o projeto abrange as províncias de Tete, Niassa e Nampula, as duas últimas integrantes da região Norte no país. O PCN vem viabilizar a máxima produção das minas de Moatize, que atualmente não é atingida em função da baixa capacidade de escoamento via Linha do Sena. Esta dissertação trata apenas do contexto moçambicano deste projeto, não abrangendo o Malawi.

Procurou-se investigar e analisar os impactos subjetivos do contato entre os dois grupos no contexto delimitado, aprofundando a compreensão de suas práticas e representações cotidianas, tendo como eixos de análise os debates sobre noções de desenvolvimento, dominação, racismo e colonialismo.

Foram realizadas duas incursões a campo, uma entre 2010 e 2012 e a segunda entre 2014 e 2015. Na primeira visita, que teve duração de cerca dois anos entre 2010 e 2011 acrescidos de visitas de duração média de um mês durante o ano de 2012, como funcionária dos megaprojetos em questão, observaram-se diversos aspectos relevantes para pesquisa, despertando o interesse pelo tema. Embora naquele momento o meu foco fosse distinto, uma vez que me encontrava imersa nos temas de pesquisa inerentes ao trabalho que desenvolvia como funcionária de uma consultoria de gestão social, a vivência como moradora da cidade de Tete, da vila de Monapo e da cidade de Nampula foram muito férteis e em muito

contribuíram com os resultados presentemente apresentados. Na segunda visita, com duração de dois meses, já especificamente com o olhar de pesquisadora e em meio ao desenvolvimento desta dissertação, foi possível direcionar o olhar para as questões levantadas na primeira vivência de campo, assim como para as questões suscitadas pelo levantamento bibliográfico. Desta forma, embora tenha também atuado como consultora para o PCN neste momento, foi possível uma maior dedicação à pesquisa especificamente, inclusive com a realização de entrevistas, conforme se pormenorizará no item dedicado à metodologia.

A partir disso, procurou-se analisar o papel do Brasil no desenvolvimento moçambicano e como se desenvolvem as relações de cooperação entre esses países, observando também as relações entre Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) de maneira geral. Foram observados aspectos que permitem interpretar essas relações como uma forma de dominação, em muitos aspectos próxima da dominação colonial, procurando considerar esse fenômeno de maneira complexa e não como uma via de mão única, desconstruindo as dicotomias que sustentam historicamente o colonialismo e com isso analisando a complexidade da questão e a multiplicidade de atores nela envolvidos.

Tais relações foram analisadas inseridas no cenário da contemporaneidade, procurando relacionar a forma como se efetivam com as características desse contexto, considerando ainda as relações de poder aí implicadas. O termo neocolonialismo, usado em alguns contextos para classificar as relações entre Brasil em Moçambique, foi problematizado e procurou-se analisar as cesuras e continuidades entre a dominação colonial de outrora e as relações em questão, considerando as analogias cabíveis.

Tais relações foram observadas ainda sob a luz da questão racial, pontuada como espécie de fio condutor das reflexões empreendidas. Procurou-se analisar a maneira como o racismo se articula com o processo de dominação em suas diversas facetas, levando em consideração também outras formas de opressão que se expressam no contexto analisado, como também será melhor explanado na metodologia.

Com isso, se analisa a maneira como brasileiros e moçambicanos reproduzem a totalidade culturalmente estruturada em que estão inseridos e como as noções do “outro”, marcadas por conceitos específicos de raça, dominação, desenvolvimento, nacionalidade, entre outros aspectos, são expressas cotidianamente.



### 1.1.1. Justificativa

O interesse pelo objeto deu-se a partir da vivência em Moçambique mencionada, uma vez que, durante o período em que residi no país, entre 2010 e 2011, e nas visitas posteriores em 2012, sempre como funcionária de uma consultoria em gestão social prestando serviços para os *megaprojetos* em questão, foi possível experienciar as contradições e hostilidades latentes entre brasileiros e moçambicanos, percebidas nos discursos de um grupo sobre o outro, que revelavam percepções ambíguas e desiguais, a despeito da aparência de harmonia predominante no contexto destas relações.

Tais tensões eram explicitadas no cotidiano principalmente sob a forma de convivência segregada em diversos níveis nos espaços de convivência adjacentes aos projetos, assim como por meio de demonstrações cotidianas de racismo por parte dos brasileiros e da recorrência de atribuição ao Brasil de adjetivos relacionados ao colonialismo, dando origem aos principais temas a serem investigados nesta dissertação, que vieram a desdobrar-se em outros assuntos de acordo com os caminhos ditados pela pesquisa bibliográfica e pelo aprofundamento da pesquisa de campo.

A pertinência da pesquisa realizada se evidencia na medida em que tais hostilidades permanecem veladas em nível oficial e institucional, o que pode contribuir com o seu agravamento, como de fato foi percebido na comparação entre as percepções obtidas entre 2010 e 2012 e as observações de campo colhidas entre 2014 e 2015, conforme se explanará ao longo do texto. Tais conflitos podem vir a prejudicar o bom andamento das relações colocadas entre os dois países, trazendo prejuízos inclusive para a recepção de outros projetos de cooperação desenvolvidos, de caráter horizontal e colaborativo.

O fato de ter sido funcionária dos megaprojetos e os dilemas éticos envolvidos nisso, assim como o caráter pessoal das experiências relatadas, uma vez que pesquisadora e objeto se misturam e se confundem no caso desta pesquisa, consistiram em obstáculos a serem superados no desenvolvimento da investigação e das análises relacionadas. No entanto, respeitando os limites colocados pela experiência como parte da engrenagem, como, por exemplo, uso apenas de informações de domínio público, pretende-se contribuir por meio de crítica construtiva, a partir de um ponto de vista interno e pessoal, construindo uma argumentação a partir de uma posição de enunciação peculiar, que se acredita poder colaborar com uma percepção mais aprofundada das questões debatidas.

### 1.1.2. Objetivos

Pretende-se com os resultados dessa pesquisa contribuir com a retirada destes conflitos da esfera do silêncio, uma vez que, embora haja diversos trabalhos acadêmicos sobre as relações institucionais entre os países e sobre os impactos da Vale sobre os territórios onde atua, sendo assunto bastante explorado não só na academia, mas também tema recorrente em reportagens veiculadas pela grande mídia, não são comuns os trabalhos abordando a esfera do particular, objeto central dessa dissertação.

Assim, acredita-se que enfocando o privado, que espelha o cenário mais amplo, faz-se possível fomentar a reflexão e, a partir dela, a melhoria efetiva das relações, estabelecidas por meio de ações institucionais, e até mesmo uma atuação da empresa mais alinhada com as percepções dos próprios moçambicanos a seu respeito, partindo de uma visão da academia e do conteúdo por ela produzido voltados para a sociedade e não fechada em si mesma.

Objetiva-se também tratar os temas abordados através de uma perspectiva ampla e multidimensional, tomando o cuidado para não demonizar nem a Vale ou o Governo Brasileiro, considerando todos os aspectos e da multiplicidade de atores envolvidos nos processos analisados, cada um deles dotado de diversas facetas. Com isso não se pretendeu relativizar a ação da empresa ou as relações de dominação colocadas entre os países e sim proporcionar uma reflexão mais aprofundada e fiel à realidade, em que não há “mocinhos” e “bandidos”, e sim um complexo campo onde figuram atores diversos envolvidos em relações de poder diversas e difusas.

Por fim, o principal objetivo desta dissertação consiste em contribuir com outros pesquisadores, visando a ampliação da investigação acerca dos temas presentemente suscitados de modo que os resultados desta pesquisa, somados a outros resultados de outras investigações dela resultantes ou por ela influenciados possam de alguma forma contribuir para a melhoria das relações mais amplas entre o Brasil e os PALOP de maneira geral, colaborando para que o Brasil esteja mais alinhado com as propostas de desenvolvimento africano, que primem pelo aspecto social e não só pelo econômico, fomentando o protagonismo e o empoderamento efetivo do continente.

### 1.1.3. Resumo dos capítulos

O primeiro capítulo, *Delimitando o campo*, apresenta o campo ao leitor, por meio de dados demográficos e socioeconômicos que caracterizam Moçambique e as regiões onde se desenvolvem os megaprojetos em questão, as províncias de Tete, Niassa e Nampula, apresentando a Vale e detalhando também mais especificamente o PCM e o PCN. Este capítulo traz também os resultados de campo, buscando familiarizar logo no primeiro momento o leitor com as impressões e dados colhidos, que serão retomados ao longo dos demais capítulos para fins de análise.

O segundo capítulo, *Desenvolvimentos e contemporaneidades*, discute as noções de desenvolvimento vigentes no contexto mundial, a fim de perceber como o Brasil se insere neste cenário e, a partir daí, analisar o papel brasileiro em Moçambique no que se refere ao seu projeto de desenvolvimento. Trata-se de um capítulo de caráter prioritariamente teórico, que retoma também o histórico das relações estabelecidas entre o Brasil e o continente africano e debate as características da contemporaneidade que definem o cenário global no qual se inserem as relações presentemente analisadas, buscando com isso observar como as ideologias do desenvolvimento se exercem sobre diferentes atores de acordo com a posição que ocupam nos campos de poder em que estão inseridos no cenário contemporâneo. Ainda neste capítulo se apresenta o debate sobre desenvolvimento endógeno, que consiste num projeto de desenvolvimento a partir de bases internas e não importadas, considerado nesta dissertação o projeto mais viável para a emancipação do continente africano e verdadeiro desenvolvimento, social e econômico.

O terceiro capítulo, *Racismo, Dominação e (Neo)Colonialismo*, discute a relação entre racismo, dominação e colonialismo, procurando desenvolver o debate acerca da persistência dos signos coloniais e de aspectos da estrutura do sistema colonial na relação entre Brasil e Moçambique na contemporaneidade. Para isso, se elabora uma reconstituição histórica da formação das ideologias raciais nos dois países, visando compreender como o racismo brasileiro se objetiva no país a partir de suas características específicas. Em seguida se analisa a aproximação entre racismo e projeto civilizador e entre racismo e colonialismo, discutindo ainda o tema do neocolonialismo. Debate-se ainda a condição de estrangeiro e a especificidade que esta condição traz para a situação do brasileiro e, por fim, a questão da resistência, uma vez que se pretende observar o fenômeno analisado em toda a sua

complexidade, como uma via de mão dupla, considerando todos os atores envolvidos.

#### 1.1.4. Metodologia

Visando alcançar os objetivos relacionados, pretendeu-se realizar uma análise etnográfica a partir do que Geertz (1978) denomina por uma *descrição densa*, analisando os fatores históricos e culturais imbricados nas “partículas de comportamento” (GEERTZ, 1978, p. 16) de moçambicanos e brasileiros no contexto estudado e buscando perceber e descrever, enfim, a “hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais” (GEERTZ, 1978, p. 17) se desenvolvem as práticas e representações investigadas. No entanto, não se pretende com isso dar voz aos grupos estudados nos termos de uma “observação participante”, uma vez que se partilha da concepção de que esse não é um processo possível, assinalando, assim, o local de enunciação da pesquisadora e buscando “descolonizar” o debate acerca das relações estabelecidas neste cenário, que se constitui como um campo de poder, nos termos de Bourdieu, por meio da desconstrução das dicotomias que sustentam e legitimam as relações de dominação analisadas.

Para além de observar os diversos atores envolvidos no processo e as relações de poder daí decorrentes, pretendeu-se também observar como as diferentes formas de opressão e dominação se exercem e se articulam no contexto em questão, mobilizando a bibliografia estudada para analisar os resultados de campo e, com isso, debatendo as relações entre raça, “cor”, classe, gênero, nacionalidade, sexualidade, entre outros marcadores da diferença.

Nesta abordagem, seguida por autores diversos<sup>1</sup> entre os quais as adotadas nesta dissertação são Anne McClintock (2010) e Adriana Piscitelli (2008), procura-se entender a diferença em sentido amplo, por meio das categorias de articulação ou interseccionalidades implicadas no contexto analisado, buscando com isso não elidir, por exemplo, o gênero e a classe quando se está debatendo raça, uma vez que se entende que as diferentes formas de opressão em causa se exercem em articulação.

Importante pontuar que não se pretende observar essas categorias como encaixadas ou sobrepostas e sim em um processo de interação. Como coloca Anne McClintock (2010): “[...]”

---

<sup>1</sup> Trata-se de um debate nas Ciências Sociais, que envolve tanto terminologia quanto abordagem. Sobre o tema, ver PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In *Sociedade e Cultura*. Vol. 11, N. 2, Jul/Dez 2008. p. 263 - 274.

raça, gênero e classe não são reinos distintos da experiência, que existem em esplêndido isolamento entre si; nem podem ser simplesmente encaixados retrospectivamente como peças de um Lego (McCLINTOCK, 2010, p. 19).

Desta forma, pretende-se abordar tais categorias sob uma perspectiva interseccional, procurando debater os marcadores da diferença em questão a partir da sua existência “em relação entre si e através dessa relação – ainda de que modos contraditórios e em conflito”, como coloca Anne McClintock (2010, p. 19).

Ademais do levantamento e análise bibliográficos, as visitas de campo consistiram no principal subsídio para as análises realizadas nesta dissertação. Como pontuado, vivi em Tete de maio de 2010 a fevereiro de 2011 e em Monapo, província de Nampula, de abril a dezembro de 2011, tendo voltado a Nacala, província de Nampula, para visitas de cerca de um mês de duração, durante o ano de 2012, sempre como funcionária de consultoria de gestão social que presta serviços para os megaprojetos em questão. Em novembro de 2014, retornei à cidade de Nampula como consultora do PCN e, em janeiro de 2015, realizei visita de campo à cidade de Tete, exclusivamente como pesquisadora para a presente investigação.

Para além da vivência de campo, que incluiu a convivência com diversos grupos em espaços de sociabilidade e lazer além da convivência profissional durante as minhas experiências como funcionária dos megaprojetos em questão, foram realizadas treze entrevistas, sendo quatro com funcionários do PCN e onze com funcionários do PCM, uma vez que dois dos entrevistados foram funcionários de ambos projetos. Tal diferença se deu porque, em função do pouco tempo e pouco recurso disponível para a pesquisa de campo, não pude passar mais tempo em Nampula, além do tempo em que estive prestando consultoria ao PCN. No entanto, considera-se que a convivência em campo e os diálogos cotidianos com funcionários e moradores da região onde se desenvolve o PCN foram suficientes para subsidiar adequadamente as análises presentemente empreendidas.

Cabe ainda pontuar que, no que se refere ao PCN, as análises estiveram centradas principalmente na cidade de Nampula, dado caráter longilíneo do Projeto e a dificuldade de locomoção, alinhada à já citada limitação de recursos. Trata-se da principal cidade impactada pelo projeto e também do local onde serão sentidos os impactos mais intensos, justificando a concentração da pesquisa.

Já na cidade de Tete, concentrei esforços para dedicar-me exclusivamente à realização de entrevistas, sendo possível focar mais profundamente, por exemplo, as diferenças entre o primeiro momento em que vivi na cidade e o momento atual.

Cabe ainda pontuar que foram privilegiadas entrevistas com moçambicanos, uma vez

que a maior convivência com brasileiros me permitiu apreender prioritariamente as percepções deste grupo na convivência cotidiana, de modo que priorizei entrevistas com moçambicanos a fim de compreender mais profundamente também as percepções deste grupo. No total, foram realizadas três entrevistas com brasileiros e dez entrevistas com moçambicanos. Os informantes foram selecionados por meio de indicações de amigos, procurando privilegiar a escolha de entrevistados com os quais eu tivesse menos intimidade, visando evitar que uma relação mais próxima influenciasse no andamento das entrevistas.

Optou-se pelo uso de pseudônimos a fim de preservar a identidade dos entrevistados, dado o caráter delicado das questões tratadas que poderiam vir a comprometê-los profissionalmente. Com isso, garantiu-se maior fluidez e fidelidade às verdadeiras opiniões nos depoimentos prestados. Pelo mesmo motivo, optou-se por não anexar a esta dissertação a íntegra da transcrição das entrevistas, uma vez que se entende que a partir delas poderia ser possível a identificação dos depoentes. Realizei a primeira entrevista com o auxílio de um gravador, no entanto, por avaliar que houve um efeito de inibição do entrevistado, optei por não utilizá-lo nas demais entrevistas, realizando apenas anotações à mão durante a entrevista e, no momento imediatamente posterior a elas, anotações mais extensas acerca do conteúdo discutido com cada entrevistado.

O quadro a seguir apresenta um breve perfil dos entrevistados.

***Quadro 1- Entrevistados***

Antonio	Moçambicano, funcionário que já passou pelos dois megaprojetos.
Joana	Moçambicana, funcionária do PCM.
Daniel	Moçambicano, natural da cidade de Tete.
Luiza	Brasileira, ex-funcionária do PCM.
Manoel	Moçambicano, funcionário que já passou pelos dois megaprojetos.
Maria	Brasileira, funcionária do PCM.
Luis	Moçambicano, funcionário do PCM.
Felipe	Moçambicano, funcionário do PCM.
André	Moçambicano, funcionário que já passou pelos dois megaprojetos.
José	Moçambicano, funcionário do PCN.
Márcia	Moçambicana, funcionária do PCN
Tomás	Moçambicano, funcionário do PCM

<p>Tiago</p>	<p>Brasileiro, ex-funcionário do PCM</p>
--------------	--

Entende-se que futuramente, em desdobramentos dessa pesquisa, com mais recursos e tempo disponível, este quadro de entrevistados poderá ser ampliado e diversificado.

As entrevistas foram conduzidas sob a forma de diálogos livres, uma vez que se entende que o formato de perguntas e respostas limita o debate. Assim, optou-se pela construção apenas de um pequeno roteiro que servisse como base para as entrevistas semiestruturadas, com poucas questões chave por tema, que acabaram se desdobrando em outros diversos assuntos analisados ao longo dessa dissertação.

O roteiro-guia geral segue reproduzido no quadro a seguir.

### **Roteiro de Entrevistas**

#### Tema 1 – Vale

- O que pensa da chegada da Vale em Moçambique? Quais os impactos negativos e positivos que enxerga?
- Como os megaprojetos se revertem em benefícios para a população? Qual a relação entre a população local e os megaprojetos?
- Qual a sua visão sobre as relações trabalhistas estabelecidas em Moçambique pela Vale em relação aos brasileiros e aos moçambicanos?

#### Tema 2 – Relação Brasil-Moçambique

- Qual o papel do Brasil no processo de desenvolvimento contemporâneo em Moçambique?
- Qual a sua visão sobre os brasileiros que vivem hoje em Moçambique?
- Enxerga alguma influência brasileira em Moçambique?

#### Tema 3 – Desenvolvimento

- O que pensa sobre o modelo de desenvolvimento adotado hoje em Moçambique?
- Qual o papel dos megaprojetos nesse cenário?
- Qual o papel dos dirigentes moçambicanos nesse cenário?

#### Tema 4 – Relações entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos megaprojetos

- Qual a sua visão sobre a relação entre esses dois grupos no cenário analisado?

- Vê conflitos? Quais?
- Qual o lugar da questão racial nessas relações?
- O que mudou nessas relações do início dos projetos até o momento?

Considerando o principal objetivo listado anteriormente, portanto, que consiste na colaboração para o desdobramento de novas pesquisas, considera-se que a presente investigação pode ser um ponto de partida, de modo que pesquisas futuras poderão aprofundar este roteiro de entrevistas e analisar questões subjacentes que não tenham sido abordadas no momento. Pretende-se, portanto, o aprofundamento e aprimoramento posteriores deste roteiro e desta pesquisa de maneira geral, que possivelmente se concretizará com a realização de um doutorado.



## 2. DELIMITANDO O CAMPO

Este capítulo pretende apresentar, de maneira geral, o campo selecionado para a presente pesquisa, oferecendo ao leitor um panorama acerca dos territórios onde desenvolvem-se os *megaprojetos*, objetos da presente pesquisa: Projeto Carvão Moatize (PCM) e Projeto Corredor Nacala (PCN), braço logístico do PCM. Para tal, pretende-se apresentar os principais dados que caracterizam as províncias de Tete, Niassa e Nampula, com enfoque especialmente voltado para a) a cidade de Tete – principal centro de sociabilidade dos funcionários do PCM; b) para o distrito de Moatize – em que se situa a mina de carvão; c) para a cidade de Nampula – local onde o PCN apresenta os mais intensos impactos, pois trata-se de um grande centro urbano.

Procurar-se-á, também, apresentar a Vale, empresa responsável pelo desenvolvimento dos *megaprojetos* em questão, seu histórico geral e o histórico de sua atuação em Moçambique, proporcionando uma compreensão mais aprofundada dos interesses envolvidos nas dinâmicas analisadas nesta dissertação.

Em seguida serão apresentados o Projeto Carvão Moatize e o Projeto Corredor Nacala, elencando os principais elementos que os compõem e suas dinâmicas de implementação, apresentando a discussão acerca da participação brasileira no processo de desenvolvimento africano, especialmente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e particularmente Moçambique.

Por fim, serão apresentadas as percepções de campo, resultado das vivências como funcionária do Projeto Carvão Moatize pelo período de dez meses, entre maio de 2010 e fevereiro de 2011; como funcionária de projetos diversos relacionados à Vale na região norte de Moçambique (inclusive o Projeto Corredor Nacala) entre abril de 2011 e outubro de 2012; como funcionária do Projeto Corredor Nacala em dezembro de 2014; e resultado ainda da pesquisa de campo realizada na cidade de Tete e no distrito de Moatize durante o mês de janeiro de 2015. Para além da vivência nos territórios em que se desenvolvem os *megaprojetos* em questão, foram ainda realizadas entrevistas com funcionários de ambos os projetos, conforme descrito na metodologia desta dissertação possibilitando o aprofundamento nas questões abordadas.

### 2.1.1. Contextualização geral

A República de Moçambique está situada na região sudeste do continente africano, é banhada pelo Oceano Índico e faz fronteira com a Tanzânia ao Norte; Malawi e Zâmbia a Noroeste; Zimbabwe a Oeste e Swazilândia e África do Sul a Sudoeste.

Moçambique se situa na Macrorregião denominada África Austral, composta por África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe<sup>2</sup>. Esta região atualmente ocupa um papel chave na geopolítica do continente, uma vez que sua localização entre os oceanos Atlântico e Índico implica em uma potencialidade de interação tanto com a América do Sul – incluindo o Brasil – quanto com o Oriente Médio e demais países asiáticos como Índia e China (CABAÇO, 2009), com quem a região possui histórico de comércio e influência mútua.

A figura a seguir ilustra a localização geográfica de Moçambique e em destaque aparecem os países que compõem a região denominada por África Austral segundo a divisão presentemente adotada:

---

<sup>2</sup> Cabe apontar que verifica-se diferentes divisões regionais para o continente africano de acordo com o autor ou com o enfoque dado. Optei por adotar a divisão baseada principalmente em critérios geopolíticos e de integração regional. Nesta proposta, a África está dividida em seis regiões, a saber África do Norte (Saara Ocidental, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito); África Ocidental (Benin, Burkina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo); África Central (Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo-Brazaville, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Ruanda e São Tomé e Príncipe); África Oriental (Etiópia, Eritreia, Djibuti e Somália); África Centro-Oriental (Uganda e Quênia); África do Oceano Índico (Madagascar, Ilhas Maurício e arquipélagos de Comores e Seychelles); além da África Austral, citada no texto. Cabe ainda apontar que a Tanzânia era considerada parte da África Centro-Oriental, mas nas últimas décadas vem se integrando à região Austral, e que Angola e Zâmbia pertenceram histórica e culturalmente à África Central. (Fonte: Material Didático do Curso de Pós-Graduação lato sensu em História da África e do Negro no Brasil da Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2012).



*Figura 1 – Mapa da África Austral.*

Fonte: <[cursohistoriacuarto.blogspot.com.br/p/expresionismo-abstracto.html](http://cursohistoriacuarto.blogspot.com.br/p/expresionismo-abstracto.html)>. Último acesso em: 04 mai. 2015>.

O país, cuja capital é a cidade de Maputo, possui população total de cerca de vinte e um milhões de habitantes, distribuídos em três regiões – Norte, Centro e Sul – e onze províncias, que encerram entre si acentuadas disparidades populacionais e socioeconômicas.

A figura a seguir apresenta o mapa de Moçambique:



**Figura 2** – Mapa de Moçambique.

Fonte: <[www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique](http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique)>. Último acesso em 04 mai. 2015.

Conforme dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)<sup>3</sup>, Moçambique possui uma extensão de 799.380 km<sup>2</sup>, sendo o 35º maior país em termos territoriais; desse total, 786.380 km<sup>2</sup> são de terra firme e 13.000 km<sup>2</sup> de águas interiores.

Com uma população total de 20.252.223 pessoas recenseadas no ano de 2007, Moçambique possui uma densidade demográfica de 25,3 habitantes/km<sup>2</sup>, sendo menos populoso que a média africana segundo as Nações Unidas – que é de aproximadamente 34 habitantes/km<sup>2</sup>.

O tamanho médio do agregado familiar projetado pelo INE para 2013 é igual a 4,8 pessoas por família. Importante destacar que o conceito de agregado familiar relaciona-se ao hábito moçambicano de conviverem pessoas com diversos graus de parentesco numa mesma

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: <[www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais](http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais)>. Último acesso em 04 mai. 2015.

habitação, ainda que em diversas construções<sup>4</sup>, diferentemente da família nuclear habitualmente tida como parâmetro no Brasil, por exemplo.

De acordo com este último recenseamento realizado pelo INE em 2007, 69,6% da população total vive na zona rural, representando um total de 14.100.249 pessoas, e 30,4% residem na zona urbana, ou seja, 6.151.974 de pessoas. Já no que se refere ao sexo, a maioria da população moçambicana pertence ao sexo feminino, seguindo uma tendência global relacionada, entre outros fatores, a taxas de mortalidade precoce mais altas entre os homens.

O país apresenta uma população com estrutura etária muito jovem, o que se relaciona com as elevadas taxas de fecundidade aliadas a uma expectativa de vida muito baixa (projetada para 53 anos em 2013), de modo que a pirâmide etária moçambicana possui a característica das pirâmides de países subdesenvolvidos, com a base larga e o topo estreito.

A mortalidade infantil calculada no país é, segundo o INE, de 91,96 mortes por mil nascidos vivos - o nível considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde é de dez mortes para cada mil nascimentos vivos.

O padrão de morbi-mortalidade marcado pela prevalência de internações e mortes causadas por doenças infecciosas e parasitárias (com destaque para a malária e para as doenças de veiculação hídrica) também explica a estrutura etária muito rejuvenescida da população, na qual se destaca a elevada razão de dependência – proporção relativa entre a população inativa e a população em idade ativa.

A maior parte da população nacional com cinco anos ou mais de idade não é alfabetizada, constituindo um percentual de 52,7%. Dentro dessa faixa etária, também são poucos os indivíduos que chegaram a completar o ensino primário do 1º Grau, equivalente às quatro primeiras séries escolares, representando cerca de 13% da população, dentre os quais 41% são mulheres. De acordo com um estudo do INE de 2005 há cerca de 8.700 unidades escolares de primeiro grau no país e aproximadamente 1.300 unidades de segundo grau, em ambos os níveis a presença masculina é superior à feminina no que se refere ao número de alunos matriculados – a predominância de homens no primeiro grau é de 53,6%, índice que sobe para quase 59% entre os estudantes do segundo grau.

Em relação à área da saúde, o país tem como principais desafios a malária e o HIV/SIDA, de acordo com o Inquérito Nacional sobre Causas de Mortalidade do INE, enquanto a primeira é responsável por 28,8% das mortes no país, a segunda responde por 26,9% dos óbitos.

---

<sup>4</sup> É comum, por exemplo, nas zonas rurais, a construção de casas de apoio para os filhos mais velhos, geralmente construídas por eles mesmos.

No que se refere à economia, embora venha alcançando significativas melhorias no período atual de reconstrução após o fim do conflito civil em 1992, mais de metade da sua população ainda vive abaixo da linha da pobreza – que o Banco Mundial estipula como sendo a população que vive com menos de 1,25USD *per capita* diários – e o país está em 185º lugar entre 187 países analisados no ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) desenvolvido pela ONU<sup>5</sup>, que considera dados relacionados às condições de educação e saúde – o que indica que o recente crescimento econômico não tem se refletido em desenvolvimento social<sup>6</sup>.

A economia moçambicana é pautada na agricultura de subsistência, mais de 75% da população ocupada se dedica ao ramo da agricultura, silvicultura e pesca, com perfil predominantemente rural e de pequena produção familiar, segundo o último Recenseamento Geral da População, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2007<sup>7</sup>.

A produção nacional é voltada quase exclusivamente para o fornecimento de matéria-prima, de modo que a indústria nacional ainda é incipiente e há necessidade de exportação de uma grande variedade de bens de consumo. Trata-se de um perfil de baixa especialização da mão de obra que é característico no país e remete aos anos de exclusão educacional no colonialismo que ainda se refletem nas baixas taxas de escolaridade atuais.

Tal situação dialoga diretamente com as ideias defendidas por Joseph Ki-Zerbo, que atribui à colonização o fato de os países africanos dedicarem-se até a atualidade à produção de matéria-prima. O autor aponta que: “se analisarmos a balança comercial de países africanos, veremos que 60% a 80% do valor de suas exportações são matérias-primas” (Ki-ZERBO, 2009, p. 25) e enxerga aí um pacto colonial que dura até os dias de hoje.

A colonização foi muito mais curta do que o tráfico dos negros, mas foi mais determinante. O colonialismo substituiu inteiramente o sistema africano. Fomos alienados, isto é, substituídos por outros, inclusive no nosso passado. Os colonizadores prepararam um assalto à nossa história. O pacto colonial queria que os países africanos produzissem apenas produtos em bruto, matérias-primas e enviar para o Norte, para a indústria europeia. A própria África foi aprisionada, dividida, esquartejada, sendo-lhe imposto esse papel: fornecer matérias-primas. Esse pacto colonial dura até hoje. (Ki-ZERBO, 2009, p. 25).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf](http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf)>. Último acesso em 04 mai. 2015.

<sup>6</sup> Segundo o Inquérito do Orçamento Familiar de 2008, 11,8 milhões de habitantes vivem abaixo da linha da pobreza em Moçambique, respondendo por aproximadamente 58% da população total.

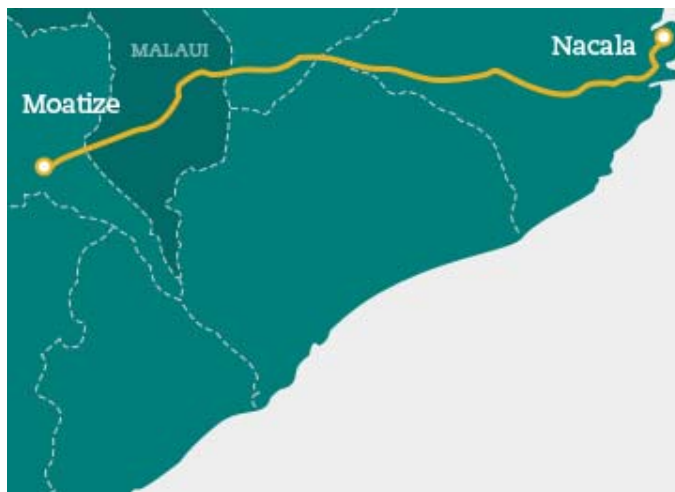
<sup>7</sup> Disponível em: <[www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais](http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais)>. Último acesso em 18 mai. 2015.

O autor coloca que os países africanos foram historicamente acusados de dependência em relação às antigas metrópoles, de modo que a impossibilidade de produzir era apontada como um impeditivo às independências nacionais. No entanto, reforça o papel que teve a colonização, empurrando a África para este papel ao longo de cem anos. Aponta ainda que a economia mundial tornou-se cada vez mais uma economia da inteligência e da informação, que se baseia cada vez menos nas matérias-primas do Sul, excluindo, portanto, gradativamente, esses países de sua lógica e os forçando a seguir ocupando um papel de globalizados, enquanto o Norte desenvolvido segue como globalizador, também nas palavras do autor.

Tal debate se aplica diretamente à realidade moçambicana, pois trata-se de um país que alcançou sua independência em 1975 e que, como colocado, possui ainda hoje a maior parte de sua produção voltada para o fornecimento de matéria-prima. O Projeto Carvão Moatize insere-se no bojo dessa discussão, uma vez que se trata de um projeto de exploração de carvão bruto, voltado totalmente para exportação.

O Projeto Carvão Moatize e seu braço logístico, o Projeto Corredor Nacala, abrangem três províncias do território moçambicano, Tete - situada na região central – e Niassa e Nampula – situadas na região norte do país. A ferrovia, denominada também por Corredor de Desenvolvimento do Norte, atravessa também o território malawiano, no entanto, como colocado, este trecho não será presentemente abordado, pois o estudo se limita ao território moçambicano, já bastante extenso enquanto tema para uma dissertação de mestrado.

A figura a seguir localiza os territórios abrangidos pelos *megaprojetos* analisados, a partir de um esboço do trajeto da ferrovia a partir das minas de carvão em Moatize até o terminal portuário em construção de Nacala-a-Velha:



**Figura 3** – Territórios abrangidos pelos megaprojetos analisados.

Fonte: <[www.vale.com/PT/business/logistics/railways/Paginas/default.aspx](http://www.vale.com/PT/business/logistics/railways/Paginas/default.aspx)>. Último acesso em 04 mai. 2015.

A província de Tete, onde se localizam as minas de carvão de Moatize e onde se desenvolve, portanto, o PCM, colocava-se – à época de realização do último recenseamento –, dentre as onze províncias de Moçambique, como a terceira mais populosa, com 8,8% de sua população. Contava, então, com 1.783.967 habitantes, dos quais 1.522.569 (85,3%) viviam na área rural e os 261.398 (14,7%) em área urbana.

A província é composta pela cidade de Tete, sua capital, e outros doze distritos, entre os quais Moatize, local específico onde está implantado o Projeto, era o segundo mais populoso, com uma população de 215.092 habitantes em 2007, atrás apenas do distrito de Angónia, ao passo que a cidade de Tete possuía 155.870 habitantes.

A população da província de Tete era de 1.144.604 habitantes. Esse número representava um aumento de 37,7% da população para o período 1980-1997. Houve, portanto, um incremento de 313.600 habitantes em 17 anos, num período em que a população anual crescia a uma taxa de 1,8% (II Recenseamento Geral da População e Habitação – 1997 – província de Tete, p. 5). Esses dados são importantes, pois fornecem uma dimensão da dinâmica populacional para o período seguinte, 1997–2007. Neste último período, o crescimento da população foi de 55,9%, equivalente a 639.363 pessoas, numa taxa de crescimento de 4,5%, mais do que o dobro do considerado para o período anterior.





**Foto 1** – Ponte Samora Machel, que liga a cidade de Tete ao distrito de Moatize.



**Foto 2** – Rotatória da EN07, que liga a cidade de Tete ao distrito de Moatize.

O distrito de Moatize especificamente também vem experimentando um acelerado crescimento populacional, tendo passado de 109.103 habitantes em 1997 para 215.092 habitantes em 2007. Isso representa um crescimento de 97% a uma taxa de crescimento anual de 4,9%. As taxas de crescimento da cidade de Moatize e cidade de Tete acompanham a tendência provincial, tendo crescido a uma taxa anual de 3,9% e 4,1%, respectivamente. O país cresceu 26%, numa taxa anual de 2,4%. Observa-se, portanto, que embora o país apresente altas taxas de crescimento, elas são ainda muito maiores na região analisada.



**Foto 3** – Distrito de Moatize, visto da cidade de Tete.



**Foto 4** – Biblioteca da Escola Secundária do distrito de Moatize.

Para além da recente diminuição da taxa de mortalidade geral e infantil gerada pelos avanços em saneamento básico e pelo combate progressivo às enfermidades como o HIV/SIDA, a desnutrição e a malária, cabe apontar como fator importante que contribui para estas altas taxas de crescimento a implantação de empreendimentos na região, os chamados *megaprojetos*, que, na região, não se resumem somente ao PCM, sendo possível citar, por exemplo, o Projeto Carbonífero de Benga, operado atualmente pela indiana ICVL (International Coal Ventures Private Limited), mas que já foi também operado pela mineradora britânico-australiana Rio Tinto e implantado pela mineradora australiana Riversdale.

A província do Niassa, por onde passa a ferrovia objeto do Projeto Corredor Nacala, por sua vez, destaca-se como a província menos populosa do país, com apenas 1.170.783 habitantes. Destes, 902.766 viviam na zona rural, correspondendo a 76,3% do total. Ela é também a província mais extensa de Moçambique com área de 122.827km<sup>2</sup> e a menos adensada entre todas, com 9,5 habitantes/km<sup>2</sup>.

Suas principais cidades são a capital, Lichinga, e a cidade de Cuamba, esta última impactada diretamente pela ferrovia integrante do Projeto Corredor Nacala.



**Foto 5** – Cidade de Lichinga.

Por fim, a província de Nampula caracteriza-se por ser a mais populosa do país, contendo, além da capital Nampula, terceira maior cidade do país, outras três cidades, Nacala-Porto, Ilha de Moçambique e Angoche. A cidade de Nampula, capital da província, é uma das mais importantes cidades do país, e o porto da cidade de Nacala-Porto é hoje um dos mais importantes de Moçambique.

A província possuía população de 3.985.613 habitantes, que correspondem a 19,7% de toda a população moçambicana, segundo recenseamento do INE realizado em 2007. Com uma extensão territorial de 78.197 km<sup>2</sup>, a província é a segunda mais adensada do país com 50,9 habitantes/km<sup>2</sup>, ficando atrás apenas de Maputo Cidade, que possui *status* de província.



**Foto 6** – Estradas da região do distrito de Nampula.



**Foto 7** –Vendedores ambulantes nas estradas da província de Nampula.

Cabe ainda recuperar, brevemente, a história de Moçambique, uma vez que os acontecimentos que se sucederam e culminaram nos processos atuais de construção e percepção de identidades possuem influência direta na compreensão dos processos de interação entre brasileiros e moçambicanos que são analisados nesta dissertação.

A história de Moçambique mostra que o colonialismo deixou profundas marcas na formação da identidade nacional e na própria constituição da sociedade. Os indígenas<sup>8</sup>, por exemplo, não eram considerados cidadãos e só podiam frequentar escolas rudimentares controladas pelas missões católicas portuguesas por três anos, para então poderem ingressar na escola pública, causando um enorme déficit na educação dos nativos. Indício disso está no fato de que dos 212.428 ingressados apenas 2.761 conseguiram passar para a escola pública em 1955, pouco mais de 1%. O trabalho forçado (*chibalo*), embora tenha sido oficialmente

<sup>8</sup> Ao longo do período colonial, os naturais de Moçambique, filhos de moçambicanos de origem não portuguesa foram tratados por “indígenas”. Uma série de decretos e leis dispôs sobre os seus direitos e, principalmente, deveres, até que, em 1926, foi promulgado o Estatuto do Indigenato, que estabelecia as diferenças jurídicas entre os direitos e deveres de brancos, indígenas, e assimilados. Nele, o indígena era dotado de inferioridade jurídica. (MENESES, 2010). Os indígenas eram considerados incapazes e precisavam passar por um processo de assimilação da língua e de costumes por portugueses para serem considerados cidadãos. Eram controlados pelos chefes de posto inclusive no seu direito de ir e vir e só podiam comparecer às escolas rudimentares controladas pelas missões católicas por três anos antes de ingressar nas escolas públicas. (MACAGNO, 1999).

extinto no início do século XX, continuava acontecendo de forma velada, perpetuando as marcas da submissão e subordinação coloniais (MACAGNO, 1999).

Outro fato histórico que data desta época e que vale a pena mencionar por sua relação com o tema são os acidentes ocorridos nas minas de carvão de Moatize, então exploradas em cavas subterrâneas<sup>9</sup> pela Carbonífera de Moçambique, controlada majoritariamente por portugueses. Em 1976, uma explosão vitimou fatalmente 98 mineiros e, em 1977, uma nova explosão matou 64 trabalhadores. Como resposta, os mineiros sobreviventes do segundo episódio atacaram e mataram sete engenheiros portugueses e dois belgas, todos ocupantes de altos cargos na Companhia<sup>10</sup>.

Após a independência em 1975, retardada ao máximo por Portugal e marcada por uma sangrenta luta de libertação e por um governo de transição, o país enfrentou ainda um conflito interno que só teve término em 1992, denominado de diferentes maneiras e ainda profundamente marcado na memória da população. Beluce Bellucci (2007) opta por identificá-lo como “guerra de desestabilização” e reforça a importância do apoio bélico e ideológico de países governados por ideias racistas e anticomunistas, como a África do Sul e a antiga Rodésia para sua continuidade, de modo que, assim como em outros países do chamado Terceiro Mundo, os conflitos internos nada mais eram do que uma extensão da Guerra Fria, que, na periferia do mundo, teve um imenso saldo de mortos.

A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), responsável pela independência do país e partido no poder até a atualidade, implantou o socialismo e estatizou a economia após o fim do período colonial. No entanto, com a “guerra de desestabilização”, a pressão externa e o aprofundamento da crise econômica – marcada por dívidas e dependência externa – foi possível assistir, desde a década de 1980, a uma abertura para o neoliberalismo, com a política econômica voltada para exportação de produtos primários e assinatura de acordos como o Programa de Ajustamento Estrutural do FMI e do Banco Mundial (BELUCCI, 2007), que previa a inserção do continente africano no mercado mundial por meio de ideais liberais.

No setor rural, por exemplo, ocorreu o que Belluci (2007) chamou de “retorno às companhias majestáticas”, com a concessão de grandes áreas para empresas privadas que produzem e comercializam sob pouca intervenção estatal. Houve também grandes investimentos em infraestrutura a fim de atender às demandas dos grandes investimentos estrangeiros.

---

<sup>9</sup>Atualmente, no PCM, a exploração de carvão é realizada em minas a céu aberto.

<sup>10</sup> Disponível em: <[expresso.sapo.pt/o-massacre-da-mina-chipanga-3=f6633333](http://expresso.sapo.pt/o-massacre-da-mina-chipanga-3=f6633333)>; <[macua.blogs.com/files/massacremoatize\\_unica.pdf](http://macua.blogs.com/files/massacremoatize_unica.pdf)>. Último acesso em 04 mai. 2015.

No que se refere à estrutura organizativa moçambicana, trata-se de uma estrutura altamente centralizada, que se estende de maneira capilarizada e estamentada através dos diversos níveis hierárquicos, em um sistema que interliga desde a presidência da República até o menor chefe local e no qual a hierarquia é bastante rígida e formalmente seguida em todos os níveis. Tal estrutura está diretamente relacionada à herança marxista-leninista da FRELIMO, partido que possui características de partido centralizador.

O sistema de governo é marcado pela centralização do poder do Estado e do Governo na figura do Presidente da República, contando, ao mesmo tempo, com um Primeiro Ministro que assiste a ele, fazendo com que o sistema possua contornos tanto presidencialistas quanto parlamentaristas. Porém, segundo o Portal do Governo de Moçambique<sup>11</sup>, o sistema de governação no país é oficialmente presidencialista, uma vez que é a figura do presidente quem concentra os poderes de chefe do Estado, chefe do Governo e também de comandante-chefe das Forças Armadas.

Moçambique se define, na Constituição de 1994, como um Estado democrático de direito, um conceito de Estado que, resumidamente, submete os indivíduos, incluídos aqui os governantes, ao poder da lei, utilizando como mecanismo de representação política a eleição democrática. Assim, este tipo de Estado é comumente associado aos conceitos de liberdade e pluralismo político, ou seja, ao introduzir o voto como meio da população discutir e escolher seus representantes, o Estado democrático de direito tenciona representar todas as diferentes vertentes políticas. Porém, a formação do sistema político moçambicano possui particularidades que problematizam esta realidade.

Na esfera de representatividade local, por exemplo, o sistema político moçambicano possui uma característica que dificulta o crescimento da oposição regionalmente. Dentro das Assembleias Legislativas Municipais, seus membros são eleitos através do voto direto e universal, porém, o sistema não prevê o voto nominal como método de escolha dos seus representantes; a população vota nos partidos, a partir de uma lista partidária fechada com os nomes dos candidatos discutidos internamente. Após a totalização dos votos, distribuem-se as cadeiras da Assembleia Legislativa de acordo com a quantidade de votos que cada partido recebeu. Assim, a representação proporcional faz com que não se saiba quem vai assumir as cadeiras da Assembleia; para assumir essa posição, o candidato depende da inclusão do seu nome nas listas partidárias, a partir de uma posição favorável dentro do partido.

---

<sup>11</sup> Para maiores informações, vide sítio <[www.portaldogoverno.gov.mz/](http://www.portaldogoverno.gov.mz/)>. Último acesso em 04 mai. 2015.

No final da década de 1980, com o declínio do conflito civil, o Estado Moçambicano iniciou uma transição de sistema político, passando para um sistema multipartidário, que culminou na Constituição de 1990. Do ponto de vista econômico, o regime, que seguia moldes semelhantes e alinhados com o então Bloco Socialista, organizando-se de modo que a economia e a política fossem centralmente planificadas, iniciou um processo de transformação em direção à aproximação de uma economia de mercado e busca pela democracia. É dentro deste contexto histórico que os pilares da descentralização política foram fixados. As áreas administrativa, jurídica e financeira, em conjunto com um sistema que delega a responsabilidade de gestão para fora da estrutura central de governo, constituíram as modalidades da descentralização política.

O processo de descentralização política em Moçambique pode ser definido como um processo gradual de abertura do espaço político que visa trazer as comunidades para mais perto das decisões da administração. Para além disso, pretende modernizar os mecanismos do Estado, melhorando os instrumentos de programação de recursos públicos aos níveis provincial e distrital. A descentralização, portanto, também pode ser vista como uma forma de buscar a legitimação das políticas nacionais.

No que se refere ao Poder Executivo, os níveis hierárquicos verificados em nível nacional e provincial são a Presidência da República, cujo presidente é eleito por sufrágio universal direto, e os Governos Provinciais, cujos membros, inclusive o Governador Provincial, são nomeados pelo Presidente da República. A nível nacional há também o Primeiro Ministro, que é nomeado pelo Presidente e o assiste e aconselha na direção do Governo.

Já o poder Legislativo é composto pela Assembleia da República, constituída por representantes eleitos por voto direto e universal que determinam as normas de funcionamento do Estado através da criação de leis e deliberações acerca dos interesses do Governo e da população; e a Assembleia Provincial, órgão de representação democrática, eleita por voto direto e universal.

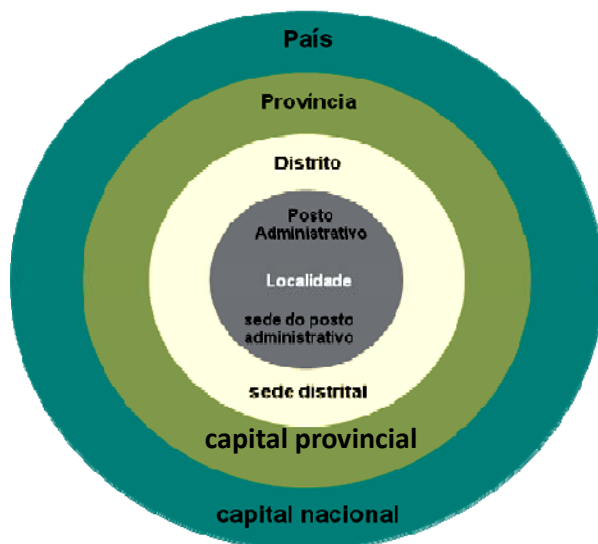
O Poder Judiciário conta ainda com o Tribunal Supremo, Tribunal Administrativo e os Tribunais Judiciais (voltados à justiça comum, civil e penal), além dos Tribunais Militares.

O Ministério Público é o órgão encarregado de representar o Estado, a instrução dos processos criminais, controlar a legalidade e assegurar a defesa jurídica dos menores, ausentes e incapazes. É subordinado ao Procurador-Geral da República.

Esta estrutura organizacional é duplicada no nível distrital. Os Governos Distritais são chefiados por administradores nomeados pelos governadores provinciais. Abaixo dos distritos

encontram-se os Postos Administrativos e, abaixo deste nível, integram ainda o poder Executivo as Localidades, último nível cujo caráter pode ser considerado oficial.

A figura a seguir ilustra esta estrutura:



*Figura 4 – Estrutura organizativa do estado moçambicano.*

No interior das localidades, no entanto, a estrutura organizativa continua se capilarizando, de modo que figuram neste cenário os secretários, responsáveis por bairros, abaixo deles os chamados chefes de zona, responsáveis por territórios menores dentro dos bairros, e ainda os chamados chefes de dez casas ou chefes de quarteirão, menor célula de poder identificada. Todos estes cargos são indicados internamente pelo partido.

Paralelamente, existe o poder Tradicional, que, na figura do regulado, encontra legitimidade dentro do aparelho de Estado. Os regulados, pelos quais está responsável um régulo ou uma rainha, situam-se dentro das localidades, podendo inclusive abarcar mais de uma, e podem ter maior ou menor força dependendo da região. Importante colocar que, à época da independência, a figura do régulo foi rejeitada pelo novo governo independente, uma vez que tal figura esteve historicamente atrelada ao poder colonial. No entanto, com a percepção de que estas figuras não perderiam a sua força tradicional junto às comunidades, os régulos e rainhas foram reincorporados à estrutura de governo e hoje são reconhecidos pelo governo.

Importante frisar também que, abaixo do nível da localidade, o cumprimento objetivo da estrutura hierárquica é bastante variável de acordo com o território.

Verificam-se ainda no país os municípios, que possuem *status* de autarquias e seguem, portanto, uma estrutura administrativa diferenciada da dos distritos. A estrutura organizativa das autarquias é formada centralmente pelo Presidente do Conselho Municipal, eleito por voto direto e universal na circunscrição territorial da autarquia, assim como a Assembleia Municipal, que é eleita segundo o sistema de representação proporcional.

As autarquias municipais são divididas em cidades ou vilas, as primeiras subdivididas em quatro diferentes categorias, sendo elas:

- “A” – a cidade capital do país: Maputo;
- “B” – algumas capitais provinciais que têm papel preponderante no desenvolvimento regional interno e na realização de programas de cooperação regional de carácter internacional. Ex.: Beira, Nampula, Matola;
- “C” – demais capitais provinciais e cidades cuja dimensão histórico-cultural, bem como sua importância económica possuem interesse nacional e na cooperação regional. Ex.: Chimoio, Nacala, Quelimane, Inhambane, Lichinga, Pemba, Tete, Xai Xai, Ilha de Moçambique;
- “D” – demais centros urbanos do país cujo grau de desenvolvimento os caracteriza como cidades e assumem um papel de relevo no desenvolvimento local. Ex.: Angoche, Cuamba, Chibuto, Chókwè, Dondo, Guruè, Manica, Maxixe, Mocuba, Montepuez.

As vilas, por sua vez, seriam aglomerados urbanos que, devido ao seu grau de desenvolvimento económico e populacional, são dotados de poderes autárquicos pelo governo central com fins de agilizar o processo de planificação e tomadas de decisão, além de alinhar com o processo de descentralização do poder.

Cabe apontar ainda que, com as eleições realizadas em 2014, Moçambique vive um novo momento de instabilidade política. A FRELIMO, partido no poder desde a independência, ganhou as eleições em um resultado apertado. No entanto, a RENAMO, partido de oposição, não reconheceu o resultado das eleições, alegando fraude, o que deu início a um novo momento de tensão, com ameaças veladas e explícitas de novos conflitos armados, e com a ameaça de formação de um governo paralelo, principalmente nas regiões onde a RENAMO historicamente possui maioria, como é o caso da província de Nampula.

É nesse complexo contexto que se inserem os chamados *megaprojetos*, que consistem em investimentos estrangeiros voltados para empreitadas muito significativas economicamente, mas caracterizados por serem projetos de capital intensivo, cujo retorno efetivo para o país é pequeno, principalmente no que se refere a desenvolvimento social. O



impacto na geração de empregos é baixo e os impostos e taxas locais são reduzidos exatamente para atrair estes grandes investimentos. Beluce Bellucci (2007) coloca que as multinacionais responsáveis por estes empreendimentos observam as condições políticas que permitam a expatriação dos lucros e as condições técnicas que garantam a produção com os menores custos, enquanto, em contrapartida, a participação da população fica resumida a uma parcela muito baixa, de modo que se observa a sua exclusão tanto enquanto trabalhadores quanto como consumidores.

Os chamados *megaprojetos* podem ser apontados como um signo da contemporaneidade, categoria que vem recebendo tantas denominações e é palco de intenso debate no campo das ciências sociais. Zigmunt Bauman (2003), um dos principais teóricos que debate a contemporaneidade atualmente aponta que uma das características da época que denomina por “modernidade líquida” consiste na dominação de uma elite extraterritorial sobre uma maioria fixa. O PCM pode ser apontado como um caso exemplar desse fenômeno, uma vez que uma grande massa de moradores da região, fixos, empobrecidos, muitas vezes sequer falantes do português, língua oficial do país, assistem a uma companhia estrangeira extrair riqueza do seu solo sem ver a concretude dos benefícios prometidos em compensação a isso. A própria designação da categoria de empresa “multinacional” já aponta para este cenário. Trata-se de uma empresa que, apesar de estrangeira, é multinacional, é extraterritorial, assim como seus executivos e também grande parte de seus funcionários, brasileiros em sua maioria, mas em alguma medida também extraterritoriais, falantes de diversos idiomas e em constante fluxo por todas as regiões do país e por diferentes continentes.

Apesar das taxas de crescimento do PIB virem aumentando consideravelmente nas últimas décadas<sup>12</sup>, a chamada dependência externa, definida pelo peso representativo dos investimentos estrangeiros nos setores privado e estatal nacional, não tem diminuído significativamente.

Segundo os dados contidos na análise de Castel-Branco (2011), a dependência do investimento privado em relação ao financiamento estrangeiro em Moçambique é da ordem de 85% e mais de 50% do orçamento do Estado também segue financiado externamente, o que implica dizer que Moçambique apresenta uma grande fragilidade no setor, de modo que seu sistema organizacional funciona fixado em moldes que sustentam esta dependência externa.

---

<sup>12</sup> O PIB *per capita* duplicou, crescendo a uma média de 5% ao ano nos últimos catorze anos. (Castel-Branco, 2011).

Ainda de acordo com a análise de Castel-Branco (2011), estas altas taxas de subordinação dos investimentos nacionais ao capital estrangeiro não são produto simplesmente de uma aparente fragilidade do Estado e da economia moçambicana, mas têm raízes muito mais arraigadas em uma base social e política estamentada e atrelada diretamente aos interesses do capital, que conduzem a economia de maneira geral e, particularmente, as dinâmicas da organização da propriedade privada, da produção, do padrão de acumulação e da distribuição de riqueza.

Tal análise possui relação direta com as ideias postuladas por Ki-Zerbo (2009) e apontam para o tipo de desenvolvimento levado a cabo por Moçambique e fomentado pelo Brasil. Ki-Zerbo discute a importação de categorias ocidentais operada em África no último século, e aponta como a implantação do capitalismo no continente fez com que a economia local passasse a se desenvolver sobre bases estranhas, não construindo uma forma de desenvolvimento alternativo e mais apropriada e legítima e sim passando a operar em favor de uma elite diminuta e dos chamados países desenvolvidos.

O autor coloca que o regime colonial era paternalista e autoritário, não tendo havido, em África, uma preparação para a democracia. O colonialismo aproveitou-se da antiga organização de chefaturas africana em seu favor, de modo que tal classe, que futuramente viria a tornar-se a classe dirigente dos países africanos, foi formada para comportar-se “não como representantes democraticamente eleitos, mas como homens do poder” (KI-ZERBO, 2009, p. 61). Com as independências, os novos regimes mantiveram essa herança totalitária e, com o avanço do neoliberalismo, assiste-se hoje a uma situação peculiar e desastrosa no continente no que se refere ao poder político e econômico:

Hoje, os Estados decompõem-se porque os programas de ajustamento estrutural foram impostos com a ideia fixa de que o Estado é a pior forma de gerir os assuntos públicos. Era preciso, a qualquer preço, que o Estado desse lugar ao setor privado. Tratava-se de destruir todo o poder do Estado ou de diminuí-lo consideravelmente, transferindo, ao máximo, tudo o que era da sua competência, para organizações privadas ou estruturas descentralizadas. É este o postulado do neoliberalismo posto em voga pelo Banco Mundial e pelo FMI. O Estado neocolonial foi substituído pelo setor privado. Mas como o setor privado africano não está solidamente implantado, a supressão do Estado, na África, deixou um vazio considerável. De fato, o Estado não é substituído por nada; as pessoas perderam o hábito do Estado africano tradicional e não se apropriaram do Estado moderno do tipo colonial. É uma grande deficiência que, na realidade, abre caminho para uma espécie de caos que não existe em nenhum outro lugar. Este vazio é preenchido pelos mais ricos e por aqueles que ascenderam ao poder. (KI-ZERBO, 2009, p. 63).

Os partidos políticos em África consistem em uma questão complexa, podendo também ser entendidos como categorias de algum modo importadas, na visão do mesmo autor. Os partidos na Europa se constituíram sobre as bases de suas próprias clivagens sociais; o pensamento marxista, por exemplo, propunha que os partidos políticos representassem as classes sociais existentes naquela conjuntura. Em África, é possível observar que a indústria é incipiente, o que ocasiona uma classe operária também incipiente. Dessa maneira, os partidos em África são constituídos em bases exógenas, principalmente a partir das heranças da Guerra Fria e da sua intensa influência sobre a geopolítica africana.

Beluce Belucci (2007) coloca que:

[...] a economia política na África, no século em que o continente foi incorporado à economia-mundo, não cessou de girar em torno das definições do capital, passando a servi-lo em todos os momentos para apontar a estagnação do nível de vida da população, que seguiu sem melhoras significativas com exceção de pequenos grupos cada vez mais concentrados e concentradores de capitais. (BELLUCI, 2007, p. 114).

Este cenário resulta em um país estruturalmente dependente da ajuda externa em diversos setores, implicando em uma maior interferência estrangeira na agenda política nacional, aumento do endividamento do país e, indiretamente, na manutenção da situação de pobreza no país, uma vez que esta estrutura socioeconômica perpetua uma distribuição desigual da riqueza entre as classes sociais.

Para além disso, o histórico de dependência internacional, que aponta para percentagens ainda maiores no período que sucedeu o término do conflito civil, contribuiu para a construção de uma percepção de subordinação, muito presente no senso-comum moçambicano. Ou seja, atrelada a outros fatores históricos como a escravidão, a independência relativamente tardia e a consequente submissão em diversos níveis do povo moçambicano pelo estrangeiro, além da manutenção das altas taxas de pessoas em situação de vulnerabilidade (analfabetismo, baixa renda, insegurança alimentar) reforçada por acontecimentos históricos como a “guerra de desestabilização”, esta dependência externa causou e ainda causa profundas marcas na construção da identidade nacional moçambicana, contribuindo com a perpetuação das relações de subordinação historicamente construídas entre o estrangeiro e o africano, de maneira geral.

### 2.1.2 A Vale em Moçambique

Uma das principais representantes da inserção brasileira no cenário descrito é a Vale, multinacional brasileira do ramo da mineração e operadora dos *megaprojetos* em torno dos quais desenvolvem-se as relações analisadas nesta dissertação.

A Vale é a segunda maior companhia mineradora do mundo e a melhor avaliada no mercado financeiro americano. A empresa opera em mais de 30 países, e emprega mais de 200 mil pessoas em projetos ao redor do mundo.

O início da história que deu origem à mineradora pode ser datado de 1909, quando os ingleses compram as reservas de minério de ferro de Minas Gerais, formando uma empresa de capital inglês, que, em 1942, durante o Governo Getúlio Vargas, é absorvida pelo governo brasileiro, dando origem à então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na região da cidade de Itabira, voltada para a exploração das minas de ferro ali situadas.

Após a Segunda Guerra Mundial, a empresa forneceu minério de ferro para a reconstrução do Japão<sup>13</sup> e durante a década de 1970 a empresa se consolidou como a maior exportadora de minério de ferro do mundo, posição que ocupa até os dias atuais.

Em 1997, durante o Governo FHC, a CVRD foi privatizada e adquirida por um consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em um processo controverso e contestado até hoje por movimentos de esquerda contrários à privatização, em função, entre outros fatores, da participação do Bradesco no consórcio de avaliação da venda da Vale, sendo que posteriormente um grupo diretamente ligado ao banco passou a ser um dos principais acionistas da empresa privatizada, o que é apontado por muitos como uma irregularidade no processo.

Em 2007 a CVRD passa por uma reformulação de sua imagem e de sua marca, passando a ser identificada apenas pelo nome Vale.

Atualmente, a Vale é uma empresa privada, de capital aberto, e seu Conselho de Administração é controlado pela Valespar S.A, cuja constituição acionária é composta pela Litel/Litela, que consiste em um fundo de investimentos controlado pela PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), fundo de pensão que gerencia a previdência complementar dos funcionários do Banco do Brasil, detentora de 49% das ações;

---

<sup>13</sup>Disponível em:<[www.pstu.org.br/node/7105](http://www.pstu.org.br/node/7105)>. Último acesso em 04 mai. 2015.

pela Bradespar, empresa criada a partir de um desdobramento do Bradesco, com 17,4%; pela Mitsui, um dos maiores conglomerados japoneses, detentor de 15% das ações; pela BNDESpar, *holding* do BNDES e que detém 9,5% das ações; e finalmente pelo grupo ligado ao Banco Opportunity, detentor de 0,03% das ações.<sup>14</sup>

A empresa atua em Moçambique desde novembro de 2004, quando o Governo de Moçambique concedeu, após processo de licitação, o direito de exploração das áreas carboníferas em Moatize à então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Os estudos de pré-viabilidade e de viabilidade que compuseram o Projeto Carvão Moatize tiveram início no ano de 2005, envolvendo a realização de diversos estudos de caráter geológico, logístico, socioeconômico e socioambiental, além de atividades de promoção da participação popular, sempre com o acompanhamento dos governos local, regional e nacional moçambicanos. Tais atividades compuseram a etapa de implantação do PCM, que se seguiu até o ano de 2011. A fase de operação, caracterizada pela efetiva extração de carvão mineral, teve início em 2011 e estima-se que terá duração de cerca de trinta e cinco anos até o esgotamento das minas, com previsão de produção de até 26 milhões de toneladas de carvão ao ano quando alcançada sua capacidade total.

O Projeto Corredor Nacala, diretamente relacionado ao carvão na medida em que consiste no corredor logístico para o escoamento da produção das minas de Moatize, começou a ser cogitado já no seio dos estudos de viabilidade realizados para o PCM e, em 2010, paralelamente à implantação do PCM, tiveram início os estudos de viabilidade específicos referentes ao PCN.

Ao longo de parte da etapa de implantação teve lugar em Moatize também a Fundação Vale, fundação corporativa voltada para ações sociais atreladas aos projetos desenvolvidos pela mineradora. Atualmente, após a recente mudança de gestão e em função do mau momento que a empresa atravessa, a Fundação Vale já não atua em Moçambique.

No que se refere à relação entre a empresa e o Estado moçambicano, uma das entrevistadas, Maria, afirmou que “não há continuidade nem de um lado nem de outro”, fazendo com que essa relação se caracterize por “uma conquista diária”. Com isso, faz referência às trocas constantes de comando, tanto nos *megaprojetos*, quanto nos cargos governamentais, em ambos os casos referindo-se aos diversos níveis de chefia.

No que se refere aos governos, um exemplo pode ser apontado quanto à administração do distrito de Moatize, que, em um primeiro momento, esteve ao lado da empresa nos

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/investors/company/shareholding-structure/paginas/default.aspx>>. Último acesso em 04 mai. 2015.

processos de tomada de decisões, legitimando as escolhas feitas e acompanhando o Projeto de perto. Em 2010, chegaram a acontecer visitas de pessoas que ocupavam cargos governamentais locais em Moatize ao Brasil, a fim de conhecer melhor o trabalho da Vale e estreitar os laços entre governo e empresa em Moçambique. No entanto, após a conclusão dos reassentamentos que tiveram lugar no âmbito do PCM, houve uma troca de comando na administração do distrito, momento que coincidiu com o aumento da contrariedade da opinião pública em relação aos moldes dos reassentamentos realizados, no ano de 2011.

Nesse momento, houve um afastamento do governo em relação à empresa, de modo que o governo local passou a responsabilizar a Vale e as empresas consorciadas pelas reivindicações do movimento que ganhava força, como a localização do reassentamento de Cateme, distante dos centros urbanos, e a forma e qualidade da construção das moradias. No entanto, cabe apontar que o mesmo governo local, na pessoa da administração anterior, havia acompanhado e legitimado todo o processo, documentado por meio de evidências, tendo sido inclusive o próprio governo a indicar a área anfitriã que viria a receber o reassentamento de Cateme. Tal situação ajuda a ilustrar a situação descrita pela funcionária entrevistada, no que se refere a uma ausência de continuidade nas gestões, dificultando o trabalho dos executores dos processos.

Do lado da Vale, Murilo Ferreira assumiu a presidência da empresa no lugar de Roger Agnelli em 2011, e, desde então, frente a um cenário de desaceleração da economia mundial e especialmente em função de uma economia chinesa mais lenta, a Vale tem apostado em uma estratégia de se desfazer de ativos que não sejam considerados prioritários<sup>15</sup>.

Em 2014, cai o preço do minério do ferro, principal negócio da empresa, pressionando ainda mais sua situação, de modo que, atualmente, a sensação geral em Moçambique, percebida durante a realização do campo em dezembro de 2014 e janeiro de 2015, é de crise na Vale e de esvaziamento de seus projetos no país.

Seguindo a estratégia de desinvestimentos nos setores não prioritários, no final de 2014, foi anunciado que a Vale fechou acordo com a japonesa Mitsui para venda de parte dos ativos do carvão em Moçambique<sup>16</sup>. Segundo o acordo, a empresa japonesa ficará com 15% da Vale Moçambique, dona de 95% das minas de carvão de Moatize, e também com metade dos 70% que a Vale possui do Corredor Nacala.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <[exame.abril.com.br/negocios/noticias/vale-tem-mudancas-com-ferreira-mas-desafio-e-bilionario-2](http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/vale-tem-mudancas-com-ferreira-mas-desafio-e-bilionario-2)>. Último acesso em 04 mai. 2015.

<sup>16</sup> Disponível em: <[economia.estadao.com.br/noticias/geral,vale-vende-a-japonesa-mitsui-fatia-de-ativos-de-carvao-em-mocambique-imp-,1604700](http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,vale-vende-a-japonesa-mitsui-fatia-de-ativos-de-carvao-em-mocambique-imp-,1604700)>. Último acesso em 04 mai. 2015.

As entrevistas realizadas com funcionários da Vale e de empresas consorciadas revelaram uma percepção de fracasso do investimento no carvão, tanto em função de fatores econômicos globais quanto devido a problemas políticos dentro do próprio país. Um funcionário chegou a afirmar que “é o Brasil que está sustentando o carvão, o ferro”, e que “a Vale quer vender tudo isso aqui”, indicando uma descrença na continuidade da empresa em Moçambique.

Tal situação se diferencia muito da situação observada quando fui funcionária do Projeto Carvão Moatize em 2010, período de implantação do Projeto e momento em que a Vale experimentava seu auge em Moçambique. Na época, a percepção geral era de uma aposta de grandes proporções no carvão e de um momento de crescimento e consolidação da empresa no país, o que reforça as diferenças entre o período de implantação e de operação dos megaprojetos, que serão melhor exploradas nos itens subsequentes.

### **2.1.3. O Projeto Carvão Moatize**

O PCM consiste em um *megaprojeto* de capital intensivo voltado para exportação de carvão mineral em estado bruto. O Projeto é de responsabilidade da mineradora brasileira Vale, atualmente dona de 95% das minas de carvão de Moatize e vem contando, desde o seu início, com diversas empresas consorciadas. Ao longo da etapa de implantação, a principal parceira da Vale foi a mineradora Odebrecht, multinacional brasileira do ramo da construção civil, além de outras diversas empresas de variados ramos, como, por exemplo, as voltadas para os estudos socioeconômicos, ambientais e geológicos que integraram esta etapa.

Atualmente, já na etapa da operação, ou seja, da extração efetiva do carvão, o Projeto conta ainda com diversas empresas consorciadas, como a brasileira Concremat, também do ramo da construção; a sul-africana CBE, voltada para os recursos humanos; as sul-africanas Kenze, responsável pela montagem de estruturas metálicas; Cervicom e ISF, responsáveis pelo fornecimento de alimentação; Unitrans, responsável pelo setor de transportes; ABB, responsável pelo sistema elétrico, e Velment responsável pela recolha de resíduos; a moçambicana Santa Verde, encarregada de áreas verdes; a coreana IS, responsável pela implantação da termoelétrica que gerará energia a partir do carvão; a saudita ACWA Power, que irá integrar o consórcio destinado à operação da termoelétrica a ser instalada em Moatize; além de empresas voltadas para áreas de suporte como a Motorola e a DSTV, voltadas para as

telecomunicações, a EDM, empresa pública de eletricidade, entre outras. A informação acerca das empresas que compõem atualmente o Projeto foi obtida por meio das entrevistas realizadas com os funcionários, tendo sido inclusive afirmado que “a Vale quis empresas de renome internacional para a fase de operação, e nesse processo muitas empresas moçambicanas saíram prejudicadas”.

A bacia carbonífera de Moatize é uma das maiores do mundo e possui previsão de extração da ordem de vinte e dois milhões de toneladas de carvão mineral por ano, quando em sua capacidade máxima de operação. Em novembro de 2004 o Governo de Moçambique concedeu o direito de exploração de áreas carboníferas em Moatize à então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), após realização de processo de licitação. Os direitos foram concedidos à então Rio Doce Moçambique (RDMZ) e as fases de estudo de pré-viabilidade e viabilidade e de licenciamentos tiveram início no ano de 2005, envolvendo a realização de diversos estudos de caráter geológico, logístico, socioeconômico e socioambiental, atividades de promoção da participação popular e com o acompanhamento dos governos local, regional e nacional moçambicanos. Tais atividades compuseram a etapa de implantação do PCM, que se seguiu até o ano de 2011.

A fase de operação, caracterizada pela efetiva extração de carvão mineral, teve início em 2011 e estima-se que terá duração de cerca de trinta e cinco anos até o esgotamento das minas.

Cabe pontuar, no entanto, que atualmente assiste-se a uma segunda implantação, simultânea à operação, referente à expansão das minas, chamada no cotidiano do Projeto de “Moatize II”. Essa implantação, de caráter mais localizado, aumentará a capacidade de produção do Projeto com um impacto muito menor, uma vez que não consistirá na remoção de famílias. Deste modo, a etapa atual será tratada somente como operação nesta dissertação, uma vez que é a característica dessa etapa a que é amplamente predominante no cotidiano atual do Projeto.

Foi observada grande diferença entre as duas etapas no que se refere à fixação dos funcionários e ao impacto que o *megaprojeto* exerce sobre a região em consequência disso. Durante a vivência em campo e considerando as características de cada uma das fases do projeto, é possível apontar que, na fase de implantação, o perfil dos funcionários geralmente é de solteiros, homens em sua maioria devido à cultural atribuição predominante da atividade mineira a este gênero<sup>17</sup>, ou de casados sem suas famílias, que, em função do pouco tempo

---

<sup>17</sup> Pretende-se discutir em momento posterior as questões de gênero implicadas por este cenário.



destinado ao Projeto, geralmente não abandonam suas cidades e vínculos. Tratava-se de pessoas que em geral não criariam vínculos mais sólidos com a região. Devido ao problema estrutural de deficiência de mão de obra, principalmente os cargos que requeriam ensino superior, mas muitas vezes inclusive os cargos mais subalternos eram ocupados por pessoas de outras regiões do país, especialmente Maputo, gerando um conflito latente de ordem social e também étnica, uma vez que, em Tete, a etnia predominante é a *ciNyungwe* ou simplesmente *nhungwe*, enquanto em Maputo é a *ciChangana* ou *changana*. Tal questão será debatida mais extensamente nesta dissertação. As entrevistas realizadas informaram que a Odebrecht, por exemplo, “trazia até soldador, operador de máquina, ao invés de formar a população local” (Tomás, jan. 2015).

Nesse sentido, é possível fazer uma analogia entre os espaços de convivência do PCM constituídos ao longo da fase de implantação e os não-lugares de que fala Marc Augé (1994). Trata-se de um espaço de trânsito de funcionários oriundos de diversos locais, que estão ali apenas por um período, muitas vezes curto, não configurando relações identitárias e históricas entre os trabalhadores e o território, características do chamado “lugar antropológico”, segundo o mesmo autor. Construiu-se dessa maneira uma espécie de “não-lugar” em coexistência com o “lugar antropológico” constituído pela cidade de Tete, existindo paralelamente, mas com pouca ou nenhuma interação efetiva, uma vez que muitos funcionários residiam nos alojamentos do PCM nesta fase.

Já na fase de operação, os funcionários em sua maioria são mais especializados e a demanda de trabalho corresponde a períodos mais extensos, uma vez que a previsão de exploração da mina é de trinta e cinco anos. Isso corresponde a um maior número de famílias brasileiras que migram inteiras para Moçambique para acompanhar os funcionários, representando, portanto, uma ocupação mais efetiva do espaço, transformando de maneira mais sólida e duradoura o cenário em questão. No entanto, o fato de a fase de operação requerer atribuições mais especializadas afasta ainda mais os moradores da região dos empregos gerados pelo Projeto, devido à defasagem educacional em relação a outras regiões do país, especialmente a capital.

A visita de campo realizada entre o final de 2014 e o início de 2015 mostrou uma grande distância entre as fases de implantação e operação na percepção dos funcionários e mesmo dos moradores locais, de modo que este será um tema a ser explorado mais profundamente quando da análise das percepções de campo.

A fase de implantação foi marcada por conflitos com entidades governamentais, ONGs e a comunidade internacional, principalmente em virtude dos deslocamentos involuntários.

Com base na vivência de campo, como funcionária do Projeto, é possível apontar que foram reassentadas cerca de 1000 famílias, sendo por volta de 250 delas realocadas em um empreendimento urbano, denominado por “25 de Setembro” e caracterizado por ser um bairro anexo à vila de Moatize, e outras cerca de 750 famílias reassentadas em um empreendimento rural, implantado na vila de Cateme. Procurou-se, com isso, respeitar as características anteriores das comunidades diretamente impactadas, algumas delas identificadas como periurbanas e outras como rurais. Os reassentamentos contaram ainda com a construção de escolas, hospitais, infraestruturas de lazer e de produção e implantação de programas sociais, como prevenção do HIV/SIDA. No entanto, problemas estruturais nas novas moradias construídas, valores de indenizações e a distância da área definida para implantação do reassentamento rural em Cateme, de cerca de 35 Km da localização anterior, causaram diversas denúncias de violação de direitos humanos e conflitos diretos, chegando a culminar em protestos que interromperam a ferrovia do Sena – por onde atualmente o carvão é escoado -, sendo violentamente reprimidos pela polícia local<sup>18</sup>.



**Foto 8** – Reassentamento de Cateme.



**Foto 9** – Reassentamento de 25 de setembro.

Como é possível supor, o PCM vem tendo grande impacto em várias esferas sobre Moçambique, debatidos nas mais diversas instâncias. No cotidiano do Projeto convivem trabalhadores de várias nacionalidades, que ocupam diferentes lugares na estrutura hierárquica, especialmente brasileiros e moçambicanos. Durante a vivência em campo, foi possível perceber uma relação já consolidada entre estes grupos e notar suas nuances e ambiguidades.

---

<sup>18</sup> Cabe apontar que a Lei de Terras em Moçambique declara que a terra é do Estado e a grande maioria dos pequenos produtores locais não possui oficialmente o direito de uso e aproveitamento da terra, agravando a situação de conflito e complexificando os reassentamentos involuntários no país.

Embora a nacionalidade seja um marcador importante, existem outros recortes que importam para o presente debate dentro dos grupos, relacionados especialmente ao grau de instrução, classe social e lugar ocupado na estrutura hierárquica do Projeto, aspectos intimamente relacionados. Entre os moçambicanos, como apontado anteriormente, o local de origem dos trabalhadores é um importante marcador, uma vez que grande parte dos moçambicanos empregados no Projeto é oriunda de Maputo, a capital do país, em consequência da distribuição desigual de recursos entre as regiões, que acaba fazendo com o que os profissionais mais especializados estejam concentrados na capital.

José Luis Cabaço (2009), retoma Marcelino Liphola (1995) para apontar a existência de vinte e quatro grupos linguísticos em Moçambique, o que indica uma convivência de diversas etnias em um mesmo território, apontando para a presença dos dilemas colocados pelo multiculturalismo<sup>19</sup>, uma vez que, por um lado se reivindica o reconhecimento das diferenças voltado inclusive para adequação de políticas públicas específicas, enquanto por outro lado o reconhecimento da diferença dilui pretensas unidades<sup>20</sup> dificultando essa mesma adequação de políticas públicas para outros fins.

A cidade de Tete, situada acerca de vinte quilômetros do distrito de Moatize, vive cada vez mais em função dos *megaprojetos* e das grandes empresas situadas na região, a maioria delas atraída por eles. Assim, a quantidade de comércio e serviços, especialmente os de hospedagem, alimentação e lazer, vem aumentando a cada ano, consistindo no principal ambiente de sociabilidade e interação fora do trabalho entre brasileiros e moçambicanos.

Na etapa da implantação, a maior parte dos funcionários do Projeto residia na cidade de Tete, enquanto uma pequena parcela deles residia nos alojamentos provisórios construídos pelas empresas responsáveis pelo Projeto. Atualmente, no entanto, foram construídos dois condomínios para os funcionários da etapa de operação, tendo em vista o caráter mais permanente da moradia desses funcionários no território. A existência destes condomínios, alegadamente separados em “condomínio para os brasileiros” e “condomínio para os moçambicanos”, foi tema levantado pela maioria dos entrevistados na última visita de campo, como também se verá posteriormente.

O cenário presentemente descrito coloca em convívio direto duas realidades contrastantes. O brasileiro que trabalha no PCM desconhece quase completamente a cultura e

---

<sup>19</sup> Sobre esta discussão, ver SOUSA SANTOS e NUNES, 2004.

<sup>20</sup> Após a independência, o Estado Socialista Moçambicano investiu em um discurso de unidade cultural, procurando construir discursivamente a ideia do “homem novo moçambicano”, em conformidade com os ideais socialistas. Sobre este tema, ver BETHANIA, 2012.

a realidade moçambicana<sup>21</sup>, é, em geral, branco<sup>22</sup>, e vive um bom momento econômico no país de origem, com reflexos sobre a autoestima da população de maneira geral. O moçambicano, por sua vez, é em geral negro, possui uma ampla identificação com o Brasil, fruto especialmente da intensa importação de música e programas televisivos brasileiros, e vem de uma trajetória recente de subjugação e vulnerabilidade, com reflexos sobre a identidade e autoestima nacional. Tal contraste resulta em um caldeirão de hostilidades veladas e imagens do outro ambíguas, consistindo em um campo extremamente fértil para investigação e carente de análises contemporâneas com foco no indivíduo, ou seja, que contemplem para além das relações econômicas entre os dois países – ainda que este seja, inegavelmente, o plano de fundo que possibilita a contingência das relações que se desenvolvem nesse contexto.



**Foto 10** – Obras de abertura de estradas do PCM.



**Foto 11** – Escritório do PCM no período de implantação.

---

<sup>21</sup> É muito comum que, nas minhas interações cotidianas sobre o tema de pesquisa no Brasil, pessoas de diversos segmentos não tenham conhecimento sequer de que a língua oficial em Moçambique seja o português.

<sup>22</sup> Ou se percebe como branco, ainda que muitas vezes em Moçambique não o seja considerado, dado que a “branquitude” pode ser apontada como uma categoria em disputa e que há um debate complexo sobre raça por trás dessa atribuição. Encaram-se as categorias de cor e raça nesta dissertação como construídas discursivamente e contingentes, no entanto, optou-se pela não utilização das aspas, destacando tais categorias ao longo do texto, em função da melhor clareza da exposição. Tal tema será debatido mais extensamente no segundo capítulo desta dissertação.

### 2.1.4. O Projeto Corredor Nacala

O PCN consiste no braço logístico do Projeto Carvão Moatize, representando um esforço de grandes proporções a fim de possibilitar a exploração das minas de carvão de Moatize em seu máximo. Atualmente, o carvão é escoado pela ferrovia do Sena, que não possui capacidade para a produção máxima das minas.

Trata-se de um Projeto voltado para a reabilitação da ferrovia existente e construção de novos trechos, ligando as minas de Moatize ao novo terminal portuário que será construído no distrito de Nacala-a-Velha, província de Nampula. No total, o Projeto abrange 910 Km de ferrovia, atravessando, além das províncias de Tete, Niassa e Nampula, em Moçambique, os distritos de Chikhwawa, Mwanza, Neno, Balaka e Machinga, na República do Malawi.

Na província de Tete, o distrito impactado pelo Corredor Nacala é Moatize; na província de Niassa, os distritos de Mecanhelas e Cuamba, além da cidade de Cuamba; e na província de Nampula são diretamente afetados os distritos de Malema, Ribaué, Mecuburi, Nampula, Meconta, Monapo, Mossuril e Nacala-a-Velha, além das vilas de Monapo e Ribaué e da cidade de Nampula.

Serão construídos cerca de 230 Km de ferrovia e reabilitados cerca de 680 Km, de modo que o Projeto pode ser resumido em números específicos na tabela a seguir:

<b>Construção de nova ferrovia</b>	
De Moatize à fronteira com o Malawi	62,5 Km
Malawi	136 Km
Mossuril a Nacala-a-Velha	30 Km
<b>Reabilitação de rodovia existente</b>	
Malawi	99 Km
Mecanhelas a Mossuril	584 Km

**Tabela 1**– Disposição do Projeto Corredor Nacala.

*Fonte:* Informativo Vale Moçambique.

Para viabilizar este processo foi criada a empresa pública denominada Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) a partir de um pacto social entre os accionistas da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SDCN) e a empresa Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), voltada para a gestão administrativa e operacional da Linha Férrea do Norte (Corredor Nacala), com início de suas atividades no ano de 2005.

A CDN presta serviço de transporte contínuo de carga nacional para os diversos pontos ao longo do Corredor e presta também serviço de transporte ferroviário, de modo que a Linha Férrea do Norte, quando totalmente operacional, não se destinará somente ao transporte do carvão, mas seguirá transportando carga, além de pessoas.

Para a realização das obras necessárias, assim como para a futura operação do Corredor, faz-se necessária a desocupação de uma faixa de segurança ao redor da Linha Férrea e também para a instalação de canteiros de obra e estruturas de apoio. Para tal, foram realizados estudos diversos desde a etapa de estudos de viabilidade do Projeto Carvão Moatize, em 2005, uma vez que nestes estudos estava incluída a análise da viabilidade do Corredor Nacala como via de escoamento da produção carbonífera. No entanto, foi em 2010 que se iniciaram os estudos de viabilidade específicos para o Projeto Corredor Nacala e, em 2011, teve início a desocupação efetiva das áreas necessárias para implantação e reabilitação da ferrovia e do novo terminal portuário.

Em função do caráter longitudinal do Projeto e devido à característica do impacto não exercer-se sobre comunidades inteiras e sim sobre poucas moradias em cada comunidade, não foi realizado reassentamento nos moldes do Projeto Carvão Moatize, adotando-se outras possibilidades de compensação como a indenização assistida, a indenização simples, a autoconstrução assistida e a entrega de novas casas pontuais nas áreas remanescentes das comunidades impactadas.

O ano de 2015 se inicia com o processo de desocupação das áreas destinadas à construção do novo terminal portuário, em Nacala-a-Velha (província de Nampula), no distrito de Moatize e também no Malawi. No entanto, nas províncias de Niassa e Nampula o trabalho encontra-se em andamento, principalmente em função da maior complexidade verificada neste território, uma vez que a ferrovia corta a cidade de Nampula, terceira maior do país, entre outras áreas populosas e urbanizadas.

Outro complicador refere-se ao Diploma Ministerial 181/2010, que veta a possibilidade de indenização simples “quando a expropriação incide sobre edifícios ou construções habitacionais” (BOLETIM DA REPÚBLICA N. 44, DIPLOMA MINISTERIAL N. 181/2010), estipulando que, nestes casos, a indenização deverá ser efetuada por meio da construção de imóveis de valor equivalente. Tal questão não está solucionada até o momento (fev. 2015), uma vez que muitos moradores atingidos reivindicam indenização em dinheiro pelas suas moradias, ao passo que, por outro lado, a entrega de moradias prontas encontra dificultadores no que se refere ao padrão construtivo, especialmente nas áreas mais rurais, onde não há familiaridade por parte das famílias com o padrão construtivo convencional.

A primeira tentativa de construção da Linha Férrea do Norte data da década de 1890, tendo esta empreitada enfrentado uma série de obstáculos, como a escassez de investimentos no período colonial; as chamadas grandes guerras mundiais, a luta de libertação nacional e a denominada guerra de desestabilização<sup>23</sup>; alterações nas propostas de trajeto a ser percorrido, entre outros, de modo que somente em 1970 o troço Nova-Freixo (Cuamba) – Entre Lagos estabelecia a conexão direta de Nacala à fronteira do Malawi<sup>24</sup>.

A lei moçambicana estipula que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada. No entanto, o Estado concede o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) para pessoas singulares ou coletivas, de nacionalidade moçambicana ou estrangeira. O DUAT pode ser adquirido por ocupação por pessoas singulares e comunidades locais segundo as normas e práticas consuetudinárias; por ocupação por período mínimo de dez anos ou ainda por meio de pedido de autorização apresentado por pessoas singulares ou coletivas na forma da lei.

A requisição do DUAT deve ser apresentada junto com o plano de exploração e cronograma. Caso aceite, é emitida a autorização provisória, a qual é válida por cinco anos para nacionais e dois anos para estrangeiros. A autorização definitiva é concedida se o plano de exploração for cumprido dentro do período de autorização provisória.

O prazo do DUAT não pode exceder 50 anos, renováveis por igual período, mediante solicitação. Em projetos específicos, entre eles os voltados para mineração, o prazo do DUAT pode ser renovado automaticamente, quando os títulos que os dão origem são renovados, o que acontece, geralmente, pelo tempo de vida útil da atividade.

No entanto, a Lei de Terras estabelece ainda que são de propriedade do domínio público as zonas de proteção total e parcial. Nestas zonas não podem ser adquiridos direitos de uso e aproveitamento da terra, podendo, no entanto, serem emitidas licenças especiais para o exercício de actividades específicas. Entre as zonas de proteção parcial, estão incluídas as faixas de terreno confinadas às linhas férreas, de modo que, no caso do Projeto Corredor Nacala, não foi adquirido DUAT e sim Licença Especial para a sua exploração.

A característica do convívio entre brasileiros e moçambicanos no contexto do Projeto Corredor Nacala é diferenciada em relação ao Projeto Carvão Moatize em função de diversos fatores. O principal deles é o carácter longitudinal do Projeto, que faz com que os funcionários

---

<sup>23</sup> BELLUCCI, B. *Economia contemporânea em Moçambique: sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo*. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

<sup>24</sup> LEITE, P.J.KHOURI, N. *História social e económica dos Ismailis de Moçambique século XX*. Lisboa, 2001.

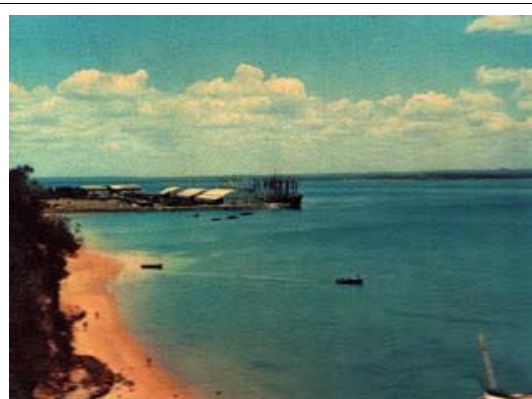
não estejam concentrados em um mesmo território por um longo período de tempo. Além disso, o objetivo do Projeto consiste na reabilitação e construção de novos trechos da ferrovia, implicando em um número muito menor de empresas envolvidas e, conseqüentemente, de funcionários. Quando terminada a implantação do Projeto, o número de funcionários necessários para a sua operação será bastante reduzido e a participação da Vale neste processo será pequena, uma vez que a concessão da ferrovia está em nome da CDN, além da informação já pontuada da venda de parte dos ativos do corredor logístico para a japonesa Mitsui. Por fim, cabe pontuar também que o número de funcionários brasileiros relacionados ao Projeto Corredor Nacala é menor do que o verificado em Moatize, de modo que este convívio torna-se menos intenso e conflituoso.

No entanto, foi possível observar, durante a vivência como funcionária dos projetos no norte do país em 2011 e 2012, mas principalmente durante a vivência de 2014, diversos aspectos dessa convivência semelhantes aos pontuados com relação ao PCM, de modo que se entendeu a necessidade de abranger na análise realizada nesta dissertação também a realidade do cotidiano das relações entre brasileiros e moçambicanos neste cenário, explicitando suas particularidades sempre que necessário.

A cidade de Nampula, neste caso, é o principal foco da análise da convivência entre brasileiros e moçambicanos, por tratar-se da principal cidade impactada pelo Projeto e, conseqüentemente, corresponder à base da maioria dos funcionários a ele relacionados. No entanto, o entorno da capital da província de mesmo nome também é palco desta interação, especialmente as áreas litorâneas, como as cidades de Nacala, base de muitos funcionários ligados ao terminal portuário, da Ilha de Moçambique e as praias de Mossuril, bastante procuradas aos finais de semana pelos funcionários do Projeto.



**Foto 12** – Movimento do redor da Linha Férrea do Norte.



**Foto 13** – Região onde será construído o porto de Nacala-a-Velha.



### 2.1.5. Percepções de campo

Este item apresenta as percepções colhidas nas vivências de campo entre os anos de 2010 e 2012 e, posteriormente, entre novembro de 2014 e janeiro de 2015. Os resultados presentemente apresentados advém tanto da observação e da convivência nos territórios de desenvolvimento dos *megaprojetos*, como funcionária de consultoria a eles diretamente relacionada, assim como referem-se aos resultados diretos de treze entrevistas realizadas com funcionários e ex-funcionários dos dois *megaprojetos* (PCM e PCN), de conversas informais com moradores das cidades de Tete e Nampula, e com funcionários de estabelecimentos comerciais situados nestas duas cidades. Os entrevistados serão referidos por pseudônimos a fim de preservar suas identidades.

Tais resultados do campo consistem no principal conteúdo desta dissertação, uma vez que se trata de uma etnografia do cotidiano, que prima, portanto, pela observação das relações rotineiras entre brasileiros e moçambicanos no contexto dos *megaprojetos*.

Desta forma, ao longo dos demais capítulos que compõem essa dissertação, os temas aqui apresentados serão retomados para fins de análise quando necessário, à luz das contribuições teóricas selecionadas para o debate, de modo que este primeiro capítulo serve a uma primeira apresentação e familiarização com o campo.

A imersão completa que pude experienciar durante minhas vivências em Moçambique trouxe muitas inquietações com relação à realização desta pesquisa, uma vez que o pretenso distanciamento necessário para a observação do objeto que se pretende analisar fica comprometido na medida em que a própria experiência pessoal integra-se e coincide muitas vezes com a miríade de relações cotidianas presentemente colocadas em questão.

Kabengele Munanga (1996), no entanto, coloca que esta questão referente à relação entre sujeito e objeto seria uma não-questão atualmente no campo da Antropologia, pois o próprio pesquisado não deve ser entendido como objeto e sim como sujeito do conhecimento. Assim, a vivência de muitas das situações que se pretende analisar aqui pode implicar em percepções que o pesquisador sem essa experiência teria dificuldades em vislumbrar, assim como outros pesquisadores, com vínculos menos consolidados com o campo poderiam, a partir desta contribuição, observar momentos em que esta proximidade afetiva e pessoal possa representar um fator de influência nas análises realizadas.

No que se refere aos limites éticos colocados pelo fato de ter sido funcionária dos *megaprojetos* presentemente analisados, trata-se de uma questão delicada e que procurei colocar em debate durante a realização do trabalho, o que significa dizer que foram utilizadas somente informações colhidas por meio das entrevistas realizadas, além de informações de domínio público, em respeito inclusive às cláusulas de confidencialidade presentes nos contratos de trabalho a que estive relacionada.

Assim, cabe pontuar que o principal objeto da observação nesta dissertação consiste nas relações cotidianas entre brasileiros e moçambicanos que orbitam ao redor dos *megaprojetos* e não propriamente a atuação da Vale em Moçambique. No entanto, por ser o centro deste campo de relações constituído, fez-se necessário o debate contextualizado acerca das relações entre Brasil e Moçambique e acerca da atuação da Vale em Moçambique, o que acredito que pode ser traduzido em uma contribuição crítica à atuação tanto do país, quanto da empresa, visando à melhoria destas relações mais amplas e o debate sobre os pontos de conflito e tensão identificados.

Essa priorização do cotidiano, no entanto, não deve ser entendida como empirismo, tampouco o maior distanciamento em alguns momentos das questões mais amplas ligadas às relações internacionais entre Brasil e Moçambique deve ser entendido como falta de comprometimento com questões políticas. Pelo contrário, nesta dissertação pretende-se analisar as relações cotidianas a partir de uma perspectiva política, observando as relações de poder implicadas e reproduzidas nestas relações costumeiramente vistas como de menor importância.

Para tal, utiliza-se a perspectiva de cotidiano de Erving Goffman (GASTALDO, 2008), abordando a dinâmica das relações de poder cotidianas, que refletem, por sua vez, dinâmicas de poder de influência mais ampla. Acerca desse tema, a contribuição de Edilson Gastaldo pontua que:

A perspectiva de Goffman nos permite entender, em vez da relação entre burguesia e proletariado, as interações entre patrões e empregados em uma fábrica; em vez de uma luta de classes explícita, a relação entre uma dona de casa e sua empregada doméstica. Nesses silenciosos campos de batalha, onde a luta de classes ocorre na nossa frente, nós temos no quadro teórico de Goffman uma magnífica ferramenta para estudar as relações entre pessoas, que geralmente são bastante problemáticas, que raramente não envolvem uma relação de ascendência de poder ou de desigualdade (GASTALDO, 2008, p.153).

Desta forma, apresentam-se a partir de agora os resultados do campo, procurando seguir um uma perspectiva da interseccionalidade, conforme exposto na metodologia, não tratando os temas analisados como estanques, mas sim de maneira articulada e integrada.

Existe uma associação geral da imagem da Vale à ideia de desenvolvimento em Moçambique. Foi possível perceber esta associação desde a primeira estadia em Moçambique, em que no contato tanto com autoridades locais quanto com pessoas comuns eram recorrentes as menções ao fato de a Vale estar trazendo o desenvolvimento para Moçambique.

Essa metáfora está muito ligada à uma concepção de desenvolvimento seguida tanto por Moçambique quanto pelo Brasil, na qual o este é percebido como um conceito acabado, um estágio a ser alcançado por meio de um caminho padronizado, conforme será melhor debatido no segundo capítulo. A partir desta noção, o Brasil teria atingido tal estágio de desenvolvimento e agora o estaria levando a Moçambique por meio da Vale, entre outras intervenções brasileiras em território moçambicano.

Na época da primeira vivência de campo, em 2010 e 2011, foi comum escutar diversas metáforas associando a chegada da Vale ao desenvolvimento no país. Uma autoridade local, em uma conversa informal, chegou a afirmar que a chegada da Vale correspondia à chegada do Messias de outrora, colocando que a empresa viria trazendo a salvação para Moçambique e especialmente para as regiões mais remotas do país, caso do distrito em que se situava o Projeto Fosfato Evate (Monapo), no qual trabalhei no ano de 2011 e que acabou não tendo continuação após os estudos de viabilidade.

A percepção deste momento era a de que o país como um todo aguardava e concordava com a chegada da empresa, sua tomada de espaço cada vez maior e o desenvolvimento que este processo traria para o território, apesar das críticas que já aconteciam com relação aos impactos dos *megaprojetos* no país.

Na vivência de campo de finais de 2014 e início de 2015, passados cerca de cinco anos, a percepção ainda é a de que, de maneira geral, a Vale é bem-vinda no país e segue associada à chegada do desenvolvimento. Embora as críticas de diversos setores da sociedade moçambicana em relação ao modelo de desenvolvimento que a Vale representa tenham se aprofundado, é importante colocar que não se trata de uma rejeição à ação da empresa no país e sim de uma postura de crítica construtiva, a fim de contribuir para que a relação entre empresa e sociedade local seja melhorada e que, assim, os impactos positivos desse desenvolvimento possam ser sentidos pela população moçambicana.

A situação atual da Vale, no entanto, mudou a perspectiva dos moçambicanos em relação ao desenvolvimento trazido pela empresa. Nos diálogos estabelecidos nesta última

visita de campo foi possível perceber maior cautela das pessoas em relação aos impactos positivos trazidos pela empresa, e a maioria das pessoas, tanto nas entrevistas quanto nas conversas coloquiais cotidianas, distinguiu desenvolvimento social de desenvolvimento econômico, apontando que, embora a atuação da Vale no país tenha trazido significativas melhorias econômicas e impulsionado a economia, não se pode dizer o mesmo em relação ao desenvolvimento social e impactos positivos para a população local.

Um dos entrevistados, Daniel, afirmou que a postura do governo moçambicano não seria coerente, pois os governantes estariam mais preocupados com seus ganhos individuais do que com os benefícios para a maioria. Ainda apontando para a questão da corrupção, um segundo entrevistado, Manoel, afirmou que muitos dos políticos envolvidos estão preocupados com comissões e não se preocupam com os ganhos da maioria. Associadas a isso estão as críticas ao reassentamento realizado, interpretado como um impacto negativo da presença da empresa no território. Manoel afirma que, embora o reassentamento seja reconhecido por todos como um impacto negativo, as pessoas influentes preferem ignorar a situação destas famílias, por considerar que são um mal menor, tendo em vista os impactos positivos de maior amplitude que a presença da empresa pode trazer.

Ele afirmou ainda que o desenvolvimento trazido pela presença da Vale é um efeito colateral, uma vez que as empresas que compõem os *megaprojetos* estariam preocupadas somente com seus lucros e o trabalho social associado estaria voltado apenas para os olhares externos, para cumprir uma espécie de protocolo e não ser alvo de objeções por parte da opinião pública e de organizações governamentais e não governamentais.

Os resultados das entrevistas mostraram ainda que existe a percepção de importação de um modelo de desenvolvimento externo para Moçambique, que nem sempre se adequa às especificidades e às necessidades nacionais. Este tema, que será debatido no segundo capítulo desta dissertação, foi referido da seguinte maneira:

“Eu acho que as políticas usadas pelos governantes não espelham a realidade do país. Gostamos muito de imitar políticas enquanto a nossa realidade é outra” (Daniel, jan. 2015).

Esse mesmo entrevistado, com relação ao papel do Brasil nesse cenário, afirmou que os países que interferem em Moçambique se aproveitam dessas políticas importadas em proveito próprio, e, referindo-se ao Brasil como “grande potência”, lamentou o fato de a cooperação entre esses países estabelecer-se desta maneira.

Outro entrevistado, Tomás, funcionário do PCM, afirma que “hoje somos obrigados pelas megaempresas a encarar o desenvolvimento de outra maneira, temos que nos adaptar”,

em mais uma referência explícita à importação de um modelo de desenvolvimento estrangeiro e imposto. Maria, por sua vez, entrevistada brasileira, também funcionária do PCM, afirma que “eles estão sendo empurrados, obrigados a entrar nesse ritmo de capitalismo selvagem”, corroborando essa percepção.

De fato, este debate está em alta no seio da sociedade moçambicana, como foi possível perceber a partir da participação na Conferência Internacional do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), realizada em novembro de 2014. Os trabalhos que tocavam no tema da presença da Vale em Moçambique recebiam automaticamente o interesse de grande parte do público das mesas-redondas, e a grande maioria das perguntas era voltada para estes apresentadores, indicando uma efervescência do tema na cena intelectual moçambicana.

Nas entrevistas realizadas, no entanto, percebeu-se uma descrença quanto à possibilidade de agência da intelectualidade moçambicana sobre esse cenário, de modo que Daniel, por exemplo, afirmou que a crítica aos megaprojetos fica confinada entre quatro paredes, dentro das universidades, destacando ainda a conjuntura política como um entrave à uma militância mais combativa por parte dos intelectuais nacionais:

“Os intelectuais são os que devem despertar a consciência da população, mas a maioria deles está ligada ao poder político. Desse jeito, nossa geração não verá mudança significativa, talvez as próximas. Mas se nos perguntam o que queremos, queremos intelectuais corajosos!” (Daniel, jan. 2015).

No que se refere à diferenciação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, de fato o que se observa tanto na cidade de Tete quanto na cidade de Nampula é que não houve desenvolvimento social visível no período em que tem se dado a atuação da Vale no território. Especialmente na cidade de Tete, a qual passei mais tempo sem visitar, cerca de três anos entre 2011 e 2014, fiquei surpresa em ver em muitos pontos a mesma situação de anos atrás, mesmo em regiões centrais da cidade, é possível observar pontos de esgoto a céu aberto, falta de calçamento, falta de obras de drenagem, falta de saneamento básico como coleta de lixo e alagamento na época de cheia do Rio Zambeze e seus afluentes.

Trata-se de atribuições do Estado, mas que, com a presença da Vale, a população esperava ver contempladas segundo relatos ouvidos à época da chegada da empresa na região. No entanto, a lógica de mercado que preside as relações segundo a percepção da Vale não é a lógica percebida pela administração pública moçambicana, impregnada por uma percepção assistencialista e pela lógica do donativo, o que culmina em um encontro de instâncias que não trabalham sob uma mesma lógica de significação. Exemplo disso está no centro de saúde

e na escola construídas pela Vale para o Reassentamento Rural de Cateme, que a administração, de maneira geral, enxerga como donativo e atribui, portanto, à Vale, a responsabilidade do seu gerenciamento, enquanto a Vale, agindo sob a lógica da organização estatal brasileira, vê tais benefícios como responsabilidade governamental, percebendo sua responsabilidade extinta quando da entrega de tais infraestruturas como compensação pelos impactos negativos causados. Os impasses que essas percepções distintas implicam se aplicam não só a esta esfera mais institucional como também ao campo das relações pessoais.



**Foto 14** – Escola Primária de Cateme.



**Foto 15** – Posto policial de Cateme.

O aumento do custo de vida nas cidades de Tete e Nampula foi apontado pela maioria dos entrevistados como um dos principais impactos negativos da presença da empresa no território. Especialmente na cidade de Tete, os entrevistados afirmaram que esse incremento nos preços dos bens de consumo inclusive piorou a condição de vida da população local, que seguiram com rendas *per capita* muito baixas, uma vez que não recebem nenhuma forma de benefício por parte do Projeto em sua maioria.

Um dos entrevistados, Luis, no entanto, identifica este aumento no custo de vida como desenvolvimento e acredita que está havendo também desenvolvimento social, na medida em que a população local estaria percebendo que precisa se preparar melhor para o mercado de trabalho e o crescimento que ele vem experimentando em Moçambique, aumentando a procura por cursos em áreas como língua inglesa, gestão, recursos humanos e políticas sociais. Para Luis, “o brasileiro mostrou para o moçambicano como estar preparado para receber o mundo”. Ele identifica, no entanto, um problema na medida em que as pessoas que foram trabalhar no Projeto, especialmente os moradores locais de Tete e Moatize, não estavam acostumadas com um determinado padrão de renda, de modo que muitas vezes não sabem

lidar com orçamento e planejamento, acarretando em pouca melhora das condições de vida, ou ainda piora por meio de problemas como o alcoolismo.

Um trocador de dólares do mercado informal, atividade amplamente estabelecida nas ruas das cidades de Tete e de Nampula em função da grande circulação de estrangeiros, disse-me que as pessoas “nos bairros” podem ter os seus problemas com a Vale, mas que as pessoas da cidade só têm a agradecer a chegada dos brasileiros, que movimentou a economia, gerou renda para muita gente, “trouxe *bussiness*”.

Para Manoel, os moradores da vila de Moatize de maneira geral veem como positiva a presença do empreendimento e o principal motivo seria o acordo com o governo de obrigatoriedade de contratação de mão de obra local. Ele relata que o recrutamento realizado pela CBE, por exemplo, empresa da área de recursos humanos, foi realizado primeiramente em Bagamoyo, bairro que sofre impacto direto da expansão da mina. Assim, “mesmo que seja para faxineiro ou abaixo disso”, o projeto acaba garantindo uma fonte de renda fixa para muitos moradores locais, o que, embora em termos percentuais não seja significativo, é bem visto pela população local na medida em que se trata de um cenário em que o mercado de trabalho não é constituído.

No entanto, a construção dos condomínios voltados para moradia dos funcionários do PCM, que ocorreu entre os anos de 2012 e 2013, teria diminuído estes impactos positivos, na medida em que as pessoas que circulavam no território da cidade de Tete em função do Projeto passaram a circular menos, ficando mais restritas a seus condomínios. Manoel aponta a perda da oportunidade de negócios para os proprietários de residências na cidade de Tete, que nos anos anteriores haviam se habituado a viver do arrendamento dessas casas, e um garçom de um restaurante na cidade de Tete apontou a diminuição do movimento no comércio da cidade, dizendo que agora os funcionários do PCM vêm à cidade quase que somente aos finais de semana.

Luis, por sua vez, apontou ainda que a chegada da Vale teria “mudado a abordagem do moçambicano”, impulsionando a organização coletiva. Para ele, quando o Projeto chegou encontrou as ONGs dentro do aparelho de Estado, e, com a chegada da Vale e seus impactos na estrutura social local, isso teria começado a mudar, sendo possível observar diversas organizações de caráter mais independente e voltadas para questões sociais.

O principal impacto negativo apontado, no entanto, segue sendo a necessidade do reassentamento involuntário de famílias, tanto no PCM, quanto no PCN. Em Tete, as críticas são dirigidas especialmente ao reassentamento de Cateme, reflexo da repercussão negativa dos movimentos de organização coletiva em contrariedade ao reassentamento.

Luis afirma que isso não se deu pela ausência de um plano adequado de reassentamento e sim devido à desordem no processo. Ele afirma que o reassentamento é sempre o lado mau de grandes empreendimentos, mas que “as pessoas podem escolher dois lados, aqueles que viram nisso uma oportunidade de negócio e de mudar de vida e aqueles que até hoje estão reclamando que foram maltratados” (Luis, jan. 2015).

Uma questão bastante recorrente nas entrevistas e conversas informais que ocorreram na cidade de Tete e vila de Moatize foi a diferença entre o período de implantação do PCM e o período de operação. No geral, percebe-se uma certa nostalgia da época da implantação, em que o ritmo de trabalho era mais tranquilo e o lazer mais intenso.

Luiza, entrevistada brasileira, afirma que as “regalias” de que gozavam os funcionários na época da implantação já não existem mais, como o uso de carro da empresa aos finais de semana e telefone celular fornecido pela empresa. Outros dois entrevistados, Joana e André, funcionários do PCM, afirmam que a pressão pelo ritmo de trabalho atualmente, na operação, é muito maior, assim como a vigilância do Projeto sobre a vida de seus funcionários mesmo fora do horário de trabalho. Nesse sentido, foi citado pela maioria dos entrevistados funcionários do PCM a questão do uso de bafômetro pelas empresas que o integram, o que inibiria o convívio social que na época da implantação era bastante intenso. No PCN, a chegada dos bafômetros ocorreu somente em finais de 2014 e sua utilização não havia sido iniciada até a minha saída do projeto, em dezembro do mesmo ano.

Joana relatou inclusive um clima de perseguição, afirmando que se um superior ou alguém da área da saúde e segurança vir um funcionário bebendo à noite nos bares da cidade, irá “caçá-lo” no dia seguinte para fazer o exame do bafômetro – que, teoricamente, é realizado aleatoriamente em horário de trabalho. Essa entrevistada associou esse movimento à crise na Vale, afirmando que há uma “caça às bruxas” relacionada à necessidade de diminuição de pessoal frente ao desaceleramento do mercado do carvão<sup>25</sup>.

Luis, por sua vez, afirmou que a diversão que era cotidiana em churrascos e convívios organizados frequentemente virou oportunidade de negócios, as pessoas agora cobram por esses convívios, mudando inclusive o caráter dessas festas, entre outros motivos, devido ao crescimento populacional na cidade.

Outro fator que implica nessa diminuição do convívio social é a questão dos turnos de trabalho na operação, mais rígidos e que impedem muitas vezes o lazer. Além disso, como já colocado, o perfil dos trabalhadores que vinham para a implantação é diferente do perfil dos

---

<sup>25</sup> A acusação de presença de álcool no organismo do funcionário em horário de trabalho pode acarretar demissão por justa causa de acordo com os regulamentos dos *megaprojetos*.



que vem para a operação. Enquanto os primeiros vinham em sua maioria sozinhos sem suas famílias e por um curto período, os últimos geralmente vêm com suas famílias e para instalar-se por um período maior, implicando também na mudança do caráter da convivência. Tomás destaca a questão da disputa por carreira na operação, enquanto os funcionários da implantação estavam aqui por pouco tempo e usavam este período como trampolim para trabalhos futuros, os funcionários da operação vêm para fazer carreira no Projeto, ocasionando um clima de mais competição e menos descontração.

As relações trabalhistas nas empresas que compõem os megaprojetos seguem sendo um dos principais focos de conflitos entre brasileiros e moçambicanos no contexto estudado, tanto no PCM quanto no PCN. Brasileiros ganhando mais do que moçambicanos em funções que demandam formação de mesmo nível, dispensa de funcionários moçambicanos para substituição por funcionários brasileiros, especialmente cônjuges de outros funcionários brasileiros, diferença nos benefícios e contratos em função de leis trabalhistas diferenciadas nos dois países, menor representatividade moçambicana nos cargos de chefia – entre outras situações –, são alguns dos exemplos de conflitos percebidos nas vivências de campo e destacados pelos entrevistados.

Tomás destacou que a Odebrecht trazia inclusive cargos pouco especializados, gerando revolta entre os moçambicanos, que viam seus poucos postos de trabalho possíveis roubados por brasileiros. Para ele, esse teria sido o estopim da greve dos trabalhadores ocorrida em 2011.

A questão da deficiência na formação em Moçambique, aliada à fragilidade das leis trabalhistas, acaba aprofundando a estratificação e o abismo entre funcionários moçambicanos e brasileiros. Para José, funcionário do PCN, é isso que dificulta o crescimento do país, pois o Estado não protege seus “técnicos superiores”, como são chamadas as pessoas com formação de nível superior em Moçambique. Para ele, muitos dos brasileiros que vão para o país ocupando cargos de chefia aproveitam-se desse abandono do Estado para aprofundar ainda mais essa segregação, e, referindo-se a um superior brasileiro, afirma que “nos trata como se fôssemos 'meninos' dele”.

São recorrentes também as críticas à terceirização de serviços operada pela Vale, que precariza os contratos e não dá segurança aos trabalhadores, atuando negativamente também na sensação de pertencimento ao *megaprojeto* e particularmente à empresa, sentimento objetivado, por exemplo, por uniformes e credenciais, e bastante valorizado em Moçambique, em função do lugar que ocupa o mercado formal de trabalho no contexto nacional. Com a situação de crise da Vale, a sensação de insegurança desses funcionários terceirizados teria

aumentado ainda mais, de modo que um Manoel afirma que “estamos sem futuro, podemos dormir com emprego e acordar sem”. Este mesmo funcionário afirma ainda que essa sensação de insegurança acaba por subjugar-los no cotidiano, impedindo inclusive a expressão dessa insatisfação:

“Na condição em que nós estamos não podemos nos expressar como se deve ser porque podem dizer 'teu emprego acabou'. Somos obrigados a ser espizinhos, pisam-nos como querem e nos prendem para também não conseguirmos outro emprego porque sabem que 'esse não tem onde cair morto', mas sabem que temos qualidade, então não te dão tempo para conseguir outra coisa, que é difícil aqui” (Manoel, jan. 2015).

Estes funcionários moçambicanos de postura mais crítica, especialmente os oriundos da própria região e de cargos da base da estrutura hierárquica, convivem com um abismo nas condições de vida de funcionários do projeto e população local, o que também gera revolta e hostilidade com relação aos brasileiros.

Uma das funcionárias do PCN com quem convivi falava dos brasileiros recorrentemente com escárnio, satirizando o sotaque e repreendendo comportamentos e falas. Ao conversar mais abertamente com ela, depois de muita dificuldade de aproximação, foi possível perceber naquela hostilidade latente um acúmulo de situações que colocam o brasileiro na posição de dominador e o moçambicano na condição de dominado, posição historicamente recorrente para esse povo, o que de fato acaba alimentando uma relação hostil, principalmente nos funcionários com uma consciência crítica mais trabalhada.

A miséria escancarada choca os olhos do ocidental à chegada ao continente, ainda que de um ocidental entre muitas aspas, como o brasileiro, que também vem de um país de terceiro mundo com graves problemas de desigualdade e miséria. No entanto, para o profissional médio que imigra para Moçambique, oriundo das camadas médias, a situação de fome absoluta em muitos territórios com os quais se tem contato choca, assim como choca a naturalidade com que a questão é tratada por todos, locais e estrangeiros. Uma das músicas de sucesso em 2014 em Moçambique foi uma canção angolana cujo refrão afirma: “Angolano inventa. É a fome. Só queremos viver...”. Ao ouvi-la, uma funcionária do PCM afirmou que “é por isso que eles enxergam cifrões na nossa cara quando olham para nós”.

De fato, a enorme disparidade entre as condições de vida do funcionário estrangeiro, geralmente branco, instalado em Moçambique e da população local é uma contradição constante e constrangedora. O estrangeiro branco não ligado a nenhum Projeto sem dúvidas goza de privilégios na sociedade moçambicana, no entanto, não se compara à condição daqueles que são funcionários dos *megaprojetos*. Eu mesma pude sentir a diferença entre

minha vivência como funcionária, amparada por moradia, transporte, alimentação, seguro saúde e outros benefícios, e a pesquisa de campo realizada após o término deste período, dependendo dos serviços locais disponíveis para transporte, encarando os altos custos com alimentação, hospedagens precárias, entre outras dificuldades.



**Foto 16** – Moradia para funcionários dos projetos.



**Foto 17** – Padrão médio das moradias em Moçambique.

Como já apontado, Bauman (2003) fala em uma minoria extraterritorial, que corresponde a uma elite global em contraste com uma maioria fixa e empobrecida. Este conceito ficou muito claro em visita à Ilha de Moçambique, província de Nampula, em finais de 2014, local que eu costumava frequentar constantemente no ano de 2011, quando residia na vila de Monapo, na mesma província. Ao chegar à Ilha, muitas das mesmas crianças que perambulavam pelas ruelas cercadas de ruínas coloniais em busca de algum dinheiro me reconheceram, correndo atrás da 4x4 do Projeto exatamente da mesma maneira como há três anos, apenas um pouco mais velhas, como se o tempo por ali não tivesse andado muito. Ao conversar com algumas delas ficou muito claro o meu lugar de elite extraterritorial, percorrendo o mundo, enquanto a maioria daquelas crianças nunca saiu e muito possivelmente nunca sairá da Ilha de Moçambique, um pedaço perdido da “mais meridional esquina do Sul”, como diria Mia Couto (1997).



**Foto 18** – Ilha de Moçambique.



**Foto 19** – Ilha de Moçambique.

Como funcionário do Projeto, é possível circular de alguma forma por esses dois mundos tão extremos, embora poucos o façam de fato. Em um sábado, por exemplo, iniciei o dia no quintal de uma casa simples, de paredes de barro, sem água encanada, em um vilarejo, participando de um ritual de iniciação feminino *macua*, etnia predominante no norte de Moçambique, sentada na esteira estendida no chão com as “mamás” *macuas* que comiam *xima*<sup>26</sup> com as mãos, dançando com uma *capulana*<sup>27</sup> amarrada na cintura ao som dos batuques femininos, sentindo-me totalmente inserida no universo rural moçambicano. Ao final da tarde, estava em um restaurante situado em um hotel luxuoso à beira do Oceano Índico, assistindo o pôr do sol com os pés em uma piscina, em um cenário completamente ocidentalizado e drasticamente distante daquele que havia experienciando mais cedo, a poucos quilômetros dali, explicitando os contrastes a que estão sujeitos estes atores e originando uma sensação de constrangimento e ilegitimidade.

<sup>26</sup> Comida tradicional moçambicana à base de milho.

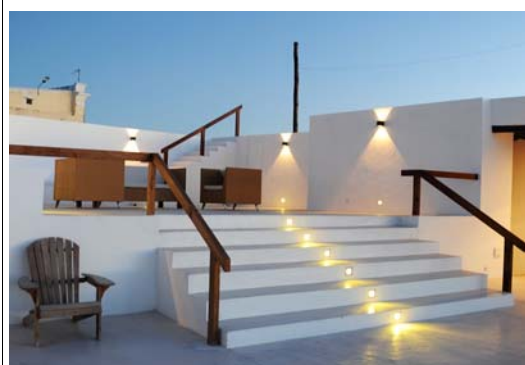
<sup>27</sup> Tecido estampado tradicionalmente usado pelas mulheres moçambicanas por cima das roupas.



**Foto 20** - Local de realização do Ritual de Iniciação Macua.



**Foto 21** – Restaurante Villa Sands.



**Foto 22** – Restaurante Villa Sands.



**Foto 23** – Ritual de iniciação Macua.

A questão das etnias também é um ponto a ser destacado, referindo-se à relação entre os próprios moçambicanos e com impactos no cenário mais amplo das relações estudadas. Muitos dos postos de trabalho nos *megaprojetos* em questão são ocupados por moradores oriundos da capital Maputo, pertencentes no geral à etnia *changana*, original da província vizinha, Gaza. Isso se deve à maior carência educacional nas demais regiões do país, de modo que os principais centros de formação estão situados nas capitais. No entanto, a ocupação desses postos de trabalho pelos vindouros de Maputo é muitas vezes mal vista pelos locais, sejam os pertencentes à etnia *nhungwe*, em Tete, sejam os pertencentes à etnia *macua*, em Nampula, ocasionando convivência muitas vezes segregada e conflitos velados expressos por acusações e comentários cotidianos discriminatórios em relação a uma ou a outra etnia.

No caso da convivência entre *changanas* e *macuas* foi possível perceber uma interessante questão de gênero imbricada nesta questão étnica. As mulheres *macua* possuem a fama em todo o país de serem muito atraentes sexualmente, pois em seus rituais de iniciação aprenderiam truques para agradar aos homens que outras mulheres não conheceriam. Isso, no entanto, cria um clima de competição entre mulheres *changana* e mulheres *macua*, de modo que estas últimas são estigmatizadas pelas primeiras como promíscuas, mulheres “fáceis”, de “pouco respeito”.

Foi possível observar uma grande diferença no modo como uma e outra etnia, especialmente falando das mulheres, tratam o sexo, o que pode ser exemplificado em uma história relatada por um entrevistado, na qual a esposa de um segurança particular de uma residência em Nampula, ambos *macuas*, manteve relações sexuais com o proprietário da casa. Quando o marido descobriu, foi cobrar um “agradecimento” em dinheiro ao proprietário da casa. Segundo o relato, “se fosse um *machangana*, teria se matado, matado a esposa e o amante, mas para o *macua* sexo não é problema, é natural, ele só quer um agradecimento, nada mais justo”.

Esse modo mais natural de encarar a sexualidade por parte das mulheres *macua*, no entanto, é fonte de hostilidades latentes e expressas, por exemplo nas festas e convívios sociais, em que a maneira de dançar dessas mulheres, quase pornográfica aos olhos estrangeiros, ainda que aqueles acostumados com o funk carioca, desencadeia conflitos de fato, em um cenário onde os homens seguem comportando-se como seguidores de instintos inatos enquanto as mulheres, inclusive brasileiras, se inserem nesse esquema de competição feminina operado pelo machismo.

É possível dizer que a questão do racismo relaciona-se com todas as questões implicadas nas relações presentemente analisadas, podendo inclusive ser apontado como um

tema transversal para o debate. Os capítulos seguintes se dedicarão a debater mais profundamente o assunto, no entanto, para apresentar as percepções de campo relacionadas com o racismo existente nas relações entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos *megaprojetos*, faz-se necessária uma introdução do debate relacionado aos racismos no Brasil e em Moçambique.

Por ora, cabe apontar que o racismo em Moçambique assume uma faceta diferenciada do observado no Brasil, de caráter mais velado e escondido sob a máscara da democracia racial. Em Moçambique, fatores como a independência tardia e uma menor miscigenação contribuíram para uma segregação racial mais sistemática, a exemplo da África do Sul e dos Estados Unidos, embora nunca tenha havido segregação oficial. Esta situação foi pouco problematizada ao longo de todo o período colonial, e ainda hoje tal problematização não é feita oficialmente. No entanto, é um panorama perceptível e que se reproduz, por exemplo, no cotidiano dos *megaprojetos* em questão, especialmente no que se refere à vida social nas cidades que os abrigam.

O encontro entre estas duas formas de preconceito racial construídas historicamente no contexto estudado é também o encontro entre diferentes formas de construção de identidades raciais. Como colocou Antonio Sergio Guimarães (2008), as “cores” das pessoas não existem de maneira independente do modo como elas percebem e organizam suas experiências de vida, ou seja, tal como condicionadas pelas relações sociais de que participam. Assim, embora a miríade de “cores” perceptível entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos *megaprojetos* possa ser muitas vezes considerada semelhante, a identidade racial do moçambicano é constituída especialmente pela oposição binária ao “branco” colonizador, de modo que a grande maioria dos moçambicanos, independente da cor da pele mais clara ou mais escura, considera-se negro. No Brasil, observa-se o contrário, uma espécie de branqueamento da identidade brasileira, o que pode ser diretamente relacionado ao papel positivo atribuído à miscigenação na conformação da identidade nacional no país e que se reflete na enorme gama de “cores” utilizada para descrever as pessoas em nosso contexto. A ideia de democracia racial e o discurso da mestiçagem eclipsaram historicamente a construção de uma identidade negra. Desta forma, muitas vezes, pessoas que no Brasil são consideradas brancas – como eu, por exemplo, de pele “branca”, mas cabelo “carapinha” – em Moçambique são consideradas mulatas, ou até mesmo negras se percebidos traços fenotípicos que denotem uma origem afro-brasileira como, neste caso, o cabelo.

Novamente segundo o texto de Antonio Sergio Guimarães (2008), torna-se negro independente da “cor” da pele no nascimento e remete-se à construção da identidade através da

origem. A “cor” é, portanto, socialmente construída, é um atributo de um grupo social e a percepção díspar destes atributos resulta em imbrólios identitários como aquele a que eu mesma me vi submetida quando deste encontro.

A questão da raça em Moçambique é muito mais marcada do que no Brasil, as relações cotidianas são perceptivelmente racializadas, seja entre os próprios moçambicanos, seja entre os moçambicanos e os estrangeiros que lá estão. Para o brasileiro, acostumado a tratar pessoas negras por “morenos” como forma de eufemismo – como se denominar um negro pela sua raça fosse uma ofensa – a maneira explícita como se aborda a raça em Moçambique causa desconforto, dado o costume de ignorar essa questão no Brasil em nome de uma pretensa democracia racial. Por outro lado, falar de racismo não causa desconforto para a maioria dos moçambicanos com quem convivi, exatamente por ser um tema muito presente historicamente em seus cotidianos, de modo que mesmo o brasileiro sem nenhum acúmulo de discussão sobre o tema acaba voltando para o Brasil com uma maior sensibilidade para a questão racial.

Expressões como “sou preto africano” para exaltar virilidade, força ou coragem; ou referir-se a todas as pessoas de acordo com o tom de sua pele; entre outras expressões que denotam a força da raça na sociedade moçambicana são frequentes. Certa vez, um garçom de um restaurante na cidade de Tete, ao perguntar-me se eu era solteira, questionou-me sem qualquer cerimônia se eu “aceitaria um esposo da sua cor”, passando a mão no próprio braço. Ele ficou verdadeiramente chocado com a minha resposta afirmativa.

A questão da miscigenação é ainda mais complexa em Moçambique. Foi possível perceber que a pele mais clara é mais valorizada e a pele mais escura, motivo de piada e ridicularização, muitas vezes, entre os próprios moçambicanos. O termo “mulato” é bastante comum no cotidiano moçambicano e eu acostumei-me a ser assim identificada, de modo que ouvi muitas vezes expressões como “você é mulata, você vale muito”, ou “vocês mulatos são confusos”. Ao mesmo tempo em que os chamados “mulatos” são vistos como de maior valor, são também segregados em relação aos negros mais retintos, e mais afastados, no imaginário popular, de características estereotipadamente dadas como pertencentes à raça negra, como animação, alegria, sexualidade, “swingue”. Como exemplo, uma festa que meus amigos negros mais retintos imaginavam que seria desanimada e cara foi identificada para mim como “festa de mulatos”.

Nas relações afetivo-sexuais esta questão de raça também foi muito marcada, como será melhor analisado posteriormente neste capítulo.

Foram comuns na minha vivência em Moçambique falas que se referiam a uma pretensa superioridade intelectual do homem branco dada como inata. Uma, em especial, me



marcou muito, quando um amigo moçambicano, negro, afirmou categoricamente que o homem branco é superior ao negro, e que a prova disso estava na subjugação histórica deste por aquele. A discussão que se seguiu e a potencial discussão a partir desta afirmação são complexas e poderiam ser muito extensas. Cabe apontar desde a marca de gênero, que coloca tal embate como uma questão entre homens e que coloca em jogo a dominação masculina, até o efeito legitimador de um discurso, em que uma determinada forma de contar a história faz com que uma versão dela se perpetue e se sobreponha à diversidade e complexidade dos fatos, eclipsando toda forma de resistência e reduzindo a rica história africana à história do colonialismo – até mesmo para os próprios africanos. Em meu retorno a Moçambique, em 2014/2015, tentei retomar essa discussão desconstruindo os argumentos historicamente usados para construir o discurso que legitima essa pretensa superioridade. Sem sucesso, ouvi como resposta a seguinte frase:

“Admiro o branco. O branco fez com o preto o que o homem fez com o gado. Se o preto tem tudo ali, tem cérebro, tem tudo, como branco fez isso? O branco é fudido” (Antonio, dez. 2014).

Assim, é possível depreender que a questão da construção de uma autoestima subordinada do negro em relação ao branco, do colonizado em relação ao colonizador, também se expressa cotidianamente no campo e se reflete nas relações entre moçambicanos e brasileiros no contexto estudado.

O brasileiro médio em Moçambique, por sua vez, que na sua maioria se percebe como branco e se opõe binariamente ao negro, mimetizando a relação colonizado/colonizador, reproduz cotidianamente esse racismo nas relações instituídas com os moçambicanos, seja nas relações de trabalho, seja nas relações pessoais. Ouvi inúmeros exemplos de brasileiros sendo racistas em Moçambique, especialmente quando estão somente entre brasileiros, o que, embora tenha sido revoltante, não deixa de ser uma reprodução fiel do contexto das relações raciais no Brasil e, principalmente, do modo como elas são percebidas por esse estrato da população brasileira representado pelos funcionários brasileiros dos *megaprojetos* em questão.

Um dos exemplos que mais me marcou ocorreu em janeiro de 2015, quando, em um churrasco de brasileiros funcionários do PCM, afirmei que tinha um namorado moçambicano, após insistentes investidas de um desses funcionários, alcoolizado, em minha direção. O rapaz ficou extremamente chocado e disse: “Uma menina tão bonita como você? Não acredito. Você não tem medo do HIV?”. Uma fala como esta denota a interseccionalidade dos preconceitos atuantes na sociedade brasileira reproduzida no contexto micro estudado: a opressão de gênero articulada diretamente com a reprodução de um estereótipo que veio reforçar a

associação do negro ao sujo, ao poluidor, legitimando uma relação construída historicamente desde o período da escravidão.

Outra brasileira, bastante esclarecida, disse em uma mesa de restaurante sobre um garçom que demorava para servir a refeição: “não vou ficar aturando 'moçambicanisse’”, em uma clara alusão a expressões que historicamente legitimaram o racismo no Brasil como “serviço de preto”, “negrice”, entre outras expressões que se popularizaram nacionalmente e cuja naturalidade demorou séculos para passar a ser mais amplamente contestada e, posteriormente, criminalizada – o que, na prática, não eliminou completamente o seu uso. A questão da qualidade dos serviços prestados, aliás, é o estopim mais comum para que os brasileiros expressem esse racismo que estamos acostumados a sufocar. A organização precária das instituições públicas e privadas, as dificuldades no fornecimento de insumos e a deficiência na formação e no treinamento, entre outros fatores, faz com que os serviços sejam mais lentos do que no Brasil, especialmente no Sudeste, o que, em minha vivência de campo, fez com que muitas vezes eu presenciasse cenas dignas dos primórdios do colonialismo, com exigências aos gritos e uma grande carga de elitismo, no melhor estilo brasileiro “você sabe com quem está falando?” (DA MATTA, 1997).

Muitos dos moçambicanos com quem convivi percebem esse racismo presente em parte das relações entre brasileiros e moçambicanos no contexto dos megaprojetos. Sobre isso, Manoel, por exemplo, afirmou que “racismo sempre existiu, os brasileiros estão sempre se segurando, mas de vez em quando dão umas escorregadas”.

É curioso e trágico notar as relações construídas entre os donos de empreendimentos comerciais e seus funcionários, por exemplo. A baixa oferta de mão de obra qualificada atrai muitos imigrantes de países como Zimbábue, Malawi e Zâmbia, uma vez que a região de Tete se encontra nas proximidades das fronteiras entre estes países. Esses funcionários, junto aos funcionários moçambicanos, são extremamente maltratados, mesmo em frente aos clientes. São comuns os xingamentos de toda ordem por parte dos patrões e também dos clientes, especialmente dos clientes sul-africanos, indianos e de parte dos clientes brasileiros, acostumados com outro padrão de atendimento e carregados de racismo e discriminação. Mais de uma vez cheguei a presenciar agressões físicas por parte dos patrões em estabelecimentos comerciais, principalmente restaurantes. José Luís Cabaço afirma que:

Em Moçambique, até os primeiros anos da década de 1960, por exemplo, era corrente que os 'patrões' aplicassem punições físicas aos seus empregados domésticos (os 'criados') ou que as donas de casa portuguesas, perante um erro, infração ou desobediência de um 'criado', o enviassem à administração ou à estação de polícia com um bilhete no qual explicavam o 'delito' e

solicitavam punição física ou mesmo 'uns dias de calabouço'. O empregado punido devia devolver o bilhete à 'patroa' com um apontamento do funcionário informando que o castigo fora aplicado. (CABAÇO, 2008, p. 55).

Fatos como esse só explicitam o quão presente permanece o sistema colonial, trazendo à tona as heranças de uma relação de servidão que ainda está bastante viva não só na memória, mas nas relações efetivamente travadas neste cenário.

Na minha última visita a Moçambique, em 2014/2015, algo que me incomodou muito foi o costume que os funcionários dos estabelecimentos têm de abrir as portas para os clientes. Em um restaurante onde eu estava jantando, o funcionário estava um pouco distante e eu caminhava atrás de um senhor de origem indiana em direção à porta. Ao chegar, o senhor parou e ali permaneceu enquanto o funcionário se aproximava correndo. Eu imediatamente tomei a iniciativa de abrir a porta, ao que fui repreendida, assim como o funcionário, negro, que chegou alguns segundos depois e foi repreendido pelo cliente e, em seguida, pelo patrão.

As metáforas coloniais tomam corpo constantemente nas relações analisadas, conforme será analisado mais profundamente em capítulo subsequente. Maria, funcionária do PCM, afirmou sobre Brasil e Moçambique que “estamos em tempos diferentes”, aproximando-nos do costume colonial de tratar os povos subjugados como “atrasados” historicamente. A afirmação quanto à inexistência de uma chamada “cultura de trabalho” também é recorrente, um funcionário do PCM, em uma conversa informal, no mesmo churrasco de brasileiros citado anteriormente, afirmou que “a gente acorda e sabe que tem que ir trabalhar, eles acordam e pensam 'ah, hoje só quero dormir’”, retomando mais um costume colonial de estereotipar negros como inerentemente preguiçosos.

Pude observar ainda que os brasileiros que vivem em Moçambique facilmente se habituem a este cenário e nele se inserem ocupando seus lugares de pretensos dominadores. Brasileiras que se casaram com moçambicanos e fixaram residência no país, por exemplo, rapidamente se acostumam a ter empregados diariamente, não raro mais de um empregado, assim como acostumam-se com a postura de subserviência desses empregados. Importante frisar, no entanto, que esta não é uma exclusividade de situações de patrões brancos estrangeiros, pois entre os próprios moçambicanos essa situação de ter vários empregados e essa postura servil por parte dos mesmos é bastante comum, mostrando que a própria sociedade moçambicana está impregnada de resquícios do colonialismo. Já de volta ao Brasil, conversando pela Internet com um amigo moçambicano, reclamava que não tinha cerveja em casa, ao que ele prontamente me respondeu: “por que não manda um guarda comprar para você?”. Quando eu lhe expliquei que aqui quase não temos guardas e que a relação com os

funcionários domésticos é mais profissional para a maior parte da população, excetuando-se uma elite minoritária, de modo que seria abusivo da minha parte pedir ao porteiro ou ao zelador por exemplo que comprasse cerveja para mim, ele me respondeu: “mas damos um refresco a eles por isso e assim ajudamos nossos irmãos”, ilustrando as diferenças nas percepções dessas relações em um e em outro país.

A dicotomia tradicional/moderno, bastante presente em África e muitas vezes associada a essas metáforas coloniais que julgam o africano como atrasado a partir de uma noção de progresso estereotipada, está de fato bastante presente também no discurso cotidiano dos moçambicanos. Um exemplo curioso foi na chegada à Moçambique em minha última visita, em tempos de surto de ebola em parte do continente. Por um lado, a medição da temperatura corporal por infravermelho, altamente tecnológica, enquanto, ao lado, uma placa informativa afirmava em seu primeiro tópico: “Ebola não é causado por feitiçaria”.

Foi comum que os entrevistados procurassem situar suas percepções entre esses dois pólos e que atrelassem fatores identificados por eles mesmos como “atraso” à persistência de traços da tradição religiosa e cultural no comportamento dos atores envolvidos nos processos descritos. A tradição é, nesse contexto, interpretada como um obstáculo para que se alcance o progresso. Nota-se, no entanto, o desejo de conservar tais práticas socioculturais, mas adaptando-as aos novos contextos, de maneira que não se constituam obstáculos à superação de uma situação de extrema fragilidade socioeconômica.

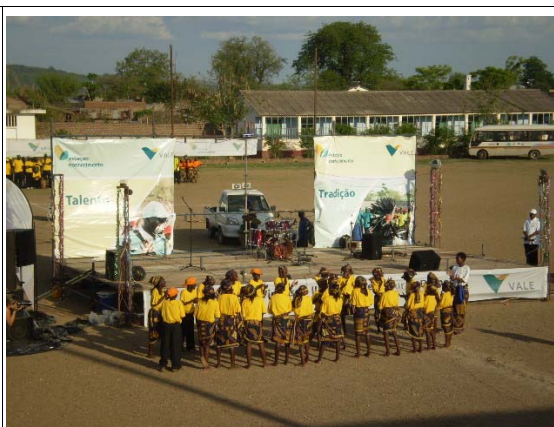
É interessante assinalar que essa percepção encontra na literatura críticas de setores que julgam ser ela uma maneira de responsabilizar a própria população pela situação em que se encontram, retirando o foco de fatores realmente fundamentais para a explicação e combate à pobreza moçambicana, quais sejam, os processos históricos, de escala mundial e regional que levaram o país ao estágio em que se encontra; bem como a forma como a ajuda internacional é realizada e sua articulação com o próprio poder público moçambicano.

Outro ponto que merece ser tocado no que concerne à dicotomia tradição/modernidade refere-se à relação entre os *megaprojetos* e as autoridades tradicionais. A maneira pela qual as grandes empresas responsáveis por *megaprojetos* se relacionam com tais autoridades pode vir a ter dimensões históricas, deslegitimando instituições. Ainda que a intenção da aliança com essas autoridades seja exatamente respeitar a hierarquia local e conferir legitimidade aos processos relacionados, muitas vezes o efeito pode ser o inverso, atrelando a imagem dessas autoridades à imagem das empresas estrangeiras, como já ocorreu, outrora no caso dos régulos em relação ao poder colonial. Exemplo disso está na relativa perda de prestígio de algumas dessas autoridades que eu presenciei frente à acusação de aliança com tais

instituições, o que leva a pensar que a influência externa dessas empresas precisa ser ponderada em âmbitos muito mais estruturais e profundos do que muitas vezes permitem os estudos de viabilidade requeridos, podendo vir a ter impactos até mesmo estruturais sobre a organização social local.



**Foto 24** – Ritual realizado no escritório do PCM junto a autoridades locais para pedido de proteção contra acidentes.



**Foto 25** – Evento cultural realizado anualmente pela Vale em Moatize.

Muitos outros impactos são relacionados à chegada das grandes empresas em Moçambique e muito se fala em colonização brasileira no país. Apesar do debate sobre neocolonialismo, que será empreendido no terceiro capítulo desta dissertação, foi possível vivenciar alguns exemplos de “importações” brasileiras para Moçambique bastante visíveis e muito presentes nas falas cotidianas, assim como nas entrevistas realizadas.

Para além da música e da teledramaturgia brasileira, que são famosas em Moçambique já há décadas, proporcionando uma familiaridade do moçambicano em relação ao brasileiro, que não é recíproca, recentemente os programas televisivos de caráter jornalísticos também são reproduzidos em Moçambique, especialmente os produzidos nos moldes do sensacionalismo. Com isso, foi relatado que a criminalidade moçambicana subiu, por meio da “importação” de crimes que antes não existiam no país, como os chamados sequestros relâmpago ou as “saidinhas de banco” (assaltos em frente aos caixas eletrônicos).

Outra entrevistada relatou que as empregadas domésticas pedem para aprender a cozinhar comida brasileira, porque isso subiria o valor dessas trabalhadoras no mercado, dada a grande e crescente quantidade de brasileiros vivendo em Moçambique atualmente.

Nesse cenário, a questão da língua complexifica a situação de estrangeiro do brasileiro em Moçambique. Um dito popular entre os brasileiros que lá vivem é que “a língua que nos

une é a língua que nos separa”. De fato, são dois povos falando suas línguas nativas (desconsiderando as línguas locais), que são a mesma língua, mas ao mesmo tempo são muito diferentes em expressões, palavras, sotaques e entonações, o que implica em constantes ruídos na comunicação e em uma influência mútua, mas cuja intensidade da influência do português brasileiro sobre o moçambicano é muito maior. Em 2010/2011, por exemplo, poucos moçambicanos entendiam o que era banheiro ou a expressão “a gente” em substituição à primeira pessoa do plural. Já na minha última visita, em 2014/2015, foi comum que nos estabelecimentos acostumados a receber brasileiros os funcionários já se referissem às “casas de banho” moçambicanas como “banheiros” e cheguei a ouvir até mesmo moçambicanos usando a expressão “a gente”, que antes parecia soar tão estranha para eles. Para além da presença massiva da televisão brasileira no cotidiano moçambicano, a presença expressiva dos próprios brasileiros vem tendo uma influência sobre o português moçambicano visível neste prazo tão curto, o que aponta para transformações profundas em longo prazo.

A questão da convivência segregada entre os dois grupos nos ambientes externos ao trabalho foi uma das primeiras coisas que me chamou a atenção no contexto dos *megaprojetos* em questão. Desde os primeiros meses de vivência em campo, em 2010, foi possível notar que os brasileiros costumavam conviver quase que exclusivamente com brasileiros nos momentos de lazer. Na última visita à Moçambique, observei a persistência desta situação, à primeira vista mais acentuada no PCM do que no PCN, acredito que em virtude do caráter do projeto, mais localizado espacialmente e com um número maior de funcionários.

As entrevistas realizadas reforçaram essa percepção, de modo que a maior parte dos entrevistados afirmou que a convivência sectarizada dos grupos se agravou ao longo dos anos e que, se eu já tinha essa percepção em 2010, ficaria surpresa em perceber seu agravamento caso voltasse a viver em Moçambique atualmente. Sobre isso, Felipe afirmou que “os brasileiros que estão aqui hoje já não se misturam”, e prosseguiu:

“O grupo de brasileiros que estava aqui antes era muito aberto, hoje eu posso cruzar com um brazuca que trabalha comigo e ele não me cumprimentar, hoje os grupos estão mais segregados, tu vais a um churrasco de brasileiros e não apanha um moçambicano. Já não existe convívio” (Felipe, dez. 2014).

Uma entrevistada brasileira, Luiza, casada com um moçambicano, afirmou que sente rejeição por parte dos brasileiros em relação às brasileiras que se casam com moçambicanos. A situação que relata é a de não se sentir bem tanto nos espaços de convívio de brasileiros, onde não raro seu marido é o único moçambicano, mas tampouco sentir-se confortável nos espaços de convívio moçambicano, em função da sectarização de gênero, já que é comum em

espaços de lazer em Moçambique que os homens se reúnam em grupos separados de mulheres – o que também pode ser identificado no Brasil, especialmente nas faixas etárias mais velhas, embora não seja um fenômeno tão expressivo costumeiramente.



**Foto 26** – Registro de eventos sociais que exemplificam a convivência segregada de moçambicanos negros e brasileiros brancos.



**Foto 27** – Registro de eventos sociais que exemplificam a convivência segregada de moçambicanos negros e brasileiros brancos.

Outra entrevistada brasileira, Maria, no entanto, acredita que é normal que ocorra essa segmentação e justifica o fato por meio do tamanho do projeto nos dias atuais: “não há mais aquela comunidade que existia no nosso tempo” – afirmou, referindo-se ao início do PCM.

Luis concorda, refutando veementemente a hipótese de hostilidade entre brasileiros e moçambicanos. Apesar de identificar uma maior distância entre os grupos atualmente, aponta exemplos de amizades que se tornaram duradouras, frisando minha hospedagem em casa de amigos moçambicanos durante a realização do campo. Para ele, apesar de atualmente existir menos convívio do que existiu no período da implantação, a língua e a pretensa personalidade expansiva de ambos os povos teriam unido brasileiros e moçambicanos: “a língua nos uniu, e somos dois povos que gostam de *chillar*, de curtir, de *enjoyar*”.

De fato, quando se fala em uma convivência segregada entre os grupos no cotidiano dos *megaprojetos*, há que se ter cuidado com generalizações, de modo que a compartimentação dos segmentos de funcionários em grupos serve apenas como uma categoria de análise, facilitando a observação das tensões aí existentes, não significando que não há circulação entre os grupos. No interior destes grupos, observa-se ainda a interseccionalidade de diversos marcadores da diferença, que provocam outras cisões entre os

próprios brasileiros e entre os próprios moçambicanos, como por exemplo a questão da região/etnia de origem e a questão da posição ocupada na estrutura hierárquica do projeto.

Em uma das muitas tardes de falta de luz no escritório, por exemplo, eu observava junto a um colega que em um canto estavam reunidos os funcionários de Maputo, em outro os funcionários locais e, em outro, os brasileiros. Este colega, que ocupava um cargo de coordenação, relatou ainda que ele estava ali separado dos demais devido à hierarquia. Convém apontar que essa situação de segregação em grupos não é uma exclusividade da convivência entre brasileiros e moçambicanos e que essa separação de grupos em função da hierarquia é bastante comum em qualquer ambiente de trabalho no Brasil. No entanto, as características do contexto analisado emprestam a essa segregação contornos particulares que demandam atenção, como por exemplo a questão étnica e a questão racial, contornos estes que se pretendem destacar aqui.

Importa dizer ainda que em um contexto que conta com a presença de grupos de diversas nacionalidades, é comum observar também outros grupos relativamente fechados, como o dos sul-africanos de origem *böer*, dos chineses, dos filipinos, entre outros, costumeiramente vistos nas cidades em análise.

Cabe também colocar a questão da ambivalência de papéis de muitos brasileiros e moçambicanos nestas situações. Em um contexto onde a regra é a separação, onde os ambientes são muitas vezes quase exclusivamente frequentados por estrangeiros brancos e outros quase exclusivamente por moçambicanos negros, qual o lugar das pessoas que transitam? Principalmente as pessoas envolvidas em relacionamentos afetivo-sexuais interracialiais, mas também aquelas que fazem amigos predominantemente no outro grupo, por exemplo, casos que existem, embora sejam raros. É comum que essas pessoas sejam mal vistas pelos seus grupos de origem, como colocam Pedro Lopes e Laura Moutinho (2011) quando citam o caso de uma garota sul-africana “black” que relata escolher seus amigos ou relacionamentos com base em interesses semelhantes, muitas vezes andando entre “whites” e relata perceber o rechaço de outras pessoas de seu grupo de origem, com atitudes hostis. No cotidiano dos *megaprojetos* essa atitude é recorrente, especialmente de moçambicanos com relação a outros compatriotas que passam a se relacionar “muito” com brasileiros brancos ou outros estrangeiros.

Em outros casos, como meu próprio, por exemplo, é possível de certa forma se apresentar como pertencente ao outro grupo, em um processo de mímica, um travestismo que muitas vezes chega a tornar-se inconsciente. Anne McClintock (2010) coloca este processo como uma espécie de estratégia e de fato isso facilitou a minha convivência em Moçambique,



por exemplo, possibilitando percorrer universos, uma vez que eu me aproximei quase exclusivamente de moçambicanos negros, que muitas vezes falavam mal dos brasileiros para mim como se eu não fosse brasileira, e, quando percebiam, se desculpavam afirmando que eu não era brasileira como os outros, que eu era quase moçambicana, uma “preta-branca”. Cabe ainda a ressalva concernente ao questionamento retomado por Anne McClintock (2010), atribuído a Marjorie Garber, que questiona a existência de uma identidade “real” sob a máscara do travestismo, pois, embora trate-se de certa forma de uma estratégia para ser aceita, não é possível falar em uma encenação consciente que se encerra quando longe da presença daquelas pessoas e sim de traços que acabam incorporados à sua própria identidade.

Os condomínios construídos entre 2013 e 2014, destinados à moradia dos funcionários do PCM, foram um assunto bastante recorrente tanto nas entrevistas quanto nas conversas informais nos espaços de convívio em Tete e Moatize e são o maior exemplo dessa situação de segregação presentemente debatida. Muitos dos entrevistados afirmam que foram construídos dois condomínios, um destinado aos brasileiros e outro aos moçambicanos, e que o primeiro apresentaria melhores condições do que o segundo, com piscina, área de lazer e melhores condições de infraestrutura, com menos falta de água e energia elétrica por exemplo.

Embora esta divisão não seja oficial, tive a oportunidade de conhecer os dois condomínios e de fato no condomínio que possui piscina e cujas condições de infraestrutura são alegadamente melhores, pude observar uma maioria de moradores brasileiros, embora ali residam também moradores de outras nacionalidades, como australianos, *malawianos* e *zimbabwanos*, e também alguns moçambicanos, segundo relato dos entrevistados e conversas informais. No entanto, foi consensual que moçambicano para morar no condomínio “dos brasileiros” tem que “ser gerente”.

Todos os entrevistados ligados ao PCM tocaram espontaneamente em algum momento no assunto dos condomínios, indicando que somente esse tema já valeria uma investigação mais aprofundada por si só. O taxista que me levou até o condomínio “dos moçambicanos”, por exemplo, estranhou quando eu disse que estava indo visitar uma amiga, e disse: “Mas aí moram só moçambicanos”, expressando por um lado a naturalidade frente a essa situação de segregação e, por outro lado, a pressuposição de que eu certamente não teria amigas moçambicanas.

A construção dos condomínios é apontada ainda como um divisor de águas, na medida em que teria afastado ainda mais os grupos, retirando o convívio da cidade, onde necessariamente havia uma maior interação.

Luiza, por exemplo, reclama das condições do condomínio “dos moçambicanos”, afirmando que “o dos moçambicanos parece Cohab” e reforçando ainda: “escreve isso na sua tese: segregação!”. Para ela, “Moçambique é uma coisa para os moçambicanos e outra coisa para os estrangeiros”. Como exemplo, ela relata que, em conversa com outras colegas, descobriu que o salário médio das empregadas domésticas no condomínio “dos brasileiros” é de 7000 meticais (aproximadamente 200 dólares americanos), enquanto no condomínio “dos moçambicanos” esse salário médio seria de apenas 3500 meticais, ou seja, a metade.

Somente um dos entrevistados, Luis, afirmou que não é verdade que os condomínios são segregados, dizendo que a distribuição dos moradores para cada condomínio foi feita por afinidade, de acordo com as famílias que teriam maior amizade entre si. Este entrevistado afirmou também que os condomínios seriam idênticos, no entanto, após visitar os dois eu pude concluir que de fato o condomínio onde se observa uma maioria de moradores brasileiros possui piscina e área de lazer, o que não observei no condomínio onde se observa uma maioria de moradores moçambicanos.

Por fim, cabe analisar as percepções advindas dos relacionamentos afetivo-sexuais entre brasileiros e moçambicanos que pude observar em minhas vivências de campo. Trata-se de uma das mais importantes searas a serem observadas para a compreensão das relações que se pretende debater, na medida em que permite a análise da interseccionalidade entre diferentes marcadores, como raça, gênero, sexualidade e classe.

Assim como o IBGE mostra que é predominante no Brasil (MOUTINHO, 2003), é possível apontar preliminarmente com base na observação que o casal predominante no cenário dos *megaprojetos* em questão é formado pelo homem moçambicano negro e pela mulher brasileira branca, o que se deve a uma série de fatores, como, por exemplo, a escassez de mulheres no contexto destes empreendimentos, muito em função da natureza da atividade, ligada à mineração, que, como coloca Anne McClintock (2010), tornou-se a metáfora do domínio científico e filosófico do mundo e, com isso, a metáfora do domínio sexual masculino do mundo, passando inclusive pela expulsão sistemática e discursiva das mulheres deste campo de trabalho.

No entanto, como coloca Laura Moutinho (2003), o argumento demográfico não é suficiente para explicar estes encontros, podendo inclusive esconder valores e representações sociais sobre raça, mestiçagem, gênero, prestígio e erotismo que estejam subjacentes e sustentem o elo afetivo-sexual entre esses casais.

Historicamente, a supremacia masculina esteve atrelada à supremacia branca por meio de um discurso civilizatório. Gail Bederman (1995) aborda a diferença entre *manliness* e

*masculinity* no contexto estadunidense do final do século XIX, apontando que, enquanto *masculinity* era uma qualidade acessível a todos os homens, *manliness* era um ideal a ser alcançado, a realização de um homem perfeito, assim como a civilização era a realização de uma raça perfeita. *Manliness* estava, portanto, ligada à moral, mais especificamente às realizações morais que só os homens mais civilizados podiam alcançar – os homens brancos anglo-saxônicos.

Neste ideário de uma civilização masculina, as mulheres brancas figuram como espécie de marcadores dessa disputa pela masculinidade, ao passo que a mulher negra ocupa um lugar de invisibilidade e desprestígio. O caso do lutador de boxe Jack Johnson, abordado por Gail Bederman (1995), aponta que as mulheres brancas eram, naquele contexto, símbolos de *status*, posses masculinas, e o fato de Jack Johnson publicizar sua preferência por essas mulheres afrontava ainda mais a supremacia branca e o ideal de virilidade atrelado a ela. Ainda que as mulheres brancas em questão fossem muitas vezes prostitutas, representavam um ideal de pureza ligado à raça, e a relação com um negro, por si só, carregava o estigma da “poluição”. Laura Moutinho (2003) aponta que as relações entre o homem negro e a mulher branca na ficção literária brasileira são muitas vezes reproduzidas em tom de tragédia, como “poluidoras” por representar uma ameaça ao sistema de dominação patriarcal que tem o homem branco como figura central e ainda evocar, por oposição, a erotização da mulher branca, correntemente tida como figura assexuada, mãe e esposa. Essa ideia de “poluição” está profundamente atrelada a uma ideia de pureza racial, e depende do policiamento rigoroso da sexualidade, especialmente da sexualidade das mulheres. Assim, Anne McClintock (2010) coloca que ela está imbricada na dinâmica do gênero e não pode, portanto, ser compreendida sem uma teoria de poder do gênero.

De fato, a percepção predominante sobre esses relacionamentos é a de que uma mulher estrangeira, branca, no caso a brasileira, representa *status* e confere reconhecimento social ao homem moçambicano que a conquista, o que resulta muitas vezes em hostilidades por parte das mulheres moçambicanas em relação às mulheres brasileiras.

Anne McClintock (2010) coloca também que os maridos brancos, por sua vez, no contexto colonial que analisa, aparecem como adversários que reconhecem e também desejam a superioridade da virilidade do “macho” negro, o que se relaciona com o eixo da sexualidade e leva à conclusão de Laura Moutinho (2003), que aponta que o homem branco, representado como superior na quase totalidade das esferas do cotidiano, é obscurecido no eixo do erotismo.

Uma brincadeira comum entre os homens brasileiros trabalhadores do PCM em 2010 era a de dizer que se a mulher já havia “provado um moçambicano”, iria se decepcionar com

os brasileiros, e era comum também ouvir que o fato de muitas brasileiras estarem se envolvendo com moçambicanos era prejudicial à reputação dos homens brancos brasileiros, pois elevaria o “padrão de exigência” em termos sexuais destas mulheres na volta ao Brasil.

A hiperssexualização da mulher negra no Brasil é conhecida historicamente e data justamente da narrativa histórica da mestiçagem brasileira, composta pelo homem branco português e pelas mulheres não brancas, subordinadas e hiperssexualizadas. Compõem ainda essa narrativa as mulheres brancas, esposas e mães assexuadas, e os homens negros invisíveis, relegados ao mundo do trabalho, como apontou Laura Moutinho (2003). Sobre essa mítica, construiu-se a da “mulata tipo exportação”, perpetuando uma retórica da mulher negra hiperssexualizada e subordinada, o que, em um contexto de racismo e machismo velados como o brasileiro, faz com que as mulheres negras ocupem o lugar que sofre a maior opressão e discriminação nessa “batalha das cores”, de modo que os relacionamentos entre elas e os homens brancos assumiram, historicamente, a forma predominante do “amasiamento, concubinato ou prostituição”, como também coloca Laura Moutinho (2003).

Sobre isso, Luiza afirmou que “homem brasileiro que assume mulher moçambicana é difícil”, reforçando essa percepção de que, enquanto o homem moçambicano pode e deseja assumir um relacionamento sério com uma mulher brasileira, apesar dos entraves culturais, um homem brasileiro quer apenas aventuras com as mulheres moçambicanas.

É também sobre as mulheres negras que se abate de maneira mais incisiva a relação entre estética, aparência e raça. O estudo de Virginia Bicudo (2012), que data da década de 1940, mostrava em diversas falas, especialmente de mulheres, a associação do negro ao feio, explicitada em expressões utilizadas até hoje como “cabelo ruim”, ou “boa aparência” como sinônimo para pessoas próximas ao padrão de beleza vigente, ou seja, branco. Ainda hoje, o modelo machista de sociedade vigente no Brasil faz com que as exigências de padrão estético sejam vivenciadas mais profundamente pelas mulheres, o que faz com que se perpetue a opressão sentida pela mulher negra, tanto em função de sua raça quanto de sua condição de mulher.

A mulher brasileira, no entanto, também foi historicamente hiperssexualizada, para além de sua raça, em função de sua nacionalidade, o que é percebido pelas mulheres brasileiras no exterior. Adriana Piscitelli (2008) afirma que: “Essas migrantes são afetadas pela imbricação entre noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade. Refiro-me às noções sexualizadas e racializadas de feminilidade pelo fato de serem brasileiras” (PISCITELLI, 2008, p. 269).

Embora a autora esteja tratando de migrantes brasileiras em um contexto europeu e o fato de tanto as brasileiras como as mulheres negras africanas terem sido historicamente hiperssexualizadas complexifica essa discussão, o fato é que muitas vezes é possível sentir essa estigmatização das brasileiras como possuidoras de uma “disposição naturalmente intensa para o sexo e uma tendência à prostituição” (PISCITELLI, 2008, p. 269), por parte também dos homens moçambicanos, mas especialmente por parte das mulheres moçambicanas, em uma demonstração de como o machismo opera esse esquema de competição entre as mulheres mesmo em um contexto onde ambas sofrem com um processo semelhante de estigmatização.

Vivi um exemplo bastante marcante disso na passagem de 2014 para 2015, onde estive hospedada em um hotel em Vilankulos, província de Inhambane, região sul de Moçambique. Eu e a outra colega brasileira que estava comigo fomos hostilizadas pelas esposas dos rapazes que estavam hospedados no mesmo hotel por diversas vezes e algumas dessas mulheres chegaram a conversar com a moçambicana que estava conosco para que não nos “levasse” para determinados locais onde seus maridos estariam. O auge dessa situação deu-se quando fui praticamente expulsa de uma casa por estar sentada no chão brincando com uma criança, pois afirmaram que eu estaria tentando seduzir a criança para chegar ao pai. Alguns minutos antes um conflito também fora criado por eu ter me enganado de porta e, querendo entrar no banheiro, ter entrado em um dos quartos. Mesmo o quarto estando vazio e frente à minha explicação e ao meu pedido de desculpas, as mulheres moçambicanas presentes foram perguntar à moçambicana que estava comigo: “ela é encomenda para quem?”.

A situação de adultério masculino socialmente aceito em Moçambique, a possibilidade da poligamia, assim como a hiperssexualização do homem negro e do africano contribuem para essa situação. Na pesquisa de campo no Rio de Janeiro, Laura Moutinho (2003) deparou-se recorrentemente com a utilização de metáforas térmicas, viris, de proporção, e outros superlativos referindo-se aos homens negros e a seu desempenho sexual, sendo estes apontados como amantes superiores aos homens brancos, cuja sexualidade aparece de maneira opaca. No cotidiano dos *megaprojetos* em questão, o discurso segue a mesma tônica, com muitas mulheres brasileiras brancas procurando parceiros sexuais moçambicanos negros em função, entre outros fatores, desta hiperssexualização a eles atribuída.

Cabe ainda apontar que os conflitos relacionados a estes relacionamentos afetivo-sexuais incluem constantemente um terceiro e/ou um quarto personagem, pois muitos dos funcionários, especialmente no período da implantação do empreendimento, de caráter mais

temporário, estavam vivendo provisoriamente na cidade, deixando em sua cidade ou em seu país de residência fixa as esposas e os maridos.

Esta residência temporária geralmente se dava em moradias de responsabilidade das empresas na época da implantação, o que também era um ponto de conflitos, pois, uma vez que as moradias eram administradas pelas empresas, muitas vezes eram designados responsáveis para uma espécie de patrulha das pessoas que entravam e saíam das residências, sob o discurso do gasto financeiro, com utilização de água e energia, por exemplo, mas com uma clara diferenciação no controle exercido sobre as casas onde viviam mulheres – mais controladas – e onde viviam homens. Os próprios discursos dos superiores que tentavam intervir nas situações variavam muito de acordo com o interlocutor, colocando sempre a mulher brasileira branca no papel da seduzida e o homem moçambicano negro no papel do conquistador.

À primeira vista os relacionamentos afetivos que se tornaram de fato relacionamentos mais estáveis são compostos em sua maioria por mulheres brasileiras brancas e homens moçambicanos negros. Casos de relacionamentos entre homens brasileiros brancos e mulheres moçambicanas negras eram mais raros de serem vistos e em muitos casos não costumavam se tornar relacionamentos mais sérios, aproximando-se do estereótipo do amasiamento, concubinato ou prostituição e reforçando o lugar de maior opressão e discriminação da mulher negra neste panorama. Durante a vivência em Moçambique, observei apenas um caso de relacionamento fora desse padrão entre um homem branco brasileiro e uma mulher negra moçambicana. Neste ponto, faz-se necessária uma colocação acerca da questão de classe, entendida no sentido weberiano de compartilhamento de capital cultural e social, pois as mulheres moçambicanas em geral possuem escolaridade mais baixa do que a dos homens e é mais difícil identificar mulheres que tenham cursado curso superior trabalhando nos *megaprojetos*, o que afasta ainda mais as possibilidades de encontros desse tipo, enquanto, por outro lado, grande parte das mulheres brasileiras que imigram para trabalhar em Moçambique possui curso superior, aproximando-se de determinada parcela dos homens moçambicanos trabalhadores dos megaprojetos e agregando *status* à sua condição – o que se relaciona à dimensão da busca pelo prestígio, apontada por Laura Moutinho (2003) como um dos principais fatores atribuídos a estes relacionamentos. Pode-se ainda relacionar a isso o *locus* desse prestígio ligado ao grau de escolaridade na sociedade moçambicana, bastante marcado e de grande importância.

Pude observar também situações de relacionamentos entre homens brasileiros brancos de cargos mais altos hierarquicamente com mulheres moçambicanas negras dos cargos da

base ou ainda de origem humilde, de fora dos empreendimentos, moradoras da região, chegando até mesmo a gerar filhos, e cabe questionar, a partir destes casos, o tipo de agência possível para o sujeito em uma situação de desigualdade social como esta.

Retomando a relação com o discurso civilizatório do colonialismo, Gail Bederman (1995) aponta que, por volta de 1890, o discurso civilizatório assumia significados específicos ao redor de três fatores centrais nos Estados Unidos: raça, gênero e progresso evolucionista/milenarismo. Assim, ao mesmo tempo em que o conceito de civilização passou a ter uma conotação quase exclusivamente racial com a popularização do darwinismo e ao se relacionar com as “raças anglo-saxônicas avançadas”, era também possível classificar civilizações mais ou menos avançadas de acordo com o grau da diferenciação por gênero na sociedade, dividindo as mulheres entre civilizadas (femininas, delicadas, dedicadas ao lar) e as selvagens (agressivas, carregavam peso, faziam trabalho duro) e também os homens em civilizados (firmes de caráter, controlados e protetores) e selvagens (incapazes de reprimir suas paixões, estupradores, abandonam suas mulheres e crianças). Deste modo, raça, gênero e sexualidade se articularam neste discurso civilizatório construindo um cenário que hierarquiza homens e mulheres de diferentes “cores” em uma lógica perversa que coloca a mulher negra na base da pirâmide, como a mais prejudicada no mercado de casamentos, por exemplo.

No caso presentemente analisado existe ainda a questão imbricada da identidade nacional. Laura Moutinho (2003) coloca que o desejo sexual inter-racial foi elemento constituinte da ideia de nação no Brasil e na África do Sul, embora por vias distintas. Pensando no colonialismo como empresa que fez parte da conformação desta identidade nacional, cabe apontar outra ideia presente no mesmo livro, que consiste na definição da máquina colonial como, além de uma empresa de caráter econômico, também uma máquina que opera determinados fluxos libidinais.

Anne McClintock (2010) retoma Frantz Fanon, que coloca a questão do desejo colonial como diferente para homens e mulheres, colocando que enquanto o homem branco pode se permitir a luxúria de dormir com qualquer mulher, a mulher branca que “aceita” um homem negro está sendo por ele apropriada e não o contrário. Trata-se da suposta fantasia do nativo de ocupar o lugar do senhor por um processo de substituição, enquanto a mulher branca seria apanhada em um processo de apropriação. Apesar da pertinente crítica da autora à cumplicidade de Fanon com o estereótipo da mulher romântica, ela destaca sua singularidade do que se refere ao tratamento da questão de gênero no contexto colonial, assim como sua negação da metáfora da família para explicar a construção da nação, correntemente utilizada por outros autores.

Embora o contexto seja bastante diferente, cabe observar a raiz da formação destas identidades nacionais, uma africana, com passado colonial recente e histórico de subjugação a outros povos com marcas profundas em sua autoestima e identidade, e outra uma identidade embranquecida, ocidentalizada e marcada por um recorte de classe, dado o segmento brasileiro representado no panorama dos *megaprojetos*. As mulheres brancas seguem, assim, como mediadoras simbólicas, marcadoras de fronteiras de um conflito neocolonial masculino em um contexto de afirmação de identidades nacionais, de modo que, ainda hoje “todos os nacionalismos têm gênero, todos são inventados e todos são perigosos” (McCLINTOCK, 2010, p. 51).

A questão da racialização das relações também aparece com força no que se refere a esses relacionamentos, associada diretamente à questão cultural. Especialmente as mulheres brasileiras que se envolvem em relacionamentos mais sérios com homens moçambicanos, chegando ao casamento, sentem essa diferenciação, que se agrava nos casos em que essas mulheres brasileiras são brancas, já que as tradições e costumes moçambicanos são também frequentemente racializados. No caso de brasileiras que se casam com moçambicanos oriundos da etnia *changana*, do sul do país, ocorre outro agravante: a descendência patrilínea, pois, na tradição *changana*, a prole pertence à família do pai.

Algumas frases ouvidas no contexto dessas relações exemplificam bem as tensões colocadas, que articulam noções de raça, gênero, nacionalidade e sexualidade bem definidas para brasileiros e para moçambicanos de maneiras diferentes. Em uma discussão sobre as dificuldades enfrentadas nesses relacionamentos afetivo-sexuais com um casal formado por uma brasileira e um moçambicano, por exemplo, eu afirmei para a mulher que ela era “quase uma moçambicana”, ao que obtive como resposta um enfático “eu nunca serei moçambicana”, indicando uma questão sensível e pontuando os limites concretos dessas relações, que sempre serão, em sua essência, relações entre pessoas de origens muito distintas.

Em outra ocasião, após ter conversado com mulheres *macuas* sobre os ensinamentos que elas recebem para agradar seus homens, afirmei para um moçambicano o quanto aquela postura servil me parecia estranha e, de certa maneira, revoltante, ao que escutei como resposta: “você não está preparada para ser mulher de um preto africano”. Outra frase marcante que ouvi ainda no que se refere ao tratamento entre mulheres e homens foi: “Trata-me lá como mulher moçambicana”, com referência a atitudes cotidianas como, por exemplo, servir o prato do marido/namorado.

Cabe lembrar o lugar de enunciação da pesquisadora neste caso, brasileira, mulher, feminista, o que implicou em choques constantes e em discussões frequentes com



moçambicanos, assim como orienta o enfoque de todas as discussões presentemente travadas e a seleção das passagens a serem relatadas. Cabe também pontuar que não se trata de focar os conflitos existentes nessas relações como exclusivos das relações envolvendo moçambicanos e brasileiros e sim de tratar das especificidades dos conflitos surgidos nesse contexto a fim de compreender melhor os temas analisados nesta dissertação.

Assim, a análise desta complexa rede de relações, embora requeira um trabalho bem mais aprofundado, permite apontar preliminarmente que, embora não se possa de forma alguma excluir como razões de aproximação nas relações afetivas inter-raciais o afeto, os interesses semelhantes e outros fatores costumeiramente atribuídos as relações afetivas em geral, existem também fatores sociais imbricados neste processo de atração. A análise de Nestor Perlonguer (1987), retomada por Laura Moutinho (2003) aponta que tensores sociais, transindividuais e hierárquicos funcionam como agenciadores do desejo, de modo que ele não se encontra reduzido apenas ao âmbito individual e subjetivo, o que reforça, portanto, o caráter destas relações afetivas de *locus* privilegiado para a análise das tensões raciais, em uma perspectiva articulada com os demais marcadores da diferença analisados.

Cabe concluir ainda que, de uma maneira geral, foi possível perceber na última visita de campo, um certo clima de ressaca, tanto no PCM quanto no PCN. Em Tete, onde a operação está consolidada e a expansão da mina tem contornos bem mais discretos, paira uma tranquilidade que antes não se via, espaços de lazer vazios durante a semana, em uma grande contradição com 2010/2011, quando estavam sempre cheios, famílias vivem em condomínios distantes da cidade e as pessoas que ali estão desde a implantação expressam uma nostalgia deste período, em que havia mais convivência e mais lazer. Em Nampula, por sua vez, muito devido à característica desafiadora do projeto em função de sua extensão e de seus dificultadores como atravessar dois países e a segunda maior cidade do país, os funcionários também apresentavam sinais de cansaço, com o final das remoções, o teste da passagem do primeiro comboio anunciando o fim da implantação e o início da operação, em meio a indícios de uma retirada de cena por parte da Vale. O que parece é que este é um momento de transição e redefinição para esses megaprojetos, de modo que valerá a pena observar o que acontecerá com este cenário nos próximos anos.

Desta forma, as percepções de campo trazidas neste capítulo subsidiarão a construção das discussões empreendidas nos próximos capítulos, assim como poderão embasar reflexões posteriores a respeito do tema, dada a natureza de transformação constante do objeto em questão.



### **3. DESENVOLVIMENTOS E CONTEMPORANEIDADES – O PAPEL DO BRASIL EM ÁFRICA**

Este capítulo debate as noções de desenvolvimento em voga no contexto global de maneira geral e de que modo tais noções impactam os contextos específicos analisados nesta dissertação. Tal discussão faz-se de fundamental importância, uma vez que se entende que são estas políticas de desenvolvimento, baseadas em ideologias historicamente construídas as responsáveis pela condução das relações internacionais presentemente estudadas e, conseqüentemente, possuem impacto direto sobre as relações entre os indivíduos envolvidos neste contexto.

Desta forma, trata-se de um capítulo de caráter prioritariamente teórico, que tem por objetivo apresentar o pano de fundo para as relações analisadas no primeiro capítulo, com base principalmente nas informações de campo, possibilitando uma análise mais consistente, contribuindo inclusive com as discussões que serão empreendidas no terceiro capítulo, também voltado para o debate acerca da dominação, com enfoque para a questão racial e sua relação com a dominação de tipo colonial que persiste nas relações presentemente analisadas.

Norbert Elias, em *Estabelecidos e Outsiders* (2000) colocou que os problemas identificados em nível micro estão relacionados ao que se observa no nível macro, de modo que a pesquisa sobre as relações estabelecidas no interior do PCM poderão contribuir também para a discussão dos eixos de análise adotados em uma esfera ampla, abarcando um nicho de relações entre Brasil e Moçambique e entre Brasil e os PALOP que vem se alargando nos últimos anos.

[...]os problemas em pequena escala do desenvolvimento de uma comunidade e os problemas em larga escala do desenvolvimento de um país são inseparáveis. Não faz muito sentido estudar fenômenos comunitários como se eles ocorressem em um vazio sociológico. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 16).

A partir desta perspectiva, pretende-se colocar em contraste as questões levantadas acerca das relações internacionais de caráter amplo entre Brasil e Moçambique e as relações de caráter interpessoal apresentadas no primeiro capítulo. Convém pontuar que o jogo de poder analisado neste texto, cujo ator principal é a Vale, consiste em reflexo do jogo de poder em que está envolvido o Brasil como um todo no cenário internacional, a partir de sua política externa.

Para isso, será primeiramente reconstituído o histórico das relações entre Brasil e África, levando em considerações as diferentes constituições históricas dos campos de poder em que ambos os territórios estiveram envolvidos.

Em seguida, será apresentado um histórico acerca dos conceitos de desenvolvimento historicamente seguidos no contexto mundial e seus reflexos na situação brasileira, relacionando as diferentes noções de desenvolvimento com as formas de dominação observadas no cenário analisado.

Posteriormente, será debatido brevemente o cenário global em que se insere essa relação, procurando discutir o conceito de globalização e sua relação com as formas de dominação analisadas nesta dissertação, buscando observar como as ideologias do desenvolvimento se exercem sobre diferentes atores de acordo com a posição que ocupam nos campos de poder em que estão inseridos no cenário contemporâneo.

Por fim, se desenvolverá ainda o debate acerca da proposta de um desenvolvimento endógeno para a África, neste documento sustentada principalmente pelas ideias do historiador Joseph Ki-Zerbo, de Burkina-Fasso. Será retomado o debate acerca do papel do Brasil nos processos em curso e a proposta que se encerra nessa inserção, discutindo em que medida a participação brasileira no processo se aproxima ou se distancia do ideal desenvolvimentista.

### **3.1.1. Breve histórico das relações entre Brasil e África**

Uma reconstituição histórica das relações entre o Brasil e a África permite observar que tal trajetória esteve intimamente ligada à história das ideologias etno-raciais. A primeira grande ruptura nesse sentido se dá com a abolição da escravidão, quando o continente africano passa novamente a ser visto como parceiro comercial potencial, após longo período de exploração da sua população como mão de obra escravizada nas fronteiras ultramarinas do continente. No entanto, a ideologia de branqueamento da população vigente no Brasil impulsionou um afastamento deliberado entre a África e o Brasil no que se refere à política internacional até meados da década de 1940, podendo este afastamento ser exemplificado por meio do apoio inicial do Brasil ao colonialismo português em África e ao regime do *apartheid* na África do Sul até o início do regime militar (MUNGOI e RODRIGUES, 2008).

A ideologia racista fundada neste momento histórico construiu uma memória

antiafricana, defendendo a construção da nação com base em uma política racista universalista e, como consequência desta política, a África esteve esquecida no cenário político brasileiro por um longo período, ainda que permanecesse viva no imaginário social dos descendentes de africanos.

Até os dias de hoje, sente-se o efeito deste “apagamento” deliberado da cultura africana entre os afro-brasileiros, consequência direta do afastamento político citado e exemplo do processo de violência simbólica que marca as relações entre o Brasil e o continente africano até os dias atuais.

Bourdieu aponta que o chamado “campo do poder” é resultado de disputas internas travadas por seus agentes, que atuam nos diversos espaços para obtenção de capital simbólico na tentativa de monopolizar a influência nas ações e decisões tomadas pelo campo, como retoma Leandro Targa (2013).

As relações entre o Brasil e o continente africano estiveram – e seguem – inseridas em um campo de poder mais amplo, figurando como agentes que disputam poder, e, ao mesmo tempo, protagonizam:

[...] trocas transnacionais de poder simbólico com a criação de valores internacionais e internacionalizados que interferem também na dinâmica do Estado nacional, ou seja, do campo do poder local, especialmente com a circulação internacional de ideias. (BOURDIEU, P. e WACQUANT, L., 2001, BOURDIEU, 2002; BIGO, 2011; DEZALAY, Y & GARTH, B, 2002; apud TARGA, 2013, p. 7).

Dessa forma, o conceito de violência simbólica de Bourdieu ajuda a entender as relações entre Brasil e Moçambique presentemente analisadas na medida em que descreve o processo segundo o qual um ator dominante economicamente passa a exercer também dominação cultural, por exemplo, a partir de uma imposição legítima da cultura dominante economicamente, que culmina na interiorização da dominação. O dominado, a princípio, não se opõe ao seu opressor porque não se percebe vítima do processo, como propõe Memmi (2007), o que discutiremos mais atentamente no próximo capítulo.

Eli Penha (2010) coloca que a diplomacia portuguesa definiu historicamente a percepção do Brasil em relação à África e especialmente em relação às suas colônias, possibilitando uma reflexão no que se refere às diferenças no tipo de colonialismo engendrado por Portugal sobre o Brasil e sobre a África portuguesa. A colônia de povoamento firmada no Brasil, com transferência de lideranças e até mesmo da família real e, principalmente, a forma como se deu a independência no Brasil, em um processo não de ruptura, mas quase de continuidade, podem ter contribuído com o afastamento do Brasil em relação à África no que

se refere à formação inicial dos quadros e ideologias que desenvolveriam os primórdios da política internacional brasileira. O Brasil, ou os seus representantes, se enxergavam em grande medida como uma extensão de Portugal, o que contrasta com as colônias de exploração pautadas apenas no extrativismo, fundadas em África por Portugal. A construção de tal percepção, aliada a inúmeros outros fatores históricos também apontados, como a escravidão e as ideologias etno-raciais, podem ter contribuído para este afastamento.

Para Saraiva e Gala (2000), os anos 1950 trouxeram aspectos que ocasionaram mudanças na posição política brasileira em relação à África, até então alinhada com as grandes potências coloniais. O principal destes aspectos, para os autores, são reflexos das lutas nacionalistas de libertação ao redor do mundo. Assim, afirmam que:

O Brasil, diante daquele quadro, modificaria gradualmente sua posição conivente com as potências coloniais, ainda que em movimento de ida e volta constante. As oscilações podem ser percebidas no contraste entre os dois governos que marcaram a década. Getúlio Vargas, entre 1951 e 1954, fez alguma crítica ao ambiente internacional que congelava a descolonização africana. Criticou as desigualdades estruturais da economia internacional e afirmou que o lugar da África para o Brasil era o de observância das carências africanas, especialmente a sua necessidade de se desenvolver como condição indispensável para a “expansão do comércio mundial”. Embora isso não significasse qualquer apoio direto à tese da descolonização na África, Vargas imprimiu um ângulo mais autônomo para o posicionamento do Brasil frente à questão. (SARAIVA e GALA, 2000, p. 3).

Saraiva e Gala (2000) discutem ainda sobre o momento histórico seguinte, o governo de Juscelino Kubitschek, para quem, segundo os autores, a África não tinha valor político, apesar da efervescência que ali ocorria naquele momento.

As dificuldades ficaram nítidas no governo seguinte, de Juscelino Kubitschek, que não soube perceber plenamente os avanços realizados no governo de Vargas. Silenciou diante de um período tão rico, de grande efervescência no continente africano. Assistiu, sem manifestação explícita, à independência formal da primeira nação da África Negra, ou seja, Gana, em 1957. Observou, sem fala, à independência de 17 países africanos em 1960. Não observou o quanto as nações africanas encontraram-se naqueles cinco anos. Organizaram os africanos a I Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, a I Conferência dos Estados Independentes da África e formularam, em 1958, os primeiros conceitos que convergiriam, mais tarde, apenas em 1963, para o nascimento da Organização da Unidade Africana (OUA). (SARAIVA e GALA, 2000, p. 4).

O governo de Jânio Quadros foi o primeiro a defender uma política anticolonialista e reconhecer as aspirações comuns de Brasil e África. Para Fonseca (2009), foi após o governo de Jânio Quadros que foi possível constatar um papel brasileiro de maior importância nos debates internacionais referentes aos processos de independência africanos. O autor afirma

que “a gestão de Jânio Quadros e, após, a de João Goulart e a ditadura militar foram fundamentais para o que assistimos hoje, sobretudo com relação aos países do PALOP” (FONSECA, 2009, p. 26).

Paralelamente à vigência de uma ideologia da democracia racial pautada em Gilberto Freyre, o discurso de uma unidade histórica, cultural e social entre Brasil e o continente africano ganhou força, somado ao fato de o Brasil possuir a segunda maior população negra do planeta – atrás apenas da Nigéria –, propiciou a reaproximação. O contexto da Segunda Guerra Mundial apoiado em motivações racistas reforçou ainda mais a ideia do modelo brasileiro de pretensa democracia racial como ideal (MUNGOI e RODRIGUES, 2008).

Patrícia Leite (2011) retoma Stephen Krasner, teórico de relações internacionais que trata especificamente dos temas relacionados à cooperação Sul-Sul, para abordar a ideia de que a identidade comum facilitou a formulação de propostas de políticas, fortaleceu a unidade dos países em desenvolvimento e permitiu a exploração de brechas no discurso liberal do Norte.

Em 1961, considerado um “ano chave para o reencontro do Brasil com a África” (SARAIVA e GALA, 2000, p. 5), é criada a Divisão da África no Ministério de Relações Exteriores Brasileiro e, no mesmo ano, são criadas novas embaixadas e consulados brasileiros em países africanos. Em 1962 são criadas no Brasil as primeiras embaixadas africanas na América Latina. Também nesta época são criados institutos de pesquisa sobre a África, e assiste-se a uma intensificação dos intercâmbios estudantis e de visitas entre chefes e representantes de Estado. Foram ainda inauguradas linhas marítimas especiais que ligassem Brasil e África (LEITE, 2011).

Nos termos de Jânio Quadros, o país era a ponte entre a África e o Ocidente e o discurso oficial brasileiro acentuava essa pretensa identidade cultural comum. A posição brasileira em relação à África Portuguesa, no entanto, era informada de maneira dúbia, de um lado por uma postura anticolonialista, mas de outro lado por compromissos assumidos com Portugal, como o de consultar o país antes de posicionar-se em relação a temas de grande importância, o que implicava em uma posição ambígua no que se referia ao tema das independências (LEITE, 2011).

No entanto, a tomada do poder político pelos militares em 1964 significou “um momento de inflexão da política africana tal como vinha sendo conduzida desde 1961: a solidariedade terceiro-mundista foi substituída por uma concepção ideológica de combate ao avanço do comunismo” (PENHA, 2010, p. 153).

Depois daqueles anos iniciais da política africana do Brasil, o primeiro governo militar de Castello Branco reduziu a força original da formulação radicalmente anticolonial da fase da Política Externa Independente de Quadros e Goulart. Paradoxalmente, foi no primeiro governo militar que o primeiro chefe de Estado africano pisou em solo brasileiro. O grande evento da política africana do período Castello Branco foi a visita de Léopold Senghor ao Brasil seis meses depois do golpe de 1964. (SARAIVA e GALA,2000, p. 9).

No período dos governos militares, sob a égide da Guerra Fria, a geoestratégia norte-americana também era um importante fator condicionante das relações entre Brasil e África, uma vez que influenciava a inserção do Brasil no sistema internacional (PENHA, 2010).

Golbery do Couto e Silva, militar, um dos grandes ideólogos da ditadura no Brasil, foi o responsável pelas primeiras reflexões sobre o papel do Brasil na defesa ocidental:

Na perspectiva africana da geopolítica sul-atlântica de Golbery, o Brasil deveria assumir a responsabilidade de defesa do mundo lusófono que Portugal não tinha condições de assumir. Entretanto, essa defesa deveria ser feita mediante o concurso dos norte-americanos, devido à vulnerabilidade brasileira, em termos econômicos e militares (PENHA, 2010, p. 151)<sup>28</sup>.

O Governo Costa e Silva foi o primeiro a romper com o discurso inerentemente pró-EUA, dando início a uma relativa confrontação e uma maior valorização da solidariedade com o Terceiro Mundo. Tratou-se de um momento crucial, pois a busca por mais parceiros comerciais possibilitou um maior incremento nas relações entre Brasil e África, no entanto, durante esse governo o Brasil ainda votaria a favor de Portugal contra as resoluções da ONU que condenavam todo tipo de colonialismo (PENHA, 2010).

A partir da década de 1970 tem início uma nova etapa nas relações entre o Brasil e o continente africano. Logo no início do mandato presidencial de Ernesto Geisel, em 1974, foi definida uma nova política africana para o Brasil, que apontava, especificamente, para o estreitamento dos laços com os PALOP, contrariedade ao *apartheid* e defesa de igualdade. Rompeu-se, portanto, com Portugal e com os EUA, na medida em que o Brasil passou a apoiar os movimentos independentistas nos PALOP e reconheceu o governo marxista do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Para Fonseca (2009), o reconhecimento da independência de Angola em 1975 sinalizou “um processo de atração das antigas colônias portuguesas de ultramar para a sua órbita regional no Atlântico Sul” (FONSECA,2009, p. 29).

---

<sup>28</sup> Cabe aqui a reflexão sobre a permanência desse discurso. Embora a vulnerabilidade brasileira seja hoje muito menor frente aos países do Norte e o Brasil já não esteja necessariamente alinhado aos EUA – pelo contrário – o discurso de poder paternalista e a pretensão da substituição de Portugal tem lugar, seja na política externa brasileira, seja no imaginário popular, como se discutirá ao neste capítulo.



Alguns dos motivos que podem ser apontados para esta nova postura são o fim do regime de Salazar e intenção anunciada do novo governo português de apoiar as independências, assim como a ameaça de embargo de exportação de petróleo por parte dos Estados árabes caso o Brasil não passasse a apoiar as independências africanas (PENHA, 2010).

O interesse básico brasileiro no restabelecimento e no estreitamento de relações com os países africanos não foi orientado unicamente por razões comerciais ou mercantilistas nem tampouco por critérios exclusivamente políticos. Pelo contrário, seu interesse era concomitantemente comercial e político – subordinado, no entanto, ao contexto da política exterior brasileira, ou seja, à estratégia de inserção do país no sistema mundial. (PENHA, 2010, p. 156).

Neste momento, o Brasil foi amplamente contrário ao *apartheid*, chegando a declarar embargo de armamento contra a África do Sul e a fechar o Consulado na cidade do Cabo, diminuindo a parceria econômica com a África do Sul enquanto a fortalecia com Angola e Moçambique. Em 1975, por exemplo, o Brasil foi o primeiro país a ter um representante diplomático em Angola. No mesmo ano, estabeleceu relações diplomáticas com Moçambique (LEITE, 2011).

No final da década de 1970 é criado o PEC-G (Programa de Estudante-Convênio de Graduação), implantado pelo governo brasileiro e voltado para os países em desenvolvimento, intensificando a emigração de estudantes africanos para o Brasil e aumentando o intercâmbio intelectual e tecnológico entre os países. Segundo Fonseca (2009), o PEC-G foi criado no final da década de 1920 e foi administrado pelo Ministério das Relações Exteriores exclusivamente até 1967. O autor informa ainda que “atualmente, ele está pautado por acordos e protocolos conjuntos entre o MEC e o MRE, com a participação das missões diplomáticas e das repartições consulares do Brasil no exterior” (FONSECA, 2009, p. 25).

Neste momento, a cooperação técnica passa então a ser um dos principais eixos das relações entre Brasil e países africanos lusófonos, devido a uma demanda crescente por assistência técnica por parte dos PALOP, implicando em uma imagem calcada na “interdependência horizontal” (LEITE, 2011).

Os acordos de cooperação técnico-científica, acadêmica, cultural e tecnológica das universidades brasileiras e do Estado brasileiro com os países africanos estão orientados no contexto da globalização, sobretudo para a luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão, para o desenvolvimento sustentável e para o estreitamento das relações políticas e econômicas como dimensão prioritária da cooperação. (FONSECA, 2009, p. 25).

Este discurso, aplicado adequadamente no que concerne aos acordos firmados por universidades e pelo próprio Estado brasileiro, é sustentado até a atualidade e muitas vezes se estende também para as relações Brasil-Moçambique de maneira geral, reforçando o caráter de cooperação existente nessas relações, pretensamente horizontais e de benefício mútuo, em um processo de generalização. Cabe, neste ponto, destacar que, embora existam diversos projetos em execução entre o Brasil e a África que de fato se enquadrem nesta definição, como é o caso do PEC-G, muitos outros, como os *megaprojetos* da Vale em Moçambique, analisados presentemente, se afastam de uma perspectiva de horizontalidade e benefício mútuo, e, embora não sejam de responsabilidade governamental, compõem a perspectiva mais ampla do papel do Brasil em África, como se discute neste capítulo.

Cabe salientar o caráter privado destes empreendimentos, de responsabilidade das empresas, o que, em um contexto de pouca intervenção estatal sobre a ação das empresas, tanto no Brasil quanto em Moçambique, deveria atuar no sentido de afastar a ideologia do governo e das empresas no que se refere a essa relação com a África. No entanto, devido ao grande impacto desses *megaprojetos* e sua conseqüente grande repercussão, muitas vezes são esses os projetos que acabam sendo considerados como a representação do Brasil em solo africano.

É importante neste sentido pontuar que, embora o governo e as empresas brasileiras em Moçambique – como a Vale –, e as pessoas que efetivamente colocam em prática os projetos idealizados para esta cooperação façam parte de um mesmo *continuum*, é necessário pontuar as diferenças entre os atores. Os projetos de cooperação internacional existentes entre Brasil e Moçambique e entre o Brasil e o continente africano, em geral, são originados a partir de diretrizes ditadas tanto pelo próprio governo dos países envolvidos, quanto pelo direcionamento adotado pelas empresas responsáveis, no entanto, é preciso entender seu desenvolvimento de forma não mecânica, mas como um processo humano.

Dito isto, convém analisar os atores individuais que colocam em prática tais projetos, sejam eles diretores, gestores, analistas, entre outros elos da cadeia. Como já colocado anteriormente, muitas vezes estes atores são oriundos de camadas específicas da sociedade, como é o caso dos projetos da Vale em Moçambique, em que a maioria dos funcionários brasileiros provém de uma classe média com uma determinada escolaridade e de uma determinada região do Brasil, muitas vezes compartilhando de ideologias díspares das adotadas, por exemplo, pelo governo brasileiro – atualmente, é possível perceber que grande parte destes funcionários possui posição abertamente contrária ao governo, embora este não tenha sido um tema diretamente abordado nas entrevistas realizadas. Desta forma, embora o

projeto como foi cunhado inicialmente prime por um tratamento horizontal e igualitário, pautado no compartilhamento de experiências, é comum observar gestores com um pensamento verticalizado e que supõem uma superioridade intelectual brasileira, o que acaba se refletindo na objetivação dos projetos, enviesando-os a uma orientação ideológica cuja postura e discurso têm caráter de “ajuda internacional”.

Em 1990, é criada a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), marcando um novo momento no relacionamento entre o Brasil e os PALOP, por meio de uma unificação em torno da língua portuguesa.

O governo Lula, no entanto, pode ser apontado como o ponto mais alto no que se refere às relações entre Brasil e África. O momento pós-conflitos civis contribuiu com esta maior aproximação, que foi expressa desde o momento da posse do novo presidente brasileiro. Foram realizadas visitas a vários países africanos, recebeu-se a visita de cerca de vinte chefes de Estado e chanceleres, abriram-se novas embaixadas brasileiras em países africanos, foram abertas embaixadas africanas em Brasília, assistiu-se à implementação de programas de cooperação em diversas áreas, ampliação das linhas de financiamento para investimentos externos, e foi concedido perdão à dívida de alguns países<sup>29</sup>.

Na análise do discurso é possível perceber uma pretensão brasileira em assumir um papel central no desenvolvimento do continente africano (MUNGOI e RODRIGUES, 2008). Para Fonseca (2009), é possível identificar um exemplo dessa pretensão no que se refere à atuação das universidades brasileiras em relação aos jovens angolanos: “As universidades brasileiras iniciaram nas últimas décadas uma ação concorrencial com as tradicionais instituições de ensino superior de Portugal que visavam, ainda, inculcar a mentalidade colonial nesses jovens estudantes angolanos.” (FONSECA, 2009, p. 30).

É possível apontar, inclusive, uma proximidade entre a política externa do governo Lula e dos governos João Goulart (1961-1964) e Geisel (1974-1979) como períodos em que mais se estreitou a proximidade entre o Brasil e outros Estados em desenvolvimento (LEITE, 2011)

O discurso de afinidade histórica e cultural segue presente, no entanto, atualmente ele não pretende mais enfatizar a ideia de uma democracia racial e sim assume a postura de quitar

---

<sup>29</sup> Nos oito anos do governo Lula (2003 - 2010) foram perdoados US\$ 436,7 milhões em dívidas de quatro países: Moçambique, Nigéria, Cabo Verde e Suriname, sendo os três primeiros países africanos. Em Moçambique, foram perdoados 95% da dívida, a maior proporção da década. O governo Dilma seguiu perdoadando dívidas de países africanos, a saber, Gabão, Senegal, Sudão, República do Congo e São Tomé e Príncipe. Disponível em: <[www.economia.estado.com.br/noticias/geral/perdao-as-dividas-de-paises-africanos-soma-us-717-mi-imp-,1055694](http://www.economia.estado.com.br/noticias/geral/perdao-as-dividas-de-paises-africanos-soma-us-717-mi-imp-,1055694)>. Último acesso em 13 mai. 2015.

uma dívida histórica. Nas visitas a países africanos, por exemplo, o presidente Lula não se limitou a questões de cunho econômico e político, chegando a pedir desculpas públicas pela escravidão no Senegal<sup>30</sup>.

Leandro Targa (2013) coloca que as eleições de 2002 representaram “a ascensão do 'baixo clero' no campo político brasileiro e, conseqüentemente, uma redefinição de ordem simbólica no campo do poder”, apontando para aberturas como a presentemente citada. O autor coloca ainda que a principal característica da política externa brasileira durante o período de 2003 a 2010 foi a busca de multilateralização do sistema internacional, diferente da ênfase ao unilateralismo ou bilateralismo do período anterior (1995-2002) (RAMANZINI JR, 2010; FIGUEIRA, 2010a). Com isso, aponta que nesse período o comércio com os Estados Unidos, por exemplo, diminuiu, enquanto as transações econômicas entre o Brasil e a Ásia aumentaram – caso também das transações comerciais entre o Brasil e o continente africano.

De volta à reconstituição histórica dessas relações, no Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre, o então presidente Lula afirmou que uma parte da elite brasileira tinha vergonha de olhar para a África, afirmou que, em dois anos de mandato, havia visitado mais países da África que todos os outros presidentes e ainda que uma parte do que o Brasil é, deve-se à África (MUNGOI e RODRIGUES, 2008).

O governo Dilma representa uma continuidade em relação ao governo Lula em muitas frentes, inclusive no que se refere às relações com os países africanos. É possível apontar, com base na observação da continuidade e fortalecimento dos programas de cooperação e no seguimento do perdão da dívida de países africanos, que os últimos quatro anos (2010-2014) não encerraram rupturas nos projetos desenvolvidos e seguiram construindo esse papel de protagonismo no desenvolvimento dos PALOP.

Bresser-Pereira (2015) afirma que nos anos 1990 o governo brasileiro foi dominado pelo pensamento neoliberal, citando como exemplo a privatização de empresas e serviços públicos – como foi o caso da própria Vale. O autor enxerga uma ruptura com relação ao governo do PT, o qual denomina como “social-desenvolvimentista”, reconhecendo o mérito da inclusão social ao longo dos últimos governos, o qual atribui ao “forte crescimento do salário mínimo e ampliação da política de transferência de renda”. Cabe, neste sentido, apontar a

---

<sup>30</sup> Trecho do discurso de Lula na Ilha de Gorée (Senegal): "Queria dizer ao presidente Wade e ao povo do Senegal e da África que não tenho nenhuma responsabilidade com o que aconteceu no século 18, nos séculos 16 e 17. Mas penso que é uma boa política dizer ao povo do Senegal e ao povo da África: perdão pelo que fizemos aos negros." Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1504200508.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1504200508.htm)>. Último acesso em 15 mai. 2015.

questão da inclusão social pelo consumo, o que é um debate dentro das ciências sociais quanto à concretude dessa inclusão social, se pode ser de fato encarada como uma mudança social profunda – embora seja inegável a melhoria das condições objetivas de vida de grande parte da população brasileira a partir desse fenômeno.

Bresser-Pereira (2015) afirma ainda sua decepção com o governo do PT, pois afirma que acreditava na retomada do desenvolvimento econômico em suas gestões, afirmando que “esse desenvolvimentismo não logrou a retomada do desenvolvimento, nem logrou constituir uma coalizão de classes desenvolvimentista, associando a burguesia industrial aos trabalhadores e à burocracia pública” (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 2).

Com isso, o autor aponta para uma discussão acerca das noções de desenvolvimento adotadas historicamente pelo Brasil e exportadas por meio de sua política externa, questão que será melhor debatida no subcapítulo subsequente.

Embora o Brasil venha ocupando este papel de protagonismo no desenvolvimento dos PALOP, cabe analisar mais criticamente o caráter de alguns dos projetos desenvolvidos em cooperação entre o Brasil e estes países, mais especificamente tratando dos projetos desenvolvidos por empresas privadas, que visam o lucro. Ainda que possa ser possível inserí-los no âmbito dos acordos internacionais entre os países, este tipo de projeto possui um caráter diferenciado dos projetos desenvolvidos por entidades públicas, universidades e mesmo empresas públicas, geralmente voltados para o aprimoramento de áreas como saúde, educação, governança, entre outras. Embora estes projetos também possam ser alvo de uma análise crítica e mesmo a cooperação neles encerrada possa ser problematizada, é nos projetos desenvolvidos por empresas privadas que se identificam os principais problemas e contradições.

No caso de Moçambique, por exemplo, os projetos desenvolvidos pela Vale, embora criem postos de trabalho, dinamizem economias locais, tenha impacto positivo sobre o PIB do país e contribuam, desta maneira, com seu crescimento econômico, possuem também um lado perverso, na medida em que têm impactos diretos sobre populações locais, desalojando famílias, encarecendo o custo de vida e não contribuindo objetivamente para o desenvolvimento social, para além do econômico. Como visto, a população local acaba alienada tanto como consumidora, quanto como trabalhadora em projetos desse tipo, o que também se relaciona diretamente com o projeto de desenvolvimento brasileiro exportado para Moçambique nesta cooperação internacional, que neste caso consiste no extrativismo e exportação de matéria-prima bruta, o que não se reverte em diminuição da concentração de renda, inclusão social e melhoria das condições de vida, conforme será melhor discutido no

subcapítulo seguinte.

Sobre isso, um dos entrevistados, Tomás, moçambicano e funcionário do PCM, afirma que “somos obrigados a entrar nesse esquema de desenvolvimento”, e Manoel, também moçambicano e funcionário do PCM, afirma que “você vê que alguns brasileiros estão aqui para ajudar, você vê aqueles que vieram treinar os nossos médicos, mas essas empresas que estão aqui só querem o lucro”. Tomás, por sua vez, reforça ainda que

“Eles querem chegar no final dos trinta e cinco anos [tempo estimado de exploração das minas], tirar tudo e ir embora, não querem desenvolver junto, crescer junto, isso é só para repetir para os outros, no cotidiano” (Tomás, jan. 2015).

Segundo reportagem da Folha de S. Paulo datada de 22 mar. 2015<sup>31</sup>, o ritmo da cooperação técnica entre o Brasil e o continente africano está diminuindo, embora ainda haja muitos projetos desenvolvidos por meio de acordo entre esses países: “Após ganhar espaço e influência no continente durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que abriu 17 embaixadas e fez inúmeras viagens a países africanos, o país está recuando”.

O jornal atribui este recuo à situação econômica brasileira de maneira geral, de baixo crescimento e risco de recessão, assim como à queda no preço das *commodities*. Com isso, o orçamento dos programas de cooperação do governo brasileiro com a África teria caído 25% em relação a 2012 e o número de projetos desenvolvidos em cooperação Brasil-África despencado de 253 em 2010 para 161 em 2015. A Vale encerrou operações de mineração em três países africanos e vendeu parte dos ativos do carvão para a japonesa Mitsui, como pontuado, e a Petrobras devolveu cinco blocos de exploração no continente nos últimos dois anos. A publicação chega a afirmar que “o recuo vai na contramão da estratégia de 'foco na África' de Lula e seu chanceler, Celso Amorim, que servia também à ambição do Brasil por maior protagonismo global”.

Sobre o tema, a mesma reportagem reproduz o depoimento de Fernando Abreu, diretor geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que afirma que “houve considerável otimização no uso de recursos, com redução do custo médio dos projetos, embora tenha havido ajustes no número de atividades na África nos últimos dois anos”(Folha de S. Paulo, 22 mar. 2015). E reproduz ainda a fala de Mauro Vieira, chanceler brasileiro: “ajustes conjunturais podem incidir momentaneamente (...), mas não alteram nossa noção de prioridades. A África foi, é e continuará sendo uma prioridade absoluta da política externa

---

<sup>31</sup> Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1606466-brasil-recua-e-reduz-projetos-de-cooperacao-e-doacoes-para-a-africa.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1606466-brasil-recua-e-reduz-projetos-de-cooperacao-e-doacoes-para-a-africa.shtml)>. Último acesso em: 15 mai. 2015.

brasileira” (Folha de S. Paulo, 22 mar. 2015).

De fato, ainda é cedo para afirmar a continuidade ou não da política externa voltada para a África no segundo mandato de Dilma Rousseff, iniciado há poucos meses, no início de 2015, e cabe atentar a estes indícios, visando acompanhar a situação e analisar os impactos desta desaceleração, relacionada a uma desaceleração econômica geral no Brasil. Cabe, ainda, problematizar a posição do enunciador neste caso, uma vez que se trata de um veículo de comunicação que, embora tenha tradição e goze de reconhecimento e legitimidade, está alinhado na maioria das vezes com posições contrárias ao governo atual.

Como colocado, ainda que possa ser analisado um recuo na quantidade de projetos desenvolvidos em cooperação entre o Brasil e o continente africano, podem ser apontadas diversas iniciativas. No que se refere a Moçambique, a ABC aponta para 85 projetos de cooperação já concluídos e para 17 atualmente em execução, somando 102 projetos desenvolvidos no seio dessa cooperação. O quadro a seguir apresenta cada um desses projetos e a instituição responsável, quando pertinente, de acordo com as informações disponíveis no site da ABC.

**Quadro 2 – Projetos de Cooperação Brasil - Moçambique.** <sup>32</sup>

<b>Projetos concluídos</b>
<p>Projeto Bolsa-Escola em Moçambique. <i>Missão Criança – MISSÃO CRIANÇA.</i></p>
<p>Programa Alfabetização Solidária em Moçambique. <i>Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (Brasil) – AAPAS.</i></p>
<p>Seminário: I Curso Internacional sobre Produção de Frutas Tropicais – Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP). <i>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.</i></p>
<p>II Curso Internacional Sobre Plantio de Frutas Tropicais. <i>Embrapa Mandioca e Fruticultura-Brasil – EMBRAPA.</i></p>
<p>Inserção Social pela Prática Esportiva. <i>Ministério do Esporte (Brasil) – ME.</i></p>
<p>Estudo de Viabilidade Técnico Econômico para Instalação de Fábrica de Medicamentos em Moçambique para Produção de Medicamentos Antirretrovirais e Outros. <i>Ministério da Saúde (Brasil) – MS.</i></p>

<sup>32</sup>

Disponível

em:

<[www.abc.gov.br/projetos/pesquisa?intldTipCooperacao=1&intldRegiaoGeografica=1&intldPais=224](http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa?intldTipCooperacao=1&intldRegiaoGeografica=1&intldPais=224)>. Último acesso em 13 mai 2015.

Programa de Alfabetização e Educação de Adultos em Mocambique - Fase III.  
*Ministério da Educação – MEC.*

Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (Brasil) – AAPAS.  
*Ministério da Educação – MEC.*

"Estamos Juntos" - Políticas Sociais, promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva e Prevenção das DST e AIDS.

Programa Nacional de DST/AIDS.  
*Ministério da Saúde/ Secretaria Vigilância em Saúde - MS // Universidade de Brasília – UNB.*

Bolsa-Escola em Moçambique.<sup>33</sup>

Elaboração de Mapa Geoambiental da região metropolitana de Maputo, Mocambique.  
*Serviço Geológico do Brasil - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM – CPRM.*

Avaliação das Medidas de Prevenção e controle da Malária de Moçambique.  
*Ministério da Saúde (Brasil) – MS.*

Apoio à Formação de Quadros de Comunicação Institucional para os Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa : Técnicas de Jornalismo e Relações Públicas.  
*Assessoria de Projetos Especiais da Câmara dos Deputados (Brasil) – APECD.*

Oficina de Trabalho sobre Educação de Jovens e Adultos nos Países de Língua Portuguesa.  
*Ministério da Educação – MEC // Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.*

Estudo de Viabilidade sobre o Desenvolvimento de Sistemas Sustentáveis de Cultivo Inovadores para Pequenos Produtores.  
*Centro de Cooperação Internacional para a Pesquisa e o Desenvolvimento (Brasil) – CIRAD // Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA*

"Estamos Juntos" - Políticas sociais, promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva e Prevenção das DST e AIDS – Módulo II.  
*Ministério da Saúde-Programa Nacional de DST/AIDS – MS // Universidade de Brasília – UNB.*

Capacitação em Barreiras Técnicas ao Comércio e Norma ISO/IEC 17025.  
*Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.*

Missão Conjunta para Concepção e Elaboração de Projetos na Área de Construção de Cisternas, Produção de Hortaliças e Frutas, Transporte Urbano, Biodiesel, Educação Ambiental e Habitação.

Apoio à Estruturação de Rede de Bibliotecas na Área da Saúde em Angola e em Moçambique.

Fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique.

<sup>33</sup> O Projeto aparece de fato duas vezes da página da ABC e refere-se a outra etapa do projeto de mesmo nome.



*Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/MS.*

Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição.  
*Ministério da Saúde (Brasil) – MS.*

Missão de Detalhamento de Projeto de Cooperação Técnica na Área de Engenharia Florestal.  
*Universidade Federal do Paraná – UFPR.*

Missão de Formulação de Projeto ABC/EMBRAPA e JICA visando a definição do Conteúdo do Curso Internacional de Produção e Processamento da Mandioca.  
*Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical – CNPMF/EMBRAPA.*

Oficina de Trabalho com Especialistas Moçambicanos e Brasileiros para Detalhamento de Projeto de Cooperação Técnica Trilateral Brasil – Alemanha – Moçambique na área de Metrologia.

Diagnóstico da situação de Governo Eletrônico em Moçambique.  
*Serviço de Processamento de Dados – SERPRO.*

II Curso Internacional de Produção Sustentável de Hortaliças (JFY 2007).  
*Embrapa Hortaliças – EMBRAPA-HT.*

Apoio ao Desenvolvimento da Horto-Fruticultura de Moçambique.  
*Embrapa Hortaliças – EMBRAPA-HT.*

Missão de prospecção para formulação de plano de fortalecimento institucional e capacitação de recursos humanos do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) de Moçambique.  
*Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.*

Elaboração de Mapa Geoambiental da Região Metropolitana de Maputo, Moçambique – Fase II.

II Curso de Capacitação em Negociações Comerciais Internacionais para Países de Língua Portuguesa.

Estudo Técnico para a Instalação de Fábrica de Medicamentos Antirretrovirais e Outros em Moçambique.  
*Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/MS.*

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique.  
*Caixa Econômica Federal – CAIXA.*

Seminário de Avaliação do Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP) em Moçambique.

Capacitação Técnica em Ciências Florestais.  
*Universidade Federal do Paraná – UFPR.*

Participação Moçambicana no Encontro Nacional da Rede Mocambos.

Missão Técnica de detalhamento do Projeto de Instalação da Fábrica de Medicamentos Antirretrovirais e outros em Moçambique.

*Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/MS // Instituto de Tecnologia em Fármacos – Far-Manguinhos  
// Ministério da Saúde (Brasil) – MS.*

Projeto de Melhoria Sustentável no Fornecimento de Água e Saneamento na Província de Zambézia.

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.*

Missão para detalhamento do Projeto Cozinha Moçambique.

*Serviço Social da Indústria – SESI.*

IV Curso Internacional sobre Produção de Frutas Tropicais.

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.*

Capacitação de Gestores na Modalidade de Educação a Distância: Reforço da Capacidade Institucional do Instituto de Educação Aberta e a Distância de Moçambique (IEDA).

*Ministério da Educação – MEC.*

XIII Curso Internacional sobre Doenças Tropicais – (JFY 2008).

*Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.*

Missão de especialistas brasileiros para elaboração do projeto de implementação de um centro de formação profissional em Moçambique.

*Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia – SENAI/BA.*

Programa de Educação Alimentar e Nutricional COZINHA BRASIL-MOÇAMBIQUE

*Serviço Social da Indústria (Nacional) – SESI.*

Missão Conjunta Ítalo-Brasileira a Moçambique para elaboração de Projeto de Urbanização Integrada de Favelas.

*Caixa Econômica Federal - CAIXA // Ministério das Cidades – MC.*

Fortalecimento Institucional do Órgão Regulador de Medicamentos de Moçambique como agente regulador do setor farmacêutico.

*Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.*

Missão de Estudos sobre o Sistema Único de Saúde para Países de Língua Portuguesa.

*Ministério da Saúde (Brasil) – MS.*

Missão técnica para avaliação do Levantamento da Plataforma Continental moçambicana.

*Marinha do Brasil – SECIRM.*

Missão Preparatória de treinamento de técnicos moçambicanos em agricultura de conservação.

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.*

Missão de Especialistas da Sociedade civil Africana ao Brasil.

*Presidência da República.*

Capacitação em Técnicas Militares de Oficiais Moçambicanos no Exército Brasileiro.

*Ministério da Defesa do Brasil – MIN. DEFESA.*

Missão de prospecção para a formulação do projeto Funcionamento Provisório do Centro de

Excelência em Desenvolvimento Empresarial – CREDE/Luanda.

Missão para Desenvolvimento e Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica em Moçambique.

*Pastoral da Criança - PC.*

"Missão de Técnicos do SENAI à Moçambique para Avaliação da Futura Localização do Centro de Formação Profissional e Seleção da Equipe Moçambicana a ser Treinada.

*Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Nacional – SENAI/DN.*

Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Previsão de Tempo e Clima pelo Instituto Nacional de Meteorologia de Moçambique.

*Universidade de São Paulo – USP.*

Missão para diagnóstico da pesca de pequena escala e aquicultura familiar em Moçambique e as perspectivas de desenvolvimento comunitário e solidário.

*Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – Presidência da República – SEAP/PR.*

O Brasil e a CPLP na abordagem do tema recursos hídricos: proposta de reunião de trabalho em Istambul.

*Agência Nacional de Águas – ANA.*

Missão de Prospecção Conjunta a Maputo.

Missão para Formação de Multiplicadores moçambicanos no "Programa Segundo Tempo" e "Pintando a Cidadania".

*Ministério do Esporte (Brasil) – ME.*

Capacitação para diplomatas dos Estados membros da CPLP.

*Instituto Rio Branco – IRBr // Ministério Das Relações Exteriores – MRE.*

Missão de Prospecção e Negociação de Projetos na área da Saúde.

*Instituto Nacional do Câncer – INCA // Ministério da Saúde (Brasil) – MS.*

Capacitação Técnica em Meios de Hospedagem, Agenciamento e Guiamento.

*Serviço Nacional do Comércio – SENAC.*

Missão de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique.

*Caixa Econômica Federal– CAIXA.*

Missão de prospecção a Países em Desenvolvimento de Língua Portuguesa no âmbito da comunicação social.

*Empresa Brasil de Comunicação – EBC.*

Missão de Cooperação Técnica na Área de Agricultura Familiar, para Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas.

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA // Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE.*

Reabilitação do CEFLOMA – Centro Florestal de Machipanda.

*Universidade Federal do Paraná – UFPR.*

Capacitação Profissional na Área de Turismo e Hospitalidade e Segmento de Segurança de Alimentos.

*Serviço Nacional do Comércio – SENAC.*

Capacitação de Militares Moçambicanos no Exército e Aeronáutica do Brasil.

*Ministério da Defesa do Brasil – MIN. DEFESA.*

Visita de Técnicos Moçambicanos à Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

*Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.*

Missão para Capacitação de Técnicos Moçambicanos em Administração Tributária.

*Escola de Administração Fazendária – ESAF.*

Missão de estudos ao Brasil para conhecer os ciclos anuais de plantio e colheita de Sementes Tradicionais ou Crioulas.

Apoio ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique.

*Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.*

Apoio Técnico para Implantação do Instituto da Mulher, Criança e do Adolescente de Moçambique.

*Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/MS // Instituto Fernandes Figueira – IFF.*

Participação de Representantes Africanos no II Fórum África Brasil-Bahia pela Sustentabilidade das Águas.

*Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ.*

Missão de Prospecção em Turismo e Apoio à Criação de Centro de Formação de Excelência em Hotelaria e Turismo.

*Serviço Nacional do Comércio – SENAC.*

Implantação de Projeto Piloto de Terapia Comunitária em Moçambique Como Recurso de Promoção da Saúde.

*Instituto Brasileiro de Ação Popular – IBRAP – IBRAP // Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.*

Missão de Prospecção e Elaboração de Projeto junto ao Banco de Moçambique.

*Banco Central do Brasil – BACEN.*

Participação de Representantes Brasileiros no 1º Encontro Nacional sobre Reabilitação de Áreas Degradadas de Moçambique.

Capacitação em gestão de unidades prisionais para formação de multiplicadores em Moçambique, pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça do Brasil

*Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça – DEPEN.*

Missão para elaboração de Curso à distância na área de Vigilância Nutricional e Alimentar

*Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/MS.*

Capacitação de Militares de Moçambique – 2012.

Capacitação de Militares de Moçambique – 2013.

Capacitação de Diplomatas 2014 Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Haiti, Suriname e Paraguai.

*Instituto Rio Branco – IRBr.*

Capacitação de Militares de Moçambique – 2014.

*Ministério da Defesa do Brasil – MIN. DEFESA.*

### **Projetos em execução**

Capacitação em Produção de Medicamentos Antirretrovirais.

*Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/MS.*

Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique.

*Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia – SENAI/BA.*

Capacitação Técnica em Inspeção e Relações de Trabalho.

*Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.*

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II.

*Caixa Econômica Federal – CAIXA // Universidade de São Paulo – USP // Universidade Estadual de Campinas-SP – UNICAMP // Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ // Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.*

Apoio ao Desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Oral de Moçambique: Pesquisa em Saúde Bucal – Maputo.

*Ministério da Saúde (Brasil) – MS.*

Apoio ao Desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique.

*Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.*

Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique Capacitação de Técnicos Moçambicanos em Prótese Dentária.

*Ministério da Saúde (Brasil) – MS.*

Fortalecimento das Ações de Prevenção e Controle do Câncer.

*Instituto Nacional do Câncer. – INCA // Ministério da Saúde (Brasil) – MS.*

Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil – UAB, o Ministério da Educação – MINED, a Universidade Pedagógica – UP, a Universidade Eduardo Mondlane – UEM de Moçambique, para formação de professores, para atuação em escolas de nível básico e médio, e agentes do serviço público.

*Agência Brasileira de Cooperação – CAPES – ABC // Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES // Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação – SEED/MEC // Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB // Universidade Federal de Goiás – UFG // Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF // Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ // Universidade Federal Fluminense – UFF.*

Modernização da Previdência Social de Moçambique.

*Empresa de Tecnologia e Informações da Segurança Social – DATAPREV // Instituto Nacional do Seguro Social – INSS // Ministério da Previdência Social – MPS.*

Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados.

*Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU.*

Apoio a Implantação do Centro de Tele-saúde, da Biblioteca e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique.

*Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/MS // Ministério da Saúde (Brasil) – MS.*

Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique.

*Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/MS.*

Implantação de Bancos Comunitários de Sementes e Capacitação para o Resgate, Multiplicação, Armazenamento e Uso de Sementes Tradicionais ou Crioulas em Áreas de Agricultura Familiar.

Capacitação e Transferência Metodológica para o Programa Mais Alimentos África em Moçambique.

*Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) – MDA.*

PROJETO REGIONAL DE FORTALECIMENTO DO SETOR ALGODOEIRO NAS BACIAS DO BAIXO SHIRE E ZAMBEZE.

*EMBRAPA Sede – EMBRAPA.*

Capacitação de Militares de Moçambique – 2015.

*Ministério da Defesa do Brasil – MIN. DEFESA.*

Cabe observar que a maior parte dos projetos está voltada para o aprimoramento e treinamento de profissionais moçambicanos em diversas áreas, trazendo benefício e desenvolvimento social para o país, e que os projetos de caráter estritamente privado como os desenvolvidos pela Vale não aparecem listados pela ABC, exatamente devido ao caráter estritamente privado, ainda que a atuação destas empresas se beneficie dos acordos de cooperação firmados entre os países.

Um dos projetos mais reconhecidos publicamente e mais comentados por moçambicanos em minhas passagens pelo país é o que consiste na parceria com a Fundação Oswaldo Cruz para a construção de uma fábrica de antirretroviral na cidade da Matola, uma vez que o país ainda não produz o medicamento em território nacional, frente à situação do HIV em Moçambique<sup>34</sup>.

Principalmente em Maputo, nas conversas informais que tive, foi muito comum ouvir

<sup>34</sup> Segundo a Unicef, a taxa de prevalência de HIV em Moçambique é de 15% na faixa etária entre os 15 e os 49 anos. Estima-se que 1,6 milhões de pessoas estejam vivendo com o HIV/SIDA. Disponível em: <[www.unicef.org/mozambique/pt/hiv\\_aids\\_5062.html](http://www.unicef.org/mozambique/pt/hiv_aids_5062.html)>. Último acesso em 14 mai. 2015.

referências a este projeto. Uma entrevistada, Joana, funcionária do PCM, moçambicana e bastante crítica à atuação brasileira no país, faz a ressalva quanto a este projeto afirmando que:

“a fábrica de antirretroviral na Matola é um lugar onde o brasileiro acertou, se aqui [PCM] fosse parecido com aquilo [projeto de cooperação para construção da fábrica de antiretroviral], vir para ajudar nosso país a crescer, aí sim estaríamos juntos, estaríamos bem” (Joana, jan. 2015).

O Brasil firmou protocolo de intenções sobre cooperação científica e tecnológica na área da saúde, que prevê a construção de laboratório para a produção de medicamentos antirretrovirais genéricos em Maputo, auxiliando no combate à pandemia HIV/SIDA, cujo epicentro é a África Austral (LEITE, 2011). Este Projeto é um claro exemplo de como a maioria dos projetos desenvolvidos no âmbito da parceria promovem de fato uma cooperação e melhorias diretas para a qualidade de vida da população.

Patrícia Leite (2011) coloca ainda que, além da vantagem de serem menos onerosas aos cofres públicos, as ações de cooperação técnica foram priorizadas tendo em vista a projeção do ideal de cooperação horizontal. Não se tratava de ajuda assistencialista, mas de transferência de saber do Brasil aos países africanos, permitindo a estes desenvolverem-se em bases estáveis, autônomas e mais dignas, sem a imposição de condicionalidades. A expressão “transferência de saber” é bastante comum em textos oficiais relacionados aos acordos de cooperação internacional e, principalmente, no vocabulário cotidiano das pessoas que de fato atuam nesses projetos, o que leva a inferir que esta é a ideologia vigente no imaginário brasileiro de maneira geral. No entanto, embora o Brasil possua conhecimentos técnicos em diversas áreas que não foram desenvolvidos em Moçambique por motivos diversos, cabe problematizar esta noção, uma vez que ela pode desprezar o conhecimento desenvolvido em Moçambique, predominantemente sobre bases distintas.

Uma perspectiva horizontal não apontaria o processo em questão como uma transferência de conhecimento e sim como uma partilha. No caso do projeto voltado para a construção da fábrica de antirretroviral, por exemplo, em um país onde a epidemia de SIDA está em um estágio tão mais avançado do que no Brasil, muito possivelmente há muito conhecimento sobre o tema a ser compartilhado também com o Brasil<sup>35</sup>, o que poderia ser

---

<sup>35</sup> No caso da malária, por exemplo, em minha estadia em Moçambique, assisti a um caso de falecimento, que se deu não em Moçambique, mas no interior de São Paulo. Houve ainda um caso grave que resultou em coma permanente, em que o agravamento do quadro deu-se em Paris. Em Moçambique, há testes rápidos para malária amplamente distribuídos assim como conhecimento sobre a doença e sobre o tratamento necessário. No Brasil, embora existam áreas endêmicas de

melhor explorado.

Isso se faz muito mais evidente em projetos de cooperação baseados, por exemplo, no apoio à governança em Moçambique. Sabe-se que todo o sistema de governo moçambicano, embora construído sobre bases exógenas, como aponta Ki-Zerbo, pauta-se em uma lógica própria, que inclui uma hierarquia rígida, um sistema de autoridades tradicionais, entre outras peculiaridades. Assim, tratar qualquer tema envolvido nestes projetos de cooperação internacional como “transferência de saber” é pressupor a ausência de saber do interlocutor, não é propor a construção de um novo saber compartilhado, mas sim querer impor um saber a outro povo, sem atentar-se para os saberes lá constituídos e para as especificidades do território, repetindo, portanto, o procedimento histórico de retirar o protagonismo do africano em geral, e, em particular, do moçambicano, colocando-o como elemento passivo e assumindo uma postura paternalista, deslegitimando o conhecimento local e concentrando o poder de transformação não nos moçambicanos, mas no outro, naquele que está fora, ou seja, na importação de um modelo exógeno.

Um exemplo de expressão dessa visão pelos próprios moçambicanos está no depoimento de Tomás sobre a Fundação Vale, que, segundo ele, tinha por hábito impor formas culturais, formas de organização de eventos, temas, esportes escolhidos por seus representantes, entre outros exemplos:

“A Fundação Vale não se retirou, ela explodiu, morreu, foi praticamente expulsa. Houve muita resistência, da população e dos próprios funcionários locais, porque nós não queremos o que vem assim de lá, nós temos capacidade de dizer o que deve ser feito no nosso país” (Tomás, jan. 2015).

Um documento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior<sup>36</sup> revela a face do investimento brasileiro em Moçambique que demonstra a concordância com um tipo de investimeto de caráter predatório, que não se preocupa com os impactos negativos sobre a população afetada e aponta como oportunidades alguns dos pontos que podem justamente ser apontados como prejudiciais ao desenvolvimento social em Moçambique, tais como mão de obra deficiente, que no documento brasileiro é posto como oportunidade de exportação de serviços; incentivos fiscais para fixação de empresas estrangeiras; isenção de direitos de importação sobre os bens de equipamento; altas taxas de redução de impostos, juros e taxa de contribuição industrial; e padrão de investimento concentrado em poucos projetos e exportação de *commodities*. O documento afirma também que Moçambique ainda

---

malária, não são adotados tais procedimentos, mostrando a importância de uma real troca de conhecimentos na área da saúde, que não seja pautada na presunção de “avanço” por parte do Brasil.  
<sup>36</sup> Disponível em: <[www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1256919989.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1256919989.pdf)>. Último acesso em 14 mai. 2015.



apresenta dificuldades de toda ordem para o investidor, mas as oportunidades superam os riscos.

Um dos principais exemplos desse tipo de investimento predatório consiste no PROSAVANA, encabeçado pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e em que estão em cooperação Brasil, Japão e Moçambique.

Trata-se de um projeto que consiste na concessão de mais de dez milhões de hectares de terra em Moçambique para que seja implantado o mesmo modelo de agronegócio implantado aqui no cerrado brasileiro nos anos 1970. O cenário é composto por leis ambientais frágeis, pouca intervenção estatal, impostos e taxas baixas, e o modelo é de uma produção altamente mecanizada, com pouco emprego de mão de obra, se tornando um negócio muito atrativo para o agronegócio brasileiro e com pouco retorno para a população moçambicana. O que se observa é um projeto de expansão da fronteira agrícola para a África, última fronteira a ser ultrapassada, em um claro exemplo dos efeitos nocivos da abertura para o neoliberalismo no setor rural moçambicano.

Um estudo que foi lançado em 2014 em parceria entre uma ONG brasileira (FASE) e entidades moçambicanas que representam os camponeses (UNAC – União Nacional dos Camponeses e ORAM – Associação Nacional de Ajuda Mútua) mostra as enormes contradições vividas no Centro-Oeste brasileiro, onde foi implantado esse modelo. A cidade de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, por exemplo, uma das maiores produtoras de soja do país, cercada por monocultivos para exportação, e localizada em uma região que é chamada de “celeiro do mundo”, importa cerca de 90% dos alimentos necessários para a sua própria população de São Paulo e do Paraná, ou seja, uma situação flagrante de insegurança alimentar.

Outra crítica bastante difundida em Moçambique acerca do Projeto reside na pouca transparência, pois alega-se que há pouca participação da sociedade civil no processo de tomada de decisões relacionadas ao PROSAVANA. Um informativo da rede cristã Vida Nova, distribuído em Maputo, reproduz um depoimento do responsável pela ORAM, em que o mesmo afirma que “[o PROSAVANA] aparece de forma obscura, escondida, e não está a ser desenvolvido com a participação de todos aqueles que vão ser ou que são atores do desenvolvimento de Moçambique, sobretudo das comunidades locais.” (VIDA NOVA – Revista de Formação e Informação Cristã. Ano 54. N 648. Maputo, dez. 2014. p. 3).

Trata-se, portanto, da importação de um modelo que expulsa os pequenos produtores de suas terras e agrava a situação de insegurança alimentar em prol do grande capital, refletindo, com isso, um modelo de desenvolvimento predatório, que se privilegia sobre as debilidades do país e em nada conversa com a ideia de um novo desenvolvimento para a

África, fundado em bases endógenas. Este exemplo espelha o debate sobre as noções de desenvolvimento adotadas pelos países envolvidos neste debate, conforme será debatido no próximo subcapítulo, e expressa como, embora as características do governo atual contrastem com as dos governos anteriores no sentido de uma maior participação estatal e da posição central do continente africano na política externa, a noção de desenvolvimento exportada pelo Brasil segue pautada em grande medida no extrativismo e na exploração, colocando em cheque a própria noção de cooperação entre esses países.

### **3.1.2. Desenvolvimentos e dominação**

Ki-zerbo coloca que, com o fim da Guerra Fria, o poder dos países colonizadores que dominavam a África desde o final do século XIX é colocado em questão e, em certa medida, substituído. Essa substituição se dá também por forças internas africanas, mas, principalmente, por fontes extraterritoriais de poder, como organizações internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI – Organização Mundial do Comércio – OMC, etc.) e empresas privadas multinacionais. Ao comentar um mapa publicado da revista *Caravane* em 2001, que aludia à forte penetração de dinheiro estrangeiro no Congo, o autor afirma: “vemos que se trata de uma corrida, de um verdadeiro assalto, como na aurora da colonização” (Ki-ZERBO, 2009, p. 46).

Tal processo de reorganização de forças e atores não ocorre somente na África e sim trata-se de um fenômeno global, que atinge de maneira diferenciada países centrais, periféricos e países que hoje podem ser considerados no meio do caminho entre esses dois extremos, como é o caso do Brasil. Para procurar compreender mais profundamente essa reordenação e, a partir disso, entender melhor a política externa brasileira e, particularmente o papel do Brasil em África, pretende-se empreender uma reconstituição histórica das noções de desenvolvimento seguidas no país, a partir de algumas das principais vertentes de pensamento que se debruçam sobre o tema.

Renato Boschi (2012) pontua que, no contexto contemporâneo, o qual denomina por “reconfiguração do sistema capitalista internacional”, abrem-se novas oportunidades em termos de relações centro-periferia, o que fica ilustrado pela proeminência da China no novo cenário da economia internacional. O autor atribui essa redefinição de papéis às crises cíclicas ocorridas no sistema capitalista e enxerga as condições colocadas como promissoras para os

chamados países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Boschi (2012) aponta ainda para um contexto caracterizado por enormes possibilidades e oportunidades típicas de momentos de crise e redefinição de paradigmas, afirmando que há uma série de evidências capazes de caracterizar o momento histórico presente dessa maneira:

A criatividade e utilização das janelas de oportunidade que se abrem são potencialmente capazes de ensejar novos cenários para determinados países no âmbito da competição no sistema capitalista globalizado. No entanto, tudo indica que o atual ciclo de crescimento dependeria fortemente da geração de vantagens no plano institucional. (BOSCHI, 2012, p. 2).

Ainda no que se refere ao contexto histórico de redefinição de papéis no sistema-mundo, Boschi afirma também que “A crise dos países centrais, originada na especulação financeira dos derivativos nos Estados Unidos, é muito mais que um simples gargalo no crescimento: expressa uma reacomodação estratégica nas relações de poder no sistema mundial.” (BOSCHI, 2012, p. 3).

Essa dinâmica, na qual o Brasil se insere, aponta para a discussão acerca do tipo de desenvolvimento pretendido pelo sistema-mundo, considerando este momento histórico de redefinição de paradigmas, e como tais pretensões se efetivam nos diferentes contextos tendo em vista uma perspectiva, por um lado global, mas que também encerra em si atores centrais e periféricos, sobre os quais o desenvolvimento se exerce de maneiras diferentes.

Neste cenário, cabe analisar se redefi-se também as noções de desenvolvimento levadas a cabo pelos países em questão, visto que, frente à crise atual do capitalismo, o sistema-mundo repensa, sintomaticamente, os métodos utilizados por seus atores centrais e muitas vezes exportados e/ou copiados por/para seus atores periféricos na corrida pelo desenvolvimento – conceito este tão coisificado e ao mesmo tempo tão discutível.

Leandro Targa (2013) coloca que a perspectiva de ação na política externa brasileira se mantém pouco alterada desde o início do século XX, mas com o fim da Guerra Fria o cenário teria se complexificado também no Brasil particularmente. Ele aponta uma crise específica de paradigmas no que se refere à política externa brasileira, travada entre o paradigma autonomista/nacionalista, que defende uma atuação brasileira mais autônoma, visando um papel de liderança na América do Sul, e o paradigma liberal, que busca concentrar suas energias na adesão do Brasil aos regimes internacionais, defendendo uma soberania compartilhada e a autonomia pela participação, não tendo como objetivo um papel de maior destaque e liderança no contexto da América do Sul.

Para melhor compreender os fatores que levaram a política externa brasileira aos seus parâmetros atuais, cabe empreender uma breve reconstituição histórica dos paradigmas econômicos predominantes no sistema-mundo e seus reflexos díspares nos diversos atores que o compõem, particularmente no Brasil, tendo sempre em vista o campo de poder em que se inserem, ocupando posições muitas vezes hierárquicas e de dominação/opressão no cenário mais amplo.

A Teoria das Vantagens Comparativas, de David Ricardo (1831), em voga até fins da década de 1940, acreditava que os países deveriam especializar-se nos bens em que possuísem vantagens comparativas, ou seja, quando o custo de oportunidade de produção de um bem em termos de outros é mais baixo do que em outros países. A partir dessa perspectiva, países com matéria-prima, terra e mão de obra barata deveriam dedicar-se à produção e exportação de produtos agrícolas. Tal teoria apontava para uma concepção desenvolvimentista do mundo, concepção essa que surgiu em resposta à Grande Depressão dos anos 1930 e que apontava para a industrialização e para a intervenção do Estado na economia, dentro da ótica da acumulação de capital.

Por volta do final dos anos 1940, economistas mostraram que essa visão não considerava a dinâmica do comércio internacional, e que a demanda por bens primários não variava enquanto a demanda dos países periféricos por bens industriais aumentava, expandindo o projeto da industrialização também para os países periféricos.

Costuma-se entender como economias periféricas aquelas que apresentam trajetórias de crescimento econômico instáveis, forte dependência de capitais externos e consequente fragilidade financeira, baixa capacidade de resistência diante de choques externos e altas concentrações de renda e riqueza, caracterizando uma situação de subdesenvolvimento (CARCANHOLO, 2008).

Bresser-Pereira (2006) coloca que o desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo foi a denominação dada às estratégias nacionais de desenvolvimento em voga no Brasil entre os anos 1930 e 1970, quando o Brasil e os demais países da América Latina cresceram a taxas extraordinariamente elevadas, aproveitando o então efraquecimento do centro. Tais estratégias primavam, também segundo o autor, essencialmente pela proteção à indústria nacional nascente naquele momento e pela promoção de poupança forçada por meio do Estado.

O autor coloca que os economistas latino-americanos – que em conjunto com um notável grupo de economistas internacionais participaram da formulação da teoria econômica do desenvolvimento (*development economics*) – eram ligados a três correntes que se

somavam: a teoria econômica clássica de Smith e Marx, a macroeconomia keynesiana e a teoria estruturalista latino-americana.

O desenvolvimentismo, no entanto, não era uma teoria econômica, mas sim uma estratégia nacional de desenvolvimento, que visava se utilizar das teorias econômicas disponíveis para formular – para cada país em desenvolvimento da periferia capitalista –, uma estratégia que permitisse alcançar gradualmente o nível de desenvolvimento dos países centrais, também segundo Bresser-Pereira (2006).

Neste ponto, é possível traçar um ponto de contato com a discussão acerca da possibilidade de um desenvolvimento endógeno, ideia defendida pelo historiador burquinense Joseph Ki-Zerbo (2009), citado anteriormente e que será debatido mais profundamente no último subcapítulo deste capítulo. Como se observa, a meta do desenvolvimentismo consistia em “alcançar” os países desenvolvidos, ou seja, desenvolver-se no mesmo sentido, buscando, portanto, um fim comum como se houvesse somente um caminho a ser seguido para o chamado desenvolvimento – e este caminho seria, sem dúvida, de características ocidentais e pautado na economia de mercado. É justamente esta estereotipação do desenvolvimento como caminho único e a coisificação da noção de progresso, como sinônimo de desenvolvimento econômico que o autor critica e acredita não ser benéfica para a África, na medida em que este tipo de desenvolvimento não seria aplicável à realidade do continente, conforme se discutirá mais a frente.

O discurso do progresso como caminho único e do desenvolvimento estereotipado nos moldes do que ocorreu nos países do norte, no entanto, é bastante presente também no imaginário da população, e se reproduz cotidianamente no cenários das relações entre brasileiros e moçambicanos em Moçambique. Em conversas coloquiais com brasileiros funcionários do PCM, por exemplo, em um ambiente de um churrasco frequentado quase exclusivamente por brasileiros, houve um momento em que foi consensual entre eles que “o moçambicano não alcança o nosso ritmo de trabalho”. Uma entrevistada brasileira, Maria, funcionária do PCM, por sua vez, afirmou que

“No Brasil o capitalismo está em um estágio mais avançado, nós temos anos de experiência com o progresso, com esse desenvolvimento. Eles aqui ainda estão nos primeiros passos, quase não tem indústria, não tem mercado de trabalho. Isso provoca um desgaste, porque estamos em ritmos de aceleração diferentes, eles estão em outro tempo”. (Maria, jan. 2015).

Retornando à reconstituição histórica das noções de desenvolvimento, Bresser-Pereira (2006) aponta que, neste momento, opunham-se aos desenvolvimentistas os economistas

neoclássicos, que praticavam aquilo que o autor chama de “ortodoxia convencional”. Tal conceito consiste basicamente no conjunto de ideologias expressas pelo Consenso de Washington, ou seja, a ideologia liberal, que posteriormente torna-se hegemônica, como se verá ao longo do texto.

O autor coloca que, como o Brasil era um país periférico, onde a revolução industrial acontece 150 anos depois da inglesa e mais de 100 anos depois da estadunidense, o sucesso do desenvolvimento entre as décadas de 1930 e 1970 só foi possível a partir do papel central do Estado, protagonista do processo de definição e implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento. O autor destaca que, para os países periféricos, havia a dificuldade adicional de enfrentar sua própria dependência, ou seja, “a submissão das elites locais às elites dos países centrais, sendo que estas não estavam interessadas senão no seu próprio desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 7). Nesse sentido, a importância do Estado Nacional é fundamental, na medida em que, em um contexto de caráter mais liberal, tais países não possuem chances competitivas reais. Dessa forma, para o autor “não se tratava de substituir o mercado pelo Estado, mas de fortalecer o último para que este pudesse criar as condições necessárias para que as empresas, competindo no mercado, investissem e seus empresários inovassem.” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 6).

O autor conceitua ainda o desenvolvimentismo, que, segundo ele, foi o conceito dominante na América Latina ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960, da seguinte maneira:

Desenvolvimentismo foi o nome que recebeu a estratégia nacional dos países dependentes, que só desencadearam sua industrialização a partir da década de 1930, ou então depois da Segunda Guerra Mundial. Seu desenvolvimentismo era nacionalista porque, para se industrializarem, os países precisavam formar seu Estado nacional. O nacionalismo presente no desenvolvimentismo era a ideologia da formação do Estado nacional: era a afirmação de que, para se desenvolverem, os países precisam definir eles próprios suas políticas e suas instituições, sua estratégia nacional de desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 7).

Em contraposição à Teoria das Vantagens Comparativas, a chamada Teoria da Dependência, datada de 1960, aponta para uma noção diferente, que deixa de enxergar o subdesenvolvimento como uma etapa para o desenvolvimento e prima por uma concepção dialética, em que entende os dois processos como faces de um mesmo fenômeno mais amplo. Tal teoria tem origem na constatação, também na década de 1960, de que, embora tivessem conseguido se urbanizar, países da América Latina continuavam muito distantes dos países do Norte, concluindo que a modernização econômica não supera o subdesenvolvimento (LEITE,

2011).

Neste momento, estudiosos como Fernando Henrique Cardoso procuraram demonstrar que a modernização do Terceiro Mundo estava condicionada ao sistema econômico mundial pós Segunda Guerra, destacando a natureza política e social do desenvolvimento da América Latina. Com isso, defende como alternativa um “desenvolvimento associado” (CARDOSO e FALETTO, 1970), constatando, no Brasil, uma intensa presença do capital estrangeiro e apontando a importância do papel de uma burguesia nacional, mas também do Estado brasileiro, em associação também com uma burguesia internacional. Para estes autores:

[...] o desenvolvimento dependente permite incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 141).

Patrícia Leite (2011), por sua vez, faz a crítica a esse modelo, afirmando que:

Os países centrais continuavam a comandar o crescimento econômico, não mais via produção de bens industriais, mas via a atuação de suas companhias multinacionais. Essas corporações passaram a controlar os fluxos de investimento direto estrangeiro, de comércio, ditando o crescimento da economia mundial. Permaneciam, todavia, profundamente integradas ao seu país de origem em matéria de insumos, tecnologia, pessoal e inovação, e irradiavam poucos efeitos multiplicadores de renda nas economias locais. Como resultado, novo tipo de relação inaugurava-se: a dependência, das nações periféricas em relação ao capital, à tecnologia e às decisões tomadas pelas companhias multinacionais em suas sedes dos países centrais. (LEITE, 2011, p. 36).

É possível afirmar que o capitalismo entra em nova crise a partir dos anos 1970 e que, desde então, assiste-se a uma tentativa de reestruturação dos atores que compõem a ordem mundial em prol da sua reestruturação.

No início dos anos 1970, o capitalismo volta a apresentar um comportamento cíclico que algumas correntes teóricas chegaram a advogar como extinto. Depois da Segunda Guerra Mundial, e com o estabelecimento do *Welfare State*, não foram poucos os analistas que interpretaram os 'anos gloriosos' como uma tendência estrutural que tinha vindo para ficar. Os anos 1970 se encarregaram de contrariá-los e lembrar o caráter inerentemente cíclico da acumulação capitalista. (CARCANHOLO, 2008, s/p).

Assim, segundo Bresser-Pereira (2006), a partir dos anos 1970 é possível assistir à ascensão de uma grande onda ideológica neoliberal e conservadora, caracterizada, entre outros aspectos, pela relativa diminuição da participação do Estado na economia como parte da resposta à crise, agravando a situação de países periféricos e colocando em cheque a própria possibilidade de desenvolvimento para estas regiões no contexto então colocado.

Neste cenário, também segundo o autor, a teoria keynesiana, a teoria econômica do desenvolvimento e o estruturalismo latino-americano passaram a ser desafiados pelos economistas neoclássicos, que em sua maioria passaram a adotar uma ideologia liberal, marcando a ascensão daquilo que Bresser-Pereira (2006) denomina por “ortodoxia convencional”, definida como o “conjunto de diagnósticos e políticas recomendadas e pressionadas pelos países ricos aos países em desenvolvimento, desde que a onda ideológica neoliberal se tornou dominante no mundo” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 5).

Assim, também segundo Bresser-Pereira (2006), na década de 1980, a partir de um quadro de crise da dívida externa que fortalece os países ricos, foram definidos em termos neoliberais por estes economistas os preceitos voltados para os países em desenvolvimento, tornando hegemônica a ideologia neoliberal uma estratégia primordialmente externa.

Segundo Carcanholo (2008), a tentativa de recuperação da acumulação de capital no centro do sistema nesse momento passa por quatro aspectos: (i) recuperação da lucratividade dos investimentos; (ii) redução no tempo de rotação do capital; (iii) transferência de recursos da periferia; e (iv) expansão dos mercados para fronteiras além do centro da acumulação mundial (CARCANHOLO, 2008). Assim a partir dos anos 1980 a tentativa de resolução da crise adquire cada vez mais contornos globais e a transferência de recursos da periferia para o centro ganha roupagem ainda mais intensa com a crise da dívida externa nos países periféricos, que se alastra nos anos 1990, e com a remessa de lucros e dividendos que os capitais transnacionais realizam das filiais na periferia para as matrizes no centro.

Renato Boschi (2012) coloca que nos últimos quarenta anos, portanto, os estudos sobre desenvolvimento foram marcados por esses grandes paradigmas. O autor assinala os anos 1990 como marco do descenso do pensamento desenvolvimentista e ascensão e consolidação do pensamento neoclássico, “respaldado por comunidades epistêmicas, governos, setores financeiros, uma parte da academia e a imprensa.” (BOSCHI, 2012, p. 15)

O autor coloca que, nesse momento, o neoliberalismo procura se transformar em “pensamento ecumênico”, numa tentativa global de conformar um único modelo de capitalismo eficiente.

Bresser-Pereira (2006) coloca que a ideologia neoliberal – ou “ortodoxia convencional”, nas palavras do autor – torna o desenvolvimentismo uma expressão depreciativa, uma vez que o identifica com o populismo ou até mesmo com a irresponsabilidade em matéria de política econômica. Para seus seguidores, segundo este autor, mesmo o conceito de Estado-Nação deveria ser abandonado, pois, na era da chamada globalização, este teria perdido importância. A figura principal na ideologia liberal é a do



mercado livre, que se encarregaria de promover o desenvolvimento econômico, combinado à propostas de políticas econômicas ortodoxas e reformas institucionais liberais.

No entanto, o que se observou ao longo das décadas de 1980 e 1990 foi o fracasso das políticas neoliberais recomendadas pelos países ricos para promover a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento, uma vez que foram realizadas reformas e ajustes diversos de caráter neoliberal, mas não foram observados resultados, também segundo Bresser-Pereira (2006). Ele cita como exemplo o fato de que, no período em que o desenvolvimentismo foi dominante, entre 1950 e 1980, a renda per capita no Brasil crescia a quase 4% ao ano, e, a partir de então, passou a crescer a uma taxa quatro vezes menor.

O autor identifica, a partir disso, um movimento de rejeição da ideologia neoliberal na América Latina no século XXI, e aborda o conceito do novo desenvolvimentismo, que define como sendo um terceiro discurso, “entre o populismo da esquerda burocrática e o neoliberalismo da ortodoxia convencional” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 5).

Ainda sobre a ideia de decadência do modelo neoliberal e sua potencial substituição, Renato Boschi afirma que:

A chegada ao poder de coalizões de base trabalhista, em parte produto do grande fracasso do modelo neoliberal, tanto por suas pobres taxas de crescimento, como pelos efeitos sociais adversos das políticas implementadas, significou a rejeição do neoliberalismo e a busca por gerar novos modelos de desenvolvimento. Os caminhos que se delineiam para a retomada do crescimento se situariam na definição de um modelo de desenvolvimento que combinaria elementos de trajetórias, recuperando o papel protagonista do Estado que remonta ao período desenvolvimentista mas, ao mesmo tempo, incorporando alguns elementos do modelo instaurado pelo processo das reformas de mercado. (BOSCHI, 2012, p. 15).

É possível destacar o que autores como Renato Boschi (2012) e Bresser-Pereira (2006) apontam como modelo de desenvolvimento, que estaria se delineando nas últimas décadas em substituição à ideologia neoliberal, o chamado “novo desenvolvimentismo”.

Para Bresser-Pereira (2006), o novo desenvolvimentismo surgiria para pautar a formulação, por cada Estado-Nação, de suas novas estratégias nacionais de desenvolvimento. O novo desenvolvimentismo consiste, portanto, para este autor:

[...] um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Como o antigo desenvolvimentismo, não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento. É a maneira pela qual países como o Brasil podem competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.

12).

Novamente aqui é possível observar que o modelo de desenvolvimento vigente no Brasil identificado por estes autores em nada se aproxima da ideia de um desenvolvimento endógeno, como o defendido por Ki-Zerbo. O objetivo da estratégia de desenvolvimento continua sendo “alcançar” os países ricos, como na metáfora cunhada – e criticada – por Ki-Zerbo (2009) do desenvolvimento como “corrida olímpica”. Com isso, o Brasil continua mimetizando uma estratégia de desenvolvimento tipicamente ocidental, embora não possa ser considerado um país ocidental sem uma problematização, e continua exportando para os países onde atua com posição de liderança, como é o caso de Moçambique, este modelo de desenvolvimento, em que se procura imitar os países ricos até “alcançá-los”, primando sempre pelo desenvolvimento econômico, ainda que, nesta nova noção de desenvolvimento, seja possível apontar um espaço mais proeminente para o desenvolvimento social do que no neoliberalismo.

Algumas das características atribuídas ao chamado novo desenvolvimentismo por Bresser-Pereira (2006) são a rejeição da estratégia de crescimento com poupança estrangeira, a rejeição da liberalização da conta de capitais, a proposta de administrar a taxa de câmbio e a defesa da necessidade de uma estratégia para superar as altas taxas de juros/valorização da moeda, que mantém a economia brasileira instável.

Renato Boschi (2006), por sua vez, afirma que:

A discussão sobre o novo-desenvolvimentismo (Bresser, 2005, 2006, 2009; Sicsú, Paula e Michel, 2005; Boschi & Gaitán, 2008) abre uma série de questões que foram relegadas pela retórica neoliberal, entre as quais merecem ser salientados o papel do Estado, a relação com o mercado, a conformação da agenda pública para lograr crescimento sustentável, o papel das instituições políticas e do governo e, fundamentalmente, a importância da mudança institucional. (BOSCHI, 2006, p. 16).

Sobre o papel do Estado, o autor aponta que, no novo desenvolvimentismo, a instituição é recuperada como ator chave para a geração de uma dinâmica de desenvolvimento e propõe analisá-lo como “um conjunto de estruturas, atores e procedimentos no contexto do modo de produção capitalista”.

Definido desta forma, o campo estatal se apresenta como uma arena de conflito, pautada pelos grupos de interesse do capital e do trabalho, dos atores coletivos no interior e ao redor do aparato estatal e pela maneira pela qual se definem as metas, estratégias e meios para se alcançar o crescimento e o desenvolvimento. (BOSCHI, 2012, p. 16).

O novo desenvolvimentismo é relacionado, tanto por Renato Boschi (2012) quanto por

Bresser-Pereira (2006), a um projeto de nação e de desenvolvimento nacional. Embora reconheça que uma parte dos estudos sobre esta corrente restrinja a análise à questão econômica, Renato Boschi (2012) acredita que faz-se necessária a formação de coalizões de apoio ao projeto de desenvolvimento nacional ensejado pelo pensamento novo-desenvolvimentista, e afirma ainda que o desenvolvimento, nos moldes dessa corrente, só será possível com “a existência de lideranças que estabeleçam um “bloco histórico” que seja eficiente não só em formar uma agenda desenvolvimentista, mas, também, em bloquear potenciais oposições de atores estratégicos com propostas alternativas.” (Boschi, 2012, p. 16).

Renato Boschi (2012) e Bresser-Pereira (2006) compartilham ainda a ideia de que falta para o Brasil no atual momento histórico um projeto de nação melhor definido, que atraia consenso e capaz de mobilizar os atores necessários para levá-lo a cabo. Bresser-Pereira (2006) afirma que a falta de qualquer projeto claro para o Brasil contemporâneo por parte das elites nacionais provoca hoje um forte mal-estar, e afirma ainda que estas elites perderam a ideia de nação, o que se relaciona diretamente com a discussão acerca da diluição de categorias como a do Estado-Nação na contemporaneidade. Renato Boschi, por sua vez, afirma que:

[...] conquanto se definam novos padrões de intervencionismo estatal caracterizados por um conjunto bastante coerente de políticas sociais e econômicas numa nova perspectiva que vem sendo cunhada de neodesenvolvimentismo, falta ainda definir metas capazes de alavancar e dar sustentação a uma perspectiva de país. (BOSCHI, 2012, p. 1).

Boschi (2012) frisa também a importância de se agregar a dimensão regional nesse projeto de país em construção, e afirma que o desenvolvimento, como projeto nacional, deve contar com a participação de diversos atores sociais, como governo, empresariado, classe trabalhadora, classe política, entre outros. O autor retoma Bresser-Pereira (2005; 2006) em sua discussão para afirmar que não se observam casos de desenvolvimento sem papel ativo do Estado, assim como não são observados casos de países que tenham se desenvolvido sem um projeto claro de expressão de sentimento de nação. No entanto, o autor afirma que a construção de um projeto nacional não significa necessariamente nacionalismo, em seu sentido clássico, conceito que, historicamente, mostrou-se problemático muitas vezes.

O autor afirma que não é possível constatar a formulação de um projeto claro por parte das elites brasileiras, “tanto no plano da percepção acerca dos conteúdos das políticas públicas, quanto no âmbito efetivo da coordenação entre diferentes políticas que conferiram uma nova dinâmica ao capitalismo brasileiro.” (BOSCHI, 2012, p. 17).

Considerando o atual governo do PT, Boschi (2012) afirma que vem sendo conferida, ao longo da última década, uma maior prioridade à política social, em um modelo calcado na inclusão pelo consumo de uma “nova classe média”<sup>37</sup>. No entanto, para ele faltaria ainda exatamente a definição de metas de longo prazo, que pudessem ajudar a construir esse projeto de desenvolvimento nacional.

No que se refere ao campo parlamentar, Boschi (2012) afirma que existem percepções bastante diferenciadas quanto ao modelo de desenvolvimento que seria mais adequado ao Brasil contemporâneo. Com base em um *survey* realizado em 2008, o autor afirma que o Brasil apresenta posição mais favorável ao intervencionismo estatal do que Chile e Argentina, por exemplo. No entanto, o favorecimento a uma perspectiva de mercado somava ainda 43%, mostrando que a dicotomia intervencionismo estatal versus livre mercado segue polêmica e trata-se de uma questão chave na construção desse projeto de nação que os autores acreditam faltar para alavancar o desenvolvimento nacional. Com isso, o autor conclui ainda que “é possível que esta percepção já tenha se alterado numa direção mais receptiva a um projeto capitaneado pelo Estado, mas ainda assim, a impressão é a de que os debates no âmbito parlamentar revelam pouca preocupação com a dimensão de país.” (BOSCHI, 2012, p. 17).

Os dois autores debatidos sobre essa questão acreditam que ainda é cedo para analisar resultados do chamado novo-desenvolvimentismo na América Latina. Para Bresser-Pereira (2006), o Chile o tem usado, mas as políticas adotadas pelo país ficariam no meio do caminho entre uma e outra estratégia, além do fato de se tratar de um país pequeno. A Argentina é considerada pelo autor o único exemplo concreto na AL na opinião do autor, no entanto, considera que é muito cedo para poder avaliar seus efeitos no país. Porém, o autor acredita que o novo desenvolvimentismo como estratégia de desenvolvimento consiste nas mesmas bases da estratégia utilizada pelos “países dinâmicos” da Ásia, o que provaria, segundo ele, sua eficiência.

Renato Boschi (2012) questiona-se acerca dos possíveis resultados desse quadro, apontando duas hipóteses: (i) reindustrialização, refazendo o percurso na base de políticas industriais capazes de reverter a tendência, e (ii) partir para um projeto novo fundado na conjunção de processos endógenos e na nova posição do país no cenário global.

O próprio autor responde, reconhecendo a dificuldade em se definir quais políticas levam ao desenvolvimento. No entanto, aponta que: “os países que menos avançaram nas reformas estruturais são aqueles que conservaram maiores graus de liberdade para

---

<sup>37</sup> Trata-se de um conceito polêmico nas ciências sociais brasileira contemporânea. Sobre esse debate, ver POSCHMANN, M. (2012); SOUZA, J. (2010); NERI, M.C. (2012), entre outros.

implementar uma agenda neodesenvolvimentista e que foram relutantes em copiar modelos a partir uma doutrina ecumênica, seguindo caminhos próprios” (BOSCHI, 2012, p. 15).

Este é, para o autor, o resumo da agenda pós-neoliberal na direção de um novo projeto de desenvolvimento. É interessante nesse ponto notar novamente o afastamento entre a constatação apontada por esse autor e a ideia postulada por Joseph Ki-Zerbo (2009). Na medida em que Boschi (2012) afirma que o desenvolvimento se deu de maneira menos expressiva em países que se negaram a copiar modelos e optaram por trilhar caminhos próprios, este dado vai de encontro à ideia de desenvolvimento endógeno, de Ki-Zerbo (2009), ou seja, desenvolvimento sobre bases internas, construção de um projeto de desenvolvimento a partir das próprias características do país e não seguindo os modelos estereotipados impostos pelos países centrais, mostrando que esta ideologia seria, no panorama atual e segundo Boschi (2012), pouco eficiente.

Para Joseph Ki-Zerbo, historiador burquinense ligado à vertente de estudos pós-coloniais, o que se chama atualmente de desenvolvimento corresponde ao autodesenvolvimento dos países do Norte, em conformidade com as realidades, interesses e valores desses países (Ki-ZERBO, 2009).

É por isso que esse desenvolvimento não se realiza nos países africanos. Será necessária uma alteração copernicana, uma mudança de sentido das relações, para que haja um verdadeiro desenvolvimento. É claro que, em certos países, registrou-se uma taxa de crescimento interessante, mas trata-se de crescimento sem autodesenvolvimento. É nestes termos que convém colocar o problema e interrogarmo-nos se alguma vez estas condições foram realizadas na África para um verdadeiro desenvolvimento, que não estivesse a serviço do desenvolvimento de outrem. Em vez de apenas crescimento aritmético e estatístico, seria preciso um progresso auto-sustentado. As árvores do crescimento não devem esconder-nos a floresta do desenvolvimento. (Ki-ZERBO, 2009, p. 132).

Para este autor, o desenvolvimento é um fenômeno total, que não deve, portanto, ser pensado apenas por sua dimensão econômica. Ki-Zerbo (2009) se alinha às teorias que pretendem superar o economicismo e propor novos modelos de desenvolvimento, haja vista a flagrante saturação dos modelos em voga atualmente e nas últimas décadas. Tal corrente questiona a validade do paradigma de desenvolvimento que “significa, simplesmente, o crescimento e a acumulação aritmética, física, de bens e serviços” (Ki-ZERBO, 2009, p. 135), considerando essa acepção um reducionismo, propõe-se a pensar medidas para transformar esse panorama a partir da premissa de que, no capitalismo, qualquer crescimento produz ricos e pobres.

Para ele, portanto, “o desenvolvimento é a passagem de si a si mesmo, em nível

superior. (...) o desenvolvimento é a multiplicação das escolhas quantitativas e qualitativas”. (Ki-ZERBO, 2009, p. 149).

Outro exemplo de proposta alternativa de desenvolvimento é trazido por Amartya Sen (2000), que apresenta um “desenvolvimento como liberdade”. O autor também procura contrastar sua visão com a abordagem economicista focada em aspectos como o crescimento do PIB, apontando que o desenvolvimento deve ser encarado como processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam, com o foco na liberdade como fim e também como meio, uma vez que acredita que a liberdade como meio promove a liberdade como fim. O autor, no entanto, não critica diretamente a lógica de mercado, o que, na concepção da necessidade de um desenvolvimento endógeno presentemente defendida, configura-se como um ponto fundamental para a superação dos moldes de desenvolvimento impostos pelo Norte.

É possível observar, portanto, que o desenvolvimento é um conceito que tem estado historicamente em disputa e que a maneira como ele é encarado tem influência direta na política externa brasileira, como se observou na discussão empreendida no subcapítulo anterior.

O Brasil contemporâneo, governado pelo PT ao longo dos últimos doze anos, possui uma visão característica do desenvolvimento e um projeto de governo que se diferencia em alguma medida dos governos anteriores, mais marcadamente neoliberais, o que se reflete em sua atuação externa, como no caso de Moçambique.

Embora o governo petista possua características neoliberais, como a desregulamentação financeira e as privatizações, continuadas sob o título de parceiras público-privadas, e embora a política econômica dos governos petistas não se distancie fundamentalmente da empreendida pelos governos anteriores, é possível observar diferenças expressivas que permitem situá-lo em outra categoria, como a própria descentralização da política externa, caracterizada pela maior abertura para outros países que não os centrais. Bresser-Pereira (2015) designa o projeto do governo petista como social-desenvolvimentista, diferenciando o mesmo dos governos anteriores, os quais são por ele cunhados como neoliberais.

Emir Sader (2013) aponta o governo petista como “pós-neoliberal”, e afirma que:

São governos que, para superar a pesada herança econômica, social e política recebida, priorizam, ao contrário, um modelo de desenvolvimento intrinsecamente articulado com políticas sociais redistributivas, colocando a ênfase nos direitos sociais e não nos mecanismos de mercado. Buscam o resgate do Estado como indutor do crescimento econômico e garantia dos direitos sociais de todos. Colocam em prática políticas externas que dirigem

seu centro para os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não para Tratados de Livres Comércio com os EUA. (SADER, 2013, s/p).

Tal perspectiva, que coloca inclusive como principal sinal de rompimento com o modelo neoliberal essa descentralização da política externa, consiste em um importante dado para a compreensão da relação Brasil-Moçambique, objeto da presente pesquisa, e foi, portanto, considerada na análise de suas características e impactos sobre as relações interpessoais, a fim de perceber, principalmente, como essa noção particular de desenvolvimento e esse projeto de país se expressam no discurso dos atores presentemente analisados.

Para Luis, entrevistado moçambicano, por exemplo:

“o Brasil é um país que se preocupa com países como Moçambique. Você vê os chineses, eles estão aqui e não deixam nada, só pegam e vão embora, não conversam com a gente, não ensinam nada. O Brasil não, o Brasil tem esse olhar mais de ajudar o outro. (Luis, jan. 2015).

No contexto do PCN também foi apontada essa diferença em relação aos chineses a partir de um caso em que uma empresa chinesa, voltada para a construção de pátios de obras, ignorou a metodologia de negociação com a população, voltada para o seguimento de normas internacional como por exemplo a estipulada pelo Banco Mundial, e negociou diretamente com algumas famílias em dinheiro, o que foi reconhecido pelos funcionários como uma diferença fundamental entre a postura brasileira e a chinesa em relação a Moçambique, privilegiando a primeira – embora os moradores das áreas impactadas tenham demonstrado preferência pelo método chinês.

Foi comum também em diversas entrevistas o reconhecimento do Governo Lula como um momento importante de mudança no relacionamento entre Brasil e Moçambique, tanto por brasileiros quanto por moçambicanos. Para Felipe, moçambicano funcionário do PCM, por exemplo:

“eu lembro que antes da Dilma, com o Lula, que as coisas brasileiras começaram a aparecer mais por aqui. Eu sei que o Lula foi um grande líder no Brasil e aqui em África as pessoas também gostam muito dele, porque vemos as coisas que foram trazidas também para nós”. (Felipe, dez. 2014).

Dessa forma, observa-se na reprodução destes discursos, uma percepção social de uma postura específica do Brasil com relação à África e também se reconhece neste momento histórico uma diferença com o passado, de modo que foi possível perceber, em campo, este reconhecimento de uma noção de desenvolvimento que, embora não seja de toda nova, possui

contornos específicos e somente com o tempo será passível de análises mais aprofundadas, na medida em que mostrará mais extensamente seus pontos negativos e positivos e sua eficiência em alcançar/ exportar um desenvolvimento para além do econômico.

Cabe, por fim, pensar no cenário em que esse modelo de desenvolvimento em construção se insere, ou seja, o contexto moçambicano, em que a abertura para o neoliberalismo é recente, representada principalmente pela abertura para o capital estrangeiro sob a forma dos *megaprojetos* estudados. A atual predominância de um pensamento neoliberal na orientação da política econômica moçambicana, aliada a instituições estatais pouco fortalecidas, pode constituir o panorama ideal para que o Brasil assuma, por meio de um Estado mais fortalecido e seus programas de descentralização da política externa, o papel de protagonismo que aparenta almejar.

### **3.1.3. Globalização e novas formas de dominação**

Como colocado, diversos autores que representam distintas correntes de pensamento enxergam o cenário atual, início do século XXI, como de reconfiguração, de quebra de paradigmas e abertura potencial para a reconstituição de novas formas de organização mundial. Esse momento histórico, caracterizado de diversas maneiras e que recebe variadas denominações, entre as quais uma das mais popularizadas consiste no termo “globalização”, tem impacto direto sobre a forma como as políticas externas dos países se objetivam, sobre a difusão ideológica e “importação” efetiva dos modelos de desenvolvimento hegemônicos.

A discussão da contemporaneidade e da globalização permeia, portanto, o tempo todo o debate presentemente empreendido, uma vez que as características do atual momento histórico determinam as condições em que se dão as relações em análise. Algumas das principais características que descrevem esse cenário consistem na intensa alteração das relações entre espaço e tempo, na transformação radical que o desenvolvimento da tecnologia de comunicação implicou nas relações sociais, e no questionamento de instituições fundantes da sociabilidade moderna, como a figura do Estado-Nação.

Bresser-Pereira (2006) aponta que, de acordo com o novo desenvolvimentismo, discutido no subcapítulo anterior, a globalização não é vista nem como benesse e nem como maldição, mas como um sistema de competição entre Estados nacionais, uma vez que essa concepção visa resgatar a força dessa instituição como ator impulsor do



desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma visão distinta da visão de autores como Bauman (1999) e outros autores ligados à pós-modernidade, que acreditam na dissolução dessas instituições.

Para o novo desenvolvimentismo, segundo Bresser-Pereira (2006), o mais importante no contexto da globalização seria exatamente fortalecer o Estado fiscalmente, administrativamente e politicamente e, ao mesmo, dar condições às empresas nacionais para que as mesmas possam mostrar-se competitivas internacionalmente. Para ele, a globalização é o estágio mais desenvolvido do capitalismo, e é o momento em que, “pela primeira vez, os Estados-Nação cobrem todo o globo terrestre e competem economicamente entre si, por meio das suas empresas.” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 10).

Um indício da força dos Estados-Nação neste contexto contemporâneo está na emergência de novos blocos econômicos formados por eles, como é o caso dos BRICS<sup>38</sup>. Para Renato Boschi (2012), por exemplo, trata-se de “atores emergentes que tentam obter vantagens no processo de globalização, deslançando as suas próprias estratégias a partir de processos internos de fortalecimento das respectivas capacidades estatais”, e avaliar tais estratégias seria fundamental para melhor avaliar o papel que o Brasil ocupa na nova governança global.

Zygmunt Bauman (1999), um dos principais autores que discute esse momento histórico, aponta a globalização como a denominação encontrada para a indeterminação característica da contemporaneidade e pontua o desmantelamento do bloco comunista como um marco nesse processo. A globalização, para ele, tanto divide quanto une, de modo que, enquanto alguns podem se tornar de fato globais, outros se fixam em sua localidade em função da distribuição desigual do acesso e das condições materiais, o que significa privação e degradação social, em um mundo em que cada vez mais quem dita as regras é global. Bauman (1999) aponta, assim, para uma progressiva ruptura da comunicação entre as elites extraterritoriais cada vez mais globais e o restante da população, cada vez mais localizada, e afirma que os centros de produção de significado e valor são hoje extraterritoriais e emancipados de restrições locais – o que não se aplica, porém, à condição humana, a qual esses valores e significados devem informar e dar sentido (BAUMAN, 1999).

Como colocado no primeiro capítulo por meio do exemplo a respeito do encontro

---

<sup>38</sup> BRIC é uma sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia, China, que se destacaram no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias em desenvolvimento. O acrônimo foi cunhado e proeminentemente usado pelo economista Jim O'Neill, chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs. Em 13 de abril de 2011, o "S" foi oficialmente adicionado à sigla BRIC para formar o BRICS, após a admissão da África do Sul (em inglês: *South Africa*) ao grupo (TARGA, 2013, p. 3).

entre funcionários brasileiros e população da Ilha de Moçambique, este afastamento pôde ser sentido concretamente no campo, nos contrastes entre a realidade dos funcionários dos *megaprojetos* estudados e a população local de maneira geral, em uma dinâmica que ilustra esta realidade e coloca em constante contradição o fixo e o extraterritorial. Essa contradição se materializa nas diferenças econômicas, mas também em aspectos culturais como línguas locais que contrastam com o Inglês ou mesmo com o Português, ou por meio dos costumes locais, na alimentação, na vestimenta, entre outros, exotizados frente aos costumes ocidentais globalizados que esta elite extraterritorial traz para Moçambique e que a elite local dá indícios de começar a mimetizar.

É importante problematizar esse conceito de globalização, na medida em que ele pode dar uma falsa impressão de horizontalidade nas relações de poder ao redor do mundo. O que se verifica, porém, é algo bem diferente disso, na medida em que poucos grandes conglomerados empresariais, da ordem de centenas, regem de fato a economia global<sup>39</sup> – o que explica, por exemplo, a última grande crise do capitalismo, em 2008, desencadeada em efeito dominó a partir de quebras pontuais.

Nesse sentido, um mapeamento das elites brasileiras e das moçambicanas seria um trabalho que enriqueceria a presente pesquisa, no entanto, não foi uma realização possível em virtude da escassez de tempo. Certamente esse trabalho fica como possibilidade de aprofundamento futuro desta pesquisa e poderá também ser realizado por outras pesquisas que possam vir a surgir a partir dessa.

É importante salientar que o Brasil ocupa uma posição ambígua no processo de desenvolvimento periférico neste contexto. Se, por um lado, ele mesmo pertence à periferia do sistema mundo e vive o seu processo de desenvolvimento, por outro lado atua em outros países em desenvolvimento como ator de grande influência, exercendo um papel importante e muitas vezes até central no processo de desenvolvimento destes outros países.

No jogo da geopolítica internacional, portanto, o Brasil ocupa um lugar controverso, desempenhando um papel ora de *Rest*<sup>40</sup>, dado que sofre ampla influência em seus processos internos de outros países “globalizadores”, como, por exemplo, os EUA; ora de *West*, na medida em que deixa de ser “globalizado” para ser, em grande medida, “globalizador” no que se refere a países como, por exemplo, Moçambique, no que tange a projetos como o presentemente analisado, reforçando relações de dominação e exploração.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <[cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Matematicos-revelam-rede-capitalista-que-domina-o-mundo/7/17736](http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Matematicos-revelam-rede-capitalista-que-domina-o-mundo/7/17736)>. Último acesso em 13 mai. 2015.

<sup>40</sup> Aqui se aborda a polarização Norte/Sul nos termos de Stuart Hall.

Na análise de Alan Rouquié (1984), a América Latina poderia ser caracterizada como um “extremo ocidente”, uma vez que não é possível enquadrá-la como extra ocidental, dada a sua filiação de ideias com o pensamento ocidental, mas tampouco é possível enquadrá-la como estritamente ocidental, de modo que a sua interpretação do modo de vida ocidental adquire contornos muito particulares, como colocado por Sérgio Adorno em palestra apresentada durante o Seminário Democracia, Desigualdade e Diversidade, realizado pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara em agosto de 2014.

O momento de reestruturação de paradigmas característico da contemporaneidade passa pelas mais diversas esferas, como por exemplo a dos próprios indicadores disponíveis para a análise desse desenvolvimento. Uma das questões levantadas por muitos intelectuais reside na aplicabilidade aos contextos periféricos dos indicadores ditados por instituições transnacionais ligadas aos interesses do grande capital como, por exemplo, o Banco Mundial ou a própria ONU. Ki-Zerbo (2009) afirma que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por exemplo, não considera a cultura em seus indicadores de desenvolvimento, e vai mais longe afirmando a impossibilidade de qualificar, nestes moldes, um indicador desse caráter.

Cabe sublinhar a importância de indicadores de desenvolvimento no planejamento de ações e políticas públicas, não sendo possível deslegitimar essas importantes ferramentas no contexto da política socioeconômica global. No entanto, a reflexão de Ki-Zerbo (2009) também se mostra legítima, na medida em que, no seio de uma reestruturação ampla de paradigmas e no âmbito da proposta de um desenvolvimento endógeno, que será discutida mais profundamente no próximo subcapítulo, há espaço e necessidade para a rediscussão de indicadores que sejam mais abrangentes e descentralizados, que não sejam criados nos centros de poder e exportados para a periferia, muitas vezes não contemplando suas realidades. Como um exemplo, indicadores de renda em regiões onde figura como protagonista a agricultura de subsistência são muitas vezes inaplicáveis.<sup>41</sup>

O NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), por exemplo, organização internacional de caráter pan-africanista voltada para promover o desenvolvimento socioeconômico em África, voltado para combater a pobreza e a marginalização da África no

---

<sup>41</sup> Nos estudos realizados pela Consultoria em que trabalhei no Norte de Moçambique, foi necessária a criação de indicadores alternativos relacionados com a produtividade da colheita, pois, embora a renda das famílias fosse ínfima, a economia e a sociabilidade da região estava pouquíssimo monetarizada, de modo que a quase inexistência de renda não significava, necessariamente, situação de alta vulnerabilidade.

cenário global<sup>42</sup>, trabalha em seus programas pela construção de indicadores próprios que possam abranger mais adequadamente a realidade do continente. Para a elaboração do MAEP (Mecanismo Africano de Avaliação de Pares), voltada para avaliação dos sistemas de governança no continente, por exemplo, foram considerados diversos tipos de indicadores já constituídos, como o IDH ou o coeficiente GINI, associados a outros mais específicos, como a ratificação e implementação de códigos internacionais e de códigos contra a corrupção da União Africana, visando com isso construir um sistema de avaliação que se adeque melhor à realidade dos países em questão.<sup>43</sup>

Ki-Zerbo (2009) afirma que acredita em três possibilidades para o futuro das relações entre o continente africano e o Norte no que se refere ao desenvolvimento global. A primeira delas é que se instalem relações do tipo “negreiro”, compostas por “lacaio negros, sustentados, domesticados, manipulados pelo lucro das potências externas” (Ki-ZERBO, 2009, p. 140). Nesse modelo, a figura dos antigos negreiros é hoje a das potências interplanetárias, com alcance global e poder difuso. O discurso de que os negros não possuíam alma, justificando as atrocidades cometidas durante o período da escravidão, teria sido hoje substituído pelo discurso da inteligência humanitária (Ki-ZERBO, 2009), que desumaniza e descapacita todo um continente em nome de um discurso evolucionista que fixa papéis para os marginais ao sistema-mundo.

A segunda possibilidade consistiria no prolongamento da tendência atual, em que o sistema de exploração de uma parte pela outra subsiste até o momento de sua ruptura, assinalada pela ocorrência de revoltas crônicas, que venham a subverter bruscamente o sistema opressivo, como, por exemplo, na Idade Média.<sup>44</sup>

A terceira possibilidade é aquela na qual acredita Ki-Zerbo consiste em um modelo pós-econômico, que visaria o abandono do economicismo neoliberal e apontaria para um modelo humanista de desenvolvimento planetário. Embora o autor considere essa a única saída para a resolução do impasse e acredite que o modelo economicista em que vivemos caminha para a extinção pela exacerbação das suas próprias contradições, o próprio Ki-Zerbo coloca dúvidas quanto a sua factibilidade e pontua: “Será que somos capazes de dar este salto para o desconhecido?” (Ki-ZERBO, 2009, p. 140).

---

<sup>42</sup> Disponível em: <[www.nepad.org/about](http://www.nepad.org/about)>. Último acesso em 14 mai. 2015.

<sup>43</sup> Disponível em: <[www.sarpn.org/documents/d0000760/P848-Kanbur\\_Jan2004.pdf](http://www.sarpn.org/documents/d0000760/P848-Kanbur_Jan2004.pdf)>. Último acesso em 14 mai. 2015.

<sup>44</sup> Cabe a reflexão acerca dos recentes movimentos de massa de insatisfação, como o Occupy Wall Street, as crescentes insurgências em países europeus atingidos pela mais grave e recente crise do capitalismo, rebeliões na Turquia, ou mesmo as revoltas de junho de 2013 no Brasil, das quais ainda se sentem fortemente os reflexos. Seriam esses indícios de um movimento de ruptura mais amplo?

As multinacionais como a Vale se encaixam perfeitamente às características da contemporaneidade, como colocado, principalmente no que se refere à sua característica extraterritorial, embora esta extraterritorialidade não seja totalmente concreta. Bauman afirma que o objetivo da dominação contemporânea é o seguinte: “a destruição das muralhas que impediam o fluxo dos novos e fluidos poderes globais; expulsar da cabeça do inimigo o desejo de formular suas próprias regras, abrindo assim o até então inacessível, defendido e protegido espaço para a operação dos outros ramos, não-militares, do poder” (BAUMAN, 1999, p. 19).

A dominação exercida por meio das multinacionais brasileiras sobre países em desenvolvimento, objetivadas na questão da Vale em Moçambique, enquadra-se exatamente neste tipo de dominação, fluida e de percepção sutil, o que dificulta, embora não impossibilite, o processo de resistência e complexifica a análise do processo.

É possível retomar, nesse ponto, o conceito de violência simbólica cunhado por Bourdieu, na medida em que se trata de uma imposição sutil de uma cultura dominante economicamente, onde há pouca oposição por parte do dominado, uma vez que o processo fluido é menos percebido e combatido de maneira mais difícil.

A despeito dessa pretensa fluidez que governa o contemporâneo, é possível observar que o mundo segue prioritariamente influenciado por uma ideia de modernização produtivista como caminho. Embora percursos alternativos e menos destrutivos tenham sido cada vez mais perseguidos e a industrialização seja uma meta perseguida pelos países que não a realizaram com sucesso, o modelo adotado e majoritariamente buscado por aqueles que se encontram à margem do sistema global ainda é o do extrativismo e exportação de matéria-prima bruta, com alto impacto social e ambiental.

Observa-se esse processo, no entanto, como uma via de mão dupla e não como uma dominação exercida unilateralmente. Ou seja, não se pode deixar de sublinhar a participação das próprias elites moçambicanas, também beneficiadas em grande medida. Para Bresser-Pereira (2006), por exemplo, um governante é bem-sucedido do ponto de vista interno e internacional se alcança taxas de crescimento maiores do que as de seus concorrentes, o que implica dizer que os próprios governos de países subjugados no cenário econômico, como é o caso de Moçambique, visam esse modelo de crescimento pouco preocupado com distribuição de renda e desenvolvimento social.

O discurso de progresso carrega consigo um pensamento evolucionista, que imagina o progresso como uma linha única e inequívoca e é este tipo de discurso que possibilita empreitadas imperialistas e neoimperialistas, sob a égide da salvação, da ajuda ao país menos

desenvolvido para alcançar aquilo que já foi alcançado pelo país que exerce a dominação.

Dessa forma, na expansão da fronteira de influência do Brasil sobre os PALOP e especificamente sobre Moçambique, pode-se pensar na concepção clássica de “fronteira” de Turner, que a definia como zona de incorporação a um centro mais desenvolvido, em que ambos se beneficiavam dos resultados do movimento de expansão (PENHA, 2010). Cabe, assim problematizar o que significa essa incorporação e essa expansão e em que medida os benefícios são de fato mútuos, uma vez que a relação construída historicamente entre o Brasil e os PALOP é pautada em um projeto de política externa que acabou por fazer valer a ideologia dominante nos países da periferia. É a periferia englobando, do ponto de vista neoliberal, a periferia. E justamente as ex-colônias portuguesas, que foram até pouco tempo atrás subjugadas exatamente pela mesma potência que outrora subjugou também o Brasil.

Um dos entrevistados, Daniel, assinalou essa percepção, ao afirmar que:

O Brasil que conseguiu se livrar de Portugal e crescer hoje quer fazer a mesma coisa com Moçambique. Nós sabemos que o Brasil não é um país rico, tem muitos problemas, então você pensa por que o Brasil quer colonizar outra vez Moçambique se sabe o que é ser colonizado. (Daniel, jan. 2015).

Franz Fanon (2002), precursor do pensamento pós-colonial, compartilhado por Ki-Zerbo, também propõe a criação de um novo caminho para a África, que seja criado pelos africanos, contrário, portanto, ao que vem sendo empreendido no continente por forças externas, entre elas o Brasil, com o apoio de forças internas. O autor aborda o caso dos EUA, que no seu processo de crítica à Europa acabaram tornando-se uma espécie de nova Europa no que se refere ao imperialismo e à dominação, reproduzindo exatamente o que lá havia de pior. Fanon procurava levar os seus leitores a se colocarem no lugar do “outro”, questionando a opressão em si e não o opressor que ocupa esse lugar, construindo com isso uma crítica a toda uma episteme ocidental e criticando as dualidades historicamente construídas entre dominante e dominado, da mesma forma que os pós-colonialistas que o seguiram.

Neste sentido, a discussão empreendida neste documento não pretende fixar papéis, pelo contrário, busca desconstruir as polaridades dominador/dominado e explorar a dinâmica dominação/resistência, o que se procurará debater mais profundamente no capítulo seguinte. Esta é a proposta desses autores, identificados como pós-coloniais, que procuram, assim como seus precursores, como Foucault, desconstruir estes papéis fixos e a contraposição maniqueísta entre dominador e dominado, evidenciando o caráter multifacetado desses fenômenos, as nuances e relações de poder imbricadas nesses processos.

Ki-Zerbo (2009), afirma que: “Não se devem lançar todas as responsabilidades da situação atual nem sobre o Norte, nem sobre o Sul, evidentemente; mas também não se deve pô-los simplesmente um contra o outro. O essencial é ver os pólos de poder. Não se trata de uma determinação puramente geográfica, é um antagonismo de poder” (Ki-ZERBO, 2009, p. 31).

Dessa forma, é possível concluir, a partir desta breve reflexão, que o cenário contemporâneo, no qual se inserem as relações de dominação colocadas entre Brasil e Moçambique, é dotado de características específicas que influenciam diretamente o caráter dessas relações. Trata-se de uma miríade de condições ambíguas e até paradoxais; uma impressão de globalização, ao mesmo tempo em que poucas famílias dominam a economia mundial; permite que países como o Brasil ocupem ao mesmo tempo posição de dominador e de dominado neste campo do poder; consiste em uma dominação fluida e sutil, mas ao mesmo tempo bastante objetiva e concreta, por exemplo, para os reassentados de Cateme; aponta para o novo, mas, ao mesmo tempo, persegue os antigos modelos de desenvolvimento. Ou seja, ao mesmo tempo une e divide, como diz Bauman (1999).

Portanto, para compreender este fenômeno, e analisar mais profundamente os impactos da contemporaneidade sobre as relações presentemente estudadas, somente uma visão não maniqueísta e que busque apreender as nuances contidas no interior dessas características aparentemente contraditórias, poderá contribuir.

### **3.1.4. Desenvolvimento endógeno: uma proposta possível no capitalismo contemporâneo?**

A partir do panorama geral da discussão sobre desenvolvimentos possíveis e sobre as características do contexto contemporâneo, apresenta-se brevemente neste subcapítulo a discussão sobre a proposta específica do desenvolvimento endógeno, propondo pensar um desenvolvimento africano construído sobre bases africanas e que procure romper com a roupagem estereotipada e ocidental de que se imbuíu historicamente a ideia de progresso: “em vez de se procurar compreender a situação, foi decidido que há condições únicas para todo o mundo: os países africanos devem repetir o itinerário estereotipado dos países ocidentais” (Ki-ZERBO, 2009, p. 144).

No bojo da discussão em questão nesta dissertação, o objetivo deste debate está em analisar o papel do Brasil frente a essa proposta alternativa de desenvolvimento, e em pensar as possibilidades de uma cooperação horizontal efetiva, que contribua para a construção desse desenvolvimento legítimo, considerando as limitações colocadas para tal a partir das relações de poder a que estão submetidos os atores envolvidos.

A aparente contradição entre modernidade e tradição que se observa em África de uma maneira geral pode constituir-se como um ponto de partida para esse pensamento que busca subverter a ordem estabelecida. Cabe resgatar o pensamento de George Balandier (1988), que propõe um alargamento da ideia de modernidade, não se atendo necessariamente a parâmetros produtivos, técnicos, sociais e políticos pelos quais costumamos defini-la, opondo-se com isso a um pensamento de caráter evolucionista, que pensa a modernidade como um caminho único a ser seguido. O autor coloca como exemplo exatamente as novas nações africanas, que estariam constituindo uma modernidade específica, e pensa o emaranhado entre tradição e modernidade contido na problemática africana sob uma perspectiva de emergência do novo, relacionado à questão do poder político e tensionando o surgimento de uma nova ordem política. Assim, embora sob muitos aspectos Moçambique em específico e a África de uma maneira geral procurem e sejam impelidos a se inserir no projeto global de desenvolvimento pautado grandemente na questão econômica, pontua-se essa corrente, que vê na modernização africana uma alternativa ao projeto hegemônico.

Franz Fanon (2002) também propõe essa ruptura, como se observa na citação a seguir:



Mas se queremos que a humanidade suba mais um furo, se queremos levá-la a atingir um nível diferente daquele em que a Europa a deu ao manifesto, então é preciso investigar, é preciso descobrir [...] Pela Europa, por nós próprios e pela humanidade, é preciso mudar de procedimentos, desenvolver um pensamento novo, tentar pôr de pé um homem novo. [...] A rejeição do universalismo europeu é fundamental para a rejeição do domínio pan-europeu e da sua retórica do poder na estrutura do sistema-mundo. (FANON, 2002, p. 304-305).

A ideia presente no pensamento de Fanon é a de dar voz aos discursos periféricos. Os teóricos da vertente denominada pós-colonialista, da qual Fanon é precursor, são geralmente oriundos de ex-colônias falando de universidades centrais, construindo um lugar de enunciação discursiva intermediário, um terceiro local nas relações de dominação, um lugar de entremeio. No entanto, o pensamento pós-colonial supera a ideia de dar voz ao oprimido, primeiramente porque procura desconstruir a polaridade opressor/oprimido, mas também porque não entende esse como um processo possível, assinalando assim o lugar de enunciação daquele que o pretende.

Ki-Zerbo (2009) acredita que, no presente momento histórico, estão sendo exacerbados e conseqüentemente desmascarados os defeitos do sistema capitalista, e a atual crise do capitalismo, que se intensificou desde o ano de 2009, quando o autor fez esta afirmação, é um claro indício disso. Tal crise está diretamente relacionada com as características da contemporaneidade, especialmente no que se refere ao fato de as categorias fundantes da modernidade estarem sendo postas em cheque e/ou reconstruídas e ressignificadas.

O modo, o processo de cristalização das energias dos pobres é uma das grandes questões que se colocam ao século XXI. Ainda não se vê sob que forma ele se realizará. No Norte, a sociedade civil ganhou amplitude, ao passo que, na África, é, de certo modo, demasiado tarde para constituir classes e demasiado cedo para constituir grupos da sociedade civil. Estamos no interior de um magma que pode abrir caminho a todas as destabilizações. (KI-ZERBO, 2009, p. 156).

No entanto, o autor enxerga esse momento também como uma oportunidade de construção do novo, da proposta de um desenvolvimento endógeno. Segundo ele, esse tipo de desenvolvimento se deu em algum momento em todos os países desenvolvidos do mundo e a proposta não é inovadora. O grande problema está nas relações de poder, pois, uma vez que a ordem mundial se estabeleceu da maneira como a conhecemos hoje, o modelo de desenvolvimento dos países ricos passou a ser artigo de exportação. Nesse sentido, a proposta do desenvolvimento endógeno recusa o modelo linear de desenvolvimento e rejeita a concepção do desenvolvimento como uma “corrida olímpica, onde os povos andam uns atrás

dos outros” (Ki-ZERBO, 2009, p. 149).

Cabe pontuar que a ideia do desenvolvimento endógeno não deve ser confundida com uma tentativa de isolamento, até porque isolar-se não é possível em um mundo globalizado onde as fronteiras são cada vez mais relativizadas. Ki-Zerbo (2009) coloca que o desenvolvimento endógeno na África ocorreu antes da colonização e que se deu exatamente por meio dos contatos com o exterior, uma vez que, neste momento, tratava-se de um continente muito aberto e envolvido em diversas relações comerciais. Trata-se, no entanto, de impedir que esse contato, a partir de uma correlação desigual de forças, exerça opressão e dominação sobre a África, formatando o modo como o continente deva caminhar.

Tampouco trata-se de uma proposta que pregue um culturalismo identitário, como frequentemente se acusa, afirmando que a ideia do desenvolvimento endógeno seria um refugiar-se na própria cultura, nas etnias. Ki-Zerbo (2009) contesta a ideia de uma África pré-colonial onde só havia tiranos que guerreavam entre si. Como se sabe, houve muitas guerras de fato no período pré-colonial, no entanto, as pessoas coexistiam e, para o autor, a questão das etnias em conflito é também uma construção a partir da colonização. Como filiado à corrente dos estudos pós-coloniais, este autor da diáspora nega o culturalismo identitário e propõe a realização do projeto de desenvolvimento endógeno a partir de uma perspectiva pan-africana. Para ele, não é possível que a África se desenvolva dentro do atual quadro de fragmentação, e faz-se necessária uma união do continente. Assim, a única forma benéfica de abertura para o mundo se daria a partir das estruturas regionais, que possibilitariam à África figurar entre as forças globais.

Atualmente, a classe dirigente africana de uma maneira geral se baseia na lógica de mercado para tomar decisões, o que resulta em exploração estrangeira de seus recursos, muitas vezes ignorando os valores culturais locais. Isto posto, Ki-Zerbo (2009) afirma que não se pretende uma alternância de pessoas em cargos, chegando a contestar a legitimidade da própria polarização esquerda/direita em África. Para ele, é necessário construir uma alternativa real, “uma nova linha política, uma nova plataforma opcional e, sobretudo, uma instalação das forças políticas reais que assegurem a transformação social” (Ki-ZERBO, 2009, p. 117).

O autor defende o que chama de um socialismo democrático, opondo-se tanto ao capitalismo neoliberal vivenciado atualmente quanto ao socialismo de Estado, nos moldes do stalinismo. Cita como exemplo o socialismo da *ujamaa* na Tanzânia, implantado por Julius Nyerere, um dos líderes do pan-africanismo. *Ujamaa* significa parentesco em *kiswahili* e é o termo usado para descrever o socialismo que propõe, que se opõe tanto ao capitalismo quando

ao socialismo doutrinário, baseado na teoria do conflito estrutural. Considerando as características do país, foi priorizado o desenvolvimento rural; o povo foi levado a viver e trabalhar em aldeias organizadas em cooperativas, criadas e governadas pelo povo com base nos seus valores tradicionais (Ki-ZERBO, 2009).

Exemplos como esse mostram que a ordem mundial colocada é passível de mudança, e, para Ki-Zerbo (2009), as transformações necessárias não podem ser pontuais e paliativas, embora o autor tampouco sugira a destruição total das estruturas erguidas historicamente e sequer endosse a ideia de revolução.

O sistema é suscetível de modificação e transformação. Digo bem transformação: não se trata nem de destruí-lo totalmente, nem de reformá-lo simplesmente, isto é, de aplicar pomadas cosméticas para atenuar o sofrimento das pessoas. Trata-se de identificar as estruturas que podem ser mudadas e de pensar outro sistema total. Considero que é preciso fazer tudo para oferecer uma perspectiva de conjunto, que não seja tão mecânica como a dos stalinistas e que deixe margens de liberdade e de escolha. (Ki-ZERBO, 2009, p. 156).

Ki-Zerbo (2009) acredita que a África tem muito a contribuir para esse processo histórico e enxerga nele uma oportunidade de resgatar a cultura e a civilização africana, buscando nas experiências pré-colonização inspiração para a mudança e chegando até mesmo a falar em “reencontrar a comunidade africana original” (Ki-ZERBO, 2009, p. 157). Apesar da discordância em relação à essencialização encerrada nessa afirmação e apesar da impossibilidade desse reencontro, de fato os exemplos encontrados no modo de vida africano podem oferecer subsídios para a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo e que se adeque melhor às características do continente.

A economia solidária, tal como existe em África, é uma economia de partilha baseada no humanismo (*mogoya* em língua bambará, em suma, a “humanidade”). Há investimentos no nível das comunidades, uma responsabilização, por parte das famílias, que não encontramos nem no privado-privado do mercado capitalista, nem na economia estatizada. (Ki-ZERBO, 2009, p. 157).

Ki-Zerbo (2009) acredita, com isso, que já existem, no plano teórico, elementos para construir esse panorama alternativo, haja vista a iminência da criação de um novo modelo, uma vez que o sistema atual parece cada vez mais dar sinais de sua ruína. Para ele, estes elementos considerariam dimensões da cultura social africana e também contribuições recentes de outras civilizações. É importante frisar que, no pensamento do autor, são os africanos que devem se encarregar dessa construção, atribuindo com isso importante papel aos intelectuais do continente, a quem caberia a “reflexão profunda a partir da propriedade, da

geração das relações de produção comunitária, por um lado, e das experiências concretas bem-sucedidas, por outro” (Ki-ZERBO, 2009, p. 157).

Ki-Zerbo (2009) termina a entrevista em que trata de sua proposta de desenvolvimento endógeno defendendo que, no curso da história, a consciência prevalece, e diz ainda que, uma vez que está convencido de que os mais pobres não são os mais ricos em matéria de consciência, essa transformação é, mais do que necessária, possível. Cabe a ressalva de que, como apontado, desde 2009, quando a entrevista foi concedida, as contradições do atual sistema de acirraram ainda mais, complexificando e tornando mais evidentes as contradições do modo de organização atual do sistema-mundo.

Conclui-se, no entanto, que o debate sobre a necessidade de transformações profundas segue entrenchado na academia e na militância e, embora penetre em cada vez mais instâncias, sendo levado à discussão nas mais diferentes esferas, nos espaços de decisão com maior concentração de poder e alcance global, como, por exemplo, a ONU, o que se observa é ainda uma convivência com o modo de organização do mundo atual. Embora no nível do discurso ou até mesmo no nível de suas resoluções formais o organismo condene ações de caráter predatório por parte dos Estados, o impacto efetivo dessas decisões sobre as dinâmicas nacionais e extranacionais é mínimo e as violações de direitos humanos e movimentos de caráter imperialista seguem ocorrendo.

O movimento rumo a uma conjuntura que possibilite um desenvolvimento endógeno na periferia e, em particular, em África, portanto, não tem mostrado sinais efetivos de avanço, apesar da flagrante reorganização de forças que surge em resposta à crise do capitalismo. Como é uma característica da contemporaneidade, as possibilidades estão em disputa, mas, mais do que os grandes centros institucionais de poder, talvez sejam as forças pontuais, localizadas e ligadas em rede as grandes protagonistas da transformação que se vive hoje. Cabe o questionamento acerca do alcance e do rumo dessas transformações.

No que se refere ao papel do Brasil em Moçambique frente à proposta de um desenvolvimento endógeno, é possível afirmar que este projeto de desenvolvimento não faz parte da agenda brasileira e de sua atuação no país. No entanto, cabe lembrar a pontuação feita por Ki-Zerbo, que coloca a importância do protagonismo dos próprios africanos nesse processo, ou seja, seriam os moçambicanos os que deveriam protagonizar essa mudança de projeto de desenvolvimento. Cabe colocar que diversos projetos desenvolvidos no seio da cooperação Brasil-Moçambique são voltados para o empoderamento e aprimoramento de diversos setores nacionais, no entanto, tais projetos primam geralmente pela “transferência de saber”, contribuindo, portanto, com a exportação de bases exógenas para o desenvolvimento.

Uma mudança de ideologia nessa cooperação, puxada pelos próprios moçambicanos, poderia transformar esses mesmos projetos de cooperação em apoio para um desenvolvimento endógeno, primando pela troca e pelo fortalecimento das bases internas. Não se trata de maneira alguma, portanto, de descartar os projetos de cooperação desenvolvidos entre os países, nem de não reconhecer sua efetiva importância, e sim de buscar transformar a base sobre a qual os mesmos são desenvolvidos, buscando primar por uma cooperação horizontal de fato, que fortaleça as bases internas e, com isso, fomente um desenvolvimento endógeno, que traria, certamente, maiores benefícios para a população moçambicana como um todo.

As relações atuais, no entanto, estão longe desse ideal, especialmente quando pensamos nos projetos de caráter privado desenvolvidos, como é o caso dos projetos desenvolvidos pela Vale em Moçambique. Da maneira como estes projetos são hoje desenvolvidos, aproximam-se mais da dominação, muitas vezes de caráter (neo)colonialista, como será discutido no próximo capítulo.



#### 4. RACISMO, DOMINAÇÃO E (NEO)COLONIALISMO

Este capítulo discute a relação entre racismo, dominação e colonialismo, procurando desenvolver o debate acerca da persistência dos signos coloniais e de aspectos da estrutura do sistema colonial na relação entre Brasil e Moçambique na contemporaneidade.

Para tal, primeiramente será empreendida uma breve reconstituição histórica acerca da formação das ideologias raciais no Brasil e em Moçambique, a fim de compreender mais profundamente a gênese do racismo em cada país e seus pontos de aproximação e de afastamento, visando subsidiar teoricamente os apontamentos realizados acerca da objetivação do racismo brasileiro em Moçambique, o tema abordado especialmente no primeiro capítulo, quando aponto mais extensamente sobre as percepções colhidas em campo.

Nos subcapítulos seguintes serão discutidas as relações entre racismo, projeto civilizador e colonialismo, analisando-se a atualidade e a persistência de aspectos do sistema de dominação colocado em Moçambique a partir dos projetos brasileiros de caráter privado e voltados para a exploração, como é o caso dos *megaprojetos* presentemente discutidos, e que se acredita articulados a partir destes três pilares. O debate sobre o chamado neocolonialismo, suas características e a questão da pertinência do termo vem completar e enriquecer esta discussão

Será pontuada também a especificidade da condição de estrangeiro do brasileiro em Moçambique e suas implicações nas relações estabelecidas entre ele e o moçambicano; e, por fim, a questão da resistência, procurando analisar a realidade do objeto em toda a sua complexidade, por meio da desconstrução das dicotomias construídas discursiva e historicamente e que estruturam tais relações, que, apesar do caráter predominante de dominação, não consistem em relações unilaterais.

##### 4.1.1. Retrato dos racismos no Brasil e em Moçambique

O texto de Dulce Mungoi e Vera Rodrigues (2008), intitulado “Moçambique e Brasil: o debate das relações etno-raciais”, fornece uma reconstituição histórica do panorama relacionado no Brasil e em Moçambique no que se refere à formação das ideologias raciais

em cada país. Cabe observar que existem na literatura diversas reconstituições como esta voltadas para o tema, uma vez que se trata da seleção dos fatos a serem abordados para compor este retrato, no entanto, no momento foi escolhida a representação feita por estas autoras, em função da concordância com os fatos e aspectos por elas selecionados, sendo seus apontamentos, sempre que possível e pertinente, complementados pelas observações de outros autores, devidamente identificados.

Como pontuado no capítulo anterior, no Brasil e no mundo o século XIX foi marcado por estudos focados no conceito de “raça” como diferenciação biológica entre os indivíduos, o que Anne McClintock (2010) denomina por “racismo científico”, e apenas na década de 1930 com Gilberto Freyre passou-se a focar as “relações entre os sujeitos”.

A superação desse chamado racismo biológico, que Antonio Sergio Guimarães (2008) denomina por “pseudocientífico”, levou a diferentes tipos de atitudes político-ideológicas, sendo as principais delas, também segundo o autor: (i) a negação da raça e sua substituição pela noção de cultura; (ii) a transformação da noção de raça biológica em “raça histórica”, expressa por movimentos como o pan-africanismo e cujo ideal político é o do reconhecimento multirracial e multicultural; (iii) o incentivo à hibridação cultural e miscigenação biológica.

No Brasil, Gilberto Freyre, responsável por uma mudança no panorama dos estudos raciais brasileiros na década de 1930, pode ser apontado como principal expoente desta última vertente, tendo difundido nesta época a ideia da miscigenação acompanhada da assimilação cultural como característica inerentemente brasileira. A grande obra freyreana *Casa Grande & Senzala* (1966) e os estudos culturalistas ressignificam o negro como elemento positivo na conformação da sociedade brasileira e convergem com a ideia de mestiçagem e a do sincretismo cultural, estabelecendo uma relação direta entre raça e cultura, de modo que a miscigenação seria acompanhada pela assimilação cultural. Desta forma, “a cultura seria, então, o pano de fundo da interação social, além de ser a base do discurso da harmonia e coesão inibidora do tensionamento no plano das relações pessoais.” (MUNGOI e RODRIGUES, 2008, s/p)

*Casa Grande & Senzala* é publicado pela primeira vez em 1933, mesmo ano em que Hitler chega ao poder na Alemanha e Roosevelt à presidência dos EUA. Para Giralda Seyferth (1996), retomado no texto de Mungoi e Rodrigues (2008) a chamada Segunda Guerra Mundial representou, para além do embate entre blocos de países e suas respectivas ideologias, o confronto entre duas concepções sobre a humanidade, uma racista e outra culturalista. Neste contexto, Gilberto Freyre esteve alinhado com o culturalismo, que acabou por definir a nova ordem mundial após o término da Guerra, o que ajuda a compreender a



importância nacional e internacional que as ideias freyreanas tiveram historicamente.

Em 1937, Gilberto Freyre lança *O mundo que o português criou*, inaugurando a filosofia lusotropicalista que marcou o campo profundamente, alegando que Portugal, Brasil, África e Índia Portuguesas, Madeira, Açores e Cabo Verde compartilhavam uma cultura e ordem social comuns, onde havia convivência harmoniosa entre as raças. Esta ideologia lançou a ideia de democracia racial brasileira, que permanece intensamente viva no imaginário do brasileiro até os dias de hoje e representa também uma ideologia amplamente divulgada no exterior.

Durante o início do Estado Novo português, a Organização das Nações Unidas empreendeu uma campanha anti-colonialista na África e a UNESCO lançou uma campanha contra o racismo da qual participaram intelectuais como Levi-Strauss. Esta campanha procurou no Brasil um modelo não conflitivo de relações raciais, reforçando esta ideia vigente.

Segundo Antonio Sergio Guimarães (2008), a tradição sociológica de Chicago também deu força ao discurso de que no Brasil não haveria preconceito racial, apontando a ambiguidade dos padrões de “cor” atribuídos, a partir de uma perspectiva comparativa com os Estados Unidos, em um processo de importação de categorias que muitas vezes não se aplicavam ao contexto brasileiro e somente a partir da década de 1950, com a chamada Escola Paulista de Sociologia, que contava com nomes como Florestan Fernandes e Otavio Ianni, o mito da democracia racial começou a ser criticado e problematizado.

A década de 1970 foi marcada por um período de nova negação teórica do racismo no Brasil e uma reformulação do campo orientou a antropologia para o estudo das religiões de origem africana, de modo que apenas por volta do início da década de 1990 voltaram a ser realizados trabalhos etnográficos voltados para esta questão, ou seja, apenas nas últimas décadas do século XX começou-se a estabelecer marcos para pensar as relações etno-raciais associadas às demandas contemporâneas de identidade, multiculturalismo, ações afirmativas e cidadania, o que se expressa em políticas como a lei que preconiza o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas (MUNGOI e RODRIGUES, 2008).

Embora seja possível apontar uma recente transformação no panorama das relações etno-raciais brasileiras, marcada por maior reconhecimento da identidade negra, maior “empoderamento” dos movimentos sociais negros e uma abordagem mais clara e direta da problemática por parte de figuras públicas e partidos políticos, assim como por parte da opinião pública e da mídia de maneira geral, a tendência geral do brasileiro ainda é a de negar a existência do racismo no país.

Em minhas vivências de campo em Moçambique, foi recorrente a alusão a esta ideia de democracia racial como uma representação do Brasil e, embora seja possível perceber diferença quanto a essa imagem entre a minha primeira incursão ao campo, em 2010, e a última, em 2015, de modo que nesta última visita a percepção de existência de racismo no Brasil é mais forte entre os moçambicanos, a ideia da democracia racial ainda é forte em Moçambique com relação aos brasileiros.

Durante os anos de 2010 e 2011, nas conversas cotidianas acerca da questão, eu era constantemente refutada quando afirmava o Brasil como um país racista. Meus colegas e amigos costumavam dizer que o Brasil não era racista como Moçambique e que a vida para um negro no Brasil tinha mais oportunidades do que em Moçambique. Por muitas vezes, ouvi moçambicanos expressando o desejo de imigrar para o Brasil exatamente em função desta pretensa gama mais ampla de possibilidades neste país.

Em 2014/2015, já imbuída do papel de pesquisadora, abordei novamente o tema do racismo em conversas cotidianas e diretamente nas entrevistas. Embora ainda tenha percebido nos discursos uma predominância da noção de uma democracia racial, representada especialmente pela percepção de miscigenação generalizada, foram muito mais proeminentes as falas que apontaram a existência de racismo no Brasil e a percepção de sua reprodução em solo moçambicano.

Para Manoel, por exemplo, “racismo dos brasileiros aqui em Moçambique é algo que sempre existiu e não vai se acabar”. Luiza, por sua vez, brasileira branca casada com um moçambicano negro, relata abertamente casos de racismo relacionados à presença de seu marido em espaços majoritariamente brancos, fruto da convivência segregada abordada no primeiro capítulo. A entrevistada relata que chegou a se afastar de muito brasileiros em função de “brincadeiras” racistas com relação a seu então namorado, e afirma que “os brasileiros que estão aqui são tudo (sic) metido a besta”. Ela relata que, antes de viver em Moçambique, não tinha a percepção do Brasil como um país tão racista, até porque “lá todo mundo é meio preto meio branco”, mas que a especificidade de sua condição atual fez com que mudasse de ideia.

Assim, o racismo brasileiro, dissimulado sob a forma da “brincadeira” e escondido sob a máscara da miscigenação, se revela em Moçambique, tornando-se mais perceptível com a maior penetração de brasileiros no país e a sedimentação das relações de dominação continuamente legitimadas entre brasileiros e moçambicanos nos contextos dos projetos desenvolvidos no país.

Já em Moçambique, o cenário caracterizou-se pelo colonialismo até a década de 1970, o que implica afirmar que a ideologia dominante esteve até então pautada por um projeto

“civilizador” europeu, intimamente atrelado às noções de raça e cultura abordadas anteriormente quanto ao Brasil. A ideia de projeto civilizador e sua íntima relação com o racismo serão discutidas mais profundamente em subcapítulo subsequente.

A política portuguesa adotava a ideia de assimilação por meio de um viés educativo atrelado à Igreja Católica. Houve inclusive a concessão do *status* oficial de assimilado pelo Estado Português para os cidadãos moçambicanos que conseguissem cumprir uma série de exigências, como ler, escrever e falar bem o português e ter meios próprios para sustentar sua família. No entanto, esta categoria não adquiria direitos iguais aos dos portugueses, configurando-se como um estrato intermediário entre o indígena e o colonizador. Cabe também apontar que apenas 0,8% da população se beneficiaram desse dispositivo (MUNGOI e RODRIGUES, 2008).

O lugar dos assimilados, portanto, assim como dos mestiços – em número muito menor do que no Brasil – no Estado colonial era uma espécie de “não-lugar”, ou um lugar de “entremeio”: “brancos” demais entre os negros e “pretos” demais entre os brancos.

A miscigenação em Moçambique foi pouco expressiva, principalmente se comparada com a ocorrida no Brasil, indicando uma disposição fenotípica diferente da verificada aqui<sup>45</sup>. Para Peter Fry (2011),

A miscigenação que ocorria sobretudo na província de Zambézia, onde os primeiros colonizadores estabeleceram alianças de casamento com as filhas dos potentados locais, cedeu, nos finais do século XIX, a um regime cada vez mais racializado, dividido entre aqueles que os portugueses denominavam “indígenas” e os “não indígenas”. (FRY, 2011, p. 207).

Assim, enquanto no Brasil é possível falar em uma ambiguidade na identidade étnica, na África Portuguesa não ocorreu o mesmo fenômeno. Segundo a descrição de Marvis Harris, retomada por Macagno (1999)

[...] a libido portuguesa supostamente cega às barreiras de cor produziu, por volta de 1950, pouco mais de 50.000 tipos misturados reconhecidos oficialmente em uma população africana de 10 milhões, depois de 400 anos de contato. Este recorde deve ser comparado com o produto da monocromática libido dos invasores holandeses na África do Sul – nos termos de Freyre, anglo-saxões protestantes até as entranhas – um milhão e meio de híbridos oficiais – coloured. (MACAGNO, 1999, p. 152).

---

<sup>45</sup> Segundo Omar Thomaz (2006), o censo de 1997 apontava que os negros em Moçambique constituíam 99% da população total do país, 99,5% da população rural e 97,6% da urbana. Mistos, brancos e indianos estavam, assim, concentrados fundamentalmente em áreas urbanas. Em contrapartida, o último censo do IBGE (2010) mostrou que no Brasil 43,1% da população se autodeclara parda, 47,7% branca e 7,6% negra.

Após a independência, o Estado Moçambicano de orientação socialista procurou ignorar a diversidade étnica, cultural e regional existente em seu território em nome da formação do “homem novo”, por meio de artifícios como as chamadas “aldeias comunais”, onde as pessoas foram impelidas a viverem juntas em agrupamentos próximos às aglomerações urbanas, muitas vezes agrupando diferentes linhagens e até etnias. Em minhas vivências de campo em Moçambique, foi possível observar uma contrariedade expressa quanto às aldeias comunais, especialmente nos estratos mais simples e rurais da população<sup>46</sup>. Tal processo integrou um processo contínuo de deslocamentos involuntários pelo qual o povo moçambicano vem passando historicamente em momentos como o próprio período colonial, a guerra de libertação nacional e a guerra civil. Cabe, neste ponto, uma analogia com os deslocamentos involuntários provocados pelos *megaprojetos* presentemente analisados, que, não raro, remetem a uma continuidade desse processo de expulsão sistemática da população, especificamente da população mais pobre.

Para Luis, por exemplo, os reassentamentos são o “lado ruim” dos megaprojetos em questão. O entrevistado afirma que “estas pessoas estão acostumadas a serem mexidas dali para aqui todo o tempo, foi com os aldeamentos, depois para voltarem para suas terras, agora para saírem outra vez, estão se acostumando a sofrer” (Luis, jan. 2015).

Com a ruína do Estado socialista, a dissolução das aldeias comunais e o término da guerra, Moçambique hoje se empenha na consolidação do projeto de nação e de uma identidade nacional, com base na diversidade étnica e cultural inerente, mas ainda a passos curtos para alcançar este objetivo. O fator étnico complexifica a situação do racismo em Moçambique, embora a luta de libertação nacional e, posteriormente, a ideologia do “homem novo moçambicano”<sup>47</sup>, tenham contribuído para a formação de uma identidade nacional, ainda não é possível caracterizar essa identidade como sólida e consistente. Para Chaliand (1982),

[...] a luta de libertação nacional foi, nos países em que ela se deu de forma mais intensa e abrangente, o fator de maior importância na formação da consciência dessa nova nacionalidade, fazendo, por exemplo, com que um *macua*, um ronga e um *maconde* se sintam moçambicanos. Mas isso de modo ainda embrionário. Subsistem, portanto, nesses países duas forças frequentemente opostas. Uma, centrípeta, centralizadora, representada pelo

---

<sup>46</sup> Tal percepção advém principalmente das pesquisas qualitativas realizadas no âmbito das consultorias que integrei, portanto, não podem ser reproduzidas falas nesse sentido em função de cláusulas de confidencialidade acerca da matéria obtida nesse contexto.

<sup>47</sup> Sobre esse debate, ver PINHO, O. *O preço da noiva e o homem novo em Moçambique*. 2011. Disponível em: <[arquivo.geledes.org.br/em-debate/colunistas/10775-osmundo-pinho-o-preco-da-noiva-eo-homem-novo-em-mocambique](http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/colunistas/10775-osmundo-pinho-o-preco-da-noiva-eo-homem-novo-em-mocambique)>. Último acesso em: 18 mai. 2015.

aparelho de Estado modernizador. Outra, centrífuga, descentralizadora, regionalista ou mesmo tribalista, representada pelo poder tradicional de caráter 'paroquial'. (CHALIAND,1982, p. 7).

A partir desta breve reconstituição histórica, é possível situar os racismos existentes no Brasil e em Moçambique. No país americano, a expressiva miscigenação atrelada ao mito da democracia racial, fortemente incutido no imaginário da população, resultaram em um racismo, nas palavras de Kabengele Munanga (1996, p. 213), “implícito, não-institucionalizado, objeto de segredo e tabu, submetido ao silêncio, um silêncio criminoso.”

A ideia de paraíso harmônico e de apaziguamento de conflitos passou a integrar o senso-comum do brasileiro e tornou-se inclusive um obstáculo para a discussão das questões étnicas. A lógica da identidade mestiça, historicamente atrelada ao branqueamento da população, se opôs por muito tempo à identidade negra, ou, segundo Ilka Leite (informação verbal), retomada no texto de Mungoi e Rodrigues (2008, p. 12) “o discurso da mestiçagem destitui os sujeitos de sua historicidade e constituição de especificidades”.

Oracy Nogueira (1985) contrapôs o “preconceito de marca”, baseado no fenótipo, nas características físicas, ao “preconceito de origem”, no qual se supõe que o mestiço se filie racialmente ao grupo discriminado. No Brasil, o “preconceito de marca” seria predominante, ao contrário de países como os Estados Unidos e a África do Sul e a visão nítida da discriminação seria enevoadada pela vasta gama de fenótipos percebidos. Lorenzo Macagno (1999) relata que, em um teste feito usando fotografias de pessoas com diferentes características físicas, foi possível computar 492 diferentes categorizações, com pelo menos vinte diferentes combinações léxicas usadas pelos brasileiros para designar as categorias intermediárias entre o branco e o negro.

A tendência geral do brasileiro é negar a existência do racismo no país, o que se reproduz entre grande parte dos brasileiros em Moçambique, que dificilmente percebem o racismo incutido nas relações desenvolvidas entre eles e os moçambicanos ao seu redor. Em sua absoluta maioria considerados brancos ou de fenótipos categorizados como próximos a isso, dificilmente problematizam a questão. Como colocado, quando perguntados nas entrevistas acerca do tema do racismo, a maior parte dos moçambicanos percebeu a existência de racismo por parte dos brasileiros e assinalou a existência de racismo internamente em seu país também, enquanto poucos brasileiros o fizeram, geralmente aqueles que moram no país há mais tempo ou que possuem uma ligação mais profunda com moçambicanos, como é o caso das brasileiras casadas com moçambicanos.

O racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar a sua rigidez, não

aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos. Essa ideologia é difundida no tecido social como um todo e influencia o comportamento de todos – de todas as camadas sociais, e até mesmo as próprias vítimas da discriminação racial. (MUNANGA, 1996, p. 215).

Outra marca possível de ser identificada no racismo brasileiro é o paternalismo, observado na ambiguidade entre relações de trabalho e “afetivas” que data da escravidão e cuja principal representação contemporânea pode ser apontada nas relações com empregadas domésticas negras, mas também pode ser observado no tratamento em relação à África de maneira geral.

O racismo em Moçambique, por sua vez, adquire uma face diferenciada da observada no Brasil. O antropólogo Marvis Harris empreendeu um estudo em terras moçambicanas na década de 1950, pouco depois de ter estado no Brasil e concluiu que havia aqui uma relativa ausência de antagonismos raciais mais acirrados, além de observar que, embora houvesse formas de preconceito racial, ele não estava acompanhado de uma segregação racial sistemática, como nos exemplos paradigmáticos dos Estados Unidos da América e da África do Sul. Sua hipótese, assim como a de Freyre com o lusotropicalismo, era a de que isso seria uma herança portuguesa; no entanto, em sua incursão a campo, Moçambique a frustrou (MACAGNO, 1999).

O pesquisador concluiu que lá a harmonia racial, assim como no Brasil, era apenas aparente, no entanto, a discriminação racial em Moçambique adquiria contornos mais acentuados e profundos, não sendo necessários avisos públicos para manter uma quase perfeita separação entre a massa africana e os colonizadores europeus, de modo que, em Moçambique, uma segregação racial sistemática era a realidade observada, embora não fosse institucionalizada.

O que se observa na atualidade é um prolongamento dessa situação. Embora não haja segregação oficial, pelo contrário, uma vez que a legislação moçambicana é progressista com relação à igualdade e direitos humanos, esta situação harmônica fica restrita à esfera oficial, visto que é comum ver espaços frequentados quase exclusivamente por brancos e outros frequentados quase exclusivamente por negros, como pontuado no primeiro capítulo no item referente às percepções de campo.

No entanto, essa segregação na prática foi pouco ou nada problematizada no período colonial, tanto por imposições estatais quanto porque para os colonos, que detinham o poder do debate público, não interessava tal problematização, visto que poderiam manter seus privilégios como estavam. Infelizmente, a descrição feita por Marvin Harris e transcrita por

Lorenzo Macagno (1999) da vida e das percepções dos colonos portugueses lembra a de parte dos trabalhadores brasileiros do PCM e do PCN, ou pelo menos a da maior parte daqueles que estão no topo da hierarquia:

Com vários serventes por casa e tantos automóveis *per capita* quanto nos Estados Unidos, os colonos brancos rapidamente se ajustaram à condição degradada e servil da massa africana. Não é necessário muito para convencê-los de que os africanos querem ser tratados como crianças, necessitam ser castigados quando fazem algo errado e devem ser encerrados à noite para seu próprio bem. (MACAGNO, 1999, p. 153).

Cabe ainda pontuar a relação entre classe e raça, que também é apontada com frequência para tratar das relações etno-raciais, especialmente no Brasil<sup>48</sup>, em função das suas características na constituição étnica da população. No entanto, trata-se de uma relação polêmica, uma vez que a associação direta entre essas categorias subjogou historicamente a luta contra o racismo colocando-a como inerentemente relacionada à opressão de classe, especialmente em um contexto como o brasileiro onde a percepção do racismo é mais sutil em função de uma categorização mais ampla.

Dessa forma, observa-se que o racismo silencioso brasileiro se expressa em Moçambique de maneira semelhante à que se expressa no Brasil, por meio de demonstrações sutis no discurso, mas também por meio de discriminação expressa, como se observou nos depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas. José, funcionário do PCN, por exemplo, afirma que “há muita discriminação com os pretos moçambicanos”, enquanto Joana, funcionária do PCM, relatando uma situação em que um funcionário moçambicano foi demitido em detrimento da contratação da esposa de um engenheiro brasileiro com perfil pouco adequado à vaga, afirmou que “é nessa hora que vê o lugar do preto, o valor que tu dás para o preto. O preto serve para carregar as sacolas.”

Assim, o encontro dessas diferentes constituições étnicas da população e dessas diferentes ideologias etno-raciais produz um campo fértil de investigação acerca do tema, como se tem observado ao longo dessa dissertação e como se observará nos subcapítulos subsequentes.

---

<sup>48</sup> Ver: RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

#### 4.1.2. Racismo e Projeto Civilizador

Norbert Elias, em *O Processo Civilizador* (1994), reconstrói historicamente o processo de transformação dos hábitos na cultura ocidental ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX e propõe uma sociogênese do conceito de civilização, que foi cunhado ao longo do tempo como oposição à barbárie e à selvageria. Tal processo consistiu na progressiva especialização e diferenciação dos hábitos das burguesias nacionais europeias e contribuiu com a construção da polarização civilizado/bárbaro, um dos pilares da dominação colonial, sob o pretexto de uma missão civilizatória.

Ao longo desse processo histórico, Elias (1994) demonstra como a noção de civilização passou a corresponder a um conceito acabado, e, mais do que isso, passou a corresponder à visão que o Ocidente tem de si mesmo. A partir desta percepção ganhou força a ideia de que as nações ocidentais teriam como incumbência a “transmissão” dessa civilização para as demais nações, servindo como justificativa para o imperialismo e alocando as nações menos desenvolvidas no papel de bárbaras e incivilizadas, no contexto da construção discursiva dessa dicotomia. Desta forma, em sua gênese dos conceitos de *kultur* na Alemanha e *civilisation* na França, Norbert Elias (1994) cunha que esta noção passou a servir de justificativa para a dominação colonial, assim como, em momento histórico anterior, o conceito de *civilité* havia servido para justificar o domínio aristocrático.

Kabengele Munanga e Carlos Serrano (1995) colocam que este recurso discursivo foi construído exatamente com a intenção de legitimar a empresa colonial, de modo que, incumbindo o homem branco do dever moral de levar a civilização aos povos que eles mesmos convencionaram chamar de primitivos, seria possível dominar e explorar com a consciência tranquila.

Assim, nota-se que colonialismo e discurso civilizatório andaram lado a lado historicamente e, apesar da já pontuada problematização quanto a categorizar o Brasil como Ocidente, é possível refletir sobre a persistência dessa articulação nas relações colocadas entre Brasil e Moçambique.

A retórica reproduzida no cotidiano dos *megaprojetos* da Vale em Moçambique é muitas vezes passível de relação com um discurso colonizador e civilizatório contemporâneo, especialmente considerando o também já pontuado recorte regional e de classe desses brasileiros. Trata-se de um discurso que reproduz na atualidade metáforas coloniais que,



embora estejam relativamente distantes do imaginário brasileiro, estão bastante vivas na memória do moçambicano, que viu sua independência há apenas quarenta anos.

Tal discussão está relacionada diretamente com o debate sobre formas de desenvolvimento empreendido no capítulo anterior desta dissertação. A missão civilizadora contemporânea se constitui na incumbência de transmitir o progresso, de levar o desenvolvimento, estereotipado e ocidentalizado. Neste cenário, o Brasil se posiciona como outrora se posicionaram as nações civilizadoras, assumindo frente a Moçambique o discurso de quem traz o progresso e o desenvolvimento, por meio de empreitadas como o PCM e o PCN, e ocupando, com isso no dualismo discursivo que sustenta o sistema-mundo, o lugar do civilizado, do desenvolvido, em oposição ao bárbaro, ao atrasado.

Sobre isso, José Luis Cabaço (2008), coloca que: “a construção do Estado colonial em Moçambique, com os factores internos e externos que o condicionaram, acentua o dualismo da sociedade e define o poder disciplinar que vai caracterizar a ocupação estrangeira” (CABAÇO, 2008, p.23).

Esse discurso civilizatório pode ser atrelado a uma discussão sobre raça, a partir das noções sobre o tema discutidas no capítulo anterior. Hannah Arendt (1989), em “As origens do totalitarismo”, propõe a noção de raça como princípio da estrutura política, substituindo a nação e passando a justificar genocídios como método de pacificação de selvagens. Guardadas as devidas proporções, é possível operar diversas analogias entre o momento histórico de que trata a autora e a contemporaneidade.

Uma analogia possível, no contexto brasileiro, está nas altas taxas de mortes de jovens negros, em especial no que se refere a assassinatos cometidos pela própria polícia<sup>49</sup>. A racialização do discurso da pacificação promove um genocídio contemporâneo e institucionalizado, institucionalização esta que tem sua mais gritante evidência nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que ocupam militarmente comunidades majoritariamente negras no Rio de Janeiro sob o discurso da pacificação. Em Moçambique uma expressão desse discurso civilizatório pode ser conferida nos deslocamentos involuntários decorrentes dos empreendimentos como o PCM e o PCN. Assim como no caso das UPPs, populações inteiras sofrem a interferência do braço armado do Estado em nome de um discurso de progresso e pacificação. Cabe pontuar que as manifestações contrárias às condições do reassentamento em Cateme foram reprimidas violentamente pela polícia local, apontando para mais uma semelhança entre os fenômenos.

---

<sup>49</sup> Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 (PNUD). Disponível em: [www.pnud.org.br/arquivos/brazil\\_2005\\_po.pdf](http://www.pnud.org.br/arquivos/brazil_2005_po.pdf). Último acesso em 18 mai. 2015.

Em sua analítica do poder, Foucault (2005) procura empreender uma reconstrução histórica, apontando que, nos séculos XVII e XVIII, houve uma acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual, objeto sobre o qual ele esteve centrado neste momento. Na segunda metade do século XVIII, no entanto, surge outra tecnologia de poder, que não exclui a anterior, mas a modifica, passando a dirigir-se mais à vida que ao corpo, ao homem como espécie. Esta transição representa uma nova acomodação, sobre os fenômenos globais, e marca a passagem de uma anatomopolítica para uma biopolítica, sendo caracterizada pelas primeiras demografias, pelo controle sobre fenômenos antes tidos como naturais como fecundidade e morbidade, pelo surgimento da ideia de doença como fenômeno populacional e pela incumbência de higiene pública para a medicina.

Se em um poder absolutista, marcado pelo poder disciplinar, a lógica que presidia as relações de poder consistia em “fazer morrer” ou “deixar viver”, com o biopoder essa lógica transformou-se para o “fazer viver” e “deixar morrer”, a partir de um maior controle sobre os mecanismos biológicos e de uma expansão do poder sobre a própria vida, marcadamente com a evolução da medicina.

O conjunto dos mecanismos disciplinares, característico do primeiro momento descrito, e regulamentadores, característico do segundo, não estão no mesmo nível, o que lhes permite não se excluírem um ao outro e poderem articular-se na forma de poder de que trata a teoria foucaultiana: relacional, ramificado e pautado em um sujeito descentrado. Neste cenário, o que circula entre o corpo e a população é a norma, culminando em uma sociedade da normalização, que não corresponde a uma sociedade disciplinar generalizada e sim a uma sociedade em que as normas da disciplina e da regulamentação se cruzam.

É nesse ponto que se inserem as ideias de Foucault (2005) sobre racismo. O autor aponta que, embora o racismo já existisse anteriormente, foi no momento da constituição do biopoder que ele passou a poder se estabelecer discursivamente como corte entre aquilo que se deve viver ou morrer, estabelecendo cesuras no contínuo biológico a que se refere o biopoder e permitindo, ainda, uma relação positiva que postule que quanto mais os degenerados e inferiores forem eliminados, mas o desejável, como espécie, poderá prosperar. Tal relação deixa implícito que é a morte do outro que permitirá à vida ficar mais sadia e mais pura, em uma relação que não se pauta no militarismo, mas sim em um caráter biológico.

No entanto, Foucault (2005) chama à atenção para o fato de que não é necessário procurar nos exemplos extremos para observar essa lógica, ou seja, não é somente em casos como o do nazismo – exemplo no qual as regulamentações biológicas foram mais seriamente adotadas em uma sociedade disciplinar – que é possível observar exemplos do poder soberano

de matar estendido por todo o corpo social, uma vez que Foucault entende por tirar a vida não somente o assassinio direto, mas também o expor à morte, multiplicar o risco de morte, ou simplesmente a morte política, caracterizada pela expulsão ou pela rejeição.

Assim, cabem novamente comparações com a situação do negro no Brasil e com as relações raciais estabelecidas em Moçambique no contexto estudado. As taxas de morbidade por causas violentas anteriormente citadas, maiores para negros, especialmente no que se refere aos homens jovens, exemplifica o “deixar morrer” do biopoder. Da mesma maneira, a assistência inferior que a população negra recebe, nas áreas de saúde, educação, moradia, segurança pública, entre outras, também constituem estas formas de expulsão, caracterizando o corte entre o que se deve “fazer viver” e o que se pode “deixar morrer”, em uma articulação com a categoria de classe, que, no Brasil, está intimamente relacionada à questão da raça.

Em Moçambique, a situação é semelhante à brasileira nesse sentido e, embora não tenham sido localizados dados oficiais disponíveis sobre isso, é facilmente percebida a melhor condição de vida de que goza o branco no país, especialmente falando do estrangeiro. Uma das falas obtidas nas entrevistas realizadas ilustra essa situação afirmando que Moçambique é um lugar para o preto e outro para o branco, principalmente para o branco estrangeiro, aspecto colocado por Luiza.

No que se refere às relações raciais no contexto analisado, uma analogia possível se relaciona novamente com a questão dos deslocamentos involuntários ocasionados pelos *megaprojetos*. Pensando que Foucault (2005) coloca a expulsão como análoga ao “tirar a vida”, é possível apontar a expulsão sistemática de populações moçambicanas de suas terras como um sintoma dessa cesura no contínuo biológico a que se refere o biopoder, especialmente tratando-se de um empreendimento estrangeiro priorizado em detrimento da população local.

Para além disso, é possível pensar nos impactos indiretos, como, por exemplo, no caso do PCM, a atração para a região de Moatize de um grande contingente de pessoas, o que impacta, entre outros fatores, no aumento da prostituição e na potencial maior disseminação do HIV/SIDA, que já se configura como uma situação crítica no país<sup>50</sup>, expondo assim um maior contingente de pessoas ao risco de morte, a maior parte delas mulheres negras e pobres, dado o recorte de pessoas dedicadas à prostituição, caracterizando, portanto, qual é o recorte das pessoas que se pode “deixar morrer” nesta configuração de poder. Dada a localização da

---

<sup>50</sup> Relatório da Unicef estima taxa de prevalência de HIV de 15% no grupo etário entre os 15 e os 49 anos. Disponível em: <[www.unicef.org/mozambique/pt/hiv\\_aids\\_5062.html](http://www.unicef.org/mozambique/pt/hiv_aids_5062.html)>. Último acesso em 18 mai. 2015.

região de Moatize, próxima às fronteiras com Malawi, Zimbabwe e Zâmbia, este problema toma proporções ainda maiores. No ano de 2010, em minha primeira vivência em campo, pude assistir à intensificação da prostituição na região e à entrada de meninas nesta ocupação. A Ponte Samora Machel, que liga a cidade de Tete à vila de Moatize, esteve em obras durante a maior parte desse tempo, possibilitando a passagem de apenas um sentido por vez, o que ocasionava enormes congestionamentos em ambos os lados, notadamente nos horários de pico e especialmente de caminhões, que eram liberados aos poucos pelos responsáveis pela guarita e passavam cerca de uma semana na fila para a travessia. Dessa forma, dezenas de caminhoneiros passavam cerca de uma semana dormindo em seus caminhões parados nas filas, o que intensificou a prostituição no local.

Havia no local intenso comércio ambulante e uma parcela majoritária desses comerciantes era composta por crianças, o que ocasionou diálogo constante entre eu e elas, na medida em que eu também passava horas por dia na fila para atravessar de Tete, onde residia, para Moatize, local de funcionamento do PCM. Acompanhei de perto o caso de três meninas de cerca de doze anos que passaram por um notável crescimento e amadurecimento físico ao longo do ano em que ali residi. As garotas relatavam que uma delas tinha “um namorado velho” e contavam sobre os presentes que ganhavam de caminhoneiros e de brasileiros e portugueses, provavelmente funcionários dos *megaprojetos* instalados na região, indicando uma entrada gradativa na prostituição, impacto secundário que não foi pesquisado mais profundamente, mas que pode ser apontado com base na observação de campo e com base em outras experiências semelhantes, como o aumento da prostituição em Carajás com o implemento das minas de ferro da própria Vale<sup>51</sup>.

O racismo moderno para Foucault (2005) não se configura como um desprezo de uma raça pela outra ou uma operação ideológica pela qual o Estado tentaria desviar hostilidades para um adversário mítico. Ele é mais profundo que uma ideologia, está ligado a própria técnica do poder, ao mecanismo que possibilita ao biopoder exercer-se e é nele que se enraíza. Dessa forma, “o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo”. (FOUCAULT, 2005, p. 309)

Cabe pontuar a ressalva colocada por Foucault de que o racismo pode ser um componente de todos os Estados modernos, inclusive dos socialistas. Em Foucault (2005), o

---

<sup>51</sup> Ver relatório da ONG Justiça Global (2013), disponível em: <[global.org.br/wp-content/uploads/2013/10/relatorio\\_missao\\_carajas.pdf](http://global.org.br/wp-content/uploads/2013/10/relatorio_missao_carajas.pdf)>. Último acesso em 18 mai. 2015.

biopoder surge da articulação entre uma anátomo-política do corpo e uma bio-política das populações, envolvendo ainda o poder soberano, e pode ser pensado em paralelo com o surgimento do capitalismo moderno, mas o extrapola. O autor aponta que, nos Estados socialistas como a URSS, o tema do biopoder não foi criticado e sim retomado, embora tenha sido modificado em suas bases e modos de funcionamento. Desvinculando, portanto, o tema do racismo do pensamento capitalista, Foucault (2005) aponta que, ainda que não tenha havido racismo étnico na URSS, houve racismo do tipo evolucionista, e conclui colocando a seguinte questão: “Como se pode fazer um biopoder funcionar e ao mesmo tempo exercer os direitos da guerra, os direitos do assassinio e da função da morte, senão passando pelo racismo? Era esse o problema, e eu acho que continua a ser esse o problema” (FOUCAULT, 2005, p. 308).

Se nota, portanto, que embora o discurso evolucionista esteja presente no discurso econômico que sustenta o discurso desenvolvimentista, ele produz o racismo para além da esfera econômica, produzindo tais cesuras entre aqueles que se deve “fazer viver” e aqueles que se pode “deixar morrer” de maneira articulada com o sistema socioeconômico global hegemônico, mas ultrapassando esta esfera, de modo que, para romper e desconstruir o racismo, faz-se necessário desconstruir toda uma constelação de discursos articulados que historicamente o tem sustentado, o que vai muito além da desconstrução do modelo de desenvolvimento hegemônico pautado em um estereótipo evolucionista de etapas a serem seguidas pelos diferentes povos rumo ao progresso.

José Luis Cabaço (2008) aborda a questão do poder disciplinar ao tratar do tema do colonialismo em Moçambique e retoma Castro-Gomez (2000), ao afirmar que “o poder disciplinar nas colónias representa, na formação da ideologia do sistema, a determinação de ‘construir’ o ‘outro’ mediante uma lógica binária que reprimia as ‘diferenças’” (CABAÇO, 2008, p. 44).

Por fim, cabe discutir brevemente a articulação discursiva entre projeto civilizador e ideologia da supremacia branca e masculina, procurando colocar em articulação diferentes opressões sentidas a partir de diferentes marcadores da diferença. Gail Bederman (1995) discute como a categoria de *manhood* foi construída etimologicamente determinando um valor moral necessário para a constituição de uma sociedade ideal, civilizada. A autora propõe, com isso, pensar a civilização como conceito racializado e generificado, a partir de uma perspectiva relacional dos conceitos de “branquitude” e “negritude”.

Anne McClintock (2010), no mesmo sentido, fala em um projeto de nação branco e masculino e concebe a reinvenção do patriarcado imperial branco a partir da fábula vitoriana

do final do século XIX *As Minas do Rei Salomão*, em cuja jornada descrita é definida pela autora como uma gênese de ordem racial e sexual. Segundo a autora, a obra:

Inventa um patriarca branco regenerado que institui e controla um rei subserviente e racialmente atrasado, que assegurará a superioridade racial dos brancos e seu título patrimonial aos diamantes. Ele reorganiza a produção e a reprodução dentro da família negra, usurpando o controle ilimitado do chefe sobre a vida e o trabalho das mulheres. E nega violentamente o princípio da força geradora (tanto produtiva quanto reprodutiva) das mulheres negras. (McCLINTOCK, 2010, p. 363).

E lamenta ainda que “esse campeão de vendas vitoriano poderia ficar simplesmente como uma excentricidade ficcional, se não fosse pelo fato que é sintomático de tendências fundamentais que surgiam na cultura de conquista da época.” (McCLINTOCK, 2010, p. 363).

Gail Bederman (1995), tratando do mesmo momento histórico, procura demonstrar como a raça foi fator crucial para o debate de gênero na passagem para o século XX no que concerne à questão da construção de um discurso de supremacia. A autora debate a crise pela qual passava o discurso da masculinidade<sup>52</sup> na época, uma vez que ganhava força um discurso que pregava que a sociedade precisaria se masculinizar, em nome da atribuição de uma condição feminina a sintomas da época, como nervosismo ou histeria. A classe média da época aparecia como ridicularizada por ser “afeminada”.

No entanto, a associação da supremacia branca com a masculina nos Estados Unidos seria anterior, segundo a autora, que dá o exemplo da legislação norte-americana que, neste momento, já postulava em vários estados os homens afro-americanos como dependentes, na mesma categoria em que estavam enquadradas as mulheres, e os excluía de funções tipicamente masculinas, como votar ou servir o exército<sup>53</sup>.

Para Bederman (1995), por volta de 1890 o discurso civilizatório assumia significados específicos ao redor de três fatores: raça, gênero e progresso evolucionista/milenarismo. Mesmo versões feministas e antirracistas do discurso civilizatório mobilizavam de alguma forma tais categorias, ainda que de maneira diferente das versões hegemônicas. Com o avanço do darwinismo e sua popularização no século XIX, a componente racial do conceito de civilização ganhou força, na medida em que, como já colocado, civilização passou a estar diretamente associada a um estágio do desenvolvimento humano e às “raças” anglo-saxônicas

---

<sup>52</sup>Cabe aqui um apontamento quanto à tradução das categorias: optou-se por traduzir *manliness* por masculinidade e *manhood* por hombridade, quando necessário. Se utiliza também as categorias como no original em inglês quando se julgar mais adequado.

<sup>53</sup>Cabe pontuar que, assim como no Brasil, o ingresso nas forças armadas serviu como plataforma na tentativa pelos homens negros de conseguir igualdade e poder civil através do gênero, provando que se era “homem de verdade”.

consideradas avançadas.

No entanto, o gênero seguiu significando uma componente essencial da civilização, sendo possível classificar civilizações como mais ou menos avançadas de acordo com o grau de diferenciação entre os gêneros. Assim, as mulheres civilizadas eram descritas como femininas, delicadas, e dedicadas ao lar, em oposição às mulheres selvagens de característica agressiva, que carregavam peso e dedicavam-se ao trabalho árduo e masculino, enquanto os homens civilizados eram firmes de caráter, controlados e protetores em oposição aos homens selvagens, sem a *manly ability* de reprimir suas paixões, estupradores em potencial, que abandonavam suas crianças e até se vestiam como mulheres, com tangas e joias.

Dessa forma, ainda segundo Bederman (1995), as versões hegemônicas do discurso civilizatório mantiveram o poder das ideologias vitorianas de gênero, apresentando o poder masculino como natural e inevitável, e o discurso da civilização relacionou, historicamente, a supremacia branca e masculina a uma versão darwinista do milenarismo protestante. Segundo a apropriação feita desse discurso, teria sido a evolução, e não os recursos naturais e financeiros, a responsável pela habilidade da burguesia em criar, por exemplo, formas de arte hegemônicas, em uma recusa discursiva das formas de arte periféricas.

Reconstruções como essas contribuem com a compreensão da gênese histórica dos conceitos e ideias que influenciam a organização social até os dias de hoje e fornecem subsídios para pensar na persistência do discurso colonial e em suas características mais fundamentais, que promovem, ainda hoje, uma determinada organização das relações sociais, conforme se discutirá mais profundamente no subcapítulo seguinte.

#### 4.1.3. Racismo e colonialismo

A empresa colonial deixou marcas profundas na estruturação social dos países que passaram por essa experiência e, para discutir o fenômeno por vezes denominado por neocolonialismo, termo correntemente utilizado para definir a situação da atuação brasileira em Moçambique<sup>54</sup> e bastante comum no discurso cotidiano dos moçambicanos com relação à

---

<sup>54</sup> Disponível em: <[xikhosa2011.blogspot.com.br/2012/06/o-neocolonialismo-do-brasil-sobre.html](http://xikhosa2011.blogspot.com.br/2012/06/o-neocolonialismo-do-brasil-sobre.html)>; <[www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=10795&id\\_lingua=1](http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=10795&id_lingua=1)>; <[www.dw.de/expropria%C3%A7%C3%A3o-de-terras-%C3%A9-neocolonialismo-em-mo%C3%A7ambique-acusam-camponeses/a-18271127](http://www.dw.de/expropria%C3%A7%C3%A3o-de-terras-%C3%A9-neocolonialismo-em-mo%C3%A7ambique-acusam-camponeses/a-18271127)>; entre outras publicações. Último acesso em: 18 mai. 2015.

presença brasileira, faz-se necessário recuperar historicamente os elementos constitutivos do colonialismo a fim de buscar compreender mais profundamente o tipo de relações que a empresa colonial engendrou ao longo do tempo e em que medida suas marcas permanecem vivas e organizando as relações internacionais no contexto contemporâneo.

José Luís Cabaço (2009) afirma que o primeiro objetivo da missão colonial era o de integrar o mundo colonizado no humanismo ocidental, trazendo-lhes o que faltava para que fossem civilizados, em clara articulação com um discurso civilizador discutido no subcapítulo anterior. No entanto, existiria ainda um segundo objetivo, não declarado, que seria o de usar as colônias para o enriquecimento da metrópole, a partir da exploração de seus recursos naturais.

Memmi (2007) avança nesse sentido e pontua que os interesses do colonizador correspondem à exploração dos recursos naturais e também da mão-de-obra nativa pelo preço mais baixo possível, mantendo com isso a colônia no papel de zona produtora de matérias-primas e gêneros tropicais, ao mesmo tempo em que precisa importar manufaturas, constituindo o pacto colonial de que fala também Ki-Zerbo (2009), quando afirma que essa atribuição obrigatória à África do papel de produtora de matérias-primas persiste até os dias de hoje.

[...] a passagem da fase mercantil/escravista à 'ocupação efectiva' das colónias marca, de facto, a urgência do capital industrial e financeiro europeu em se apropriar directamente das matérias-primas, do controle da produção e dos meios de produção nos territórios ultramarinos. A economia-mundo, à medida que amplia sua consolidação, atribui a função subordinada e complementar ao continente africano, bem como determina o destino da riqueza produzida (CABAÇO, 2009, p. 34).

Para Memmi (2007), faz-se necessário o emprego das categorias de totalidade, alienação, contradição e dialética na compreensão do fenômeno do colonialismo.

A noção de totalidade aparece na medida em que a situação colonial é, aqui, entendida como um fenômeno social global, ou seja, que influencia todas as esferas da vida social no país colonizado, de modo que, tanto sua economia, quanto a sua política, quanto o seu sistema de educação, e assim por diante, serão coloniais, ou seja, integrarão a empresa colonial.

O prefácio de Roland Corbisier à obra de Memmi (2007) propõe ainda uma análise das fases pela qual passa a empresa colonialista. Em um primeiro momento, o colonizado se convenceria da superioridade do colonizador, tentando imitá-lo e permitindo que o colonizador imponha uma imagem de si causadora de fascínio. Embora o colonizador esteja em insignificante minoria em relação à população do país, ele traz consigo a superioridade



científica e tecnológica, além da superioridade econômica nos moldes da economia a que se submetem, construindo com isso o discurso da dominação, que acaba por possibilitar o domínio e o controle sobre o país submetido, o que remete mais uma vez ao conceito de violência simbólica, uma vez que o dominado internaliza o discurso de superioridade do dominador, processo que acaba por legitimar a dominação.

É nesse primeiro estágio que se coloca em questão a categoria da alienação, na medida em que o colonizado acaba por alienar-se de si mesmo por meio desse fascínio inicial pelo colonizador e pelo discurso de salvação de que ele se imbuí.

O colonizado então buscará levar esta alienação às últimas consequências, procurando tornar-se ele mesmo um colonialista, no entanto, neste momento entra em campo a figura da contradição, pois a tentativa por parte do colonizado de tornar-se colonizador é contraditória com a própria estrutura do sistema colonial, já que tal estrutura está firmada exatamente sobre a polarização colonizado/colonizador. Corbisier (2007) questiona: se todos forem colonizadores, quem irão colonizar?

A essa etapa se sucede a tomada de consciência dessa impossibilidade, o que coloca a totalidade colonial, contraditória em sua essência, em movimento. Nesse momento, é empregada na compreensão do fenômeno colonial a categoria da dialética, pois se processa uma negação da negação. O colonizado, assim como aceitava totalmente o colonizador e negava a si mesmo, vai passar a negar totalmente o colonizador e afirmar-se totalmente a si mesmo. Assim, uma vez declarados a discordância e o inconformismo, o próximo passo é o desenvolvimento de um processo de revolta, que vai acabar levando ao processo da descolonização.

É importante frisar que se trata de processos, pois assim como a empresa colonial se construiu discursiva e historicamente ao longo de um processo de estabelecimento de suas bases, também – e ainda mais – a descolonização se dá ao longo de um processo histórico, não bastando a supressão formal do colonialismo para que suas marcas se apaguem da organização social dos países colonizados – e também da dos colonizadores. Também no prefácio à obra de Memmi (2007), Corbisier aponta que “a descolonização é um processo lento, difícil e doloroso, comparável à convalescença de uma longa e grave enfermidade” (MEMMI, 2007, p. 3).

Dessa maneira, na recusa do colonialismo o colonizado continua a definir-se em relação à colonização. Ainda que esteja definindo-se contra o colonizador, vivendo e agindo contra a colonização, ele segue determinado pela empresa colonialista. A obra de Memmi (2007) coloca que “no processo dialético da emancipação, no entanto, esse momento é

necessário, pois torna possível o momento seguinte, em que da negação da negação, se passa à plena positividade da afirmação de si.” (MEMMI, 2007, p. 8)

Essa relação colonizado/colonizador, polarização que consiste na base do sistema colonialista, se traduzirá, segundo José Luis Cabaço (2009), em

[...] um desequilíbrio económico geograficamente definido e na transposição dessa situação dual para o interior dos territórios na África: a ordem implantada no continente será a da existência, em paralelo, de duas sociedades diferenciadas, a dominadora e a dominada, a cuja relação político-económica se sobrepõe a distinção “racial”. (CABAÇO, 2009, p. 34).

Assim, no cotidiano da colônia, colonizadores e colonizados constituíam mundos separados, o que se sobrepunha à dimensão da raça, segregando, em África, brancos e negros em ambientes diferentes.

Os primeiros viviam nos bairros salubres, protegidos dos bairros segregados dos colonizados pelas características topográficas do solo urbano. Tinham conforto incomparável e sempre superior ao das vielas sombrias dos bairros 'indígenas' ou das infames favelas nas periferias das cidades. Mandavam seus filhos para a escola enquanto os outros viam seus pobres filhos famélicos trabalhando desde os oito ou dez anos de idade (MUNANGA e SERRANO, 1995, p. 8).

Tal descrição em muito se assemelha ao cenário presentemente analisado, onde, como já pontuado nos relatos de campo, brasileiros e moçambicanos locais das regiões onde se desenvolvem os *megaprojetos* constituem-se em dois extremos, mundos separados e muito diferentes. Enquanto os brasileiros dirigem grandes caminhonetes cedidas pelas empresas, os moçambicanos moradores da região percorrem grandes distâncias a pé, com baldes de água e trouxas de roupas e mercadorias equilibradas em suas cabeças, a maioria das mulheres equilibrando também uma criança pendurada na capulana. Enquanto os brasileiros vivem nas melhores casas da cidade, com internet, telefone e televisão a cabo, os moradores locais vivem em bairros inteiros de casas construídas com bambu e barro cru, com cobertura de lona plástica. Enquanto os filhos dos brasileiros que escolheram levá-los a Moçambique frequentam uma escola bilíngue e completamente equipada e confortável, os filhos dos moçambicanos que moram na região frequentam escolas construídas em barro cru, sem abastecimento de água nem de energia elétrica, e isso sem citar que muitas vezes frequentam suas aulas ao ar livre, sob a sombra de árvores e sendo possível estender-se por muitas outras contradições flagrantes e extremas.

Na ocasião em que vivi no vilarejo de Monapo, por exemplo, no norte do país, residi

junto à equipe brasileira responsável pelo projeto em que eu trabalhava naquele momento em uma casa alugada e mantida pela empresa. O local passava por uma crise no abastecimento de água, de modo que a grande maioria da população encontrava-se sem água há dois meses. Em contrapartida, um caminhão pipa abastecia o reservatório da casa onde vivíamos, ocasionando uma das situações de maior contradição flagrante que presenciei durante a minha estadia em Moçambique.

Essas discrepâncias mantêm a estrutura do sistema colonial e aproximam a imagem do Brasil à imagem do colonizador, levando em conta ainda a questão racial, pois, como já colocado, a maioria dos brasileiros funcionários dos *megaprojetos* é branca, culminando em um contraste tanto de classe quanto de “cor”, reproduzindo, em grande medida, o mundo colonial de quarenta anos atrás. É importante pontuar, ainda, que este processo reproduz também a dominação exercida internamente pelas elites brasileiras, uma vez que também no cenário nacional é possível realizar analogias com o sistema de dominação colonial, dada a estrutura social estratificada e marcadamente desigual brasileira.

Para Memmi (2007), a superioridade militar e tecnológica não é o suficiente para manter a dominação colonial, de maneira que se faz necessário construir uma ideologia do colonialismo, erigindo uma superioridade discursiva do colonizador, que implica em uma inferioridade do colonizado. Essa construção discursiva está fortemente atrelada a à raça e se expressa no discurso observado em campo, como, por exemplo, no relato já citado acerca da declaração de um amigo moçambicano que afirmou que “o branco fez com o preto o que o homem fez com o gado”, justificando e legitimando a dominação do negro pelo branco, do colonizado pelo colonizador, do dominado pelo dominador.

José Luis Cabaço (2009) coloca que muitos territórios africanos, quando do início da colonização, já se organizavam em grandes civilizações e tinham suas próprias formas complexas de organização social. Nesse cenário, para legitimar a invasão e justificar o propósito da pretensa “missão civilizadora” embutida da empresa colonial, o discurso da superioridade do dominador precisou desconstruir as civilizações que encontraram: “Para dominar totalmente esses povos, não bastava a ocupação militar e a força bruta. Precisava negar-lhes a história e destruir completamente suas raízes culturais, ou seja, suas culturas e suas identidades” (CABAÇO, 2009, p. 7).

Isso significa afirmar que o colonialismo procurou alienar o africano da sua própria cultura, proibindo, por exemplo, as línguas maternas. Fanon (2008) coloca que essa questão da língua, a que chama de “colonialismo epistemológico”, consegue colonizar a própria maneira de se expressar, constituindo esse sistema social total que é o colonialismo e

alterando profundamente todo o sistema simbólico de um povo.

Em Moçambique, a educação no período colonial era feita em português, o que garantia a perpetuação de uma situação de subjugação, uma vez que a maioria das crianças não era falante da língua oficial, ficando, portanto, alheias ao sistema educacional e sendo mantidas sem instrução. Memmi (2007) coloca que, com isso, o colonizado foi transformado em estrangeiro em suas próprias terras.

Anne McClintock (2010) é outra autora que destaca que a dominação cultural foi e é uma dimensão importante da dominação colonial. Nesse sentido, cabe também uma analogia com a presença brasileira em Moçambique, na medida em que a intensa penetração da música e das telenovelas brasileiras em território moçambicano configura um campo de relações em que os moçambicanos estão muito mais familiarizados com a cultura brasileira do que o contrário, implicando em uma desigualdade importante, uma vez que o moçambicano em geral conhece intimamente a “cultura” brasileira, suas expressões e modo de vida, enquanto, do outro lado, o brasileiro que chega ao país olha para o moçambicano com um desconhecimento quase total, um “racismo à brasileira” e uma visão assistencialista herdada de décadas de colonialismo e ajuda internacional para o continente africano.

José Luis Cabaço (2009) coloca que a polarização racial é o aspecto principal do “dualismo insolúvel” que constitui a empresa colonial. Para este autor, a raça se sobrepõe às contradições de classe, de religião e de gênero, entre outras, nesse cenário, “acentuando ou desvirtuando as dinâmicas intrínsecas de cada uma” (CABAÇO, 2009, p. 36). Nesta dissertação, como apontado na metodologia, procura-se debater os marcadores da diferença sob a perspectiva da articulação, assim como propõem, sob diferentes terminologias, Anne McClintock (2010), Kimberlé Crenshaw (2002), Adriana Piscitelli (2008), entre outros, de modo a pensar sobrepor a raça às demais contradições colocadas no contexto estudado seria privilegiar este marcador e não estaria alinhado à perspectiva adotada.

No entanto, cabe atentar-se aqui para a grande relevância da dimensão da raça no pensamento colonial, de modo que o racismo aparece como o fio condutor tanto para o discurso civilizatório quanto para o discurso colonial como um todo, o que sustenta a perspectiva adotada ao longo da argumentação colocada nesta dissertação, que pretende estabelecer a questão do racismo como pano de fundo, em articulação com as demais problemáticas que perpassam as relações estabelecidas entre brasileiros e moçambicanos no seio do Projeto.

José Luis Cabaço (2009) afirma que, segundo Fanon (2002), no colonialismo é construída uma representatividade que faz com que o objeto do racismo já não seja o homem

isolado, mas uma forma de existir. Para o autor, o racismo constitui a polaridade construída para sustentar o discurso e a consequente dominação colonial:

No racismo colonial, os confins se tocam. A 'terra de ninguém' é uma faixa estreitíssima e precária. Os espaços de intermediação entre os dois polos que o colonialismo agita como exemplo da sua 'missão civilizadora' têm significado marginal e não atenuam a linha de fronteira real. Os pequenos grupos e as situações pouco relevantes que se situam nesses espaços são sistematicamente interpretados em função da dicotomia dominante. O seu comportamento social é classificado por cada um dos dois lados de uma forma maniqueísta: 'é nosso' ou 'é deles'. (CABAÇO, 2009, p. 37).

Cabaço (2009) coloca, ainda, que a colonização sofreu um processo de racialização nas primeiras décadas do século XX, de modo que a natureza das relações engendradas pelo sistema colonial teria se revelado sobretudo pautada na discriminação racial, despindo “as vestes de conflito social e de contraste cultural com que procurava cobrir-se” (CABAÇO, 2009, p. 121).

Memmi (2007) afirma que a única maneira de legitimar a tese da superioridade do colonizador é o racismo. Para ele, o racismo visa naturalizar uma diferença de caráter cultural, “converter o fato social em objeto metafísico, em 'essência' intemporal” (MEMMI, 2007, p. 9), legitimando invariavelmente, com isso, uma pretensa superioridade do colonizador e, por consequência, do homem branco, enquanto na realidade tal condição de disparidade em áreas como a tecnologia são apenas questões circunstanciais e históricas. Assim, para justificar a dominação colonial foi preciso construir discursivamente a imagem dos colonizados, e, por consequência, dos negros, como inerentemente preguiçosos, incapazes, inferiores, criando, com isso, espaço para a ideia de uma pretensa incapacidade inata do colonizado de tomar conta de si próprio, o que legitima, portanto, a necessidade da tutela, da intervenção, exatamente o interesse da empresa colonial.

O autor afirma ainda que não é apenas uma coincidência o fato de o colonizador ser branco e o colonizado negro, o discurso do racismo moderno foi construído paralelamente ao do colonialismo e é dele parte fundante. O autor afirma que “o racismo resume e simboliza a relação fundamental que une colonialista e colonizado” (MEMMI, 2007, p. 94).

É preciso ter cuidado ao fazer analogias entre a situação colonial e a situação contemporânea do racismo nas relações entre brasileiros e moçambicanos no contexto estudado, pois, como visto, a questão racial no Brasil é complexa, e os atores envolvidos ocupam hoje papéis muito diferentes do que ocupavam aqueles que compunham a cena colonial. No entanto, em minha vivência em campo foi possível observar a atualização de diversas metáforas coloniais por brasileiros brancos em relação a moçambicanos negros,

implicando em uma reflexão acerca da persistência dos signos coloniais no imaginário tanto de brasileiros quanto de moçambicanos, com intensidades e abordagens distintas, mas marcando o quanto o processo de descolonização completa pode ser duradouro, e o quanto os esquemas simbólicos de ambos os povos ainda se organizam em função das polaridades colonizado/colonizador, dominado/dominador, superior/inferior, etc.

A primeira das metáforas coloniais atualizadas por este discurso é a do “atraso”, pautada em uma ideia de progresso evolucionista que se expressa em uma tomada do tempo secular como agente de uma história unificada do mundo, segundo coloca Anne McClintock (2010), que sistematiza essa ideia sob o termo “tempo panóptico”. É comum ouvir dos brasileiros em situações observadas no cotidiano, como, por exemplo, a utilização de máquinas de escrever em repartições públicas, que Moçambique parece estar décadas “atrasado” em relação ao Brasil. Anne McClintock (2010) retoma Walter Benjamin para apontar que uma característica central do capitalismo industrial do século XIX era a de captar a diferença geográfica como uma diferença histórica, o que a autora chama de “espaço anacrônico”. Assim: “A ameaçadora e resistente heterogeneidade das colônias era contida e disciplinada não porque social ou geograficamente diferente da Europa e, portanto, igualmente válida, mas porque temporalmente diferente e, portanto, irrevogavelmente superada pela história” (McCLINTOCK, 2010, p. 73).

As abordagens pautadas no “tempo panóptico” e no “espaço anacrônico”, articuladas ao discurso do progresso, da degeneração e do racismo, resultaram, segundo a autora, na abjeção como aspecto formativo do imperialismo industrial moderno que se reproduzem, em alguma medida, na experiência brasileira em Moçambique.

Como já colocado, Maria, entrevistada brasileira, aponta sobre Brasil e Moçambique que “estamos em tempos diferentes”, justificando com isso um “atraso” moçambicano, e diz ainda que “vai levar anos até Moçambique alcançar o estágio em que o Brasil já está, e, quando alcançar, o Brasil vai estar lá na frente. Por isso é tão difícil”, legitimando a diferença tecnológica entre os países e supondo ainda que nunca estarão no mesmo patamar nesse sentido.

Outra metáfora colonial atualizada pelos brasileiros no contexto em questão é a da imposição de uma forma de higiene. Anne McClintock (2010) coloca que a acusação de ausência de uma vida doméstica adequada na cultura africana era pautada especialmente em uma suposta falta de higiene, mas tais críticas, na verdade, serviam para legitimar uma imposição de valores culturais e econômicos. Este é um tema recorrente, embora muito delicado, na convivência entre brasileiros e moçambicanos nos *megaprojetos*. São comuns

comentários e comportamentos excludentes relacionados a esta questão, iniciativas que ignoram a ideia de higiene como construção social, uma noção histórica e não absoluta.

Anne McClintock (2010) retoma Mary Douglas para apontar que nada é inerentemente sujo, é considerado sujo aquele que transgride a barreira social. Assim, como no slogan da Unilever, “sabão é civilização” (McCLINTOCK, 2010, p. 307), e é possível articular o discurso de imposição de uma determinada higiene com o discurso civilizatório brasileiro em Moçambique, que se expressa muitas vezes de maneira sutil e, de modo geral, não é percebido pelos brasileiros que o reproduzem.

O discurso colonial da suposta ociosidade dos africanos também pode ser comparado com a sua reprodução contemporânea. Apesar do discurso de adaptação dos *megaprojetos* ao território em que se inserem por parte dos empreendimentos, em minha vivência em campo pude presenciar acusações de ociosidade inerente aos moçambicanos e conflitos com trabalhadores em função, por exemplo, de faltas relacionadas às cerimônias de falecimento, que duram vários dias de acordo com a etnia da região – podendo durar em média três dias de acordo com as tradições *nhungwe*, etnia predominante em Tete e Moatize. Anne McClintock (2010) coloca que o discurso da ociosidade era uma tentativa de impor um “trabalho desejável”, em mais uma faceta de um processo de violência simbólica, mas não sem resistência, consistindo em um campo de contestação, assim como ocorre nos *megaprojetos* nos dias de hoje.

Cabe retomar a colocação feita por um brasileiro em conversa informal em minha última visita de campo, quando um dos funcionários do PCM presentes em um churrasco afirmou que “a gente levanta e sabe que tem que trabalhar, eles não, eles levantam e pensam ‘ah, hoje não, hoje só quero saber de dormir’”. Esse evento, inclusive, foi bastante fértil para observar a percepção desses brasileiros em relação aos moçambicanos, por meio de frases como “eles não alcançam nosso ritmo de trabalho”, ou da declaração irônica frente à abundância de insetos e ao anúncio de uma colega com malária: “nossa, mas esse é um lugar abençoado mesmo”. A maioria dos brasileiros presentes nesse churrasco apresentou a vontade de “fazer dinheiro” e ir embora o mais rápido possível.

Dessa forma, observa-se que a atualidade do discurso colonial nas relações entre brasileiros e moçambicanos no contexto dos *megaprojetos* em questão permite a reflexão acerca das características de dominação implícitas – e, muitas vezes, explícitas – nessa relação, culminando no debate contido no próximo subcapítulo, acerca do chamado neocolonialismo.

#### 4.1.4. Neocolonialismo

Em minha vivência em campo, pude perceber que é muito comum no discurso dos moçambicanos trabalhadores dos *megaprojetos* coordenados por empresas brasileiras atribuir ao Brasil o papel de novo colonizador. Falas como “nos livramos de Portugal, mas agora vieram os brasileiros”, ou “o brasileiro chegou aqui querendo ser o novo colono” permearam minha convivência com moçambicanos tanto em Tete, no contexto do PCM, quanto no norte do país, no contexto do PCN.

A abertura moçambicana para o neoliberalismo e o posicionamento político-econômico brasileiro em relação à África, atrelados ao formato de exploração adotado nestes empreendimentos, de fato permitem esta visão, como discutido no capítulo anterior. Considerando ainda o lugar que ocupam os brasileiros que emigram para Moçambique para trabalhar nessas empresas, vivendo nas melhores casas, usando grandes carros alugados e com um salário muito acima da média do salário dos moçambicanos em geral, é possível, como colocado anteriormente, estabelecer uma série de analogias entre o tempo do colonialismo português e o momento atual, com a intensa penetração brasileira.

A partir da discussão empreendida no subcapítulo anterior acerca das características do sistema colonial e das relações que podem ser estabelecidas entre aquele regime e o momento contemporâneo, faz-se necessário discutir o conceito que se costuma denominar por neocolonialismo, caracterizando-se por uma nova forma de dominação que teria substituído o colonialismo formal, mas que carregaria ainda muitas de suas características e teria continuado a subjugar historicamente países do chamado Terceiro Mundo.

É importante, primeiramente, situar historicamente esse debate. O fim do colonialismo formal não significou a descontinuidade automática da dominação do tipo colonial, uma vez que, como já pontuado, a descolonização consiste em um processo longo e complexo. Assim, logo após as independências africanas, teve início um período marcado pela continuidade da dominação das novas nações independentes pelos antigos colonizadores. Desta vez, embora o sistema político já não dependesse mais diretamente das metrópoles, seus sistemas econômico e financeiro permaneceram ligados a elas, por meio de uma dominação de tipo indireta.

Este movimento, que teve início na segunda metade do século XX, recebeu o nome de neocolonialismo. Ana Maria Henrique Lopes (2011) chama a atenção para o fato de que se está tratando em seu artigo – assim como nesta dissertação – deste fenômeno, e não das ações



dos Estados europeus sobre a África nas últimas décadas do século XIX, que receberam também o mesmo nome. Trata-se de um neocolonialismo identificado com os processos decorrentes das atividades econômicas internacionais e dos acordos bilaterais que interferem na autonomia dos então recém Estados independentes em África.

N'Krumah (1967) afirma que, neste momento, a dominação efetiva havia deixado de ser possível, enquanto, no período das colonizações, grandes territórios eram conquistados com pequenos contingentes de pessoas e os lucros obtidos desta empresa superavam os gastos nela empreendidos rapidamente. Neste momento, as conjunturas política e econômica já não permitiam esse tipo de dominação. Dessa forma, as antigas metrópoles passaram a um tipo de dominação do tipo econômica, em um processo histórico sutil e que tem se adaptado às condições de cada período até a contemporaneidade.

Memmi (2007) afirma que é possível considerar que o colonialismo perdurou não só nas antigas colônias, mas também em países considerados democráticos: “a situação dos negros nos Estados Unidos e a dos líderes de esquerda, banidos pelas ditaduras latino-americanas, não será, em muitos aspectos, comparável à situação dos colonizados nas antigas colônias?” (MEMMI, 2007, p. 3).

N'Krumah (1967) também frisa que não se trata de um fenômeno exclusivamente africano, e, embora os dois autores escrevam a partir de um momento histórico onde a conjuntura não possibilitaria pensar no Brasil como um neocolonizador, suas contribuições permitem refletir acerca da permanência dessa dominação e da sua transformação ao longo do tempo, ocasionando que novas nações emergentes, como o Brasil, ocupem hoje lugar de protagonismo nesse processo.

O neocolonialismo da segunda metade do século XX vai se transformando historicamente ao longo dos anos e se ajustando às características da contemporaneidade. Suas características permitem esse ajuste e o que se assiste hoje é a uma dominação cada vez mais fluida e ramificada, mas que continua se exercendo objetivamente, com impactos de grande proporção, como é o caso dos *megaprojetos* objeto da presente dissertação.

Roberto Pontual, em contribuição à obra de Memmi (2007) afirma o seguinte sobre o surgimento do fenômeno do neocolonialismo:

Um dos fenômenos que certamente caracterizarão nosso século no futuro será a derrota dos velhos métodos do colonialismo e sua substituição por métodos mais novos e eficazes no panorama histórico atual. Vimos – e continuamos a ver – o despertar da independência nacional nas antigas colônias da África que, da segunda metade do século passado em diante, fora quase inteiramente retalhada e distribuída entre as maiores potências da

Europa, inaugurando o estilo clássico do colonialismo moderno. Mas essa independência, analisada além de sua manifestação meramente política – ou seja, o fim do domínio ostensivo e a criação de uma nova nação autogovernada, falando por si mesma no contexto mundial – tem sido acompanhada, em muitos casos, pela permanência subjacente de um domínio exercido no campo econômico, tão ou mais profundo e alienante que o de caráter político. (MEMMI, 2007, s/p).

Com isso, coloca-se que há uma nova forma de colonialismo que começa a delinear-se e que, embora seja novo, não deixa de ser substancialmente o mesmo, embora assuma novas formas e passe a exercer-se por meio de novas modalidades, como o controle da economia, dos meios de comunicação, da publicidade. Nessa nova forma de dominação simbólica, de caráter aparentemente sutil, como é característico da dominação contemporânea, seria então possível dominar sem lesar a soberania nacional, ao menos aparentemente.

Ana Maria Henrique Lopes (2011) coloca que, por tratar-se de uma dominação indireta, ela torna-se mais difícil de ser combatida, uma vez que o poder político de fato está nas mãos do povo subjugado. Tal relação está diretamente atrelada à discussão empreendida anteriormente sobre novas formas de dominação, uma vez que se trata de uma dominação fluida, sem sujeito fixo, e atrelada à noção de importação de conceitos como a democracia e uma noção de liberdade definida pela possibilidade de exportação e importação de bens (LOPES, 2011).

O controle neocolonial não é exercido da mesma maneira que o colonial, diretamente a partir de um Estado sobre outro. No neocolonialismo “é possível que o controle seja exercido por um consórcio de interesses financeiros que não são especificamente identificáveis com qualquer Estado particular” (N'KRUMAH, 1967, s/p).

Ana Maria Henrique Lopes (2011) coloca que as chamadas “novas metrópoles”, já não se configuram como antes, como sedes governamentais com políticas de Estado voltadas para a empresa colonial, mas sim em “empresas e empreendimentos que têm entre seus investidores chefes de Estado, financiadores de campanhas políticas e interesses disseminados que não equacionam as necessidades dos espaços neocolonizados nem necessitam de uma legislação unificadora” (LOPES, 2011, p. 15).

A partir disso, a autora afirma ainda que “com isso, o sistema neocolonial perde uma referência fixa, um nome, e se torna mais perverso” (LOPES, 2011, p. 15). N'Krumah (1967) coloca ainda que os métodos neocoloniais são não só sutis, mas também atuam em várias frentes, “operam não apenas no campo econômico, mas também nas esferas política, religiosa, ideológica e cultural” (N'KRUMAH, 1967, p. 28). Para o autor, isso faz com que o neocolonialismo se constitua também como a etapa final e a pior forma de imperialismo, por

isentar de responsabilidade aqueles que o praticam, dada a natureza fluida e indireta desse tipo de dominação.

O resultado que se obtém disso é o acirramento da desigualdade social interna e com relação ao sistema-mundo como um todo, acentuando e servindo à manutenção da polaridade que sustenta as relações colocadas entre os países desde o período do colonialismo formal. Para N'Krumah: “o capital estrangeiro é utilizado para a exploração, em lugar de ser para o desenvolvimento das partes menos desenvolvidas do mundo. O investimento, sob o neocolonialismo, aumenta, em lugar de diminuir, a brecha entre as nações ricas e pobres do mundo” (N'KRUMAH, 1967, s/p).

Gerard Chaliand (1982) coloca também que o neocolonialismo possibilitou a entrada mais intensiva do capitalismo no campo, buscando transformar a agricultura de subsistência predominante em uma agricultura voltada para a exportação, implicando em êxodo rural, aumentando o desemprego urbano e agravando o déficit alimentar, o que se relaciona diretamente com o já citado programa ProSavana, também desenvolvido no seio da cooperação Brasil-Moçambique e que visa a implantação do agronegócio nos moldes da monocultura da soja desenvolvida no centro-oeste brasileiro em regiões situadas no norte de Moçambique, prejudicando a agricultura familiar de subsistência, expulsando pequenos produtores e agravando a insegurança alimentar, principalmente na medida em que nesta região do país estão situadas em terras bastante férteis.

Dessa forma, sob o discurso da ajuda para o desenvolvimento se alcançam os mesmos objetivos antes obtidos a partir do colonialismo de fato, estabelecidos anteriormente como a exploração das riquezas e o enriquecimento da metrópole, assim como uma pretensa missão civilizadora, que visa exportar o seu próprio modelo de desenvolvimento e procura atrair a África para o caminho estereotipado construído e legitimado historicamente pelo Ocidente.

Como colocado no segundo capítulo, é possível inserir nesse exemplo o tipo de dominação exercida pelos *megaprojetos*, uma vez que o próprio caráter multinacional das empresas que os comandam já desterritorializa a dominação, diluindo a influência exercida em diversas áreas no país por meio do discurso da cooperação internacional.

No caso em questão, a respeito de Moçambique, é possível pensar ainda que se trata de uma constelação de poder, de modo que o Brasil está longe de ser o único país a poder ser acusado de neocolonialista com relação a Moçambique. São muitos os empreendimentos chineses, japoneses e estadunidenses, por exemplo, e organizações transnacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial também, que exercem esse tipo de dominação sobre o país, complexificando o cenário, principalmente considerando a posição

geopolítica brasileira, que, também como já pontuado, não pode ser alinhada às grandes metrópoles sem a problematização pertinente.

É importante também problematizar a relação de caráter unilateral, pois com isso assume-se o risco de ignorar nuances importantes das relações estabelecidas neste cenário. Sobre isso, Ana Maria Henrique Lopes (2011) coloca que: “o processo de culpabilização do outro e mitificação do passado constrói uma retórica que mascara a realidade de muitos países africanos dissociando os altos níveis de corrupção e esquemas de favorecimento a empresas estrangeiras que são as principais aberturas ao neocolonialismo” (LOPES, 2011, p. 18).

Ao procurar alertar para a importância da participação das elites africanas no processo do neocolonialismo, assim como as mesmas elites tiveram participação importante e decisiva ao longo do colonialismo, Lopes (2011) afirma ainda que “talvez devêssemos lembrar as palavras de Samora Machel e deslocar o olhar para o inimigo interno ou agregar ao conceito de neocolonialismo os agentes internos” (LOPES, 2011, p. 18).

Tal problematização é importante para que não se caia em uma visão parcial e direcionada desse fenômeno. Pensar no neocolonialismo como um movimento de mão única, uma dominação exercida a partir de um pólo e sobre outro é retirar todo e qualquer protagonismo dos povos subjugados, ignorando as formas de agência voltadas para a resistência. Enxergar essa como uma relação vertical é repetir o erro histórico de tirar o foco de África, colocando todo o protagonismo sobre o dominador.

Com tal problematização, não se pretende minimizar os efeitos nocivos implicados por essa relação, nem sequer descaracterizá-la como uma relação de dominação e opressão, mas sim procurar não legitimar e reafirmar a polarização dominado/dominador, colonizado/colonizador, que, como visto, tem sustentado todo o sistema colonial e sustenta também, nos mesmos moldes, as relações neocoloniais. Somente ultrapassando a dicotomia estabelecida entre oprimido e opressor será possível quebrar essa lógica de dominação.

No neocolonialismo, a construção discursiva da superioridade do dominador precisa se especializar, especialmente no tipo de neocolonialismo vivido na contemporaneidade, que acompanha as características desse período histórico, onde as categorias são cada vez menos fixas e as definições estáticas estão em debate. Possivelmente, o discurso da superioridade tecnológica seja o que tem a maior força nos dias de hoje, já que o discurso da superioridade inata, pautado em uma ideia evolucionista e necessariamente racista, perdeu e continua perdendo força historicamente – embora ainda seja um debate atual e não se trate de uma questão acabada nas sociedades contemporâneas, especialmente pensando em termos globais.

Memmi (2007) afirma inclusive que: “mereceria um estudo especial o que

poderíamos chamar de colonialismo tecnológico, quer dizer, a dependência do ponto de vista do *know how* e da formação de especialistas, em que se encontram os países atrasados em relação às nações altamente desenvolvidas” (MEMMI, 2007, p.16).

Mais uma vez, é possível pensar na relação com os empreendimentos brasileiros em Moçambique. O discurso da superioridade tecnológica, consagrado pela corrente expressão “transferência de conhecimento”, já discutida anteriormente, subsidia a maioria dos projetos de cooperação entre os dois países. Retomando novamente o Programa PROSAVANA, por exemplo, cabe o questionamento de qual é o tipo de *know-how* exportado pelo Brasil. Esse conhecimento, que vai formar especialistas em Moçambique, está orientado para que tipo de desenvolvimento? Trata-se de uma forma sutil de dominação que se propaga inclusive nas gerações, formando quadros moçambicanos a partir de perspectivas fundadas e estabelecidas no Brasil, que por meio desse processo vão se disseminando e se multiplicando. Assim, uma forma de “cooperação” baseada nestes moldes da “transferência” e não do compartilhamento de conhecimento de fato poderia ser mais adequadamente denominada por dominação do que por cooperação e em nada contribui para um desenvolvimento endógeno, como propõe Ki-Zerbo, indo, na verdade, no sentido contrário, uma vez que exporta bases utilizadas no Brasil sem problematizá-las – o que parece ainda mais grave uma vez que os efeitos dessas técnicas específicas já se mostraram maléficis nos territórios brasileiros onde foram aplicadas.

N´Krumah (1967) esboça, na conclusão de seu livro, uma perspectiva otimista com relação ao futuro no que se refere à resolução das tensões entre os países envolvidos nestas relações de dominação presentemente discutidas: “Aceitar que o conflito mundial é inevitável é rejeitar qualquer crédito à coexistência ou à política de não-alinhamento como é praticada atualmente por muitas das nações que procuram escapar ao neocolonialismo. Há uma saída possível” (N´KRUMAH, 1967, p. 304).

O autor afirma que pela primeira vez na história da humanidade existiam recursos materiais potenciais suficientes para que não fosse mais preciso haver ricos e pobres, sendo necessária uma pressão mundial que forçasse o replanejamento da distribuição da riqueza, de modo que seria necessário empoderar as nações que, naquele momento, considera como “vítimas impotentes” do sistema, para possibilitar uma contrapressão. Para ele, é a falta dessa contrapressão que leva à guerra e não a sua existência.

A epígrafe da obra de Gerard Chaliand (1982), no entanto, aponta na direção contrária do otimismo esboçado por N´Krumah (1967): “É inegável que o mundo não cessa de mudar, mas nada indica que se possa modificar o sentido de uma história baseada em relações de forças em que o sucesso dos vencedores se alimenta da servidão frequentemente cega das

vítimas e da dor dos vencidos - um cronista do século”. (CHALIAND,1982, p. 5).

O que se observa, de fato, é que os esforços concentrados na superação das relações de dominação de fato não têm modificado o sentido geral da história. No entanto, cabe à militância e à academia espalhadas pelo mundo e interligadas cada vez mais intimamente pela compressão tempo/espço característica da contemporaneidade por meio das transformações tecnológicas o papel de continuar criando e articulando novos caminhos, como, por exemplo, o proposto por Joseph Ki-Zerbo (2009), baseado na necessidade de um desenvolvimento endógeno para a África atrelado à noção de pan-africanismo, via pela qual, segundo este e outros autores, seria possível superar as relações de cunho neocolonialista e transformá-las, em um momento posterior a uma reorganização profunda, em relações de cooperação efetiva.

Por fim, cabe problematizar a propensão a pensar no neocolonialismo como uma continuidade do colonialismo, encerrando esse debate com uma importante ressalva a fim de não cometer anacronismos nem generalizações grosseiras. Embora seja possível apontar inúmeras semelhanças e persistências na estrutura de dominação que estrutura ambos os períodos, faz-se necessário afastar-se da ideia de que o colonialismo persiste na contemporaneidade sem transformações. É importante observar as transformações históricas ocorridas e as características de cada período, sendo crucial ressaltar a questão da resistência e da natureza das relações de dominação ao longo do tempo, como se procurou fazer nesse debate e como se procurará demonstrar mais extensamente no último subcapítulo deste capítulo, dedicado a debater dominação e resistência.

#### **4.1.5. A questão do estrangeiro**

Uma especificidade da situação do brasileiro em Moçambique reside na sua condição de estrangeiro, o que, para além de outras muitas variáveis, presentemente debatidas nesta dissertação, imprime à sua condição características peculiares e que influenciam diretamente nas relações por ele constituídas fora de seu país. Faz-se necessário debater essa condição específica, uma vez que ela influencia a maneira como se dá a relação discutida neste capítulo, que perpassa a questão do racismo e do colonialismo, imprimindo a esses processos condições específicas dada a condição de estrangeiro do brasileiro e Moçambique e considerando ainda a nacionalidade específica e o lugar do Brasil no sistema-mundo.

George Simmel (1983) debruçou-se sobre a questão do estrangeiro, definindo o

indivíduo de que procura tratar como aquele estrangeiro que chega e fica, que se fixa em um determinado território fora de sua terra originária. A posição deste indivíduo no novo grupo social do qual passa a fazer parte é determinada essencialmente pelo fato de não ter pertencido àquele grupo desde o “começo”, e, por isso mesmo, carregar consigo qualidades que não se originaram e nem poderiam se originar naquele grupo. O estrangeiro é o outro, e traz, portanto, impressas em si características culturais estranhas e muitas vezes conflitantes com as do local em que chega, de modo que, ainda que apoiado em uma correlação de forças socioeconômicas desigual e a ele favorável, o estrangeiro ocupa ainda um lugar de deslocamento e incômodo.

Simmel (1983) coloca que o estrangeiro ocupa uma posição ambígua, uma vez que, ao mesmo tempo em que não está organicamente inserido no novo grupo, ele também é um membro orgânico do grupo, já que sua vida regular inclui as condições comuns deste elemento. Para ele, o estrangeiro é um elemento ambíguo no grupo social, configurando-se como alguém que ao mesmo tempo é externo a ele e o confronta. O autor afirma que é difícil designar a unidade peculiar da sua posição, sendo possível apenas inferir que sua condição é composta por “certas medidas de proximidade e distância”, características essas que, em alguma medida, compõem todas as relações, mas que, no caso do estrangeiro, consistem em uma “proporção especial e uma tensão recíproca”, produzindo uma relação formal de tipo particular e gerando um certo incômodo permanente.

Na situação dos brasileiros que emigram para Moçambique em virtude do trabalho nos *megaprojetos*, essa sensação de deslocamento, que Memmi (2007) descreve como uma sensação de “ilegitimidade”, adquire contornos bastante particulares. Como descrito anteriormente, o brasileiro estrangeiro vive nesse contexto em condições muito melhores do que a grande maioria dos moradores do país que o recebe, o que, aliado ao caráter de dominação presente e percebido na relação entre os países, à percepção de uma situação de subordinação geral no que se refere ao continente africano e ainda à componente racial, coloca o brasileiro em uma situação de flagrante ilegitimidade, levando até mesmo a uma frequente sensação de hostilidade por parte dos moçambicanos, ainda que velada e muitas vezes escondida por trás de uma aparente cordialidade predominante.

É, enfim, impossível que ele não constate a ilegitimidade constante da sua situação. Trata-se, ademais, sob certo aspecto, de uma dupla ilegitimidade. Estrangeiro, chegado a um país pelos acasos da história, ele consegue não somente criar um espaço para si como também tomar o do habitante, outorgando-se espantosos privilégios em detrimento de quem tem direito (MEMMI, 2007, p. 38).

Tal constatação de uma ilegitimidade permeia as relações entre brasileiros e moçambicanos, especialmente no que se refere aos moçambicanos moradores das regiões impactadas pelos projetos e esta percepção contribui para reforçar a construção da polaridade dominador/dominado que sustenta as relações presentemente analisadas.

Memmi (2007) descreve a chegada de um colono à colônia, mas a descrição poderia muito bem ser aplicada a um brasileiro recém-chegado a Moçambique para trabalhar nos *megaprojetos* presentemente analisados:

Acontece de o recém-desembarcado, um contratado qualquer ou um funcionário com boas intenções (...), estupefato desde seus primeiros contatos com os pequenos aspectos da colonização, a multidão de mendigos, as crianças que circulam quase nuas, (...) pouco à vontade diante de tão evidente organização da injustiça, revoltado pelo cinismo de seus próprios compatriotas ('Não presta atenção na miséria! Você vai ver: a gente se acostuma rápido!'), logo pensar em ir embora. Obrigado a aguardar o fim do contrato, corre de fato o risco de se habituar à miséria, e ao resto. (MEMMI, 2007, p. 42).

De fato, em minha vivência em campo, pude perceber que a maior parte dos brasileiros que viaja a Moçambique para trabalhar nestes *megaprojetos* possui as melhores intenções, acreditando muitas vezes que os mesmos se inserem e representam um processo horizontal de cooperação internacional e com verdadeira motivação para contribuir com o desenvolvimento do país africano. Embora a noção vertical de “transferência de conhecimento” e a ideia de desenvolvimento como crescimento econômico sejam predominantes – não só lá, mas no pensamento hegemônico no sistema-mundo – a situação de ilegitimidade e privilégio e a constatação de pouca melhoria efetiva na qualidade de vida da população frente aos enormes lucros provenientes da empreitada não parecem concretas até que se chegue em Moçambique, ainda que tais condições sejam conhecidas de antemão. Nesse sentido, Luiza, entrevistada brasileira, afirmou que “a gente não tem noção de como as coisas são até chegar aqui, você vem com uma intenção de ajudar e depois vê que todo mundo está aqui para fazer dinheiro”.

Como apontado por Memmi (2007), em relação à situação colonial, acontece de o brasileiro em Moçambique acabar por acomodar-se a essa condição. Uma vez que o sistema estabelecido é esse, não demora muito para que a maioria se “conforme” em alguma medida e se adapte a esta situação, da mesma forma que a maioria dos moradores da cidade de São Paulo, por exemplo, acaba não enxergando mais os moradores de rua depois de alguns anos de convivência constante com esse extremo da desigualdade social. Em Tete, por exemplo, ao longo dos anos a sensibilidade para os garotos que pedem por esmolas se alterou bastante, se



nos primeiros meses da minha vivência na cidade, em 2010, eu cheguei a presenciar brasileiros que choraram frente à miséria escancarada no congestionamento da ponte em obras, na minha última visita a Tete ouvi as frases repetidas por eles , como “fome, patrão”, “estou a pedir”, transformadas em “piadas” e repetidas em meio a risos.

Trata-se de um exercício constante de “desculpabilização”, da repetição para si mesmo do discurso de que a situação do país precedeu a chegada do empreendimento e das melhorias efetivas que ele pode trazer para o país. Embora isso não deixe de ser verdadeiro, também não minimiza a situação de ilegitimidade colocada. Nas palavras de Memmi (2007):

Não ser o único culpado pode confortar, mas não absolver. Ele facilmente reconheceria que os privilégios dos privilegiados autóctones são menos escandalosos que os seus (...) Em suma, aos seus olhos, como aos olhos de sua vítima, ele se sabe usurpador: é preciso acomodar-se com esses olhares e essa situação (MEMMI, 2007, s/p).

No tipo de dominação representado pelos *megaprojetos* em questão, de caráter fluido e indireto, como discutido anteriormente, fica ainda mais difícil apontar responsáveis diretos. Trata-se de uma constelação de poderes articulados que resulta em todo um sistema-mundo construído historicamente de forma que tais relações internacionais, intermediadas por grandes empresas de caráter transnacionais, ocupem lugar de grande importância no que se refere à relação entre dois países. Se por um lado, o estrangeiro funcionário dos projetos não se sente diretamente responsável pelos impactos negativos causados pelo empreendimento, por outro lado ele tem consciência dos mesmos e, ainda que pretenda contribuir para a sua mitigação, sabe-se parte da engrenagem que os possibilita.

Sobre isso, Memmi (2007) coloca ainda que o colonizador não pode assumir na colônia uma posição de esquerda, ainda que o tenha feito na metrópole. Por um lado, perderia a confiança dos demais colonizadores e, por outro lado, tampouco conquista a confiança dos colonizados, por permanecer em situação de dominação e opressão em relação a eles. Não é possível ser colonizador e ao mesmo tempo negar a colonização. Da mesma forma que não é possível ser parte do quadro de funcionários dos *megaprojetos* em questão e ao mesmo tempo ser contra ele, ou contra a dominação que ele representa – ainda que, pessoalmente, o indivíduo o seja. Cabe ao estrangeiro, nesse caso, uma postura crítica no que se refere aos impactos negativos decorrentes dos empreendimentos, de maneira a contribuir, por dentro, com a sua mitigação e com uma maior conscientização de todos os envolvidos no que se refere a estes impactos, visando, com isso, uma melhoria, ainda que ínfima dada a estrutura em que se inserem e seu caráter intrínseco, dos efeitos a ele subjacentes.

Simmel (1983) trata da sociabilidade no interior de grupos e aponta que, em grupos maiores, duas estruturas aparentemente opostas podem se permitir consideráveis doses de hostilidade em função da maior importância do todo. Isso explicaria porque grupos bem organizados podem se permitir mais rupturas. O autor faz ainda uma analogia com o casco de um navio composto por “compartimentos estanques”, quando danificado, a água não penetra em todo o casco – mas vale dizer que “compartimentos estanques” seguem sem se comunicar. Cabe aí uma analogia com a situação analisada, em que o todo corresponde ao sucesso dos *megaprojetos*, cuja maior importância é observada por todos os envolvidos, permitindo consideráveis doses de hostilidades entre os grupos menores aí inseridos – leia-se não só os grupos de brasileiros e moçambicanos, mas também as cisões internas, marcadas pelo lugar ocupado na hierarquia e, conseqüentemente, pela classe. Os grupos, no entanto, permanecem compartimentos estanques e seguem sem se comunicar, como se observa, por exemplo, nos espaços de sociabilidade exteriores ao ambiente de trabalho.

Simmel (1983) enxerga tanto o conflito como a dominação como formas de sociação. Para ele, somente quando se anula completamente qualquer importância independente de uma das partes é que a sociação deixa de existir, o que se poderia dizer de patrões e operários em empresas de grande porte. No PCM e no PCN, no entanto, que se desenvolvem em um espaço limitado e onde os trabalhadores vivem em casas coletivas e convivem em poucos espaços de sociabilidade comum, trata-se de uma interação social constante, especialmente no caso do PCM, onde se verifica a existência de alojamentos/condomínios para os trabalhadores e onde o espaço no qual o projeto se desenvolve é localizado mais pontualmente.

O autor enxerga como essencial no trabalho assalariado a subordinação do trabalhador ao empresário, quando o tipo de contrato subentende o “arrendamento do próprio trabalhador” (SIMMEL, 1983). Acredita-se que nos *megaprojetos* em questão é exatamente esta a relação colocada, principalmente considerando que a maioria dos funcionários deixam suas cidades ou país natais para se dedicar quase exclusivamente a eles, configurando uma rede de relações de estreita subordinação.

Embora muitos brasileiros também estejam subordinados nestas relações, a forma como são construídas as relações trabalhistas nesse contexto contribuem com a percepção de uma dominação de caráter neocolonial. A questão dos direitos trabalhistas, por exemplo, muitas vezes é fonte de conflito e contribui para a sensação de ilegitimidade do brasileiro no Projeto, uma vez que os brasileiros contratados via Brasil respondem às leis trabalhistas brasileiras, muito mais estruturadas do que as moçambicanas, levando ao tratamento diferenciado entre funcionários em função de sua nacionalidade, como apontado no primeiro

capítulo. A questão das férias, por exemplo, em Moçambique é de apenas doze dias no primeiro ano de trabalho, vinte e quatro dias no segundo e somente a partir do terceiro ano de trabalho é de trinta dias<sup>55</sup>, levando a um clima de competição e hostilidade, principalmente considerando que os funcionários brasileiros contam com folgas periódicas em função de estarem fora de seus países, além das férias anuais de trinta dias independente do tempo de vínculo com a empresa. Embora a abertura de filiais moçambicanas pelas empresas brasileiras que compõem os projetos faça com que gradativamente cada vez mais funcionários sejam contratados pelas leis moçambicanas independente de sua nacionalidade, essa disparidade, que ainda existe em alguns casos, é percebida como mais um privilégio, e aumenta, portanto, a percepção de ilegitimidade do estrangeiro nesse cenário.

Em *Estabelecidos e Outsiders*, Norbert Elias e John Scotson (2000) apontam que um grupo só pode subjugar o outro a partir do momento em que ocupa posições de poder e domina condições materiais das quais o outro grupo está excluído. Assim, embora os moçambicanos estejam em seu território, o fato de os *megaprojetos* serem conduzidos por empresas brasileiras, assim como outras formas de dominação já pontuadas fazem com que seja possível comparar os brasileiros ao grupo dos estabelecidos, ocupando os cargos superiores na hierarquia e dotados de maior poder de compra e melhor infraestrutura, e os moçambicanos ao grupo dos *outsiders*, com menor poder decisório, menores salários e cargos inferiores.

Antonio Sergio Guimarães (2008) retoma, no entanto, a questão da reação em Elias, pontuando que:

À estigmatização dos *outsiders* corresponde sempre uma tentativa destes de contraestigmatização, cujo sucesso dependerá em última análise do seu poder de coesão, seja para resistir ao estigma e à sua desgraça grupal, seja para estigmatizar os dominantes e desfazer o seu (deles) carisma (GUIMARÃES, 2008, p. 57).

De fato ocorre que a situação é complexa e não caberia rotular simplesmente o brasileiro como estabelecido e o moçambicano como *outsider* nesse cenário, o que seria reforçar a polarização que sustenta o discurso da superioridade. Há espaço para a resistência e, na prática, a dualidade expressa pelos modelos teóricos que procuram ajudar na compreensão dos fenômenos sociais apresenta uma ampla variedade de nuances de difícil apreensão. Os moçambicanos de fato se organizam para expressar contrariedade a diversas componentes dessa disparidade, como, por exemplo, a ocupação dos melhores cargos e

---

<sup>55</sup> Disponível em: <[www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/trabalho/Lei\\_do\\_Trabalho.pdf](http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/trabalho/Lei_do_Trabalho.pdf)>. Último acesso em: 18 mai. 2015.

condições pelos brasileiros, no entanto, a correlação desigual de forças que permeia os *megaprojetos* como um todo implica em pouca repercussão dessa resistência. Ainda assim, em minha vivência de campo foi possível perceber um fenômeno de contraestigmatização dos brasileiros por parte dos moçambicanos, que muitas vezes passaram a enxergar o estrangeiro brasileiro em Moçambique como aproveitador.

O contexto do PCN, inserido no cenário atual de crise da Vale e de dificuldades de desenvolvimento do projeto é um exemplo disso. Em minha última visita de campo ouvi funcionários do PCN referindo-se ao brasileiro como explorador/aproveitador por diversas vezes. Márcia, por exemplo, afirmou que “vocês vêm aqui achando que podem vir e dar ordens”. Esses exemplos nas falas do cotidiano foram muito mais visíveis na última visita de campo do que em 2010, indicando que essa percepção vem se aprofundando ao longo dos anos.

Assim, embora os brasileiros ocupem de certa forma o lugar do estabelecido, são ainda estrangeiros, ocupando, portanto, um papel carregado de ambiguidade, um lugar de “entremeio”, ao mesmo tempo estabelecidos em um determinado grupo dotado de certos privilégios para estrangeiros em um país cujos costumes são distintos, “contraestigmatizados” e em frequente confrontação com uma ilegitimidade destes privilégios.

Dessa forma, a condição de estrangeiro do brasileiro em Moçambique soma-se a outras componentes, reforçando sua condição de estranhamento em relação ao grupo que o recebe e complexificando as relações analisadas entre brasileiros e moçambicanos no contexto de interação possibilitado pelo Projeto.

#### **4.1.6. Dominação e resistência**

O último subcapítulo deste capítulo procura enfatizar a questão da resistência, desconstruindo as polaridades dominado/dominador, colonizado/colonizador, estabelecido/outsider, entre outras polaridades análogas que, conforme se argumentou ao longo deste capítulo, sustentam o discurso de superioridade de um povo pelo outro, legitimando formas de subjugação historicamente construídas. Assim, procurar-se-á apresentar os discursos que escapam a essas polarizações, evidenciando com isso as facetas do processo que destoam de qualquer redução esquemática, possibilitando apresentar as relações analisadas com maior complexidade.

O primeiro aspecto a ser analisado diz respeito à dominação cultural, já abordada no capítulo anterior quando relacionada ao conceito de violência simbólica, mas também neste capítulo, quando assinala a aproximação histórica entre raça e cultura, especialmente legitimada pelo discurso freyreano, no caso do Brasil.

A cultura tem sido historicamente palco de disputa e ocupado lugar chave no seio das relações de poder analisadas, uma vez que a dominação cultural se constitui como parte fundamental do processo de subjugação de um povo pelo outro. O próprio conceito de cultura tem sido historicamente objeto de disputa nas ciências sociais, tendo servido para apoiar tanto o imperialismo quanto a resistência a ele. Appadurai (1996), por exemplo, coloca a cultura como se remetendo principalmente à diferença, especialmente no domínio da identidade de grupo, reforçando as suas dimensões heurística, contextual e comparativa e sugerindo resistir à forma substantiva do conceito enquanto propõe o emprego de sua forma adjetiva.

Essa abordagem da cultura, no entanto, foi encarada como uma forma de marcar hegemonicamente a servidão de povos subordinados, de modo que o conceito de cultura seria utilizado a fim de encarcerar os povos periféricos em seus espaços de sujeição, como coloca Sahlins (1997). O autor, no entanto, discorda dessa interpretação e aponta que, dessa forma: “A cultura é submetida a um duplo empobrecimento conceitual: reduz-se a um propósito funcional particular (...) e constrói-se, a partir daí, uma rápida história de suas origens impuras nas entranhas do colonialismo ou do capital.” (SAHLINS, 1997, p. 43).

O que o autor conclui sobre isso é que a diferença cultural, em si, não tem nenhum valor, e depende de quem a está tematizando, podendo de fato ser utilizada para afirmar tanto o imperialismo quanto a resistência, como de fato o tem sido. Sahlins (1997) identifica ainda essa forma de resistência cultural, um sentido político do culturalismo, com o discurso dos intelectuais africanos na era pós-colonial e aponta a cultura como o campo de batalha possível para a luta pelo reconhecimento no caso específico africano.

Assim, a própria ideia da possibilidade de uma homogeneização das culturas pressupõe uma cultura original, intocada e essencializada e ignora que as culturas estão em constante transformação histórica, de modo que, como aponta Sahlins (1997, p. 133) sobre a cultura na contemporaneidade, “o culturalismo é a formação discursiva moderna das identidades indígenas em sua relação com as alteridades global-imperiais”.

Com isso, pretende-se problematizar as subjetividades fixadas no discurso cotidiano, tanto a brasileira, quanto a moçambicana. As identidades descentradas e cambiantes em contato no panorama analisado são inúmeras, o brasileiro em Moçambique, por exemplo, além de brasileiro é paulista ou mineiro, branco ou negro, homem ou mulher, engenheiro ou

peão de obra, entre outras diversas adjetivações possíveis, que se constituem como identidades em alguma medida. No caso dos moçambicanos, uma importante característica adicional diz respeito às etnias, fato que, alinhado à região de origem, constitui-se como importante componente da identidade dos indivíduos.

É importante observar que os pólos dessas relações, muitas vezes desenvolvidas objetivamente como relações de dominação, podem se inverter em determinadas situações, como no contexto das relações afetivo-sexuais interracialis, discutidas no primeiro capítulo quando da análise das percepções de campo, cenário onde a hipersexualização do homem negro o coloca em posição de dominação em relação ao homem branco, invertendo a posição verificada na maioria das demais situações sociais, colocando a mulher branca como objeto de *status*, disputa e poder masculino.

Este exemplo ajuda a perceber que o processo de dominação não é uma via de mão única. Se de um lado é possível perceber intensa penetração cultural brasileira em Moçambique, por meio de telenovelas, programas televisivos diversos, músicas e até mesmo uma certa colonização da língua, como já pontuado anteriormente, de outro lado é possível identificar também o movimento contrário, embora em uma escala bem menor, dada a correlação de forças desigual em que os países se encontram no cenário global. Mulheres brasileiras usando capulanas, proliferação de programas brasileiros de televisão sobre Moçambique, entrada de ritmos moçambicanos em festas brasileiras e até oferecimento de aulas de danças moçambicanas em academias brasileiras são alguns dos exemplos da globalização contra-hegemônica exercida em relação ao Brasil no que concerne ao âmbito cultural.

Em *O pessimismo sentimental*, Sahlins (1997), escrevendo a partir do contexto da década de 1970, aborda a teoria do desalento, que, nos anos 1950 e 1960, teria disseminado uma certeza de que o imperialismo ocidental havia devastado as instituições, valores e consciência cultural dos povos (ex) aborígenes, de modo que se acreditava que a modernização levaria a uma homogeneização das culturas a partir da cultura dominante, ou seja, a cultura ocidental imperialista.

No entanto, o que se observou é que essas culturas consideradas menores que estariam desaparecendo há um século ainda estão desaparecendo, de modo que Sahlins (1997) critica a postura das vertentes da antropologia e das ciências sociais em geral que, ao longo da história, acreditaram que as culturas “menores” seriam engolidas pela globalização, resultando em um mundo uniforme e monótono, uma vez que esta ideia não dá conta da realidade de resistência observada, e aponta que esses povos elaboraram culturalmente tudo que lhes foi infligido e

vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma nova ordem ainda mais abrangente: o seu próprio sistema de mundo.

Citando Bruno Latour, Sahlins (1997) coloca que:

As culturas supostamente em desaparecimento estão, ao contrário, muito presentes, ativas, vibrantes, inventivas, proliferando em todas as direções, reinventando seu passado, subvertendo seu próprio exotismo, transformando a antropologia tão repudiada pela crítica pós-moderna em algo favorável a elas, ‘reantropologizando’, se me permitem o termo, regiões inteiras da Terra que se pensava fadadas à homogeneidade monótona de um mercado global e de um capitalismo desterritorializado. (SAHLINS, 1997, p. 52).

Assim, o que se defende é que o fenômeno do imperialismo, e, em termos mais contemporâneos, da chamada globalização, não implica necessariamente em homogeneização, de modo que as próprias culturas que sofrem com seus efeitos em uma situação de desigual correlação de forças se apropriam desse sistema mundial “imposto” à sua própria maneira. Arjun Appadurai (1996) coloca que:

A tese da homogeneização [cultural] ramifica-se quase sempre, quer na tese da americanização, quer na tese da mercantilização e quase sempre as duas andam intimamente ligadas. O que estas posições não consideram é que pelo menos tão rapidamente quanto são trazidas para as novas sociedades, as forças de várias metrópoles tornam-se indígenas de uma maneira ou de outra. (APPADURAI, 1996, s/p).

Alguns exemplos podem ser aludidos com base no caso moçambicano, como, por exemplo, a questão do parentesco. Embora a legislação nacional tenha se “modernizado” – ou se ocidentalizado – práticas como a poligamia seguem amplamente praticadas, ainda que não estejam previstas na lei.

Ainda que o discurso ocidental tenha ampla penetração inclusive no discurso governamental, condenando a prática da poligamia, diversos “contra discursos” em sua defesa proliferam pelo país, sejam associados às orientações da religião muçulmana, sejam associados a uma tradição africana relacionada à própria identidade nacional e continental. E a prática parece não dar quaisquer sinais de extinção, especialmente nas zonas rurais.

Além deste exemplo de resistência, é possível também apontar um exemplo de apropriação, como no caso dos rituais de iniciação no norte do país. Entre os *macua*, é costume levar os meninos por volta dos nove anos de idade para a floresta por um período que pode chegar a alguns meses, onde aprendem técnicas de sobrevivência como a caça e a coleta de água potável. Nesse intervalo, é também realizada a circuncisão, antes realizada ritualmente com instrumentos rudimentares como a popular *catana*. Após décadas de

proibição institucional e negação desses rituais, atualmente instituições governamentais e religiosas unem forças para diminuir os riscos desses procedimentos, distribuindo material cirúrgico higienizado para a sua realização, de modo que o ritual tradicional foi ressignificado e hoje é realizado com maior segurança e higiene – conceitos, naturalmente, passíveis de construção histórica e social.

Outro exemplo do mesmo tipo está na AMETRAMO, a Associação de Médicos Tradicionais de Moçambique, instituição que organiza os chamados curandeiras e curandeiros de maneira formal, instituindo atribuições e procedimentos. Assim, em um país onde a crença nestas figuras é muito difundida e onde explicações espirituais para diversos tipos de doença são muito comuns, encontrou-se um jeito de formalizar a atividade, inclusive reafirmando a identidade e a importância desses profissionais.

Assim, o que estes autores chamam à atenção é a agência possível por parte dos povos periféricos, uma vez que, ao negar a autonomia cultural e a intencionalidade histórica a esses povos, essas formas de antropologia do sistema mundial se tornam semelhantes ao colonialismo que condenavam, como coloca Sahlins (1997). Em “Cosmologias do Capitalismo”, texto do final da década de 1980, Sahlins (2007) volta a protestar contra a ideia de que o capitalismo ocidental teria transformado estas sociedades em objetos passivos de sua própria história, contra a negação de sua agência histórica, e coloca que: “O sistema mundial não é uma física das relações proporcionais entre ‘impactos’ econômicos e ‘reações’ culturais. Os efeitos específicos das forças material-globais dependem das várias maneiras pelas quais elas são mediadas nos esquemas culturais locais” (SAHLINS,2007, p. 448).

Assim, segundo ele, embora a capacidade de reduzir as propriedades sociais a valores de mercado permita ao capitalismo dominar a ordem cultural, pelo menos algumas vezes é o capitalismo que se torna escravo de conceitos locais, como no exemplo dado no texto em referência, em que os chineses que não tinham qualquer interesse pelos produtos ocidentais dos ingleses, obrigando estes a procurar novas formas de inserir os chineses em sua ordem mundial, sem sucesso naquele momento histórico.

Alguns dos exemplos citados no texto apontam como esse processo de apropriação por parte dos povos subjugados pode se dar de diferentes maneiras, como no caso dos chefes havaianos, que, embora tenham assumido o controle do comércio com os ocidentais usando seus privilégios tradicionais como o de estabelecer tabus para organizá-lo de acordo com seus próprios interesses, passaram a acumular mercadorias em um sistema que pode ser aproximado da lógica do consumo conspícuo, não chegando sequer a mexer em seus estoques de quinquilharias ocidentais para cerimônias, ocasiões em que preferiam comprar novas



mercadorias apesar de já as possuírem em grande quantidade. Por outro lado, aponta os índios *kwakiutl* que ao invés de valorizar o consumo valorizavam a dádiva e conseguiram manter-se no poder por muito mais tempo do que os havaianos através de novos arranjos de parentesco, mantendo viva a ritualística do *potlach*.

No contexto moçambicano contemporâneo, um bom exemplo da sociedade de consumo globalizada e adequada aos moldes locais está nos enormes mercados de “roupas de calamidade”, onde são comercializadas roupas de grandes marcas, desviadas de doações, a preços acessíveis para a população local, subvertendo tanto a lógica do *status* atribuído de acordo com a procedência da mercadoria quanto se apropriando da própria lógica da doação e da caridade para com os africanos, transformando esse comércio em um grande mercado amplamente conhecido e sequer visto como ilegal.

A ideia, no entanto, não é negar a opressão intrínseca ao capitalismo e os aspectos de dominação efetiva embutidos nas relações presentemente analisadas. O próprio Sahlins (1997) coloca que não cabe, em contraponto, um “otimismo sentimental” que ignoraria o sofrimento de povos inteiros e os males do colonialismo que, inclusive, chegou a dizimar muitos destes povos, de modo que somente os sobreviventes tiveram a possibilidade de exercer a agência de que se está tratando.

A intenção é problematizar as dualidades que sustentam a dominação colonial e, no caso da penetração brasileira em Moçambique, trata-se de perceber o fenômeno por vezes intitulado como neocolonialismo como uma via de mão dupla. Com isso, pretende-se demonstrar que uma perspectiva de culpabilização do outro reproduziria o conceito construído histórica e discursivamente do africano passivo, apagando as formas de agência possíveis e de fato exercidas.

Munanga e Serrano (1995) afirmam, por exemplo, que a recente história da África pré-colonial mostra que a resistência africana à colonização foi geral. Ao contrário do que prega a historiografia colonial, foram organizadas em todo o continente guerras de resistência, demonstrando que ao longo da história da dominação, ela não foi realizada sem resistência.

Anne McClintock (2010) coloca que o imperialismo não pode ser visto como uma coisa que aconteceu em outro lugar, mas também não pode ser visto como uma força inerente a um determinado país, dirigida para fora a partir de um centro. Assim, a autora propõe interpretar o imperialismo como tendo surgido de “uma constelação de processos, tomando a forma casual de uma miríade de encontros com formas alternativas de autoridade, conhecimento e poder” (McCLINTOCK 2010, p. 37).

De fato, observam-se inúmeros conflitos tanto na esfera do trabalho quanto na pessoal,

de modo que os moçambicanos em geral não aceitam simplesmente essa nova forma de dominação, transformando o contexto dos *megaprojetos* em um campo de contestação constante e, embora estes conflitos venham sendo sistematicamente ignorados pelas esferas institucional e governamental, que tentam suplantar estes problemas pelos discursos da integração, cooperação internacional e convivência pacífica, cada vez mais estas hostilidades têm vindo à tona e têm ganhado espaço manifestações contrárias à presença imperialista brasileira em Moçambique.

Em todo o mundo, populações impactadas por grandes empreendimentos organizam-se em contrariedade a estes impactos, sob a forma de organizações não governamentais, associações e outros agrupamentos, que visam dar visibilidade aos impactos negativos ocasionados por estes empreendimentos. No que se refere a Vale, existe inclusive uma articulação internacional dos atingidos pela empresa<sup>56</sup>, que se propõe a discutir e organizar-se em contrariedade às ações da empresa, por vezes alcançando visibilidade de ordem global.

Em Moçambique, tem sido possível acompanhar através da imprensa uma série de manifestações populares, de intelectuais e personalidades contrárias à ação da empresa no país. Alguns dos principais exemplos no que se refere aos *megaprojetos* presentemente analisados consistiram na greve dos trabalhadores do PCM, em 2011, relatada nas entrevistas colhidas com funcionários do Projeto, e na série de protestos contrários ao PCM, no início de 2012, quando se chegou a bloquear a ferrovia do Sena, por onde atualmente é escoada a produção carbonífera do Projeto, sendo violentamente reprimidos pela polícia local. Em 2013 registrou-se ainda o bloqueio da estrada que dá acesso à mina de Moatize por oleiros cuja atividade foi interrompida pela implantação do PCM<sup>57</sup>.

O esquema dual que sustenta as relações de dominação implicadas pelo contexto estudado se funda, segundo José Luís Cabaço (2009), “no plano da arquitetura ideológica, se constrói na oposição 'pureza-impureza' de que fala Mary Douglas” (CABAÇO, 2009, p. 35) e de que já falamos anteriormente nesta dissertação. Estes pares de oposição – branco/preto; indígena/colonizador; civilizado/primitivo; tradicional/moderno; cultura/usos e costumes; oralidade/escrita, etc. – constituem e sustentam a sociedade colonial africana, também segundo Cabaço (2009), e como já colocado, é possível perceber a permanência dessa estruturação no discurso de dominação colocado na contemporaneidade.

---

<sup>56</sup> Disponível em: <[atingidospelavale.wordpress.com](http://atingidospelavale.wordpress.com)>. Último acesso em: 18 mai. 2015.

<sup>57</sup> A questão dos oleiros foi delicada desde o início, pois trata-se de uma atividade irregular, no entanto, consiste na única fonte de renda e em uma atividade comum na região, de modo que a Vale teve que estudar meios de indenização que não confrontassem as leis locais, gerando atrasos e complicações e resultando em conflitos com a categoria.

Os dois pólos se opõem e se excluem reciprocamente, representando interesses antagônicos e irreduzíveis que só podem ser compreendidos dialeticamente, também como colocado anteriormente, de acordo com a análise de Cabaço (2009). Tudo o que não pode ser reduzido a este esquema dual acaba por ser apagado. Nas palavras de Memmi, “o que não se insere no esquema dessas relações permanece na qualidade de resíduo, costume ou objeto exótico, curiosidade local, tolerada por ser irrelevante ou desprezível” (MEMMI, 2007, p. 7).

Cabaço (2009) retoma Homi Bhabha para afirmar que essa estrutura dualista confinou ou absorveu na lógica bipolar os espaços intersticiais que se esboçavam, determinando a opção de tratar os termos colonialismo ou colono como categorias de análise:

[...] o dualismo tendencial da sociedade nas colónias [...] não se reflecte apenas nas relações sociais, na divisão do trabalho ou na distribuição de privilégios. A penetração capitalista no tecido social de Moçambique determina, em sectores das populações nativas, contatos culturais que, não passando pelos canais estabelecidos pela administração portuguesa (as missões católicas e o ensino, principalmente), são confinados nas categorias binárias da ordem estabelecida (CABAÇO, 2009, p. 23).

A fim de permitir que se expressem também estas situações intersticiais que escapam ao sistema dual, construído discursivamente para fundar a dominação colonial, o pensamento pós-estruturalista, cujo principal expoente poderia ser apontado como Jacques Derrida, e, posteriormente, o seu expoente, o pensamento pós-colonialista, de autores como Joseph Ki-Zerbo, Anne McClintock, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Stuart Hall, entre outros, procuram desconstruir tais dualidades, analisando a realidade sem se prender a esquemas fundados em categorias fixas.

Apesar da concordância assinalada em relação a essa necessidade de desconstrução de polaridades e relativização de categorias, é preciso cuidado, pois o pensamento pós-colonial pode autorizar uma tendência a ver o mundo como um todo através de abstrações genéricas, elidindo nuances políticas, como coloca Anne McClintock (2010), também ela relacionada à corrente dos pós-coloniais. Para a autora, é importante ter em mente que “o Brasil não é pós-colonial da mesma forma que o Zimbabwe” (McCLINTOCK, 2010, p. 32), a fim de não cometer anacronismos, generalizações ou cair no relativismo. McClintock (2010) também afirma que o discurso pós-colonial pode elidir o marcador do gênero: “a militarização global da masculinidade e a feminização da pobreza asseguraram que mulheres e homens não vivam o pós-colonial da mesma maneira, nem partilhem a mesma condição pós-colonial singular” (McCLINTOCK, 2010, p. 34).

Apesar destas ressalvas, a contribuição do pensamento pós-colonial é importante para

pensar as análises correntemente empreendidas a partir de uma perspectiva que relativize as categorias fixas, permitindo um olhar mais amplo sobre a questão analisada.

Cabaço (2009) parte dessa essência dualista inerente à situação colonial<sup>58</sup> para afirmar a impossibilidade de soluções reformistas para a situação colonial, retomando Fanon (2002;2008) e Memmi (2007) para legitimar esse argumento. Para ele: “A resolução da contradição colonial só se resolve pela eliminação da relação de poder e a extinção dos seus dois termos, o colono e o colonizado. É essa polarização que condiciona a dinâmica de todo o processo” (CABAÇO, 2009, p. 21).

Para Cabaço (2009), a síntese desse pensamento reside no fato de que só existe colonizado porque existe colono, “este encontra a sua razão de ser – o fundamento do seu privilégio 'inato' – na existência daquele” (CABAÇO, 2009, p. 39). Isso significa dizer que qualquer ação de caráter reformista só pode ter espaço no interior da construção discursiva dessas categorias, ou seja, dentro do esquema dual que reduz a complexidade dessas relações. Assim, o autor defende que a situação colonial só pode ter fim a partir da sua supressão, de modo que cabe a reflexão acerca da possibilidade de contribuição do pensamento pós-colonial, que pretende desconstruir tais polaridades, para a desconstrução e consequente supressão da situação de dominação fundada neste esquema dicotômico. Cabe também pontuar que o protagonismo dessa revolução simbólica pode e deve ser do dominado para uma subversão efetiva das categorias estabelecidas, uma vez que é a comunidade subjugada aquela que detém o poder da rebelião e da subversão. “O hipotético desaparecimento de uma dessas categorias sociopolíticas determinaria o fim da outra e a eliminação da ordem colonial. Qualquer acção 'reformista' só tem algum espaço *no interior* de cada uma das categorias, mas jamais na essência do relacionamento *entre os dois mundos*” (CABAÇO, 2009, p. 39).

Trata-se, no entanto, de uma proposta bastante abstrata, na medida em que a essência dessa relação de dominação está atrelada a uma série de outros fatores historicamente construídos de maneira sólida e arraigada na própria constituição das relações entre os atores que compõem este cenário, conforme se procurou demonstrar neste capítulo.

O debate acerca do desenvolvimento, por exemplo, empreendido no capítulo anterior, relaciona-se intimamente com a questão da dominação colonial, na medida em que é a estruturação das relações sob a forma de submissão de um povo por outro que permite a exportação – e imposição – de uma determinada concepção de desenvolvimento, que se torna hegemônica em um contexto de maior circulação global de ideias, correntemente chamado de

---

<sup>58</sup> “[...] no sentido usado por Balandier, concepção que é partilhada por vários autores que a analisaram [...]” (CABAÇO, 2009, p. 21).

globalização.

No entanto, ainda visando problematizar a ideia de dominação unilateral, cabe também apontar os benefícios efetivos trazidos, mesmo por projetos de caráter privado, voltados para o lucro e para a exploração dos recursos minerais para exportação de matéria-prima, como é o caso dos *megaprojetos* da Vale em Moçambique. O PCM, por exemplo, para além dos novos postos de trabalho e do aquecimento da economia local, citados anteriormente, construiu um hospital e uma escola de qualidade comparativamente superior na região de Cateme, impulsionando o desenvolvimento social, o que, embora seja bastante pontual frente aos enormes lucros obtidos pela empresa a partir da exploração do carvão, ilustra a complexidade da situação analisada, evidenciando a inadequação de uma análise unilateral das relações colocadas neste cenário.

Ao longo dessa dissertação pretendeu-se utilizar dessas categorias de análise buscando uma compreensão esquemática dos fenômenos pesquisados, sem, no entanto, reduzir a realidade a estes esquemas duais, de modo que houve a preocupação de não fixar papeis. Este subcapítulo veio, portanto, explicitar esta perspectiva e problematizar mais profundamente a aplicação destas dualidades, a fim de evidenciar ainda mais o caráter complexo da situação analisada, que poderá se desdobrar em inúmeras outras pesquisas, para além do prolongamento desta, mostrando o campo fértil de relações de poder em que se inserem os *megaprojetos* analisados e a miríade de temas que se pode discutir a partir deste estudo.



## 5. CONCLUSÃO

A partir das discussões empreendidas ao longo desta dissertação foi possível chegar a algumas conclusões, já expressas durante o texto sob a forma de análises, mas que serão retomadas nesta seção a fim de sistematizar as principais ideias expostas nos capítulos em questão.

No que se refere à questão das relações de dominação colocadas entre Brasil e Moçambique, é importante colocar que, ao mesmo tempo que existem programas de cooperação efetiva, que trazem benefícios para ambas as partes envolvidas, como é o caso, por exemplo, do PEC-G, em que os estudantes oriundos dos PALOP recebem a oportunidade de estudar em universidades brasileiras – o Brasil recebe o intercâmbio de conhecimento, aprimorando a experiência da pesquisa no país –, existem também projetos de caráter mais diretamente exploratório, como se considera ser o caso dos *megaprojetos* analisados nesta dissertação. Cabe ainda a ressalva de que não são só os projetos da iniciativa privada que podem ser analisados como exploratórios, exemplo disso é o PROSAVANA, encabeçado pela EMBRAPA, uma empresa pública, mas que replica aspectos da dominação colonial, como expulsão de produtores rurais locais de suas terras para implantação de um modelo de agronegócio predatório ambiental e socialmente, como já se observou no Brasil.

Dessa forma, dependendo da orientação política de quem analisa a situação, o enfoque se distingue: enquanto para alguém alinhado à ideologia neoliberal a crítica repousa sobre as doações brasileiras para a África, perdão da dívida de alguns países, etc., para outro com posicionamento mais à esquerda a crítica se refere à baixa intervenção estatal tanto por parte de Moçambique, quanto do Brasil, que permitem esse caráter exploratório da atuação brasileira naquele país personificada em projetos como o PCM e o PCN. Feita esta relativização, cabe marcar a posição adotada nesta dissertação, que foi explicitada ao longo de todo o texto e que se alinha, portanto, a um posicionamento de esquerda. Neste sentido, conclui-se que somente fortalecendo o Estado moçambicano, combatendo a corrupção, fomentando e apoiando a criação de uma legislação socioambiental mais rígida, entre outras ações de fortalecimento do aparato público no país, será possível proteger a população e a própria nação moçambicanas dos prejuízos sociais trazidos por projetos como esses, quando desenvolvidos da forma como demonstrada nesta dissertação. É possível estender essa crítica inclusive ao Estado brasileiro, que não regula nem intervém sobre a ação predatória da Vale,

tanto no Brasil quanto fora dele – chegando inclusive a fomentar ações desse caráter, como é o caso do citado PROSAVANA.

A noção de desenvolvimento vigente a partir do governo Lula, identificada pelos autores analisados no segundo capítulo como novo-desenvolvimentista, é percebida como distinta da orientação dos governos anteriores inclusive no discurso cotidiano, entre brasileiros e moçambicanos em Moçambique. Entre as diferenças teóricas apontadas entre esse modelo e o mais estritamente neoliberal anterior, uma das principais apontadas consiste na descentralização da política externa, ampliando a atuação brasileira, característica também percebida no discurso cotidiano. No entanto, da mesma forma que essa postura pode aparentar uma intenção de firmar relações de caráter mais horizontal, no contexto das relações Sul-Sul, relaciona-se também à intenção de firmar uma posição no cenário internacional, ocupando papel de protagonismo no processo de desenvolvimento de países como Moçambique a partir de um processo de competição entre Estados por meio da exploração implementada por suas grandes empresas. Conclui-se, com isso, que o caminho que o Brasil busca quando protagoniza projetos de caráter predatório como os megaprojetos analisados e o PROSAVANA, por exemplo, é o da tomada do lugar do dominador, outrora representado por Portugal, sem questionar, portanto, a opressão ou exploração, mas apenas inserindo-se no sistema conforme as regras do jogo ao invés de procurar subvertê-las em benefício da população dos países em que atua.

Nesse cenário, cabe ainda pontuar qual é o modelo de desenvolvimento que Moçambique adota nesse momento, liberalizando a economia e abrindo as portas para o capital estrangeiro, o que facilita e reforça a tentativa brasileira de ocupar este lugar de protagonismo.

Esse caráter de dominação nessas relações não é percebido apenas por estudos acadêmicos ou pelos movimentos organizados de contrariedade, por exemplo, à ação da Vale, e sim foi percebido de maneira geral como presente no discurso dos moçambicanos com quem convivi, funcionários ou não dos megaprojetos em questão. Essa percepção negativa da ação do Brasil em Moçambique se intensificou quando se compara a minha primeira vivência de campo com a última, o que se percebeu estar atrelado à crise pela qual passa o mercado das commodities e, conseqüentemente, a Vale.

Apesar do cenário adverso, cabe lembrar também os projetos de caráter mais cooperativo, pontuados no capítulo dois. São esses os projetos que devem ser fomentados e ampliados pelo governo brasileiro e pelo moçambicano, tomando o cuidado para trabalhar a perspectiva de “transferência de saber”, visando a construção de relações mais horizontais de



fato, que se enquadrem mais adequadamente na terminologia da cooperação horizontal, especialmente considerando o caráter dos países envolvidos, ambos situados na periferia do sistema-mundo, ainda que em posições distintas neste campo de poder.

Outra conclusão possível refere-se aos resultados do afastamento histórico entre o Brasil e o continente africano, que consistem em relações ambíguas e desiguais entre brasileiros e moçambicanos, na medida em que o brasileiro enxerga o moçambicano com desconhecimento e um racismo à brasileira, o que vai de encontro com a visão do moçambicano em relação ao brasileiro, uma vez que aquele conhece a cultura desse país intimamente por meio principalmente da música e da teledramaturgia, e enxerga o Brasil como uma espécie de “irmão mais velho que deu certo”. A reaproximação entre Brasil e África no campo das relações internacionais que se observa atualmente pode representar uma alteração nesse quadro, o que poderá ser observado em pesquisas futuras e desdobramentos deste estudo.

É importante, no entanto, retomar o caráter multilateral dessas relações, uma vez que, ao longo das análises empreendidas, foi possível perceber a multiplicidade de atores envolvidos nos processos observados, de modo que não se pretendeu, portanto, demonizar a Vale ou o governo brasileiro, uma vez que uma análise maniqueísta não abarca a complexidade dos fatos presentemente debatidos. Dessa maneira, é importante pontuar que se enxerga como atores distintos a Vale, o Governo Brasileiro e os funcionários que efetivam e desenvolvem os *megaprojetos* em questão, de modo que nem sempre um representa a ideologia ou a intenção do outro, sendo necessário observar o cenário como um processo humano. Para além da pertinente questão da convivência e participação das elites e autoridades moçambicanas nessas relações de dominação, é importante mostrar que a resistência à atuação brasileira em Moçambique tem crescido, o que se observou nos protestos contra a ação da Vale, assim como tem se observado um processo de contraestigmatização do brasileiro, indicando um acirramento das hostilidades entre esses povos, reflexo das relações internacionais mais amplas. Conclui-se, portanto, a importância do debate acerca dessas questões neste momento, visando a retirada destes conflitos da esfera do silêncio no que se refere ao contexto institucional, evitando que os mesmos se tornem mais intensos. Nesse sentido, as manifestações de contrariedade à ação da empresa no país devem ser fortalecidas e articuladas, sendo importante que sejam ouvidas pelo governo moçambicano e pela própria Vale, uma vez que a repressão, como de fato ocorreu em 2012, apenas sufoca o descontentamento, que tenderá a aumentar caso não haja mudanças concretas.

No que tange ao momento contemporâneo, identificado como globalização, cabe reconhecer a grande influência de suas características sobre o campo de poder estudado, de modo que as relações de dominação analisadas adquirem um formato fluido e extraterritorial, mais difícil de serem combatidas. No entanto, cabe assinalar a discordância em relação à ideia de diluição das instituições como o Estado-nação, o que se evidencia, inclusive, na ocorrência das recentes grandes crises econômicas globais, em que foram os Estados nacionais as instituições que puderam intervir a fim de evitar o aumento do caos, evidenciando a crise pela qual passa o capitalismo no sistema-mundo. O próprio termo globalização pode ser problematizado na medida em que poucas empresas e famílias controlam a maior parte do mundo e também na medida em que não há horizontalidade, a globalização se exerce de maneiras distintas de acordo com a classe, raça, nacionalidade, gênero, etc., dividindo o mundo em globalizados e globalizadores. Conclui-se, portanto, que, apesar da posição ambígua que o Brasil ocupa no sistema-mundo, pretende ocupar o lugar de globalizador no que se refere aos PALOP, legitimando, portanto, a dominação, na medida em que para haver dominador é necessário haver dominados.

Conclui-se ainda que o desenvolvimento endógeno, postulado por Ki-Zerbo (2009), que consiste na adoção de um projeto de desenvolvimento fundado sobre bases internas e no pan-africanismo, representa a única possibilidade de um desenvolvimento efetivo para o continente africano, que abarque tanto desenvolvimento econômico quanto social. Como pontua o autor, há exemplos históricos e trata-se de um processo que ocorreu em África antes da colonização, de modo que se alinha nesta dissertação com a perspectiva de que esse é o modelo de desenvolvimento que deveria ser fomentado, tanto internamente, quanto apoiado por países parceiros, como supostamente é o caso do Brasil. No entanto, a importação pelo Brasil do modelo de desenvolvimento extrativista representado pelos projetos citados indica que se caminha no sentido contrário a essa proposta, a despeito dos projetos de cooperação efetiva desenvolvidos, uma vez que os impactos de *megaprojetos* como os desenvolvidos pela Vale são muito amplos e intensos.

No que se refere às relações interpessoais entre brasileiros e moçambicanos no contexto dos megaprojetos, apesar de se ter primado por uma abordagem interseccional dos marcadores da diferença é possível observar a questão do racismo como fio condutor de toda a argumentação, na medida em que consiste na forma de opressão mais identificada no contexto analisado, além de se articular com as formas de dominação mais amplas analisadas, que se reproduzem no contexto micro das relações entre os funcionários dos *megaprojetos*.

O racismo brasileiro, em geral velado e pouco problematizado, silencioso, exerce-se em Moçambique de maneira muitas vezes sutil, embora perceptível a um olhar minimamente atento, especialmente pelos próprios moçambicanos. O brasileiro muitas vezes sequer percebe que está sendo racista, mas, confrontado com um contexto de racismo e segregação mais sistemática e frente a uma racialização constante das relações, é posto muitas vezes em confronto com o seu próprio racismo. Conclui-se que essa percepção hoje é mais intensa do que em 2010, indicando mais uma vez um acirramento das hostilidades e apontando para a urgência da sua problematização.

O racismo articula-se com um projeto civilizador, que pode ser aproximado da intenção de protagonismo brasileiro no desenvolvimento dos PALOP, uma vez que, neste processo, o Brasil se imbuí também do papel de civilizador, aquele que traz o progresso, reforçando, com isso, a oposição civilizado/bárbaro, o que acaba legitimando intervenções muitas vezes prejudiciais à população local. Conclui-se, portanto, que para romper com esse formato de relação, pautada no racismo e no projeto civilizador, é preciso desconstruir toda uma constelação de discursos articulados que historicamente o tem sustentado, o que vai muito além da desconstrução do modelo de desenvolvimento hegemônico pautado em um estereótipo evolucionista de etapas a serem seguidas pelos diferentes povos rumo ao progresso.

Observou-se ainda a relação intrínseca entre o racismo e a dominação colonial, depreendendo das relações analisadas a permanência e atualização de metáforas coloniais. O racismo nessas relações vem legitimar a tese da superioridade do colonizador, o que, no caso do Brasil, se complexifica na medida em que o brasileiro não é visto exatamente como branco e mesmo seu enquadramento como novo colonizador é problemático, embora comum no cotidiano dos projetos. Conclui-se que apenas ações institucionais que inibam a atualização dessas metáforas poderiam contribuir para a superação dessa percepção, no entanto, mais uma vez o que se observa é o sentido contrário, como por exemplo por meio da construção de condomínios segregados, ainda que não oficialmente, para moçambicanos e brasileiros no contexto do PCM. Conclui-se também que não é possível caracterizar a atuação brasileira em Moçambique como neocolonialista no geral, sob pena de engessar o debate, no entanto, exemplos como os citados justificam essa acusação.

No caso dos megaprojetos da Vale, justifica-se a acusação de neocolonialismo a medida em que consistem em exploração de matéria-prima bruta, totalmente exportada, gerando poucos empregos e não se revertendo em benefício social significativo, reproduzindo, portanto, o contexto colonial de outrora, de enriquecimento da metrópole às custas da colônia,

mas agora sob a forma das grandes empresas e não mais dos Estados nacionais. Com isso, coloca-se que há uma nova forma de colonialismo que começa a delinear-se e que, embora seja novo, não deixa de ser substancialmente o mesmo, embora assuma novas formas e passe a exercer-se por meio de novas modalidades, como o controle da economia, dos meios de comunicação, da publicidade. Nessa nova forma de dominação simbólica, de caráter aparentemente sutil, como é característico da dominação contemporânea, seria então possível dominar sem lesar a soberania nacional, ao menos aparentemente.

Conclui-se, portanto, com a necessidade da problematização, debate e tomada de medidas institucionais, seja no nível da empresa ou no nível mais amplo das relações entre os países em questão, voltadas para a superação dos problemas apontados e analisados ao longo desse texto, sob pena do acirramento das hostilidades identificadas e inclusive considerando que o discurso oficial brasileiro prima por uma cooperação horizontal entre os países. Cabe, por fim, retomar o que foi pontuado no item dedicado aos objetivos dessa dissertação, ou seja, a intenção de uma crítica construtiva e a postura de colaboração inclusive em relação à própria Vale, na medida em que se entende que não é combatendo a permanência da Vale em Moçambique que se superará questões problematizadas ao durante o texto, inclusive em função dos benefícios efetivos que a presença da empresa traz para o país. Ao contrário, pretende-se com essa pesquisa e possivelmente com os desdobramentos dela decorrentes contribuir para uma melhor adequação da atuação da empresa ao discurso oficial brasileiro de cooperação internacional e às expectativas dos próprios moçambicanos.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Y. **Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajetória do Moçambique pós-colonial (1975 - 1990)**. Maputo: Promedia, 2006.
- APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Editora Teorema, 1996.
- ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AUGÉ, M. **Não Lugares** – introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- BALANDIER, G. **Modernidad y Poder. El desvio antropológico**. Madrid: Júcar Universidad, 1988.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- \_\_\_\_\_. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BEDERMAN, G. **Manliness and Civilization: A Cultural History of Gender and Race in United States 1880 – 1917**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1995.
- BELLUCCI, B. **Economia contemporânea em Moçambique: sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo**. Rio de Janeiro: Educam, 2007.
- BELUCCI, B. Tudo e nada: a aposta do capital em Moçambique. In LECHINI, G. **La globalización y el Consenso de Washington: sus influencias sobre la democracia y el desarrollo em el sur**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO, 2008.
- BETHÂNIA, M. Discurso revolucionário moçambicano e a escrita do homem novo. **Revista Via Atlântica**, v. 21, São Paulo: USP, 2012.
- BOITO, A. A hegemonia neoliberal no Governo Lula. In **Revista Crítica Marxista**, n.17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003
- BOSCHI, R. Desenvolvimentos, pactos políticos e re-industrialização: desafios para o Brasil. IESP/UERJ, 2012. Disponível em <[eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%204%20-%20Renato%20Boschi.pdf](http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%204%20-%20Renato%20Boschi.pdf)>. Último acesso em 19 mai. 2015.
- BOSCHI, R; GAITÁN, F. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 305-322, mai/ago. 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. A quase estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista. In: **Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil**. Versão de fev. 2015. Disponível em: <[www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5834](http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5834)>. Último acesso em: 19 mai. 2015.
- \_\_\_\_\_. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul/set. 2006.
- CABAÇO, J. L. **Moçambique** – Identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista Economia Contemporânea**. vol.12, nº.2, Rio de Janeiro: mai/ago, 2008.

- CARDOSO, F. H. FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina:** Ensaio de Interpretação Sociológica. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.
- CASTEL-BRANCO, C. Pobreza, Crescimento e Dependência. Primeira Feira Anual do Livro. fev. 2011. Disponível em: [www.iese.ac.mz/lib/noticias/2011/Pobreza\\_Crescimento\\_Dependencia\\_FeiradoLivro2011\\_CNCB.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2011/Pobreza_Crescimento_Dependencia_FeiradoLivro2011_CNCB.pdf).> Último acesso em: 19 mai. 2015.
- CHALIAND, G. **A luta pela África:** estratégias das potências. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- COSTA, S. Desprovincializando a Sociologia. **RBCS**, Vol. 21, nº. 60, Fevereiro/2006.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas** 1. p.171-189, 2002.
- CRUZ, S. C. V. **Trajetórias:** capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp, e PUC-SP, 2007.
- DAMATTA, R. Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: \_\_\_\_\_, **Relativizando**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ELIAS, N. **O processo civilizador:** Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v. I.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- Fonseca, D. J. Brasil-África: cultura, política e projetos para o futuro, **Cadernos CEAS**, nº 212, jul/ago. 2004, p. 45-65.
- \_\_\_\_\_. Angola, Moçambique e Brasil: línguas, identidades e relações étnicas – desafios e interpretações. In: **Convivência na diversidade:** cultura, educação e mídia. Clodoaldo M. Cardoso (Org.), Bauru/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.
- \_\_\_\_\_. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 23-44, jan/abr. 2009.
- \_\_\_\_\_. Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal. **Relatório Científico** (Pós-doutorado), Campinas: Faculdade de Educação, UNICAMP, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Les noirs au Brésil et en Afrique*. In: **L'Aube du Brésil**. Direction Jorge Barrientos-Parra, Paris, **Revista Agir** - Société de Stratégie, nº 47, sept. 2011, p. 131-141.
- \_\_\_\_\_. A História, o africano e o afro-brasileiro. **Conteúdos e Didáticas de História**, Unesp. Disponível em: [www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/46188/1/01d21t05.pdf](http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/46188/1/01d21t05.pdf)>. Último acesso em: 19 mai. 2015.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. **Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Genealogia del racismo**. Buenos Aires: Editorial Allamira; Montevideo: Nordan-Comunidad, 1993.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I. A Vontade de Saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala:** Formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966.

\_\_\_\_\_. **O mundo que o português criou:** aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

FRY, P. **Pontos de vista sobre a descolonização em Moçambique.** Rev. bras. Ci. Soc. vol.26 no.76, São Paulo, jun. 2011.

GALLO, F. Relações Brasil-Moçambique: Notícias de Tete. **Pambazuka**, Ed. 55. jul. 2013. Disponível em: <[pambazuka.org/pt/category/features/88318](http://pambazuka.org/pt/category/features/88318)>. Último acesso em 19 mai. 2015.

GASTALDO, E. G.Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. **Rev. bras. Ci. Soc.** 2008, vol.23, n.68, p. 149-153. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300013)>. Último acesso em: 19 mai. 2015.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GUIMARÃES, A.S. **Preconceito racial:** modos, temas e tempos. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

HERNÁNDEZ, H. **Cooperación para el desarrollo em tiempos de internacionalismo:** Los hombres nuevos de Machel. Vibrant, vol.9, nº 1, jun. 2012. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-43412012000100018](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412012000100018)>. Último acesso em: 19 mai. 2015.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DPA Editora, 2006.

N´KRUMAH, K. **Neocolonialismo** – último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África? Entrevista com René Holenstein.** Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2009.

LEITE, P.S. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa:** os Governos Jânio Quadros/ João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LEITE, P.J.KHOURI, N. **História social e económica dos Ismailis de Moçambique século XX.** Lisboa, 2001.

LOPES, A. M. H. Neocolonialismo em África – Dossiê descolonização e racismo. **Sankofa** – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. v. 08, nov. 2011.

LOPES, P.; MOUTINHO, L. Uma nação de onze línguas? Diversidade social e linguística nas novas configurações de poder na África do Sul. **TOMO**, v. 20/ UFS, 2012.

MACAGNO, L. G. Fronteras de la imaginación luso-tropicalista: Brasil, Portugal y África en el "orientalismo" de Gilberto Freyre. In: FATIHA, B.; MONTENEGRO, S.; AYAD, N. B.. (Org.). **Repensar las fronteras. Culturas:** continuidades y diferencias. África-Europa-América Latina. Rabat: Instituto de Estudios Hispano-Lusos, 2011, v. 1, p. 39-52.

\_\_\_\_\_. Três 'raças' e uma nação? A propósito de África no Brasil e Brasil na África. **REALIS** - Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós-coloniais, v. 1, p. 94-111, 2011.

\_\_\_\_\_. Um antropólogo norte-americano no “mundo que o português criou”: Relações raciais no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris. **Lusotopie**, 1999.

McCLINTOCK, A. **Couro imperial**: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp 2010.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENESES, M. P.G. O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais. **E-cadernos ces**, Jul. 2010, posto online no dia 01 Março 2010, consultado o 31 Agosto 2014. Disponível em: <eces.revues.org/403>. Último acesso: 19 mai. 2015.

MOUTINHO, L. **Razão, “cor” e desejo**: Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

MUNANGA, K. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, L.; QUEIROZ, R. **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp/ Estação Ciência, 1996

MUNANGA, K. e SERRANO, C. **A Revolta dos Colonizados – O processo de descolonização e as independências da África e da Ásia**. São Paulo: Atual, 1995.

MUNGOI, D. M.; RODRIGUES, V. Moçambique e Brasil: o debate das relações etno-raciais. **Revista África e africanidades**. São Paulo, mai. 2008.

NASCIMENTO, S.; THOMAZ, O. R. Raça e Nação. In: PINHO, O.; SANSONE, L. (Org.). **Raça**: Novas Perspectivas Antropológicas. Salvador: EDUFBA / ABA, 2009, p. 193-236.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca, preconceito racial de origem. In: **Tanto preto quanto branco**: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

PENHA, E. A. O Atlântico Sul e as dimensões da “Fronteira Oriental” brasileira: a política africana dos governos militares. In: DEL VECCHIO, A. (org.). **Política Internacional e Hegemonia**: Brasil e Estados Unidos no contexto da globalização. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Sociedade e Cultura**. Vol. 11, N. 2, jul/dez 2008. p. 263-274.

RIBEIRO, C. O. A política africana do governo Lula (2003-2006). In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 21, n. 2, 2009.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROUQUIÉ, A. **O extremo ocidente**: introdução à América Latina. São Paulo: Editora USP, 1984.

SADER, E. 10 anos de governos pós neoliberais no Brasil. **Revista Carta Maior**, já. 2013. Disponível em <[cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/10-anos-de-governos-pos-neoliberais-no-Brasil/2/27172](http://cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/10-anos-de-governos-pos-neoliberais-no-Brasil/2/27172)>. Último acesso em: 19 mai. 2015.

SAHLINS, M. Cosmologias do capitalismo: o setor transpácífico do “sistema mundial”. In: **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (parte I). **Mana**. v. 3, nº 1. 1997.

\_\_\_\_\_. O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é



um 'objeto' em via de extinção (parte II). **Mana**. vol.3, nº 2. 1997.

SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SODRÉ, N. W. Oliveira Viana – O racismo colonialista. In: **A ideologia do colonialismo**: seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

SOUSA SANTOS, B.; NUNES, J.A. Para ampliar o cânone do reconhecimento da diferença e da igualdade. In SOUSA SANTOS, B. (org.). **Reconhecer para libertar** - os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Porto: Afrontamento, 2004.

SOUSA SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 62, 2002.

\_\_\_\_\_. Os processos da globalização. In: **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SPIVAK, G. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOLCKE, V. O enigma das interseções: classe, 'raça', sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 15-42, 2006.

TARGA, L. Disputas de concepções de Estado e política externa brasileira: atuação dos agentes da diplomacia entre os governos FHC e Lula. **37º Encontro Anual da ANPOCS**, 2013.

THOMAZ, O. “Raça”, nação e status: histórias de guerra e “relações raciais” em Moçambique. **Revista USP**, v. 68, p. 252-268, 2006.

VALE. **Nossa História**. 2012. Disponível em: <[www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Documents/livro/Vale\\_Livro\\_Nossa\\_Historia\\_cap2.pdf](http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Documents/livro/Vale_Livro_Nossa_Historia_cap2.pdf)>. Último acesso em 19 mai. 2015.

VIDA NOVA. **Revista de Formação e Informação Cristã**. Ano 54. Número 648. Maputo, dez. 2014.